

TOMO

Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Universidade Federal de Sergipe

TOMO	São Cristóvão-SE	Nº 13	jul./dez. 2008
------	------------------	-------	----------------

TOMO

CONSELHO EDITORIAL

Adriano Nervo Codato (UFPR)	Maria Helena Santana Cruz (UFS)
Ana Maria F. Almeida (UNICAMP)	Miguel Pablo Serna Forcheri (UDELAR - Uruguai)
Antônio Sérgio Guimarães (USP)	Miguel Vale de Almeida (ISCTE - Portugal)
Benjamin Junge (State University of New York)	Nádyá Araújo Guimarães (USP)
Carlos Fortuna (Universidade de Coimbra)	Paulo Sérgio da Costa Neves (UFS)
Claudino Ferreira (Universidade de Coimbra)	Renato Monseff Perissinotto (UFPR)
Frank Marcon (UFS)	Rogério Proença Leite (UFS)
Franz Josef Brüseke (UFS)	Sadi Dal Rosso (UnB)
Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)	Sílvia Helena Borelli (PUC-SP)
Jonatas Silva Meneses (UFS)	Tâmara Maria de Oliveira (UFS)
José Ricardo Ramalho (UFRJ)	Tânia Elias Magno da Silva (UFS)
José Rodorval Ramalho (UFS)	Ulisses Neves Rafael (UFS)

COORDENADOR DO NPPCS
Paulo Sérgio da Costa Neves

EDITORES
Ernesto Seidl
Péricles Andrade

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Adilma Menezes - CESAD

REVISÃO
Claudia Regina
Ernesto Seidl

Catologação na fontes. Ficha catalográfica elaborada pela BICEN/UFS

TOMO, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe N° 1 (1998). São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, n. 13 jul./dez., 2008.

INSS 1517-4549

Semestral

1. Ciências Sociais - Periódicos I. Universidade Federal de Sergipe.
Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

As informações e análises contidas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, portanto, o endosso do Conselho Editorial do NPPCS

Esta revista integra a Plataforma dos Periódicos Eletrônicos da UFS (www.posgrap.ufs.br/periodicos) e conta com apoio institucional da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe.

DOSSIÊ
SOCIOLOGIA DO PODER E DAS ELITES

ORGANIZAÇÃO: ERNESTO SEIDL

TOMO
- 3 -



SUMÁRIO

Apresentação

7

LES ELITES DE LA RÉPUBLIQUE REVISITADO

Christophe Charle

15

DA REPRODUÇÃO ÀS RECOMPOSIÇÕES DAS ELITES: AS ELITES
ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NA FRANÇA

Monique de Saint Martin

43

POLITIZAÇÃO DE INTERESSES ATRAVÉS DE
FRENTES PARLAMENTARES

Odaci Luiz Coradini

75

RECLUTAMIENTO PARLAMENTARIO Y ESTRATIFICACIÓN
SOCIAL EN EL URUGUAY: SUBREPRESENTACIÓN EN LAS ELITES
POLÍTICAS Y ESTRATIFICACIÓN SOCIAL

Eduardo Bottinelli

93

LETRADOS E VOTADOS: LÓGICAS CRUZADAS DO
ENGAJAMENTO POLÍTICO NO BRASIL

Eliana Tavares dos Reis

Igor Gastal Grill

127

ELITES JORNALÍSTICAS, RECURSOS POLÍTICOS E ATUAÇÃO
PROFISSIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

Fernanda Rios Petrarca

169

ELITES DIRIGENTES, ENGAJAMENTO POLÍTICO E RETRIBUIÇÕES
DO MILITANTISMO AMBIENTALISTA

Wilson José Ferreira de Oliveira

201

INTERNACIONALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA FORMAÇÃO
ACADÊMICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL NAS DÉCADAS

DE 90 E 2000

Fabiano Engelmann

239

ABSTRACTS

263

APRESENTAÇÃO

Ernesto Seidl*

Um balanço recente da produção brasileira em torno da temática das elites não deixaria de perceber uma renovação relativamente intensa de interesse pelo tema entre pesquisadores de distintas áreas: publicação de coletâneas de investigações, organização de dossiê temático em revistas científicas, retorno de um Grupo de Trabalho sobre elites políticas no quadro do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), grupos de trabalho, mesas-redondas e sessões em eventos acadêmicos pelo país, formação de linhas e equipes de pesquisa e produção de dissertações e teses dedicadas ao tema¹. Este dossiê *Sociologia do Poder e das Elites de TOMO* propõe-se a fazer coro a um movimento que, cremos, não apenas tende a recolocar os estudos de elites e grupos dirigentes na agenda das Ciências Sociais brasileiras, mas pretende fazê-lo em novas bases.

Como sabido, o influxo experimentado nas últimas décadas pelos estudos de elites nos principais polos acadêmicos internacionais está estreitamente associado ao impacto surtido pelos trabalhos de Pierre Bourdieu e do de pesquisadores em alguma medida inspirados em suas pesquisas. Dentre os principais efeitos causados por essas investigações, já de início destacam-se deslocamentos profundos nas condições de construção das “elites” ou “grupos dirigentes” como objeto de estudo. Em primeiro lugar, o plano fundamental da discussão passa a ser o das estruturas de dominação e de poder em disputa em cada sociedade e em diferentes épocas. Isto é, entra em conta, e de modo central, a apreensão dos princípios de

* Professor do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, Laboratório de Estudos do Poder e da Política, LEPP. eseidl@terra.com.br

¹ Entre outros exemplos, citamos a edição do “Dossiê Elites Políticas” da *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, 2008; a realização, desde 2007, do *GT Elites e Instituições Políticas* na Reunião Anual da ANPOCS; e a publicação das coletâneas organizadas por Heinz, F. M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006; e por Coradini, O. L. *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

hierarquização e de legitimação, bem como das lógicas de ação, que estruturam e dão sentido às diferentes esferas do mundo social. Ao mesmo tempo, tal procedimento também vem a modificar velhos questionamentos (sobretudo dos politólogos) quanto a “qual grupo” ou a “quem estudar” quando se trata “das elites” (os governantes, os ricos?).

A partir do pressuposto apresentado mais acima, este tipo de preocupação perde sentido ao se assumir que o espaço social encerra uma multiplicidade de dimensões ou esferas - cada uma delas construída e orientada por princípios e lógicas específicas -, mais ou menos independentes umas das outras. Tomado por este ângulo, o que se teria são diversos grupos de agentes sociais a ocupar posições dominantes em uma ou mais esferas específicas². Aliás, a substituição do termo genérico “elites” por expressões adjetivadas como “elites políticas”, “elites burocráticas”, “elites culturais”, “elites jurídicas”, “elites econômicas”, “elites eclesásticas”, e assim por diante, aponta precisamente nesta direção. A fim de evitar confusões com o uso do termo “elite”, socialmente impregnado de conotações (em parte, informadas pelas Ciências Sociais), alguns autores preferem utilizar a expressão grupos dirigentes.

Sem entrar em maiores detalhes na série de repercussões teórico-metodológicas trazidas no bojo desta renovação em torno da temática das elites – tarefa que em parte está embutida na proposta deste dossiê -, parece-nos pertinente pelo menos mencionar algumas das questões em voga nas pesquisas atuais.

Em primeiro lugar, cabe destacar o desenvolvimento de trabalhos que se esforçam em conjugar abordagens mais objetivistas (mecanismos de recrutamento e seleção de grupos dirigentes, transformações morfológicas dos espaços sociais, reconversões sociais) e procedimentos de caráter interacionista e etnográfico (lógicas de engajamento social e de justificação, estratégias de consagração social, estilos de vida).

Dentro desse universo de investigações, um dos principais desdobramentos temáticos inclui estudos sobre os critérios de recrutamento e

² Uma discussão mais completa nessa direção pode ser encontrada em Coradini (2008).

seleção de grupos dirigentes, o que contempla o exame das origens sociais, geográficas e dos recursos culturais e escolares dos agentes, mas não se resume a isso. Tais origens e conjunto de recursos são analisados dentro de um esquema conceitual mais amplo e que tenta dar conta das estratégias de reprodução social (escolar, matrimonial, biológica, profissional, patrimonial etc.) e das estratégias de carreira acionadas ao longo de itinerários sociais e profissionais consagrados em esferas variadas.

Com efeito, uma das problemáticas que tem recebido atenção especial é a das relações entre a esfera escolar e a formação das elites. Temas como socialização familiar e processos de escolarização, instituições e modos de aprendizagem, circulação internacional e recomposição das elites tem modelado, assim, a agenda de muitos pesquisadores no Brasil e no exterior, com proveitosas comparações. Embora seja uma estratégia crescentemente valorizada nos esquemas de legitimação de grupos dirigentes, os investimentos na aquisição de recursos escolares não são tomados apenas como indicações de uma imposição do princípio meritocrático de hierarquização social no Brasil, ainda que isso seja válido em algumas esferas, como certas carreiras de Estado. Entram também em conta as combinações dos usos de recursos escolares e culturais, como diplomas superiores e experiências de circulação internacional, com outros condicionantes sociais, em especial, redes de relações pessoais e recursos oriundos de espaços sociais variados (grupo familiar, pertencimento étnico e religioso, amizades, militâncias, profissões) e investimentos na esfera da política.

A tentativa de combinação de exame dos condicionantes históricos e institucionais com a apreensão de uma multiplicidade de engrenagens de formação de grupos dirigentes tem aberto espaço, por sua vez, a alguns níveis de análise em especial: história social das instituições e profissões, *background* social e cultural dos agentes, trajetória do grupo familiar e estratégias de reprodução, lógicas individuais de engajamento e de vivência da adesão ou da vocação, mecanismos de recrutamento e seleção, itinerários escolares e carreira profissional, estratégias de consagração social, estilos de vida e de atuação profissional.

Por sua vez, a adoção de tais procedimentos tem como contrapartida a utilização de recursos metodológicos e a mobilização de fontes de cará-

ter muito diverso. De um lado, construção de prosopografias/biografias coletivas, realização de entrevistas em profundidade, aplicação de questionários, observações e interações diretas. De outro lado, mobilização de fontes documentais, material institucional, dicionários biográficos, anuários, enciclopédias, memórias, biografias e autobiografias, álbuns comemorativos, material de imprensa (jornais, televisão, rádio e internet), fotografias etc.

Dentro de suas limitações óbvias, o presente dossiê procurou contemplar artigos de pesquisadores em alguma medida sintonizados com as perspectivas sumariamente comentadas acima. Inclusive, o número é aberto por trabalhos de dois autores franceses cujas pesquisas sobre grupos dirigentes na Europa tiveram impacto decisivo na formação de cientistas sociais e de historiadores brasileiros nas últimas duas décadas.

Ao se voltar para as bases de sua obra *Les élites de la République* mais de 20 anos após a primeira publicação, o historiador Christophe Charle de um só golpe esmiúça as opções metodológicas por ele operadas à época e revisita a temática das elites (intelectuais, burocráticas, políticas) francesas desde o final do século XIX. Ao fazê-lo, dialoga com quantidade grande de obras e argumentos para demonstrar as nuances complexas implicadas no modo de reprodução de diversos grupos dirigentes: convivência entre princípios de legitimação social aristocráticos e meritocráticos, renovação ou abertura relativa de determinadas elites a novas camadas sociais, multiplicidade de estratégias de consagração social, não-linearidade das mudanças em direção a uma (muitas vezes acreditada) “democratização do poder na França”. Como lição de seu próprio percurso, aposta na aplicação do método histórico ao contemporâneo e da prática do descentramento comparativo.

Monique de Saint Martin, por seu turno, apresenta balanço fecundo tanto dos esquemas analíticos quanto de parte dos resultados de estudos acerca das elites administrativas, econômicas e dirigentes na França. Em boa medida, dá continuidade à discussão aberta pelo artigo precedente. Por um lado, oferece um panorama variado e renovado das discussões das Ciências Sociais em torno dos grupos dirigentes, destacando os es-

tudos que enfatizam as transformações em curso (em especial no sistema escolar e no recrutamento de elites burocráticas), as recomposições, reconversões e a internacionalização crescente das elites. Por outro lado, também indica as tensões entre diferentes princípios e estratégias de legitimação (muitas vezes combinados) das frações dominantes, com a progressiva imposição de recursos centrados numa competência dita técnica, e uma crescente competição entre as elites.

Com foco específico na problemática da formação e das modalidades de ação de elites políticas no Brasil, o texto de O. L. Coradini explora as engrenagens acionadas na composição das “frentes parlamentares”. Contrapondo-se ao consagrado modelo “pluralista” de interpretação, o estudo lança luz sobre as relações entre determinadas formas de engajamento e processos de politização. Entre outros aspectos, demonstra como as frentes parlamentares servem como meio de criação de “espaços” ou de “articulação” entre os deputados e senadores com os processos de definição e de organização de interesses de forças sociais e políticas.

Também situado no exame de elites políticas, o trabalho de Eduardo Bottinelli concentra-se nos mecanismos de recrutamento e de seleção dos parlamentares uruguaios eleitos em 2005. São analisadas trajetórias de parlamentares oriundos de setores subalternos segundo raça, gênero, idade, origem social e escolarização. Com base na análise dessas propriedades, o autor identifica chances muito desiguais de profissionalização política no Uruguai.

Ainda no âmbito das discussões sobre política e grupos dirigentes, Igor G. Grill e Eliana T. dos Reis investem no estudo dos múltiplos vínculos e inserções sociais em ação nos processos de formação de especialistas na arena política nos estados do Rio Grande do Sul e Maranhão. A atenção dada às estratégias de apropriação, formulação, disputa e afirmação de concepções de política e de cultura em cada um dos contextos estaduais traz à tona o vigor complexo dos jogos de redefinição das formas de intervenção legítima no espaço do poder. Em particular, ressaltam-se os efeitos do aumento da concorrência política nas últimas décadas - via entrada de novos agentes no espaço político - na diversificação do trabalho de legitimação e o recurso, sob registros variados, à “cultura” como elemento de consagração na esfera da política profissional.

Girando o foco das discussões sobre a constituição de grupos dirigentes para as conexões entre carreiras profissionais e política, Fernanda R. Petrarca evidencia o quanto as condições de consagração na esfera jornalística, no Brasil, dependem do uso de vínculos cultivados e acionados pelos agentes na esfera da política. Ao tornar claro que as concepções de jornalismo, de excelência profissional e o sentido atribuído à atividade são inerentes a esses processos de reconversão, a análise demonstra o peso da lógica política sobre as dinâmicas profissionais, e isso não apenas nas definições dos mecanismos dos papéis dos profissionais, mas inclusive na oferta de postos e serviços.

Essa mesma linha de discussão também aparece no trabalho de Wilson J. F. de Oliveira ao serem examinadas as condições de emergência e as dinâmicas próprias do militância na defesa de causas ambientais no sul do país. Novamente, destaca-se a centralidade da múltipla posição social como critério de acesso aos postos dirigentes no caso das elites políticas brasileiras. No universo analisado, fica evidente que o engajamento e a militância na defesa de causas ambientais funcionam como espaços de ampliação das esferas de atuação dos ativistas, ao dar acesso a recursos e vínculos que são largamente utilizados para o ingresso e a ocupação de posições dirigentes em esferas de atividade diversificadas, como as burocracias públicas, ONGs e postos políticos.

O peso e o efeito da circulação internacional de acadêmicos sobre a esfera do ensino superior e a formação de dirigentes no Brasil é o objeto central do artigo de Fabiano Engelmann. Ao discutir o impacto da internacionalização de *expertises* de gestão empresarial e do Estado e dos usos das Ciências Sociais aplicadas, a investigação aponta, de um lado, as desigualdades dos investimentos realizados por professores de Administração em estudos no exterior segundo as regiões do país; de outro lado, os principais centros de atração de estudantes e a diversificação de temáticas e de modelos procurados por aqueles agentes, indicando pistas sobre o estado recente dos movimentos de importação e exportação de modelos institucionais.



Artigos







LES ELITES DE LA RÉPUBLIQUE REVISITADO

Christophe Charle*

RESUMO

O presente texto retoma reflexões acerca da obra *Les Elites de la République* por ocasião dos vinte anos de sua publicação. Os grandes temas em questão na obra são retomados e, em seguida, procura-se ver em que medida os trabalhos mais recentes confirmaram ou corrigiram suas teses. Por fim, são questionadas as razões dessa relativa constância do tema das elites simultaneamente na historiografia, na ciência política e na sociologia francesas, assim como do debate público recorrente sobre as elites na França.

Palavras-chave: Les Elites de la République, elites, França, historiografia

* Professor da Université de Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine (IHMC), Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)/Ecole Normale Supérieure (ENS).

TOMO	São Cristóvão-SE	Nº 13	jul./dez. 2008
------	------------------	-------	----------------

Em 2006, minha obra publicada em 1987, *Les élites de la République*, foi reeditada, revista e aumentada com uma atualização das conclusões¹. Embora seja um livro antigo, conserva grande parte de sua validade. Lembro aqui, de início, os grandes temas em questão. Em seguida, verei em que medida os trabalhos mais recentes confirmaram ou corrigiram suas teses. Por fim, me questionarei quanto às razões dessa relativa constância do tema simultaneamente na historiografia, na ciência política e na sociologia francesa, assim como do debate público recorrente sobre as elites na França.

OS GRANDES TEMAS DE *LES ELITES DE LA RÉPUBLIQUE*

1) Escolhas metodológicas

Meu projeto nesse livro era estabelecer um elo ausente entre os trabalhos sobre o período dos *notáveis* que haviam se desenvolvido nos anos 60-70 e os trabalhos sociológicos e de ciência política que abordavam sobretudo o pós-1945. Paradoxalmente, nos anos 1970 vivíamos com trabalhos muito antigos dedicados às elites da terceira República: seja ensaios escritos no entre-guerras, como *La fin des notables* e *La République des Ducs*, de Daniel Halévy, ou ainda *La République des professeurs*, de Thibaudet ou *La République des camarades*, de Robert de Jouvenel; seja monografias muito limitadas sobre alguns grupos ou personalidades, como por exemplo *L'argent et le pouvoir: François de Wendel en République*, de J. N. Jeanneney, *La revanche des patrons*, de Ingo Kolboom, acerca do patronato frente ao Front Populaire, e os trabalhos sobre determinados partidos políticos, como *Histoire du parti radical*, de Serge Berstein.

Estes últimos comportam uma dimensão sociológica sobre determinadas elites políticas mas permanecem numa filiação à perspectiva da *Histoire des droites*, de René Rémond, no qual a história das elites políticas é vista sobretudo através de suas idéias e de seu enraizamento geográfi-

¹ Este artigo retoma o texto de conferências realizadas no Institut d'Etudes Politiques de Toulouse, em outubro de 2006, e para professores de Classes Preparatórias para o Lycée Henri IV, em junho de 2008.

co. Os únicos a se arriscar na apresentação de um panorama de longa duração eram sociólogos do político inspirados pelos trabalhos acerca das elites americanas, como Mattei Dogan ou Pierre Birnbaum, mas que trabalhavam de segunda mão a partir de material prosopográfico bastante sumário podendo conduzi-los a interpretações superficiais em razão de categorizações um tanto globais.

Pouco antes de mim, um historiador havia atacado o tema nos mesmos termos sociológicos; trata-se do saudoso professor Jean Estèbe, de Toulouse, que propusera uma prosopografia interessante dos ministros entre 1871 e 1914, tese de Estado defendida em 1978. Se seu trabalho, publicado em 1982 com prefácio de Maurice Agulhon, permitia evidenciar um primeiro erro da literatura anterior, ou seja, o fato de a abertura das elites governamentais não datar dos anos 1880, como escrevia D. Halévy, nem dos anos 1920, como afirmava A. Thibaudet a partir de exemplos não significativos, ele padecia de dois problemas:

- 1) uma população relativamente pequena de 160 pessoas e uma heterogeneidade das gerações, uma vez que ele adiciona – para obter um efetivo suficiente – representantes da época passada dos notáveis (1871-1879), ministros da época oportunista (1880-1900) e ministros da época radical (1900-1914), o que faz com que cada estatística periodizada repouse sobre grupos muito restritos, fato que limita o alcance geral das conclusões.
- 2) os ministros compõem um tipo de elite complicada de se tratar estatisticamente. Essa população adiciona artificialmente «pesos pesados» que exercem poder por relativamente muito tempo e estrelas cadentes que não seguem carreira ou assumem postos técnicos secundários; ora, em prosopografia, cada indivíduo, pelo jogo das contas, conta apenas como um, não importando se exerce o poder por três meses ou por quinze anos, se é presidente do conselho ou subsecretário de Estado. Para que a estatística revele o verdadeiro peso social dos diversos perfis e as relações de força reais entre os grupos de elite de origem, seria necessário, idealmente, ponderar as características em função dessa duração de função. O problema não aparece da mesma forma quando se estuda um grupo estável ou de carreiras balizadas, como os altos

funcionários ou o grande patronato. Enfim, sobre certas variáveis sociais (casamento, fortunas, filhos), dada a dispersão cronológica e geográfica de sua população, J. Estèbe nem sempre coletou dados tão exaustivos, o que cobre suas conclusões com certa margem de erro.

Para compor minha amostra, adotei, portanto, dois pontos de partida que permitiam evitar as dificuldades encontradas por meus predecessores:

- 1) Definir uma população mais homogênea no plano geracional, donde a escolha de um corte cronológico em dado ano. Partindo do desejo de medir a mudança, criei um intervalo de vinte anos em relação às mudanças políticas. Assim, o ano adotado foi 1901. A outra razão dessa opção era obter uma visão das elites em torno do caso Dreyfus, uma vez que ele marcou um questionamento bastante severo das elites no poder por novas forças sociais.
- 2) em contrapartida, o recorte permitia comparar categorias diversas e relativamente representativas dos diferentes campos de atividade: negócios, administração, universidade; a política era abordada através da reutilização dos trabalhos de Estèbe ou de pesquisas em andamento sobre os parlamentares. As elites são aqui definidas, pois, como os grupos detentores de algum poder em lugares centrais.

Com todo direito, eu poderia ser criticado pela ausência das elites regionais ou locais, ou das profissões descentralizadas (profissões liberais, sobretudo jurídicas); resposta provisória à objeção: na época em questão, a centralização tem peso proeminente em todos setores-chave; uma pesquisa sobre os prefeitos (maiores) acabava de sair quando terminava a investigação e pude completar minhas intenções. A análise da alta magistratura e do corpo prefectoral permite uma correlação entre elites centrais e elites regionais ou departamentais. Os trabalhos posteriores sobre os advogados (Le Béguec, Charle, Karpik) ou os médicos (Ellis, Weisz) confirmam as análises feitas a partir de minhas próprias amostras.

- 3) Esta limitação relativa dos campos cobertos explica-se também pela vontade de englobar fontes prosopográficas da forma mais ampla

possível a fim de sair do retrato limitado e estereotipado dos trabalhos sociológicos: meu desejo era não apenas restituir a imagem pública, oficial, mas também vislumbrar todo o campo das estratégias familiares, da reprodução, dos estilos de vida que, na minha visão, condicionam certas estratégias públicas ou circulações, bem sucedidas ou não, entre os campos.

- 4) Todas essas opções são discutíveis. No entanto, eram necessárias para dar conta do trabalho num prazo de dez anos. A pesquisa coletiva paralela sobre os parlamentares da 3ª República conduzida junto ao Centro de Pesquisas em História do Século XIX, primeiramente sob direção de Maurice Agulhon e depois de J.-M. Mayeur e A. Corbin, encontrou dificuldades não completamente contornadas devido a opções diferentes das minhas : ela procurou cobrir todo período, todo território e todos tipos de parlamentares em todas suas dimensões, e definiu questionários longuíssimos impossíveis de serem preenchidos de forma homogênea em escala nacional. Ao nível das instituições universitárias e da dificuldade do trabalho coletivo de longa duração em ciências humanas, a pesquisa logrou resultados notáveis e sérios, registrados em diversos dicionários biográficos e em um colóquio de excelente qualidade fazendo sua síntese. Porém, permaneceram lacunas importantes: fichas preenchidas de modo muito desigual segundo a importância dos indivíduos considerados (não há mais igualdade entre os parlamentares do que entre os cidadãos); sobretudo as regiões são desigualmente cobertas, pois a cooperação não funcionou de forma idônea com algumas universidades, dada a falta de colaboradores interessados pelo projeto. Essa experiência paralela, embora muito melhor dotada em recursos financeiros e humanos do que eu como pesquisador individual, me reconforta pelo fato de ter mostrado que minhas escolhas, por mais criticáveis, eram as únicas realistas para se chegar a um resultado controlável e homogêneo.

2) Principais conclusões

A imagem mais conhecida das elites da Terceira República é a de uma dissociação entre as elites econômicas, políticas e administrativas. Essa

tese havia sido defendida em 1977 em *Les Sommets de l'Etat*, por Pierre Birnbaum. Ela se assentava, assim como sua refutação confusa por alguns autores marxistas da época como Nicos Poulantzas, sobre bases empíricas frágeis, considerando o atraso dos trabalhos históricos à época em que foi apresentada². A tese de Jean Estèbe sobre o pessoal de governo da República, juntamente com o conjunto dos dados que a completam expostos na primeira parte de meu livro – permitem mostrar que os termos do debate são inadequados. *As elites são dissociadas em sua base em função da passagem da classe dirigente à classe dominante (capítulo I) (dissociação dos tipos de capital necessário para aceder ao topo), dos modos diferenciados de seleção (capítulo II) (cada campo privilegia um modo de seleção próprio), mas muito menos em seu topo devido a trajetórias externas (capítulo III: pantouflage³) e internas (capítulo IV: desigualdades das carreiras de acordo com os trunfos sociais de origem).*

Consequentemente, a *diferenciação social das elites políticas e administrativas é apenas parcial*. Em todos os corpos e, sobretudo nas funções mais importantes, o pessoal governante favorece ou aloca homens com quem tem ligações, trajetórias homólogas ou interesses comuns. É dessa forma que em todas as categorias de altos funcionários chamei atenção à existência de um núcleo de altos funcionários de estado-maior que servem de elo entre a esfera política e a esfera administrativa. Isso foi possível pelas duas circunstâncias evocadas nos dois primeiros capítulos:

- 1) a renovação parcial do recrutamento da alta administração, em função dos novos dados políticos e da evolução social da população de diplomados;
- 2) a manutenção, devida à recusa dos republicanos de estabelecer uma meritocracia administrativa radical, a procedimentos de entrada, de progressões e nomeações amplamente discricionárias e

² P. Birnbaum, *Les sommets de l'État, essai sur l'élite du pouvoir en France*, Paris, Le Seuil, 1977, especialmente, p. 30-46; S. Elwitt, *The Making of the Third Republic*, Baton Rouge, Louisiana State U.P., 1975.

³ A expressão *pantouflage* designa a passagem de altos funcionários do Estado à administração ou presidência de empresas privadas. (N. T.).

pautadas por critérios da época anterior (meio de origem, fortuna, opinião política, relações pessoais). Por certo, o interesse dos governantes e de seus clientes ou aliados ia nessa direção. A alta administração, graças aos expurgos e a nomeações externas, era uma rede de proteção cômoda para realocar as vítimas dos acasos do sufrágio universal. Um «compromisso histórico» instalou-se assim entre as frações sociais em concorrência pelos postos. A autonomia, reconhecida em certos domínios aos corpos mais tradicionais, era paga pela aceitação de algumas intromissões políticas menores dada a instabilidade ministerial e a possibilidade, mesmo para os membros dos *grands corps*⁴, de extrair vantagens graças ao novo papel dos gabinetes ministeriais. A elite governamental é também, como mostrou Jean Estèbe, o resultado de uma sobre-seleção em relação ao deputado de base, a diferença sendo muito menor, portanto, com a elite administrativa, mesmo a tradicional, à exceção do nível da fortuna⁵. Se a distância social é muito significativa entre o deputado de base e o jovem auditor egresso da École Libre des Sciences Politiques, destinado a entrar nos *grands corps*, no topo das duas pirâmides, as convergências a sobrepujam pelo jogo das estratégias políticas dos altos funcionários e das afinidades múltiplas (gabinetes, laços religiosos, ideológicos, parentescos, missões especiais).

Em segundo lugar, *o estudo dos laços entre os campos político, administrativo e econômico vai de encontro a um corte crescente entre os dois primeiros e o terceiro*. Segundo Jean Estèbe, um terço dos ministros tem laços estreitos com grandes negócios; 32,3% de minha amostra de homens de negócios vêm do aparelho do Estado – na amostra um pouco

⁴ Os *grands corps* são constituídos por serviços de alto escalão administrativo e centrais do Estado, com elevado grau de unidade e prestígio. No período em questão, eram compostos pelos membros do Conselho de Estado, do Tribunal de Contas e da Inspeção de Finanças, recrutados através de concursos próprios de cada corpo ou através de nomeações de caráter político. (N.T.).

⁵ J. Estèbe, *op. cit.*, p. 159 e capítulo 1.

posterior de Maurice Lévy-Leboyer, na qual os efeitos do expurgo não são mais sentidos, o número ainda é de 26,1% (período 1912-1929)⁶; enfim, mais de 10 % dos altos funcionários da amostra passam pelos negócios a um momento ou outro de sua carreiras. Esses movimentos têm origens conjunturais e estruturais. E apenas se amplificam à medida que o regime torna-se mais conservador e que os grandes negócios têm implicações cada vez mais políticas ou administrativas (sobretudo se acrescentamos o setor da imprensa e, mais geralmente, os meios de comunicação como lugar de passagem entre elites políticas, econômicas e jornalísticas às quais estão ligados). Esta troca contínua de pessoal e de serviços entre o topo do Estado e o topo das empresas atenua o fosso ideológico e social nascido ao final do reino dos notáveis. Se o pensamos em termos de fluxo e de efeitos de dominação entre campos, eles próprios ligados pelos interesses de frações sociais em concorrência, podemos ver aí o nascimento de um novo mercado das elites que liga em uma escala ampla os pólos dominantes dos três campos detendo o poder social global. Com efeito, para além da diversificação de base atrelada ao processo de seleção específica de cada campo, o importante é que a seleção diferenciada e as estratégias individuais levam todos esses homens, que colaboram a títulos diversos, a partilhar certo número de valores comuns (porque se dobraram aos mesmos mecanismos gerais) que lhes fazem se entender ou lhes permitem aplicar os mesmos princípios de um campo a outro: o estudo das estratégias das elites através destas opções essenciais que são a escolha de uma esposa, a orientação profissional dos filhos, a relação com o dinheiro e o estilo de vida, ou enfim a análise das relações entre as elites e o poder permite diferenciar aqueles que têm acesso ou não a este novo pólo dominante dos campos fundamentais.

No final das contas, a antiga tese da *diferenciação* e da *autonomização das elites sob a República revela-se plenamente válida somente para a elite intelectual em geral e para a universitária em particular*. No nível dos fluxos e das carreiras, ela é a grande perdedora da evolução. Os

⁶ M. Lévy-Leboyer, "Le patronat français 1912-1973", in M. Lévy-Leboyer (éd.), *Le patronat de la seconde industrialisation*, Paris, Editions ouvrières, 1979, quadro 10, p. 176.

universitários têm os índices de mobilidade mais baixos e sua promoção, salvo exceções, é cada vez mais laboriosa. Quando se produzem mudanças no campo, eles se fazem sentir mas tardiamente e limitam-se a algumas funções nos espaços das elites. Poderíamos argumentar que isso decorre do próprio modo de seleção de nossa amostra. Como tomamos, por definição, os professores que atingiram a maior consagração universitária, não poderíamos esperar que se detacam-se alhures. Apenas os menos sortudos, aqui ausentes, devem procurar compensar seu menor êxito por meio de conquistas no plano do poder temporal.

Mas essa objeção, longe de contradizer meu ponto de vista, o reforça: somente as atividades intelectuais (universitárias ou literárias) implicam estas escolhas alternativas entre estratégias exotéricas e esotéricas. Ao passo que os outros campos autorizam – ou até encorajam –, seja qual for o nível de sucesso, acúmulos de atividades e de transferências de *savoir-faire* ou de capital social, o campo universitário ou literário implica cada vez mais estratégias profissionalizadas. As reconversões são custosas e envolvem uma desclassificação relativa (o equivalente do *pantouflage* na literatura seria a passagem da literatura letrada à literatura industrial ou ao jornalismo; na Universidade, da pesquisa à vulgarização ou à conferência mundana) ou, ao contrário, uma sobre-seleção que não tem efeito social a longo termo. Os raros universitários de nossa amostra que entram nos negócios têm um perfil social excepcional (Paul Leroy-Beaulieu, filho de grande notável, genro de Michel Chevalier) ou uma eminência intelectual muito particular (Mascart).

II - AS NOVAS PESQUISAS

Vinte anos depois, as novas pesquisas confirmaram ou desmentiram esses esquemas gerais de evolução?

1) A evolução das elites políticas

As elites políticas da terceira República eram portadoras de um projeto meritocrático que parcialmente traíram. Essa recusa à meritocracia integral, por medo daquilo que chamávamos o «mandarinato», diríamos

hoje a «tecnocracia», fornece argumentos polêmicos àqueles que contestam sua legitimidade. Nós a verificamos em torno de 1900 através dos debates suscitados pelo caso Dreyfus, pelo comportamento da cúpula do exército e da magistratura; o reencontramos no entre-guerras com o processo do parlamentarismo; após 1945, com o debate sobre os responsáveis da derrota de 1940, assim como hoje em dia com o tema da crise política⁷. Mas a crítica polêmica é tanto mais pertinente quanto os escândalos visíveis, os fracassos flagrantes e o cinismo dos comportamentos permitem facilmente aos panfletários, aos jornalistas ou aos cidadãos indignados partir em pedaços os dublês de que se rodeia toda elite que pretende encarnar o interesse geral. O jogo de massacre que a liberdade de tom de uma imprensa livre e a instabilidade crônica das maiorias permitem não deve mascarar, no entanto, as conclusões mais finas que as pesquisas recentes sobre os parlamentares revelam.

Na verdade, as elites políticas nacionais, departamentais ou locais realmente conheceram uma abertura social contínua e conforme ao prognóstico de Gambetta sobre o «advento das novas camadas», e às vezes mais rapidamente do que cremos ordinariamente ao pensar nas personalidades mais em voga. Contudo, tal mudança não surtiu os efeitos positivos anunciados pelo chefe do governo da Defesa nacional. Muito variável segundo as regiões e as conjunturas, a ampliação do recrutamento das elites políticas acabou contribuindo mais ao crescimento das tensões e das divergências no interior do campo político e, portanto, à instabilidade e ineficácia do parlamentarismo. O avanço da democratização dos eleitos em Paris é percebida tanto entre conselheiros municipais quanto deputados do Sena e contrasta com a estabilidade dos representantes de outras regiões como Aquitaine ou Normandie⁸. A clivagem entre uma

⁷ Michel Offerlé também sublinha esta permanência do debate em torno dos homens políticos in M. Offerlé (dir.), *La profession politique XIX^e-XX^e siècles*, Paris, Belin, 1999, p. 7-8.

⁸ N. Nagai *Les conseillers municipaux de Paris sous la III^e République (1871-1914)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002 ; J.-M. Mayeur et al., *Les parlementaires de la Seine sous la Troisième République*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2001, vol. 1: *Etudes*; vol. 2: (Arlette Schweitz) *Dictionnaire biographique*.

formação secundária da maior parte dos eleitos de origem média e superior e a cultura muito minoritária, “primária”, dos recém-chegados à arena política permanece válida até as vésperas da Quinta República. Do mesmo modo, a preeminência, entre os parlamentares, de uma cultura retórica e jurídica sobre a cultura científica e técnica nunca se apaga realmente, enquanto essas duas formas de cultura se desenvolvem na sociedade e são aquelas de uma parte crescente da população⁹.

No entanto, contrariamente a algumas análises, a crise do regime do entre-guerras não se reduz a um simples divórcio entre país legal e país real dos quais esses indicadores muito globais seriam os indícios. Num nível mais profundo, o mal-estar parlamentar remete à ausência de elo entre as mudanças do pessoal parlamentar e os das equipes dirigentes efetivas recrutadas entre os eleitos mais estáveis (logo, mais antigos), originários das regiões menos afetadas pela mudança social profunda ou cooptados em função de redes de competência de elite específicas¹⁰. Acrescente-se a isso o contrapeso conservador do Senado, concentrador dessa França imóvel do século XIX que perdura no centro do campo político e que nenhum governo ousou nem reformar nem confrontar. Desejada pelos dirigentes monarquistas dos anos 1870 como freio aos supostos ímpetos do sufrágio universal, essa instituição representava, na metade dos anos 1930, uma ilha de notáveis em meio a uma república aspirando cada vez mais à democracia social em suas regiões mais dinâmicas. Tem-se aí um esquema que lembra o freio que as câmaras altas e a da Prússia em particular colocaram à influência do Reichstag e ao progresso do parlamentarismo na Alemanha (ver os escritos políticos de Max Weber recentemente traduzidos em francês sobre esse ponto. Ela foi um dos mai-

⁹ Cf. F. Grèzes-Rueff, *La culture des députés français (1910-1958)*, Toulouse, Presses universitaires du Mirail, 1994 ; B. Marnot, *Les ingénieurs au Parlement sous la III^e République*, Paris, CNRS éditions, 2000 ; J. D. Ellis, *The Physician-Legislators of France. Medicine and Politics in the Early Third Republic, 1870-1914*, Cambridge, Cambridge U. P., 1990.

¹⁰ Demonstro-o com mais detalhes em “Les parlementaires de la Troisième République, avant-garde ou arrière garde d’une société en mouvement ?”, em J.-M. Mayeur, J.-P. Chaline e A. Corbin (ed.), *Les parlementaires de la troisième République*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2003, p. 45-63.

ores obstáculos à suave transição de uma democratização como a que a Inglaterra empreendia no mesmo período, após a derrota da Câmara dos Lordes frente às Comunas em 1911. A rejeição ao voto das mulheres e a queda dos governos de Frente popular lhe são diretamente imputáveis.

Essas diferenças também estão na origem da exacerbação dos confrontos dos anos 1930-40. Movimento operário e comunista, movimento feminista, associações que mobilizam as classes médias e os camponeses ou as ligas de extrema direita entregando-se à violência de rua, são todos eles expressões dessas forças que não encontram realmente seu lugar ou porta-vozes na arena oficial, nem no sistema de acesso às elites.

A França que estava muito mais avançada que os demais países europeus nas transformações escolares e políticas até o início do século XX encontra-se, após 1918, muito mais como retardatária. A França que se pensava o país da modernidade política é agora descrita tanto pelos intelectuais quanto pelas elites antiparlamentares como o país do arcaísmo, tema que vai correr até os anos 1960 (daí a valorização do adjetivo «novo» ou «jovem» no discurso público). De fato, as elites dos outros países sofreram os contragolpes da guerra com muito mais força. Ideologias mais radicais que o republicanismo clássico questionam as antigas hierarquias culturais: na Alemanha de Weimar, os social-democratas têm um novo papel central; na Itália fascista ou na Rússia soviética, promovem-se massivamente novas elites dotadas de uma cultura primária e oriundas de camadas muito mais populares. Mesmo na Inglaterra, antigo bastião político da aristocracia, um governo dirigido por um trabalhista, filho extraconjugal de uma servente e de camponês, James Ramsay MacDonald, chega ao poder no final dos 1920 e os trabalhistas participam do gabinete de guerra de Churchill em 1940 enquanto que os representantes de uma nova burguesia de negócios ocupa espaço em muito maior número nas Comunas. Esta percepção do descompasso entre a France e seus vizinhos e o colapso das grandes reformas até a Frente Popular sem dúvida explicam as interrogações culturais, sociais e políticas das elites francesas da época e a rejeição progressivo do compromisso histórico anterior descrito em *Les Elites de la République*.

2) A burguesia de toga, base das elites

Este compromisso favorecia no seio de campo do poder um segmento específico da burguesia que sugeri chamar, em artigos publicados nos anos 1990, burguesia de toga (*bourgeoisie de robe*)¹¹. Composta por profissões jurídicas e funcionários superiores saídos da Faculdade de Direito, esta fração encontra-se amplamente sobrerrepresentada no Parlamento, no centro do governo, nas instâncias de arbitragem, nos escalões dirigentes da função pública e em todos espaços de formação de opinião (comitês eleitorais, redação dos grandes jornais e revistas). Parisiense e provinciana, servia de elo privilegiado com as outras frações da burguesia (através de suas atividades profissionais de intermediação, mas também por suas origens e alianças sociais). Mais do que as outras frações burguesas, ela acumulava a competência, as rendas e o lazer necessários para investir nos espaço público. O patronato e os proprietários fundiários, acostumados a exercer uma autoridade única em seus papéis sociais ordinários, ficavam cada vez mais desconcertados nas assembleias heterogêneas onde a autoridade se ganha antes pelo dom da oratória e a capacidade de fazer acordos do que pela herança familiar¹². Estas frações detentoras do capital econômico perderam pouco a pouco seus feudos políticos com a ascensão de candidaturas de operários, com a menor dependência dos camponeses e as ambições políticas das novas camadas.

Se a burguesia de toga, em sua maioria, pendia para o lado do regime por interesses evidentes, estava também presente nos partidos de direita e até mesmo na extrema-esquerda, em função de tradições religiosas, de uma antiguidade variável de pertencimento à classe dominante e da hie-

¹¹ C. Charle, "La bourgeoisie de robe en France au XIXe siècle", *Le Mouvement social*, n. 181, outubro-dezembro 1997, p. 52-72 e "Légitimités en péril. Éléments pour une histoire comparée des élites et de l'État en France et en Europe occidentale, XIXè-XXè siècles", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, março 1997, 116-117, p. 39-52.

¹² Mesmo quando determinados chefes tentam utilizar os jornais para reconquistar um papel político direto, eles fracassam com frequência. Os chefes da imprensa realmente influentes no jogo político preferem cultivar posições moderadas, como Jean Dupuy e seus herdeiros à frente do «maior diário da Terceira República», *Le Petit Parisien* (cf. M. Dupuy, *Le Petit Parisien, "le plus fort tirage des journaux du monde entier"*, Paris, Plon, 1989).

rarquia mutável dos valores morais e sociais. Por um lado, por uma ligação funcional com a cultura jurídica, podia identificar-se ctotalmente com a herança do liberalismo político da Revolução francesa, contra a opressão ou o excesso do Estado. Por outro lado, por seu não menor apreço ao individualismo, à liberdade de iniciativa e ao espírito empreendedor próprios a seu *status* de profissão liberal, ela podia igualmente defender e compartilhar a visão liberal dominante do patronato. Porém, e aqui somos remetidos à história longa do grupo dos juristas ligados ao processo de construção do Estado na França¹³, uma fração desta burguesia de toga também tinha vinculações com a herança regalista e a defesa do interesse geral contra os interesses particulares, com o galicanismo contra o poderio do Papa, com os direitos do Estado contra os da Igreja e, inclusive, com a defesa dos oprimidos, por questões de equidade. Esta fração herdeira dos legisladores era encontrada em especial em determinados *grands corps* que resistiam aos excessos do clientelismo parlamentar e às tentativas de corrupção pelos interesses privados: depois de 1900, o Conselho de Estado ganhou em prestígio e em poder contra os excessos legislativos¹⁴ e desempenhou um papel de conselho em matéria social através do Conselho nacional econômico criado em 1925¹⁵. Entre essas diversas formas de engajamento, a orientação liberal ou moderada predominava amplamente, inclusive, como o demonstrou o caso Dreyfus, com uma tendência à direita de uma maioria de advogados a serviço da exaltação do exército contra os «intelectuais», defensores dos direitos do homem¹⁶.

¹³ L. Karpik, *Les Avocats. Entre l'État, le public, le marché XIIIè-XXè siècles*, Paris, Gallimard, 1995.

¹⁴ C. Charle "Les grands corps" dans Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de mémoire III, les France*, tome 2, Paris, Gallimard, 1992, p. 195-235; M.-C. Kessler, *Les grands corps de l'État*, Paris, Presses de la FNSP, 1986.

¹⁵ Ver A. Chatriot, *La démocratie sociale à la française, L'expérience du Conseil national économique*, 2002, p. 346 e ss. Este trabalho dá continuidade às propostas do capítulo 8 sobre a emergência de um espaço de concertação das elites complementar ao parlamentarismo clássico. Ver também Ch. Topalov (dir.), *Laboratoires du nouveau siècle: la nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*, Paris, Editions de l'EHESS, 1999 e J. R. Horne, *A social Laboratory for Modern France the Musée social and the Rise of the Welfare State*, Durham, North Carolina Duke University Press, 2002.

¹⁶ C. Charle, "Le déclin de la République des avocats", dans P. Birnbaum (dir.), *La France de l'affaire Dreyfus*, Paris, Gallimard, 1994, p. 56-86; G. Le Béguec, *La république des avocats*, Paris, A. Colin, 2003.

A diversidade dos valores encarnados por esse grupo e as arbitragens variáveis que seus membros podem efetuar com eles fazem do grupo um meio privilegiado para servir de mandatários às diversas frações da burguesia e das classes médias, ou até mesmo às classes populares enquanto ainda estão suficientemente organizadas. Em termos culturais, esta fração que fornece o grosso da classe política e da alta administração é produzida pelo ensino relativamente conservador das Faculdades de direito, onde a economia política e as áreas do direito público começaram a ser ensinadas somente a partir dos anos 1890 e não puderam formar, portanto, senão uma minoria daqueles que acedem às elites a partir dos anos 1920. Os primeiros grandes personagens do entre-guerras, Poincaré, Briand, Caillaux, Herriot, Blum, Tardieu, Laval, Daladier, Reynaud são todos juristas clássicos ou humanistas sem uma cultura científica ou econômica profunda. E verdade que novos especialistas tentam introduzir uma nova abordagem dos problemas sociais, financeiros ou técnicos da França da época. Tal constatação por engenheiros, economistas ou tecnocratas permanece, no entanto, dentro de certos limites, pois eles próprios dividem-se quanto às soluções¹⁷.

3) Uma república imperial?

A única grande ambição comum a estas gerações políticas e às outras elites de então reside em sua vontade constante de desenvolver o império cultural e científico francês na linha do universalismo das Luzes. Quatro grandes inovações o demonstram: o esforço para atrair os estudantes estrangeiros às faculdades francesas a partir do fim do século XIX e, novamente, após 1918 (cf. a construção da Cité universitaire internationale em Paris), a preocupação de formar professores de francês no exterior apoiando-se na rede mundial da Aliança Francesa, a vontade de finalmente implantar uma rede de institutos culturais no exterior

¹⁷ B. Marnot, *op. cit.*, capítulos 8 e 9, sobre a vontade modernizadora e tecnicista dos engenheiros no Parlamento e seus limites; sobre os economistas, cf. L. Le Van-Lemesle, *Le Juste ou le Riche. L'enseignement de l'économie politique en France 1815-1950*, Paris, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 2004, p. 595 e ss.

e em especial nos novos países saídos dos tratados de paz, o apoio à expansão da rede dos Institutos Pasteur, mais particularmente nos países tropicais e coloniais. Trata-se assim de influenciar as novas elites da Europa central e oriental, da Ásia, África ou da América Latina para fazer frente ao peso crescente do mundo anglófono e seus prolongamentos.

Uma política de exportação cultural em favor das diferentes artes completa essa subdivisão de ensino e pesquisa: disso são testemunhas o envio das grandes instituições culturais francesas ao estrangeiro (turnês da Comédie française, da Ópera, exposições artísticas) e a permanência de uma grande política de exposições internacionais para atrair visitantes do mundo inteiro a Paris e lhes apresentar as mais belas realizações do país: Exposição de artes decorativas de 1925, Exposição colonial de 1931, Exposição de artes e técnicas de 1937¹⁸. Esta é também a época de elaboração de um cânone musical francês contra a dominação alemã, da invenção de uma «Escola de Paris», formada por artistas vindos de outros lugares, de um neotradicionalismo estético «francês» em reação às vanguardas mais radicais assimiladas pela arte «boche», etc¹⁹.

Esta política cultural sustentada pelas elites da República desde os anos 1880 faz parte do projeto, mantido e ampliado após a guerra, de uma sociedade imperial que propõe ao mundo um modelo cultural universalista e ao mesmo tempo único²⁰. Tal projeto recebe amplo con-

¹⁸ E. Cohen, *Paris dans l'imaginaire national de l'entre-deux-guerres*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1999; Ch.-R. Ageron, "L'Exposition coloniale de 1931, mythe républicain ou mythe impérial?", in P. Nora (dir.), *Les Lieux de mémoire*, T. 1, *La République*, Paris, Gallimard, 1984, p. 562-591; P. Ory, *La Belle illusion, culture et politique sous le signe du Front Populaire*, Paris, Plon, 1994.

¹⁹ J. F. Fulcher, *French cultural Politics and Music from the Dreyfus Affair to the First World War*, Oxford, Oxford, U.P. 1999; K. E. Silver, *Vers le retour à l'ordre: l'avant-garde parisienne et la Première Guerre mondiale, 1914-1925*, trad. fse, Paris, Flammarion, 1991; *L'Ecole de Paris, catalogue de l'exposition du Musée d'art moderne de la ville de Paris*, Paris, Paris-Musée, 2000.

²⁰ Cf. C. Charle, *La crise des sociétés impériales (1900-1940) Allemagne, France Grande-Bretagne essai d'histoire sociale comparée*, Paris, Editions du Seuil, 2001, p. 384 e ss.; C. Charle, "Enseignement supérieur et expansion internationale (1870-1930): des instituts pour un nouvel empire", in J. Heilbron, R. Lenoir, G. Sapiro. (eds), *Pour une histoire des sciences sociales*, Paris, Fayard, 2004, pp. 323-347; L. Pyenson, *Civilizing Mission: Exact Sciences and French Overseas Expansion 1830-1940*, Baltimore, The Johns Hopkins U. P., 1993.

sentimento no seio das diversas elites: basta ver o número de professores da Sorbonne ou no Collège de France que fazem turnês de conferência pelos países de influência francesa²¹.

4) Elites da república e sociedade civil

Tal ambição cultural sem limites remete sem dúvida às ilusões nascidas da vitória sobre a Alemanha. Estas elites da República que estão ainda ligadas, de um lado, às gerações mais jovens da amostra estudada neste livro, podem acreditar ter logrado provar completamente a eficácia do novo modelo meritocrático que encarnam. Elas não dirigiram o primeiro regime a não ruir frente a uma coalizão inimiga, diferentemente dos dois Impérios do século XIX, ou frente a distúrbios sociais e políticos, ao contrário das duas monarquias constitucionais? No entanto, menos de vinte anos mais tarde, a Terceira República também é golpeada pelas mesmas maldições da crise social e política resultando em uma ocaso militar, como se a dinâmica virtuosa inventada ao final do século XIX estivesse completamente esgotada.

As explicações do desmoronamento nacional e, portanto, também do fracasso das elites da República em manter a integração nacional anteriormente conseguida apontam, para a maior parte dos historiadores, fatores massivos sobre os quais as elites não tinham nenhuma influência: surgimento de novos movimentos políticos extremistas de dimensão internacional (comunismo, fascismo), potências das quais a França depende sem dispor de meios efetivos de pressioná-las (Inglaterra, Estados-Unidos), debilidade demográfica que leva os dirigentes à pusilanimidade estratégica e militar e paralisa a população após o luto coletivo da guerra de 1914. Acrescente-se a isso as divisões e fraquezas das vanguardas modernizadoras, minoritárias frente às elites oriundas do antigo sistema acima evocadot²².

²¹ C. Charle, *La République des universitaires (1870-1940)*, Paris, Editions du Seuil, 1994, capítulo 8.

²² Cf. R. Frank, *La hantise du déclin, le rang de la France en Europe, 1920-1960 finances, défense et identité nationale*, Paris, Belin, 1994 ; J.-L. Crémieux-Brilhac, *Les Français de l'an 40, I. La guerre, oui ou non. II Ouvriers et soldats*, Paris, Gallimard, 1990, 2 vol. Também propus uma análise global em *La crise des sociétés impériales, op. cit.*, capítulo 10.

Afora esses fatores incontestáveis, convém recorrer a duas hipóteses interpretativas suplementares que dizem respeito diretamente às próprias elites. Desde antes de 1914 já surgiam dois sinais de declínio e de fragilidade, sobretudo face às outras duas sociedades imperiais, o Reino Unido e a Alemanha, às economias mais poderosas e às populações mais dinâmicas. Em primeiro lugar, a conquista do império colonial não suscitou vocações em massa à expatriação ou a sua valorização fora de uma minoria de funcionários ou empresários, ao passo que as necessidades militares da Grande Guerra vão obrigar os autóctones a contribuir nas trincheiras ou nas fábricas e construções e acentuar, assim, o sentimento de injustiça e de exploração em meio a estas populações dominadas, detonando dessa forma o processo de revolta nacionalista²³. Entre as diversas frações da burguesia, a valorização do Império é mais um objeto de discursos e de celebração do que um espaço de investimento pessoal ou familiar, salvo para alguns pequenos grupos integrados às elites parisienses ou de certas cidades como Lyon, Marseille, Nantes ou Bordeaux²⁴.

Em segundo lugar, as reformas, após a Separação das igrejas e do Estado, têm dificuldades em se realizar por falta de grandes partidos disciplinados em torno de programas coerentes²⁵. Dirigentes políticos ou elites em geral se dividem sobre as novas questões do momento mesmo quando fazem parte dos mesmos grupos ideológicos ou campos profissionais. A reforma do ensino, indispensável à retomada do projeto

²³ Cf. J. Thobie, G. Meynier, C. Coquery-Vidrovitch, Ch.-R. Ageron, *Histoire de la France coloniale*, vol. 2, Paris, A. Colin, 1990, p. 90-132.

²⁴ C. Hodeir, *Stratégies d'Empire le grand patronat colonial face à la décolonisation*, Paris Belin 2003, capítulo 1; N. Bancel, P. Blanchard, F. Vergès, *La République coloniale. Essai sur une utopie*, Paris, Albin Michel, 2003; Alice B. Conklin, *Mission to Civilize. The Republican Idea of Empire in France and West Africa 1895-1930*, Stanford, Stanford U.P., 1997; P.-P. Zalio, *Grandes familles de Marseille au XX^e siècle, enquête sur l'identité économique d'un territoire portuaire*, Paris, Belin, 1999.

²⁵ Isso é observado com a Alliance républicaine démocratique (R. Sanson, *L'Alliance républicaine démocratique. Une formation de centre (1901-1920)*, Rennes, PUR, 2003) et avec le parti radical (cf. G. Baal *Le Parti Radical de 1901 à 1914*, thèse d'Etat, Université de Paris-IV, 6 Microfiches, 1991 ; S. Berstein, *Histoire du parti radical*, Paris, Presses de la FNSP, 1980-82, 2 vol.). Estes dois partidos centrais das maiorias republicanas praticam alianças, tanto à esquerda quanto à direita, segundo questões que frequentemente dividem seus próprios responsáveis.

meritocrático, opõe os «clássicos», que se encontram tanto à esquerda quanto à direita e rejeitam uma diminuição das humanidades, e os «modernos», que chegam ao poder somente com Jean Zay em 1936²⁶. Os que controlam as carreiras de acesso às elites praticam o mesmo corporativismo maltusiano: os professores das faculdades de direito, onde uma forte minoria de estudantes adere à Action française e apóia as medidas elitistas e xenóforas dos juristas, ou os responsáveis das *grandes écoles*²⁷ e, em particular, das escola de engenharias, que impedem os efetivos de manter o aumento demográfico e preservam, assim, sua raridade.

Ao não reformar o ensino secundário e limitar os efeitos da reforma universitária, por interesse, obviamente, as elites da República do entre-guerras deixam intactas, ou até reforçam, as *grandes écoles*. Além disso, mantém sob o império da patronagem e da cooptação grandes fatias da administração, em especial as funções de administração local e a magistratura²⁸.

Os movimentos tecnocráticos (por exemplo, os coordenados por Ernest Mercier ou Jean Coutrot²⁹), oriundos do mundo dos engenheiros e da indústria, também compartilham esta visão elitista que não questiona as formas de seleção existentes, nem as clivagens escolares e culturais de longa duração datando do século XIX. Em 15 de fevereiro de 1928, Ernest Mercier publica “Réflexions sur l’Elite” na *Revue des Deux Mondes* onde

²⁶ A. Prost, *L’Ecole et la famille dans une société en mutation*, último volume de *Histoire générale de l’enseignement et de l’éducation en France*, Paris, Nouvelle librairie de France, 1981, p. 213-233.

²⁷ As *grandes écoles* - como a Ecole des Mines, Ecole Polytechnique, Ecole Normale Supérieure, Ecole Nationale d’Administration - situam-se no alto da hierarquia do ensino superior francês, em geral acima das universidades. (N. T.).

²⁸ C. Charle, “État et magistrats, les origines d’une crise prolongée”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 96-97, março 1993, p. 39-48; G. Thuillier, *L’ENA avant L’ENA*, Paris, *op. cit.*; A. Bancaud, *La haute magistrature judiciaire entre politique et sacerdoce: ou le culte des vertus moyennes*, Paris, LGDJ, 1993 e *Une exception ordinaire: La magistrature en France, 1930-1950*, Paris, Gallimard, 2002; M.-O. Baruch et V. Duclert (dir.), *Serviteurs de l’Etat: une histoire politique de l’administration française, 1875-1945*, Paris, La Découverte, 2000.

²⁹ Ver R. F. Kuisel, *Ernest Mercier: French Technocrat*. Berkeley: University of California Press, 1967. Filho do prefeito radical de Constantine (Argélia), E. Mercier é um produto da meritocracia dos concursos: ele obtém uma bolsa para Louis-le-Grand, ganha um prêmio de física no Concurso geral e entra na escola Polytechnique em 1899, de onde sai engenheiro naval ante de completar sua formação na Ecole supérieure d’électricité.

desenvolve um projeto tecnocrático de inspiração saint-simoniana³⁰. Nele propõe dar o poder aos verdadeiros detentores da cultura moderna necessária à modernização da França, os homens de negócio esclarecidos. Em seguida, E. Mercier reúne dentro do *Redressement français* proprietários administradores e engenheiros dos setores modernos, mas poucos membros das dinastias burguesas. Seu movimento, que rejeita o jogo parlamentar clássico, julgado ultrapassado, com menos de 20 000 aderentes em seu auge, não chega a favorecer suficientemente setores da sociedade civil a ponto de pesar nos eventos.

5) Após 1945: o retorno da crise das elites?

Todos os que refletiram acerca do desastre de 1940 procuraram tirar lições a uma necessária renovação das elites. A Libertação efetivamente engendrou reformas a fim de renovar em profundidade os mecanismos de acesso às posições dirigentes. A *Ecole libre des sciences politiques*, viveiro dos altos funcionários, foi nacionalizada, a ENA (*École Nationale d'Administration*) foi criada para ampliar seu recrutamento nas províncias e enfraquecer os *grands corps*. Estabeleceu-se uma política de democratização do ensino secundário e superior. O Estado encarregou-se das grandes empresas dos setores-chave (nacionalizações) a fim de modernizar a economia. O mundo político abriu-se a novas categorias (mulheres, operários, pequena burguesia) graças à representação proporcional e ao reforço dos partidos disciplinados como a SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária), o MRP (Mouvement Républicain Ouvrier) e o PCF (Partido Comunista Francês) que podem servir de alavancas sociais complementares. Entretanto, a Quarta República desmoronou ainda mais rapidamente que a Terceira, e a Quinta sem dúvida prolongou esse projeto econômico modernizador dos «trinta gloriosos»³¹, mas não coincidiu em

³⁰ Revista citada, p. 882-895; cf. também O. Dard, "Du privé au public. Des technocrates en quête d'un Etat rationnel et à la conquête de l'Etat républicain dans la France des années trente", in M.-O. Baruch e V. Duclert (dir.), *op. cit.*, p. 485-495.

³¹ Expressão que designa o período histórico de alto crescimento econômico vivido por diversos países europeus entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a primeira crise do petróleo, em 1973. (N. T.).

nada, muito pelo contrário, com uma abertura social e cultural das elites, sejam elas econômicas, administrativas ou políticas. A ENA tornou-se, inclusive, o bode expiatório da crítica da «tecnocracia», embora tivesse sido concebida como instrumento de democratização daquela. De fato, ela não somente forneceu os mais altos funcionários, conforme a sua missão, mas estes também tripularam os gabinetes ministeriais, ocuparam um lugar desproporcional nos governos, estados-maiores dos partidos dominantes e, ainda, na direção das maiores empresas públicas e privadas³². Isto não impediu que as outras *grandes écoles* dominassem a direção de determinados grandes setores da economia e da mídia em detrimento dos universitários diplomados «ordinários» ou dos assalariados promovidos internamente, fenômeno que não é encontrado nesse grau em nenhum outro lugar, à exceção, talvez, da Grã-Bretanha³³.

Enquanto a prosperidade, o pleno emprego, o aumento do consumo e a «grandeza» da França na Europa estiveram presentes até o início dos anos 1970, a crítica às elites foi discreta, afora a denúncia ritual de intelectuais ou alguns partidos de esquerda à influência excessiva da «tecnocracia» ou do «grande capital» sobre o poder *gaulliste*. Por outro lado, depois que a França começou a acumular os baixos resultados econômicos e sociais a partir do fim dos anos 1970, um discurso muito mais crítico desenvolveu-se em torno do «elitismo à francesa», favorecendo uma nova «nobreza de Estado» (P. Bourdieu), uma nova “classe dirigen-

³² Cf. J.-M. Eymeri, “La machine élitare. Un regard européen sur le «modèle» français de fabrication des hauts fonctionnaires” in H. Joly (dir.), *Formation des élites en France et en Allemagne*, Paris, CIRAC, 2005, pp.100-128, que resume de modo original o conjunto da controvérsia e dos dados em perspectiva comparada.

³³ Cf. H. Joly, *Patrons d'Allemagne, sociologie d'une élite industrielle 1933-1989*, Paris, Presses de Sciences Po, 1996; F.-C. Mougel, *Elites et système de pouvoir en Grande-Bretagne (1945-1987)*, Bordeaux, Presses universitaires de Bordeaux, 1990; M. Bauer et B. Bertin-Mouroit, *Les 200. Comment devient-on un grand patron?*, Paris, Éditions du Seuil, 1987; A. Garrigou, *Les élites contre la République. Sciences Po et l'ENA*, Paris, La Découverte, 2001, p.186-87: o percentual dos *énarques* que passaram pelo setor privado subiu de 15-20%, antes de 1980, até aproximar-se de 50% nas promoções recentes.

te” (P. Birnbaum), ou mesmo “elites contra a República” (A. Garrigou)³⁴, novos privilegiados de um sistema econômico, escolar e político dos mais socialmente seletivos do mundo e que deixa, cada vez mais, pessoas desamparadas, apesar do Estado-Providência e do aumento dos «impostos obrigatórios».

Comparado com a crítica às elites do entre-guerras, o novo anti-elitismo contemporâneo apresenta certas analogias inegáveis. De todo modo, ele traduz uma dupla crítica. Duvidamos cada vez mais da validade de seus critérios de seleção distantes do mundo social atual e muito peculiares da cultura francesa (seleção com base em disciplinas de matemática, aptidões retóricas, performance precoce e no diploma de acesso ao ensino superior- *baccalauréat*). Nos indignamos sobretudo com as injustiças ou disfunções duráveis que os dirigentes não apenas deixam de corrigir, mas, na medida em que tiram proveito delas, acabam por contribuir a sua perpetuação ou mesmo a agravá-las, graças a toda uma série de redes de cooptação e de influência facilitada pelo elitismo inicial de pequenos círculos de interconhecimento. Diversos escândalos financeiros (Crédit Lyonnais, caso Elf-Aquitaine, etc.), escolhas políticas de peso (privatizações em torno dos «núcleos duros») ou disfunções administrativas têm mostrado, a todos, seu alcance e seus efeitos, ignorados em tempos normais.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

O historiador das elites não tem vocação à profecia. Ele pode tirar pelo menos três conclusões do confronto entre as crises das elites francesas do século XX e da incapacidade de se modificar em profundidade as regras do jogo, apesar do ideal oficialmente estampado como meritocracia. A primeira é que, na França, a mudança no topo sempre se deve mais a transformações externas do que a uma capacidade dos dirigentes de an-

³⁴ P. Bourdieu, *La noblesse d'Etat, grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Minit, 1989; P. Birnbaum et al., *La classe dirigeante française*, Paris, PUF, 1978 ; J.-L. Bodiguel, *Les anciens élèves de l'ENA*, Paris, Presses de la FNSP, 1978 ; A. Garrigou, *Les élites contre la République*, op. cit.

tecipar as reformas. A segunda é que uma reforma parcial (como a criação da ENA ou as nacionalizações, ou ainda a democratização do ensino secundário e superior), por si só, não é suficiente para modificar regras que envolvem processos sociais, culturais, políticos, espaciais, etc. de longa duração e que atravessam todo corpo social. Como em qualquer situação, o simplismo da denúncia apenas ajuda a manter os mecanismos de dominação. O terceiro fenômeno que encontramos é o descompasso crescente entre os níveis de poder. Cada vez que um modelo de recrutamento é alterado para dar acesso a tal ou qual grupo de elite, constatamos a criação de um contrafogo que esvazia em parte sua eficácia: por que razão recrutar parlamentares das camadas modestas, como ocorreu no entre-guerras, se o círculo de decisão passa pela alta função pública técnica ou por um grupo de ministros intocáveis apesar das mudanças de governo? Por que razão democratizar a alta administração, se o verdadeiro centro do poder desloca-se para os gabinetes ministeriais cooptados em função de novas redes clientelistas ou de afinidades partidárias? Ou ainda, com a construção da Europa e a mundialização, por que interrogar-se sobre as competências dos «presidenciáveis» (políticas ou econômicas), se as arbitragens situam-se cada vez mais em círculos internacionais ainda mais elitistas e escapando a qualquer controle democrático: organismos internacionais, estados-maiores das multinacionais, arbitragens dos mercados internacionais em função de reflexos automáticos e imediatos de investidores preocupados sobretudo com o desempenho rápido das ações e não com o valor ou a utilidade real das empresas.

Seria paradoxal, no entanto, que o historiador, ao comparar seu objeto num duplo recuo histórico de duzentos e de vinte anos, tenha ao final a impressão de um eterno retorno de uma história estrutural e conjuntural longa do campo do poder sob a República. Em vez de proteger-se atrás de fórmulas convenientes tomadas de empréstimo de noções já gastas do pensamento político francês («mal francês», «guerras franco-francesas», «exceção francesa», «modelo francês», etc.), deve-se extrair desse duplo recuo uma convicção e um projeto.

Assim como os contemporâneos da *Belle époque* desconheciam amplamente as elites que louvavam ou denegriam, dramatizavam problemas aparentes e subestimavam fraquezas aparentes desaparecidas e que hoje

reavaliemos com propriedade, pode-se apostar que historiadores, sociólogos ou politicólogos do presente cometem erros de apreciação similares, dada a falta de fontes adequadas e de perspectivas de médio alcance. Realmente, as pesquisas atuais não têm acesso, salvo quando há escândalos estrondosos, aos aspectos privados da sociologia das elites contemporâneas. Esta caracterização a partir de traços públicos exteriores contribui a dar esta imagem de permanência produzida pelas categorias das fontes oficiais. Procurei, ao contrário, demonstrar em meu livro a importância do conhecimento das estratégias privadas à compreensão da dinâmica pública das elites. Esta constatação, longe de desesperançosa, é uma incitação a continuar a pesquisa e tomar distâncias contra a cegueira e as paixões que um objeto como este, jamais realmente frio, suscita no foro íntimo e, por vezes, exterior, do intelectual cuja identidade histórica nasceu justamente da confrontação com as «elites da República» cem anos antes. Aplicar o método histórico ao contemporâneo, praticar o descentramento comparativo, tais são, vinte anos depois, os dois ensinamentos de longa duração que se pode tirar da investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGERON, C.-R. L'Exposition coloniale de 1931, mythe républicain ou mythe impérial? In: NORA, P. (dir.). *Les Lieux de mémoire*, T. 1, *La République*. Paris: Gallimard, 1984.
- BAAL, G. *Le Parti Radical de 1901 à 1914*, thèse d'Etat, Université de Paris-IV, 6 Microfiches, 1991.
- BANCAUD, A. *La haute magistrature judiciaire entre politique et sacerdoce: ou le culte des vertus moyennes*. Paris: LGDJ, 1993.
- BANCAUD, A. *Une exception ordinaire: La magistrature en France, 1930-1950*. Paris: Gallimard, 2002.
- BANCEL, N.; BLANCHARD, P. VERGES, F. *La République coloniale. Essai sur une utopie*. Paris: Albin Michel, 2003.
- BARUCH, M.-O. & DUCLERT, V. (dir.). *Serviteurs de l'Etat: une histoire politique de l'administration française, 1875-1945*. Paris: La Découverte, 2000.

- BAUER, M. & BERTIN-MOUROT, B. *Les 200. Comment devient-on un grand patron?* Paris: Seuil, 1987.
- BERSTEIN, S. *Histoire du parti radical*. Paris: Presses de la FNSP, 1980-82, 2 vol.
- BIRNBAUM, P. et al. *La classe dirigeante française*. Paris: PUF, 1978.
- BIRNBAUM, P. *Les sommets de l'État, essai sur l'élite du pouvoir en France*. Paris: Seuil, 1977.
- BODIGUEL, J.-L. *Les anciens élèves de l'ENA*, Paris, Presses de la FNSP, 1978.
- BOURDIEU, P. *La noblesse d'Etat, grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Minit, 1989.
- CHARLE, C. Enseignement supérieur et expansion internationale (1870-1930): des instituts pour un nouvel empire. In: HEILBRON, J.; LENOIR, R.; SAPIRO, G. (eds.). *Pour une histoire des sciences sociales*. Paris: Fayard, 2004, p. 323-347.
- CHARLE, C. État et magistrats, les origines d'une crise prolongée". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 96-97, março 1993, p. 39-48.
- _____. "La bourgeoisie de robe en France au XIXe siècle". *MS*, n° 181, outubro-dezembro 1997, p. 52-72.
- _____. *La crise des sociétés impériales (1900-1940) Allemagne, France Grande-Bretagne essai d'histoire sociale comparée*. Paris: Seuil, 2001.
- _____. *La République des universitaires (1870-1940)*. Paris: Seuil, 1994.
- _____. Le déclin de la République des avocats. In: BIRNBAUM, P. (dir.). *La France de l'affaire Dreyfus*. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. Légitimités en péril. Éléments pour une histoire des comparée des élites et de l'État en France et en Europe occidentale, XIXe-XXe siècles". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, março 1997, 116-117, p. 39-52.
- _____. Les grands corps. In: Pierre Nora (dir.). *Les Lieux de mémoire III, les France*, tomo 2, Paris, Gallimard, 1992, p. 195-235.
- _____. Les parlementaires de la Troisième République, avant-garde ou arrière garde d'une société en mouvement? In: MAYEUR, J.-P.; CHALINE, J.-M.; CORBIN, A. (org.). *Les parlementaires de la troisième République*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003.
- CHATRIOT, A. *La démocratie sociale à la française, L'expérience du Conseil national économique*. Paris: La Découverte, 2002.

- COHEN, E. *Paris dans l'imaginaire national de l'entre-deux-guerres*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.
- CONKLIN, A. B. *Mission to Civilize. The Republican Idea of Empire in France and West Africa 1895-1930*. Stanford: Stanford U. P., 1997.
- CREMIEUX-BRILHAC, J.-L. *Les Français de l'an 40, I. La guerre, oui ou non. II Ouvriers et soldats*. Paris: Gallimard, 1990, 2 vol.
- DARD, O. Du privé au public. Des technocrates en quête d'un Etat rationnel et à la conquête de l'Etat républicain dans la France des années trente.
- BARUCH, M.-O. & DUCLERT, V. (dir.). *Serviteurs de l'Etat: une histoire politique de l'administration française, 1875-1945*. Paris: La Découverte, 2000.
- DUPUY, M. *Le Petit Parisien, "le plus fort tirage des journaux du monde entier"*. Paris: Plon, 1989.
- ELLIS, J. D. *The Physician-Legislators of France. Medicine and Politics in the Early Third Republic, 1870-1914*. Cambridge: Cambridge U. P., 1990.
- ELWITT, S. *The Making of the Third Republic*. Baton Rouge: Louisiana State U.P., 1975.
- EYMERI, J.-M. La machine élitaires. Un regard européen sur le «modèle» français de fabrication des hauts fonctionnaires. In: JOLY, H. (dir.). *Formation des élites en France et en Allemagne*. Paris: CIRAC, 2005.
- FRANK, C. *La hantise du déclin, le rang de la France en Europe, 1920-1960: finances, défense et identité nationale*. Paris: Belin, 1994.
- FULCHER, J. F. *French cultural Politics and Music from the Dreyfus Affair to the First World War*. Oxford: Oxford, U.P. 1999.
- GRÈZES-RUEFF, F. *La culture des députés français (1910-1958)*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1994.
- HODEIR, C. *Stratégies d'Empire: le grand patronat colonial face à la décolonisation*. Paris: Belin, 2003.
- HORNE, J. R. *A social Laboratory for Modern France: the Musée social and the Rise of the Welfare State*. Durham: North Carolina Duke University Press, 2002.
- JOLY, H. *Patrons d'Allemagne, sociologie d'une élite industrielle 1933-1989*. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.
- KARPIK, L. *Les Avocats. Entre l'État, le public, le marché XIIIè-XXè siècles*. Paris: Gallimard, 1995.

- KESSLER, M.-C. *Les grands corps de l'État*. Paris: Presses de la FNSP, 1986.
- KUISEL, R. F. *Ernest Mercier: French Technocrat*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- L'ECOLE DE PARIS. Catalogue de l'exposition du Musée d'art moderne de la ville de Paris. Paris: Paris-Musée, 2000.
- LE BEGUEC, G. *La république des avocats*. Paris: Albin Colin, 2003.
- LE VAN-LEMESLE, L. *Le Juste ou le Riche. L'enseignement de l'économie politique en France 1815-1950*. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 2004.
- LÉVY-LEBOYER, M. Le patronat français 1912-1973. In: _____ (éd.). *Le patronat de la seconde industrialisation*. Paris: Editions Ouvrières, 1979.
- MARNOT, B. *Les ingénieurs au Parlement sous la III^e République*. Paris: CNRS éditions, 2000.
- MAYEUR, J.-M. et al. *Les parlementaires de la Seine sous la Troisième République*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2001, vol. 1: *Etudes*; vol. 2: (Arlette Schweitz) *Dictionnaire biographique*.
- MOUGEL, F.-C. *Elites et système de pouvoir en Grande-Bretagne (1945-1987)*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1990.
- NAGAI, N. *Les conseillers municipaux de Paris sous la III^e République (1871-1914)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002.
- OFFERLÉ, M. (dir.). *La profession politique XIX^e-XX^e siècles*. Paris: Belin, 1999.
- ORY, P. *La Belle illusion, culture et politique sous le signe du Front Populaire*. Paris: Plon, 1994.
- PROST, A. *L'Ecole et la famille dans une société en mutation*, último volume de *Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France*. Paris: Nouvelle Librairie de France, 1981.
- PYENSON, L. *Civilizing Mission: Exact Sciences and French Overseas Expansion 1830-1940*. Baltimore: The Johns Hopkins U. P., 1993.
- SANSON, R. *L'Alliance républicaine démocratique. Une formation de centre (1901-1920)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003.
- SILVER, K. E. *Vers le retour à l'ordre: l'avant-garde parisienne et la Première Guerre mondiale, 1914-1925*. Paris: Flammarion, 1991.

Christophe Charle

THOBIE, J. Et al. *Histoire de la France coloniale*, vol. 2. Paris: Albin Colin, 1990.

TOPALOV, C. (dir.). *Laboratoires du nouveau siècle: la nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*. Paris: Editions de l'EHESS, 1999.

ZALIO, P.-P. *Grandes familles de Marseille au XX^e siècle, enquête sur l'identité économique d'un territoire portuaire*. Paris: Belin, 1999.

Tradução: Ernesto Seidl

Revisão técnica: Christophe Charle

DA REPRODUÇÃO ÀS RECOMPOSIÇÕES DAS ELITES:

*as elites administrativas, econômicas
e políticas na França*

Monique de Saint Martin*

RESUMO

Este artigo apresenta um panorama tanto dos esquemas analíticos quanto de parte dos resultados de estudos acerca das elites administrativas, econômicas e dirigentes na França. Por um lado, oferece um panorama variado e renovado das discussões das Ciências Sociais em torno dos grupos dirigentes, destacando os estudos que enfatizam as transformações em curso, as recomposições, reconversões e a internacionalização crescente das elites. Por outro lado, também indica as tensões entre diferentes princípios e estratégias de legitimação das frações dominantes, com a progressiva imposição de recursos centrados numa competência dita técnica, e uma crescente competição entre as elites.

Palavras-chave: elites, França, recomposição social

* Diretora de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Pesquisadora no Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux, (EHESS/IRIS), Paris.

A tendência à continuidade, à coesão e à reprodução das elites administrativas, políticas e econômicas é bastante forte na França - sem dúvida mais forte do que em muitos outros países¹. O acesso aos grupos dirigentes é bastante fechado sobretudo em razão de um sistema de formação das elites organizado em torno de *grandes écoles*² e de classes preparatórias (*classes préparatoires*³), e as reformas políticas, sociais, jurídicas ou econômicas em geral demoram bastante tempo até que seus efeitos sejam sentidos; as mudanças de governo, de política, o que se denomina «alternância», com frequência acarretam inflexões nas equipes no poder e em diretores de ministérios, mas não alteram em profundidade os equilíbrios estruturais. Por exemplo, a probabilidade de que um *outsider* pouco conhecido na classe política torne-se, em pouco tempo, presidente da República é extremamente baixa⁴.

No entanto, transformações estão em curso na composição das elites, nas instituições que detêm o poder, assim como nos modos de exercício do poder, nas maneiras de fazer e de agir dos diferentes dirigentes, nas formas de legitimidade sobre as quais as elites se apoiam⁵. Parece de fato que as elites estão menos rígidas e menos imutáveis na França do que

¹ Uma primeira versão deste texto foi publicada em *Anuario IEHS*, Universidad del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, n° 16, 2001.

² As *grandes écoles* - como a Ecole des Mines, Ecole Polytechnique, Ecole Normale Supérieure, Ecole Nationale d'Administration - situam-se no alto da hierarquia do ensino superior francês, em geral acima das universidades. (N. T.).

³ As classes preparatórias às *grandes écoles*, com duração de dois ou três anos, destinam-se aos alunos que pretendem prestar concurso de entrada nas *grandes écoles* e escolas de engenharia. Estes cursos apresentam três eixos principais segundo as carreiras desejadas (econômica e comercial, literária e científica), ocorrem nos liceus e exigem a posse do diploma de *baccalauréat* (2° ciclo do ensino médio francês) ou de nível equivalente. A seleção ocorre através de análise das candidaturas (N. T.).

⁴ Essa constatação foi frequente após a eleição de Barack Obama.

⁵ Luc Boltanski analisa muito bem esta mudança nas formas de legitimidade e nas modalidades do poder de Estado desde os anos 1970: «Trata-se, para ser breve, de um enfraquecimento da legitimidade política fundada na referência ao povo (denegrida como 'parlamentarismo' antes de sê-lo como 'populismo'), à vontade coletiva (em termos rousseauístas), à consciência coletiva (em termos durkheimianos), para a qual o momento do voto, da eleição, constitui a prova determinante, em proveito de uma legitimidade fundada na *expertise*, ou seja, nas técnicas e nas ciências, as ciências ditas «exatas», é claro, e particularmente na biologia, mas sobretudo - e aí talvez resida a principal inovação -, nas ciências ditas sociais, em primeiro lugar a economia e, em segundo lugar, a ciência política, a demografia e a sociologia, tendo como instrumento principal a estatística e a econometria». Cf. Luc Boltanski, *Rendre la réalité inacceptable. A propos de «La production de l'idéologie dominante»*, Paris, Ed. Demopolis, 2008, p. 73.

considerávamos nos anos 1970 ou 1980 e que, sobretudo, a posição dos membros dos grupos dirigentes não está mais assegurada como no passado. As elites e sua legitimidade são questionadas incessantemente, com maior ou menor vigor segundo o momento⁶.

A mundialização da economia, a constituição progressiva da União Europeia, a privatização de várias grandes empresas, o aumento do poder dos acionários, a descentralização dos poderes em favor das regiões, a multiplicação das comissões e dos comitês de *experts*, que detêm poderes cada vez mais importantes, a transformação do papel e das funções do Estado, a realização de reformas de liberalização econômica, a emergência de novos modos de ação coletiva e, recentemente, a grave crise financeira, econômica e social não são estranhas a estas transformações e às recomposições que estão surgindo. Em um mundo incerto, há alguns anos observa-se na França um crescimento relativo do poder dos *experts*, ou dos consultores, dos jornalistas e dos meios de comunicação – que aliás pode ser questionado, como foi o caso recente das agências de classificação financeira –, uma diminuição importante do poder dos parlamentares eleitos, deputados e senadores e uma perda, senão de poder, pelo menos de crédito dos altos funcionários da administração, dos diplomatas, por exemplo, mas também dos membros dos *grands corps*⁷, Inspeção de Finanças, Conselho de Estado, Tribunal de Contas (ao passo que, até pouco tempo atrás, pareciam quase intocáveis).

Desde o final de 1995⁸ e, especialmente após o desencadeamento da crise atual, as elites são com maior frequência diretamente assinaladas,

⁶ Cf. C. Charle, «Légitimités en péril. Éléments pour une histoire comparée des élites et de l'Etat en France et en Europe occidentale (19^e-20^e siècle)», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 116-117, março 1997, pp. 39-52.

⁷ Os *grands corps* são constituídos por serviços de alto escalão administrativo e centrais do Estado, com elevado grau de unidade e prestígio. Pode-se distinguir os *grands corps* técnicos, recrutados sobretudo pela Ecole Polytechnique, dos *grands corps* administrativos, majoritariamente compostos por ex-alunos da Ecole Nationale d'Administration (ENA). (N. T.)

⁸ As greves e manifestações de dezembro de 1995 pela defesa da Previdência Social, do serviço público, das aposentadorias e contra o plano Juppé de reforma da Previdência Social não foram organizadas contra as elites, mas todos os observadores sublinharam que a distância entre as elites e o «país real» era grande. A denúncia das elites tornou-se, então, um dos temas obrigatórios do discurso político. Para uma análise desses movimentos e esse humor antielites que apareceram muito antes de dezembro de 1995, mas que se desenvolveram naquele momento, cf. Jacques Julliard, *La faute aux élites*, Paris, Gallimard, 1997.

em particular na imprensa, na televisão, nos debates, apontadas como responsáveis nos «casos», escândalos, reestruturações de empresas, fusões seguidas de demissões e falências. As elites políticas estão entre as mais vulneráveis; «às portas do ano 2000, a função política tornou-se o alvo das críticas», notava Marc Abélès na introdução de sua obra sobre a Assembleia nacional⁹. No entanto, em 2008, os grandes chefes da indústria e do comércio, e ainda mais os banqueiros, que há alguns anos descobriam que sua posição, às vezes, não estava mais garantida como no passado, tornaram-se objeto de denúncias e de críticas muito fortes; vilipendiados numa frequência cada vez maior, desde então são chamados a prestar contas publicamente, fato do qual a maior parte deles reclama. Muitos dirigentes de grandes empresas, de bancos, de companhias de seguro, homens políticos e altos funcionários foram objeto de denúncias, acusações, investigações; as remunerações frequentemente enormes e exageradas, os famosos «paraquedas dourados»¹⁰ (*golden parachutes*), que são as indenizações geralmente colossais (chegando às vezes a milhões de euros) pagas como complemento a indenizações legais em caso de tomada de bens após demissões, reestruturação ou fusão com alguma outra empresa ou mesmo em caso de demissão programada do interessado, inclusive aqueles que fracassaram, são questionadas e denunciadas. Muitos desses «paraquedas dourados» suscitaram enorme indignação e criaram escândalo, tornando-se insuportável sua continuação. Quanto a seus quadros, de quem a empresa esperava devoção e solidariedade, cada vez mais dão a sensação, observa François Dupuy, de não mais acreditar, deixam de investir no mundo do trabalho, saem do jogo e muitas vezes desenvolvem estratégias de resistência passiva¹¹. Alguns

⁹ Marc Abélès, *Un ethnologue à l'Assemblée*, Paris, Editions Odile Jacob, 2000.

¹⁰ Na Europa, a França era, em 2007, o país em que os empresários dispunham das indenizações mais elevadas. Segundo estudo publicado pelo jornal *La Tribune*, em 12 de junho de 2007, realizado junto a 350 empresas, os empresários franceses recebem "o dobro do total de seu salário de base e de seu bônus anual" sob forma de indenizações por demissão, enquanto que apenas a metade dos dirigentes americanos se beneficiam de um tal nível de pacote de demissão.

¹¹ François Dupuy, *La fatigue des élites. Le capitalisme et ses cadres*, Paris, Ed. du Seuil, 2005.

levam os conflitos com os patrões aos tribunais e, de modo geral, as relações entre funcionários e empregadores tornaram-se tensas durante os últimos 25 anos¹².

Se os efeitos da crise econômica e financeira recente sobre o mundo das elites ainda não produziram estudos sociológicos aprofundados, e se as diferentes transformações ou recomposições constituem um campo de pesquisas ainda insuficientemente explorado, é possível observar-se, no entanto, após longo período de estagnação marcado por um baixo interesse por pesquisas sobre elites e grupos dirigentes, um desenvolvimento de pesquisas sobre estes grupos dentro da sociologia, antropologia, história e da ciência política. Sem querer apresentar um panorama completo e exaustivo dos estudos realizados nem tampouco expor as diferentes abordagens ou diferentes correntes sociológicas que se interessam atualmente pelas elites, gostaríamos pelo menos de assinalar algumas das questões e das respostas, e também das análises, que foram desenvolvidas sobre o tema principalmente em pesquisas sociológicas concentradas nas elites políticas, administrativas e econômicas no período dos anos 1970-2000, o que não exclui referências a anos anteriores ou mais recentes.

Embora importante, não dedicaremos muito tempo à questão da diferente utilização que vários sociólogos fazem dos termos: elite, categoria dirigente, categoria favorecida, grupo dirigente, classe dirigente, classe dominante¹³. Na verdade, são numerosas as noções a que recorrem na

¹² Mais numerosos, os conflitos envolvendo empregados são também mais complicados, segundo pesquisa realizada por pesquisadores e tornada pública em 17 de novembro de 2008 pelo sindicato *Force Ouvrière-cadres*. Cf. Bertrand Bissuel, «Les cadres font de plus en plus appel aux prudhommes», *Le Monde*, 19 de novembro de 2008, p. 15.

¹³ Se destacamos o fato de que esses grupos preocupam-se sobretudo com a manutenção, ou mesmo com a reprodução, de seus recursos e de seus privilégios, bem como da ordem social, falaremos mais propriamente de grupo dominante. Ao falar de grupo dirigente, o destaque recai sobre o fato de que esses grupos participam da produção da sociedade e de sua modernização (cf. Michel Bauer, «La gauche au pouvoir et le grand patronat: sous les pavés... de mouvements de classe dirigeante», in: Pierre Birnbaum, *Les élites socialistes au pouvoir*, Paris, PUF, 1985, p. 265). Nos dois casos, esses grupos sempre devem administrar a tensão dominação/direção e se inscrevem na dupla dialética das relações de classe (dominante/dirigente vs defensivo/contestador). Cf. Alain Touraine, *La production de la société*, Paris, Seuil, 1976. Para dar conta destas tensões, talvez fosse conveniente falar de grupo dominante/dirigente.

França os sociólogos a fim de descrever e analisar os grupos sociais e os atores que ocupam as posições mais elevadas na hierarquia social. Deve-se notar, no entanto, que ao final do século 20 e início do século 21, a noção de elites é, sem dúvida, a que mais foi utilizada nas pesquisas em ciências sociais, embora objeto de numerosas críticas; ela frequentemente serviu de alternativa aos conceitos utilizados nos anos 1960, 1970 ou 1980 de classe dirigente, classe dominante ou mesmo de categoria dirigente ou de categoria dominante.

Em seu uso científico, para a maioria dos pesquisadores, «elites» designa «todos aqueles que se encontram no topo da hierarquia social e aí exercem funções importantes, as quais são valorizadas e reconhecidas publicamente através de rendas importantes, diferentes formas de privilégio, de prestígio e de outras vantagens oficiais ou oficiosas», como o explica Giovanni Busino¹⁴; pode-se acrescentar, para ser mais preciso, que as elites ocupam as posições de poder político, administrativo, econômico, militar, cultural, religioso. É necessário acrescentar, como sublinha Christophe Charle, que «por definição, não se faz parte das elites ‘em si’, deve-se fazer parte delas para os outros»¹⁵.

Essas elites têm frequentemente contornos vagos e mal definidos. A questão mais importante para o sociólogo não é, aliás, traçar as fronteiras, interrogar-se sobre quem incluir ou quem excluir nas pesquisas sobre os diferentes grupos dirigentes ou de enumerar as elites econômicas, administrativas ou políticas¹⁶ em tal ou qual país. As elites não consistem unicamente na soma do conjunto dos grupos ou dos atores que ocupam posições dominantes nos domínios político, econômico e administrativo e não são apenas uma categoria da estratificação social; elas

¹⁴ Giovanni Busino, *Elites et élitisme*, Paris, PUF, 1992, p. 117 (Collection Que sais-je?). Cabe notar também que a maioria dos sociólogos não considera que exista uma elite unificada, coerente e consciente, que dominaria o conjunto do sistema social. Ver também Jacques Coenen-Huther, *Sociologie des élites*, Paris, A. Colin, 2004.

¹⁵ C. Charle, *Les élites de la République, 1880-1900*, Fayard, 1987, p.12.

¹⁶ O sociólogo estuda as diferentes definições em questão, assim como os conflitos em torno dessas definições, as lutas pelo reconhecimento como dirigentes ou patrões, por exemplo, ou, às vezes, ao contrário, para não ser considerado como parte das elites ou detentor do poder.

propõem modelos de comportamento, possuem sistemas de valores e interesses, constituem grupos de influência e, à vezes, de pressão.

O uso da noção de elites não significa adesão à teoria das elites (Pareto, Michels, Mosca, etc.) que se constituía em oposição ao marxismo e que nega a diferença entre os regimes democráticos modernos e os regimes aristocráticos do passado. Ela sugere, pelo menos quando a noção é utilizada no plural, que a sociedade em que estas elites se inserem é diversificada e que o regime político é pluralista, por oposição a um conjunto social que seria relativamente homogêneo (notadamente no caso de uma ditadura).

Entre as questões abordadas nas pesquisas sobre as elites, aquelas sobre seleção, constituição, formação, mobilidade crescente e reprodução das elites têm atraído a atenção de muitos pesquisadores. Porém, os estudiosos também têm se interessado, e de modo crescente, pelas relações que unem ou que às vezes opõem, através de conflitos ou de lutas, os diferentes grupos dominantes, assim como pelas relações que as elites têm com outros grupos sociais e pelos modos de ação e de decisão, ou de deliberação. Da mesma forma, as transformações em curso, as recomposições, reconversões e a internacionalização crescente são temas que apresentam questões e suscitam pesquisas.

CONSTITUIÇÃO, FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO DAS ELITES

Sem dúvida, esta foi a área mais estudada nos anos 1970-2000. Os estudos na área de história, sociologia e ciência política são numerosos, porém mais raros em antropologia, e se interessam a um ou outro dos grupos dirigentes. As tentativas de síntese ou de estudo exaustivo das diferentes elites são um tanto raros¹⁷. Trata-se, sobretudo, de pesquisas

¹⁷ Veja-se, no entanto, Pierre Birnbaum, *Les sommets de l'Etat. Essai sur l'élite du poder en France*, Paris, Editions du Seuil, 1977; Pierre Birnbaum, Charles Barucq, Michel Bellaiche, Alain Marié, *La classe dirigeante française. Dissociation. Interpénétration. Intégration*, Paris, PUF, 1978; e, com uma perspectiva comparativa, uma coletânea de estudos realizados em diversos países europeus, Ezra Suleiman et Henri Mendras dir., *Le recrutement des élites en Europe*, Paris, La Découverte, 1995, 265 p.

sobre a origem social, formação escolar, universitária, sobre trajetórias sociais e as carreiras profissionais de membros dos diferentes grupos dirigentes; mais raramente, sobre os discursos produzidos; são particularmente numerosas as pesquisas sobre as elites políticas. Entre as questões colocadas, correndo o risco de simplificação, destacam-se as seguintes: como alguém se torna deputado, senador, membro de gabinete ministerial, ministro na França ou na Europa, diretor-presidente (PDG¹⁸), alto funcionário, banqueiro? Quais são os modos de seleção dessas elites (hereditariedade, antiguidade, cooptação, eleição, concurso)? Quais estudos fizeram os membros desses diferentes grupos? Mulheres e hommes compartilham o poder? Onde vivem, em quais bairros e onde exercem suas profissões? Quais são seus modos de vida, seus lazeres, seu consumo? Qual a importância das redes de solidariedade, dos clubes e de outras formas de associação, sem esquecer os «lugares neutros» destacados por Luc Boltanski e Pierre Bourdieu¹⁹? Como se dão as trocas entre os membros das diferentes elites? Quais posições eles ocupam? (diversas posições simultaneamente em universos diferentes e a títulos diferentes ou uma posição principal e posições anexas ao mesmo tempo)²⁰. Sobre qual princípio as diferentes elites fundam sua legitimidade?

As diferentes pesquisas, conduzidas tanto pelos historiadores das elites do final do século 19 e início do século 20²¹ quanto por sociólogos, evidenciam o fato de que uma origem social elevada, a antiguidade do pertencimento à burguesia e a passagem por uma *grande école* facilitam amplamente o acesso aos grupos dirigentes (com especificidades para cada grupo: os PDG e os banqueiros são frequentemente, eles próprios,

¹⁸ Président Directeur Général.

¹⁹ Pierre Bourdieu e Luc Boltanski, «La production de l'idéologie dominante», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2-3, 1976. Reeditado em forma de obra com o mesmo título, Paris, Ed. Demopolis, 2008.

²⁰ Sobre a multiposicionalidade dos professores de Sciences Po, cf. Luc Boltanski, «L'espace positionnel. Multipositionnalité des positions institutionnelles et habitus de classe», *Revue française de sociologie*, XIV, 1, 1973, p. 3-26.

²¹ Christophe Charle, *Les élites de la République 1880-1900*, Paris, Fayard, 1987 (Collection L'espace du politique). Christophe Charle, «Légitimités en péril. Eléments pour une histoire comparée des élites et de l'Etat en France et en Europe occidentale (XIXè-XXè siècles)», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 116-117, março-abril 1997, pp. 39-52.

filhos de proprietários de indústria e do comércio, os altos funcionários, em geral, filhos de funcionários ou de membros das profissões liberais), havendo exceções (alguns PDG são filhos de professores ou oriundos de frações assalariadas das classes médias, alguns altos funcionários são filhos de proprietários de empresa)²². Na França, a seleção opera-se muito cedo e por toda a vida, diferentemente da Alemanha, por exemplo, onde, como o analisa Hervé Joly, os diretores-presidente em geral começaram sua vida profissional por baixo e progrediram na empresa²³.

O peso da passagem pelas *grandes écoles* (Ecole nationale d'administration, Ecole Polytechnique, Ecole normale supérieure, Ecole des hautes études commerciales, Ecole centrale, etc.), às quais apenas uma pequena minoria de estudantes tem acesso, é igualmente sublinhado; ele é decisivo na França. O modelo francês das *grandes écoles*, baseado no ingresso via concurso, pretende-se meritocrático. No entanto, a legitimação escolar, o diploma de *grande école*, não exclui uma origem social elevada. Os diretores-presidente das grandes empresas, os altos funcionários e, em menor medida, os homens políticos, frequentemente acumulam diferentes tipos de recursos (ou diferentes trunfos, para retomar a expressão de Michel Bauer e Bénédicte Bertin-Mouroit, que sublinham aquilo que chamam de «tirania do diploma inicial»²⁴). Entre as elites políticas, em sentido amplo, a diferença é bastante grande entre os membros dos gabinetes ministeriais que passaram, em sua maioria, pelas *grandes écoles*, com frequência são membros dos *grands corps* e reúnem diferentes tipos de recursos, e os deputados, cujo recrutamento e formação são mais diversificados²⁵.

²² Sobre os processos de seleção dos PDG das grandes empresas, cf. Pierre Bourdieu e Monique de Saint Martin, «Le patronat», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 20-21, 1978, para os PDG dos anos 1952-1972; para o período mais recente, Michel Bauer e Bénédicte Bertin-Mouroit, *Radiographie des grands patrons français. Les conditions d'accès au pouvoir*, Paris, Editions L'Harmattan, 1997.

²³ Hervé Joly, *Patrons d'Allemagne. Sociologie d'une élite industrielle 1933-1989*, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1996.

²⁴ Michel Bauer e Bénédicte Bertin-Mouroit, *Radiographie des grands patrons français. Les conditions d'accès au pouvoir*, *op.cit.* Michel Bauer e Bénédicte Bertin-Mouroit distinguem, entre os dirigentes de empresas, os detentores de trunfo-capital, os detentores de trunfo-Estado e os detentores de trunfo-carreira.

²⁵ Michel Offerlé (dir.), *La profession politique, XIXè-XXè siècles*, Paris, Belin, 1999.

Não se pode compreender o modo de funcionamento das elites, a distribuição do poder e as lutas pelas posições de poder sem levar em conta o peso da formação, as instituições de socialização e a concorrência em que estão envolvidos as *grandes écoles* e seus ex-alunos, bem como os *grands corps*. Estudar os sistemas de ensino secundário e superior e as relações das escolas ou universidades com o Estado surge como ponto de partida indispensável a um estudo sociológico das elites. A socialização e a formação dos membros das futuras elites dependem estreitamente das instituições educativas (escolas de elite, privadas ou públicas, grandes liceus, *grandes écoles*, etc.) que favorecem a estruturação dos grupos, a constituição de redes e a aprendizagem de modos de gestão das relações e do exercício da autoridade. A pesquisa sobre as *grandes écoles* - científicas, administrativas ou de gestão -, realizada por Pierre Bourdieu e por um grupo de pesquisadores ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, permitiu explicar e compreender como se instituem fronteiras sociais entre alunos das *grandes écoles* e alunos das universidades e, também, entre estudantes de diferentes escolas, mais ou menos importantes, mais ou menos próximas do pólo intelectual ou do pólo econômico, fronteiras que exercem efeitos em suas vidas como um todo. Baseando-se em uma vasta investigação, foi demonstrado como o sistema de ensino superior produz e consagra identidades e grupos sociais concorrentes e complementares (se é ex-aluno da Polytechnique ou da Ecole des hautes études commerciales ou do Institut national agronomique por toda a vida) e, sobretudo, uma «nobreza de estado»²⁶.

Essas teses da «nobreza de estado» e da reprodução tornaram-se tão estabelecidas nos anos 1970 e 1980 a ponto de ambas serem consideradas imutáveis, o que tornava qualquer atualização quase inútil na ausência de mudança possível, observa Hervé Joly na introdução a um estudo recente de dois modelos de formação de elites na França e na Alemanha.

²⁶ Pierre Bourdieu, Monique de Saint Martin, «Agrégation et ségrégation. Le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 69, setembro 1987, pp. 2-50. Pierre Bourdieu, *La noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Minuit, 1989.

E esse predomínio aparentemente não favoreceu, segundo ele, a emergência ou a recepção de outras pesquisas sobre a formação das elites²⁷.

Entretanto, este sistema das *grandes écoles* não se reproduz de forma idêntica. Assistimos, com efeito, a uma ascensão significativa de escolas e outras instituições de formação em administração²⁸, como a universidade de Paris-Dauphine, que talvez ainda não formem uma parte importante dos diretores-presidente, mas pelo menos uma parte crescente dos dirigentes de empresas, assim como à constituição de redes internacionais de escolas, a uma valorização de todas as formações no modelo «internacional» e, há pouco tempo, a uma diminuição da atração exercida pela Ecole nationale d'administration.

A entrada relativamente recente das mulheres nas *grandes écoles* (1972 na Ecole Polytechnique), onde ainda são amplamente minoritárias (24,5% de mulheres nas 236 escolas de engenharia francesas em 2002²⁹), à exceção de alguns escolas de gestão, até então não encontrou repercussões importantes ao nível da divisão dos cargos de poder político e econômico, sobretudo. Neste ponto combinam-se autoeliminação, seleção, exclusão, dominação masculina e quase monopólio masculino das esferas socialmente mais valorizadas. Na França, a exclusão das mulheres é particularmente visível na alta administração, nas grandes empresas ou nos cargos de poder político³⁰; as elites econômicas, administrativas e políticas contam com uma parte preponderante de homens. Na França, não há mulheres entre os diretores-presidente das maiores empresas (3% entre os PDG ou presidentes de diretorias das 500 primeiras empresas francesas em 2008, 12,5 % de mulheres no seio dos estados-maiores das mes-

²⁷ Hervé Joly, dir., *Formation des élites en France et en Allemagne*, CIRAC-Université de Cergy-Pontoise, 2005, p. 11.

²⁸ A ascensão dessas escolas chamou a atenção de diversos pesquisadores. Cf. notadamente o número da revista *Entreprises et histoire*, dedicada ao tema «Former les managers» 14, 1997.

²⁹ Catherine Marry, *Les femmes ingénieurs. Une révolution respectueuse*, Paris, Belin, 2004.

³⁰ Sobre as mulheres na política, cf. Janine Mossuz-Laveau, Mariette Sineau, *Enquête sur les femmes et la politique en France*, Paris, PUF, 1983. Armelle Le Bras-Chopard, Janine Mossuz-Lavau dir., *Les femmes et la politique*, Paris, L'Harmattan, 1997.

mas empresas), nem entre os membros dos *grands corps* da alta função pública; elas eram muito poucas nos lugares de decisão políticas, entre os deputados (10,9% em 1997 e 6% em 1993, ou seja, número apenas superior ao do ano de 1946, quando representavam 5,7%). Contudo, as probabilidades de acesso às posições do poder universitário, econômico, administrativo e político tornam-se maiores para as mulheres, embora de modo desigual segundo os lugares ou mercados, de acordo com os recursos de que dispõem e, sobretudo, com a composição desses recursos, com as redes de inserção e as disposições, e também em função das políticas estabelecidas. Começa-se a estudar os efeitos da recente lei sobre a paridade homens/mulheres nas assembleias eleitas. Num primeiro momento, com base nas primeiras análises feitas sobre as eleições municipais de 2001, parece que elas acedem muito mais facilmente a funções de adjuntas do que de prefeitas. No entanto, o acesso das mulheres a novas posições, por mais reduzido que seja na atualidade, poderia contribuir a uma modificação sensível nas regras do jogo e da concorrência pelo poder.

O mundo da formação das elites, o das *grandes écoles* em particular, por muito tempo seguro de se reproduzir sem ter de conceder mudanças importantes, é cada vez mais perpassado por incertezas. Construídas sobre um modelo que vem perdendo vigor, não dispondo nem de peso crítico nem de visibilidade internacional suficientes em um mundo do ensino superior em recomposição, não podendo mais apoiar-se apenas no reconhecimento do Estado, as *grandes écoles* francesas encontram-se em situação instável no contexto internacional, questionadas e submetidas a pressões às vezes contraditórias. Deve-se reconhecer-lhe esforços de adaptação e de modernização, os quais não implicam, no entanto, uma transformação realmente importante, as mudanças sendo com frequência apenas de fachada, concessões, em resposta aos críticos, trazendo não mais do que progressos sutis; de modo algum as *grandes écoles* preparam seus alunos melhor do que antes a um mundo incerto ou aos riscos. As mudanças introduzidas não deveriam ser sobre-estimadas e pode ser útil lembrar que, a despeito de todos esforços e declarações, as classes preparatórias recebem uma parte mínima (cerca de 5%) dos alunos que concluem o

ensino médio (*bacheliers*)³¹. As chamadas experiências de «abertura social» no interior das classes preparatórias às *grandes écoles* ou nas próprias *grandes écoles* atingem somente um número muito pequeno de estudantes. Elas não deixam de ter efeitos importantes não apenas para os novos alunos que entram nas *grandes écoles*, mas também para as representações e para o reposicionamento das *grandes écoles*; essas experiências devem ser levadas em consideração, assim como as proposições dos atores, evitando-se, assim, uma sociologia da desconfiança. Quando a análise é conduzida por esse viés, o balanço de tais experiências é frequentemente decepcionante. Assim, os tutores dos programas de abertura social das *grandes écoles* e das classes preparatórias conseguem criar processos de identificação e emulação entre os alunos dos meios populares; contudo, notam Annabelle Allouch e Agnès Van Zanten com base em uma pesquisa junto aos tutores do programa da Ecole Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales e da classe preparatória aos estudos superiores criada pelo liceu Henri IV, «a linha divisória entre emulação e desprezo permanece frágil no interior de um modo de socialização que se apoia amplamente sobre a dominação social»; os tutores adotam «posturas fortemente assimilacionistas, deixando pouco espaço à possibilidade de construção pessoal aos alunos do liceu»³².

Embora afetada, mas bastante forte até o momento, a coesão das elites administrativas, econômicas e políticas manifesta-se no recrutamento e nos modos de seleção, bem como nos modos de vida e nas escolhas de residência. São fortes a interpenetração e a imbricação dos dirigentes. Com frequência recrutados nas mesmas *grandes écoles*, com passagem pelos *grands corps*, residem nos «bairros nobres» («*beaux quartiers*»), geralmente encontram-se entre eles próprios tanto na vida pública quan-

³¹ Christian Baudelot et al., «Evolutions historique, géographique, sociologique des CPGE depuis 25 ans», comunicação no colóquio *Démocratie, classes préparatoires et grandes écoles*, Paris, Ecole normale supérieure, 2003.

³² Annabelle Allouch, Agnès Van Zanten, «Formateurs ou 'grands frères'? Les tuteurs des programmes d'ouverture sociale des grandes écoles et des classes préparatoires», *Education et sociétés*, 21, 1, 2008.

to na vida privada e, sobretudo, ocupam frequentemente ao mesmo tempo posições dominantes em diferentes setores (econômico, político, administrativo, cultural). É exemplar³³ o caso dos inspetores de finanças (*inspecteurs des finances*) que, depois de sair da Ecole nationale d'administration (ENA), exercem suas funções de fiscal por tempo bastante curto e, logo após, entram como conselheiro em um gabinete ministerial e *pantouflent*³⁴, em seguida, para uma grande empresa privada ou um banco, onde rapidamente têm acesso às posições mais altas.

Como o analisam Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot, ter um «bom endereço» é importante dentro dos grupos dirigentes, de preferência nos «bairros nobres», que em Paris são o 7º, 8º e 16º distritos, ou Neuilly-sur-Seine; as classes privilegiadas com muita frequência vivem nesses endereços. Contudo, nem todas as diferentes elites residem nos mesmos bairros; os altos funcionários, em particular os Inspetores de Finanças, são relativamente numerosos no 7º e no 16º distritos, enquanto que os PDG e os donos de indústrias residem geralmente no 16º ou em Neuilly-sur-Seine. «De modo desigual segundo os *corps*, as escolhas residenciais traduzem a recusa à *banlieue* e a atração pelos bairros nobres parisienses»³⁵, e a segregação espacial é pronunciada. Não faltam ocasiões aos membros das elites ou do *establishment* para se encontrar: recepções, vernissages, coquetéis, noites de eleições e recepções dos votos de Ano Novo tornam-se rotina para os homens e mulheres no poder. «À diferença das elites americanas, muito compartimentadas, onde até se desconhece o nome de seu homólogo de outro setor ou outra região», as elites francesas, nota Ezra Suleiman, «se conhecem entre elas, pelo me-

³³ Ver por exemplo Nathalie Carré de Malberg, «Le recrutement des inspecteurs des Finances de 1892 à 1946», *Vingtième siècle*, 1985, p. 67-91; Christophe Charle, «Le pantouflage en France (1880-1980)», *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, 5, 1987, p. 1115-1137; Michel Bauer, Bénédicte Bertin-Mourot, *Les énarques en entreprises de 1960 à 1990: trente ans de pantouflage*, tome 1, *L'ENA est-elle une business-school?*, tome 2, *Les énarques en entreprises*, Paris, CNRS-Boyden, 1994.

³⁴ O termo *pantouflage*, do qual deriva o verbo *pantoufler*, não tem correspondente direto em português. Refere-se à passagem de funcionários do alto escalão do setor público para postos de alto comando em empresas privadas. (N. T.).

³⁵ Michel Pinçon, Monique Pinçon-Charlot, *Dans les beaux quartiers*, Paris, Editions du Seuil, 1989, p. 30.

nos por reputação. Os principais atores do mundo político-administrativo na França se conhecem geralmente bem»³⁶. No entanto, as redes constituídas pelos membros dos grupos dirigentes até o momento têm dado mais lugar a ensaios do que a pesquisas aprofundadas.

Os diferentes grupos de elites acionam estratégias de reprodução diferentes através das quais procuram manter, ou melhor, melhorar, sua posição e a de seus filhos na estrutura social (estratégias de fecundidade, estratégias educativas, matrimoniais, de sucessão - estas últimas sendo as menos estudadas, apesar de fundamentais); essas estratégias nunca são completamente fechadas e orientadas a um único fim³⁷. Existem verdadeiras dinastias de várias gerações de homens de negócios, de donos de indústrias e de banqueiros, mas também de altos funcionários e, em menor medida, de homens políticos, e em nossos dias novas dinastias se constituem. Essas dinastias se caracterizam pelo acúmulo das diferentes espécies de capitais: capital econômico, escolar, cultural, social, poder simbólico³⁸. Não poderíamos nos limitar ao estudo da composição econômica das fortunas para compreender sua constituição, sua manutenção, sua transmissão ou seu crescimento. Há a pluridimensionalidade da riqueza nos grupos que ocupam as posições dominantes e as famílias mais ricas se caracterizam por uma «obsessão pela transmissão»; eles gerem com vigilância a educação, as alianças matrimoniais dos filhos, os espaços de residência e de encontro, as relações. Para as grandes famílias da aristocracia e da grande burguesia, a duração no tempo é fundamental. Para se entrar no estreito círculo das elites é necessário aquilo que não se pode adquirir, o tempo. Robert Castel propôs o conceito de desafiliação em suas análises sobre a desagregação e a crise da sociedade

³⁶ Ezra N. Suleiman, *Les ressorts cachés de la réussite française*, Paris, Editions du Seuil, 1995.

³⁷ Para uma crítica à noção de estratégia, cf. Alain Dewerpe, «La 'stratégie' chez Pierre Bourdieu. Notes de lecture», *Enquête*, 3, 1996, 191-208. Para um estudo de casos de sucessão no grandes grupos industriais, cf. Michel Bauer e Bénédicte Bertin-Mouro, *Les «200», comment devient-on un grand patron?* Paris, Editions du Seuil, 1987.

³⁸ Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot, *Grandes fortunes. Dynasties familiales et formes de richesse en France*, Payot, 1996; Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot, *Nouveaux patrons, nouvelles dynasties*, Paris, Calmann-Lévy, 1999.

salarial³⁹. Por sua vez, Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot analisam a «sobrefiliação» dos dominantes; os bens são garantias dos laços e os laços garantem a permanência e a transmissão dos bens.

O patrimônio econômico e o sistema de alianças e de relações são em grande medida internacionais e o cosmopolitismo constitui uma das características da grande aristocracia e da grande burguesia. O poder se constrói e se gere no dia-a-dia; o modo de vida de grande burguês é atravessado por um coletivismo cosmopolita ou, mais corretamente, por uma gestão internacional e coletiva dos interesses de classe presente nas mais anódinas das práticas (por exemplo, a compra de um relógio Cartier como presente de 18 anos, ou de um tailleur Chanel). É possível, no entanto, que este conjunto de famílias da grande burguesia e da aristocracia parisienses constitua um grupo menos homogêneo e menos integrado do que permitem supor as análises de Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot. Em função do patrimônio econômico, mais ou menos importante na estrutura do capital, ou do capital cultural, trabalhado de forma mais ou menos intensa, estas famílias sem dúvida se distinguem entre elas e, às vezes, podem até mesmo se opor.

Se as *grandes écoles*, os *grands corps* e o sistema de carreiras, em especial com a frequente passagem das elites da alta administração para o mundo das empresas, contribuem para manter o processo de unificação das elites, não seria justificado concluir, no entanto, por uma unidade das elites⁴⁰. De fato, as pesquisas fazem ver que também existem tendências à institucionalização de cada grupo dirigente, o que assegura a cada um sua autonomia em relação aos outros grupos.

Tais pesquisas estudam sobretudo o modo de produção dos grupos dirigentes, assim como o modo de fabricação de sua autoridade legítima,

³⁹ Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard, 1995.

⁴⁰ Pierre Rosanvallon sugere que haveria uma unificação das elites na sociedade francesa resultante da decomposição social dos corpos intermediários, da destruturação dos meios intermediários, que são o sindicalismo e suas diferentes variantes e os movimentos da juventude, e do desaparecimento das elites especializadas. Cf. Pierre Rosanvallon, «Les élites françaises, la démocratie et l'Etat», *Esprit*, out. 1997.

o que não está desvinculado de sua capacidade de estabelecer relações com os outros grupos, de administrar a mudança e de comandar. Se o foco é colocado na composição, formação, produção e reprodução das elites, que têm sido bem analisadas, os estudos não perdem de vista, no entanto, que «o poder não existe realmente» senão quando mobilizado em uma relação, e quando «se concretiza em um peso exercido sobre outrem»⁴¹.

RELAÇÕES DE PODER E MODOS DE AÇÃO DAS ELITES

O estudo das relações de poder, cuja necessidade é claramente sentida e que está no centro das preocupações e das interrogações, é frequentemente mais anunciado do que verdadeiramente realizado. «O poder não é um amuleto que um possui e outro não. O poder é uma particularidade estrutural das relações humanas, de todas as relações humanas», escreve Norbert Elias⁴². Uma das questões que se colocam ao sociólogo é saber como se constituem as relações de poder entre diferentes atores que detêm mais ou menos recursos sociais, econômicos, culturais, simbólicos - atores que não detêm, todos eles, o mesmo volume de recursos, nem tampouco a mesma composição de recursos, e não têm as mesmas possibilidades de ação; a questão é também saber como se constituem as relações de poder e de concorrência entre diferentes grupos de elites pela tomada de uma decisão ou o controle de uma posição importante (por exemplo, entre diferentes grupos de homens políticos na Câmara dos deputados, ou entre membros de gabinetes ministeriais próximos aos ministros e diretores de ministérios, burocratas, ou ainda entre diplomatas e Inspetores de Finanças, em torno da construção da União Européia, por exemplo) e como se estabelecem as relações que um grupo mantém com os outros grupos.

As divergências e as lutas entre os diferentes grupos dirigentes decorrem, em parte, da distribuição desigual dos poderes e dos recursos. Tais

⁴¹ Jean-Luc Bodiguel, Marie-Christine Kessler, «Les directeurs d'administration centrale», in P. Birnbaum, *Les élites socialistes au pouvoir 1981-1985*, op. cit., 211.

⁴² Norbert Elias, *Qu'est-ce que la sociologie?*, Paris, Pocket (1^a ed. 1970), coleção Agora.

podem ser as lutas para fazer reconhecer como legítimos os recursos ou as espécies de capitais de que dispõem os membros dos diferentes grupos dirigentes. Os universitários, ou pelo menos uma fração dos universitários, podem, por exemplo, tentar fazer ser reconhecida pelos outros grupos a importância dos estudos, dos diplomas e do capital cultural como princípio de legitimação, como fundamento do poder e como forma de desacreditar o capital econômico. Os diretores-presidente, banqueiros e empresários procuram esta legitimação cultural ou universitária cada vez com maior frequência, com operações de mecenato, por exemplo, e não se contentam com a legitimação através dos resultados econômicos e dos lucros alcançados, ainda que, de fato, a legitimidade econômica seja progressivamente afirmada e reconhecida. Pierre Bourdieu deu destaque a estas lutas no interior de cada campo ao analisar o poder econômico, o poder religioso, o poder universitário, o poder simbólico, o poder intelectual e o campo do poder. «O campo do poder é um campo de forças definido em sua estrutura pelo estado da relação de força entre formas de poder ou espécies de capital diferentes. Ele também é inseparavelmente um campo de lutas pelo poder entre detentores de poderes diferentes, um espaço de jogo onde agentes e instituições, que têm em comum o fato de possuir uma quantidade de capital específica (econômico ou cultural, notadamente) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, enfrentam-se com estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de força»⁴³. Essas lutas e esses conflitos, anteriormente abafados, frequentemente latentes e mascarados, eclodem e vêm à tona com frequência crescente, tornam-se midiáticos e mediatizados. Os meios utilizados nessa lutas podem ser legais ou ilegais: favorecimentos, corrupção, descrédito, denegrimiento, etc. e podem variar segundo os grupos e as conjunturas. Entretanto, estas lutas e estes conflitos não excluem certas formas de solidariedade ou alianças.

No campo do poder, os agentes que se enfrentam são especialmente os PDG e os dirigentes das grandes empresas, os homens políticos, os

⁴³ Pierre Bourdieu, *La noblesse d'état*, *op. cit.*

altos funcionários e os membros dos *grands corps*, mas também os universitários. Nas análises sobre o campo do poder, a atenção é posta, em primeiro lugar, sobre o funcionamento das estruturas e dos campos. Pelo fato de pesquisar as homologias entre os diferentes campos, o campo das *grandes écoles*, o campo do poder, o campo político, o campo econômico, etc., com frequência resta pouco espaço ao estudo das transformações, das mudanças, dos fenômenos de desestruturação ou de decomposição. O campo do poder, tal como o apresenta e analisa Pierre Bourdieu, constitui um sistema relativamente fechado e estático, onde diferentes subsistemas se imbricam e o qual parece jamais poder se decompor; no entanto, não se pode afirmar com segurança que tenha havido na sociedade francesa, em todos momentos, um campo do poder autônomo ou um campo político autônomo. A autonomia e a separação dos poderes não ocorreram de uma vez por todas; os conflitos entre grupos dirigentes seguidamente dizem respeito às atribuições e às respectivas competências de uns e de outros.

Como o poder é exercido, como são as tomadas de decisões, quais são os modos de ação dos dirigentes? Após haver criticado diversas ilusões, a do «único decisor», do «momento chave da decisão», de uma racionalidade excessivamente forte atribuída aos atores, os pesquisadores preocupam-se em responder a estas questões e dão espaço mais importante às formas de ação, às trocas de argumentação, às justificações, aos debates e ao próprio conteúdo das decisões, até então frequentemente desconsiderados. Assim, Philippe Urfalino propõe uma sociologia da deliberação, um momento de articulação entre processos de tomada de decisão e conteúdos; a deliberação parece um suporte muito bom para pensar a articulação entre a mobilização e a formação dos interesses, de um lado, e a circulação dos saberes e a formação das crenças, de outro⁴⁴. Ele reconstruiu a história que resulta naquilo que chama de «decisões estruturantes»; por exemplo, a criação de uma Agência europeia do me-

⁴⁴ Philippe Urfalino e Sébastien Dalagalarrondo, «Choix tragique, controverse et décision publique. Le cas du tirage au sort des malades du sida», *Revue française de sociologie*, 4, 1999.

dicamento, em 1995, em Londres. Marc Abélès tenta iluminar o processo de fabricação de textos e de leis na Assembleia nacional com a observação simultânea dos debates e das diferentes atividades e práticas dos parlamentares⁴⁵. Também os modos de atividade, o trabalho dos diferentes grupos dirigentes para fazer reconhecer sua autoridade e sua importância e mobilizar suas redes e seus recursos, em particular nos períodos de transformações e de recomposições, atraem a atenção e são analisados.

RECOMPOSIÇÕES, RECONVERSÕES E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ELITES

No que concerne às elites, de um modo geral, rupturas ocorrem somente de forma excepcional, como em 1917 na Rússia; as grandes transformações são raras e, com frequência, trata-se de recomposições que podem ser observadas e analisadas. Na França, as elites políticas (deputados, ministros) diferem sensivelmente em função do governo ser mais socialista, conservador ou liberal; não são sempre os mesmos que governam e é importante que isso seja sublinhado, escrevia Pierre Birnbaum, que estudou os efeitos da chegada ao poder dos socialistas em 1981⁴⁶. Os deputados socialistas, bem como os ministros, são mais facilmente recrutados entre os «bolsistas» do que os deputados de direita, ainda que encontremos vários «herdeiros» entre eles; eles são frequentemente «móveis sociais» (isto é, em ascensão), que foram bons alunos, escolarizados em bons liceus e passaram pelas *grandes écoles*. Assim, a mudança mais importante nas elites políticas deve-se ao fato de os dirigentes socialistas terem feito suas carreiras políticas dentro do partido, realmente tendo percorrido um sistema político partidário que os conduziu das federações ao poder periférico. O peso do engajamento político era mais forte e se manifestava também no nível dos gabinetes

⁴⁵ Marc Abélès, *Un ethnologue à l'Assemblée*, op. cit.

⁴⁶ Pierre Birnbaum dir., *Les élites socialistes au pouvoir. Les dirigeants socialistes face à l'Etat 1981-1985*, op. cit., p. 307. Ver também Monique Dagnaud, Dominique Mehl, *L'élite rose, sociologie du pouvoir socialiste 1981-1986*, Paris, Ramsay, 1988.

ministeriais. Assisitiu-se, assim, nos anos 1980, a um retorno do político frequentemente ameaçado pela valorização do peso dos altos funcionários desde a 5ª República. Na alta função pública as mudanças foram menos importantes. Os funcionários muito politizados pareciam em desvantagem por sua marginalização em relação ao mundo administrativo. Não houve ruptura forte no recrutamento, nas carreiras de acesso, nos modos de governo e nas relações de poder. Ao final da pesquisa coletiva sobre as elites e as mudanças entre 1981 e 1985, Pierre Birnbaum concluía: «Deve-se sublinhar ao mesmo tempo a amplitude de determinadas mudanças em seu recrutamento e o predomínio do poder estatal sobre sua ação». Confrontadas com a força da instituição estatal ou com a do mundo patronal, as novas elites políticas não conseguiram modificar a estrutura global do poder.

Se não houve uma ruptura maior no recrutamento e na evolução das elites no período contemporâneo quando das mudanças de maioria política, ou quando das mudanças de presidente da República, não deixamos de observar variações. Algumas mudanças, que não devem ser nem sobre-estimadas em nome de uma visão política nem subestimadas em nome da continuidade, foram observadas e analisadas; por exemplo, uma renovação limitada mas real do grande patronato das empresas públicas durante os governos socialistas, uma importante mudança de estilo e uma atração mais ampla ao setor privado com a presidência de Sarkozy do que com a presidência de Chirac, uma renovação das lógicas em funcionamento no topo das grandes empresas, as quais, de acordo com os períodos, foram nacionalizadas ou privatizadas. Os proprietários não foram substituídos em sua totalidade pelos gerentes e tecnocratas e assistimos, sobretudo, a uma diversificação e fragmentação das elites econômicas e dos dirigentes industriais e financeiros, assim como a uma interpenetração crescente dos setores privado e público.

Também a mobilidade e a circulação das elites aumentaram e as maneiras de fazer dos homens políticos e os modos de exercício do poder se transformaram, com um espaço cada vez maior conferido às atividades de avaliação ou de *expertise*. As formas e o alcance de um processo de tecnicização da ação pública foram analisados no caso da Comissão

Europeia, das políticas locais, das políticas da família, de emprego, do meio ambiente ou ainda da cultura⁴⁷.

Procurando apreender as transformações e mudanças em curso nos grupos dirigentes e nas relações de poder, o estudo das reconversões parece ser um ponto de partida interessante. Mais do que a questão da reprodução, talvez seja a questão da relação das elites com a reprodução que deva ser agora colocada, o que de certo modo induz à questão das reconversões das antigas elites. As reconversões são o conjunto das ações e reações permanentes através das quais cada grupo social se esforça em manter ou mudar sua posição na estrutura social, e se traduzem em deslocamentos no espaço social de atores ou de grupos de atores, provocados por grandes transformações políticas (queda do muro de Berlim) ou mais estruturais (transformação das formas de propriedade, dos modos de reprodução), com o abandono de posições estabelecidas e o ingresso em novos setores. Estas estratégias dependem, em larga medida, do estado das leis de sucessão, do mercado de trabalho, do sistema escolar, etc. e do estado dos diferentes recursos econômicos, culturais, sociais e simbólicos que os diferentes grupos procuram reproduzir⁴⁸. Elas dependem também da avaliação das chances de lucro e de manutenção da posição ocupada e envolvem fortemente as disposições com relação ao futuro. As reconversões recorrem com frequência à escola, por exemplo, com a reconversão de capital econômico em capital escolar, mas também podem dar-se reconversões de capital escolar em capital econômico, ou de capital burocrático em capital econômico (por exemplo, na Rússia, a passagem de antigos membros da nomenklatura para as grandes empresas privatizadas após 1989). Pode também haver «reconversões militantes», quando antigos militantes sindicais ou políticos se reconvertem, por exemplo, em direção a atividades humanitárias ou a gabinetes de conselho; uma obra coletiva coordenada por Sylvie Tissot foi dedicada a essa mo-

⁴⁷ Vincent Dubois e Delphine Dulong (dir.), *La question technocratique. De l'invention d'une figure aux transformations de l'action publique*, Strasbourg, Presses universitaires de Strasbourg, 2000 (Coleção Sociologie politique européenne).

⁴⁸ Cf. Pierre Bourdieu, Luc Boltanski, Monique de Saint Martin, «Les stratégies de reconversion», *Information sur les sciences sociales* XII, 5, 1973, pp. 61-113.

dalidade de reconversão⁴⁹. A importância das recomposições identitárias nos processos de reconversão é sublinhada. Em seu sentido mais forte, as reconversões supõem uma forma de ruptura com a herança, uma dissolução dos antigos recursos e uma recomposição destes recursos em bases diferentes, bem como uma reconstrução identitária.

O estudo comparado das recomposições e das reconversões das elites em diferentes espaços nacionais permitiu analisar os processos de valorização, desvalorização ou de revalorização das diferentes espécies de recursos (patrimônio econômico, títulos escolares, tipo de saberes e de formação, experiência no exterior, redes de relações) detidos pelos membros das diferentes elites, antigas e novas, assim como os conflitos entre essas elites pela imposição de novos princípios de legitimação das elites. No período recente, marcado pela multiplicação das reconversões e pela liberalização da economia, a diversidade dos recursos parece um trunfo decisivo. Ainda mais do que o volume, é na realidade a composição dos recursos e o fato de deter recursos diversificados, entre os quais uma experiência no exterior e uma rede de relações (uma boa agenda de endereços), que facilitam as reconversões. A frequência a instituições estrangeiras por períodos mais ou menos longos, seja no próprio país, seja, mais frequentemente, no exterior, nos Estados Unidos em especial, constitui uma prática em plena expansão que incita às reconversões. As reações e, eventualmente, as ações opostas dos outros grupos ou classes devem igualmente ser tomadas em conta para explicar as reconversões. Diversos estudos de caso (situações de ruptura aparente no recrutamento das elites econômicas na Rússia, situações de continuidade relativa no caso da *pantouflage* dos altos funcionários na França ou no caso dos antigos aristocratas que entraram na publicidade, no audiovisual, nas galerias de arte ou nas editoras, situação de intensa ruptura no caso dos antigos aristocratas que permaneceram na União Soviética ou se exilaram na França após a

⁴⁹ Cf. *Reconversions militantes*. Textos reunidos por Sylvie Tissot, com Christophe Gaubert, Marie Hélène Lechien. Prefácio de Yvon Lamy, Limoges, Presses Universitaires de Limoges, 2005, p. 10.

Revolução de 1917) têm sido realizados a fim de analisar e de comparar os processos e as modalidades dessas reconversões⁵⁰.

O desenvolvimento do mercado internacional e dos intercâmbios internacionais certamente não é uma novidade, mas sua amplitude, no entanto, é nova. O processo de internacionalização das carreiras dos dirigentes fornece frequentemente, em um primeiro momento, a oportunidade de ascensão ou de promoção de atores que não estavam entre os mais privilegiados; ele seguramente favoreceu reconversões que estão por ser estudadas⁵¹. Novos grupos dirigentes se constituem, em especial nas diferentes instituições das Comunidades europeias, mas também nos numerosos organismos internacionais e nas grandes empresas multinacionais, nos escritórios de negócios ou de conselho internacionais. Há uma internacionalização das elites, a formação de um grupo de executivos internacionais? O estudo dos quadros dirigentes internacionais feito por Anne-Catherine Wagner lhe permitiu identificar os traços específicos de uma cultura internacional que dá unidade à população de altos executivos para além da diversidade das nacionalidades. Mas esta cultura, sublinha a autora, «não funciona somente como instrumento de unificação; ela também está, indissociavelmente, na origem de novas divisões e de novos princípios de hierarquização social»⁵².

A autonomia dos diferentes grupos dirigentes parece ameaçada, o que pode levar a reações de defesa dos interesses nacionais, tais como

⁵⁰ Natalia Chmatko e Monique de Saint Martin, «Les anciens bureaucrates dans l'économie de marché en Russie», *Genèses*, 27, juin 1997, pp. 88-108; Monique de Saint Martin, *L'espace de la noblesse*, Paris, Ed. Métailié, 1993 (Collection Leçons de choses); Monique de Saint Martin e Sofia Tchouikina, «La noblesse russe à l'épreuve de la Révolution d'Octobre: représentations et reconversions», *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, 99, jul.-set. 2008, pp. 105-128.

⁵¹ Yves Dezalay, que estuda os processos de mundialização e as transformações dos campos do poder, interessou-se em especial pelas reconversões dos antigos responsáveis de grandes organizações não-governamentais (ONG) em chefes de uma multinacional. Cf. Yves Dezalay e Briant Garth, «Les ONG au service de la mondialisation? Connivence des élites internationalisées», *Le Monde diplomatique*, junho 2005.

⁵² Cf. Anne-Catherine Wagner, *Les nouvelles élites de la mondialisation. Une immigration dorée en France*, Paris, PUF, 1998, p. 211. Sobre os escritórios de negócio e os novos advogados internacionais, cf. Yves Dezalay e Bryant Garth, *La mondialisation des guerres de palais*, Paris, Seuil, 2002.

uma elevação das tensões e dos conflitos entre grupos dirigentes para manter sua autoridade sobre tal ou qual domínio, ou a novos investimentos e novas alianças.

As «novas elites da mundialização»⁵³, que em geral são executivos (*managers*), consultores, especialistas internacionais, e incluem também responsáveis de grandes organizações não-governamentais, são reforçadas como grupo dirigente e dominante, e as elites da administração são, sem dúvida, as mais mundializadas dentre elas. Contudo, anunciar a mundialização dos administradores frequentemente traz mais efeitos de retórica e de prescrição do que de descrição e de análise da realidade. A aceleração dos intercâmbios dos estudantes, a constituição de um mercado mundial de formação de executivos (*managers*) e o crescimento da competição para atrair os melhores alunos são patentes; no entanto, não se poderia deduzir haver uma mundialização dos administradores.

Esta mundialização das elites é, sem dúvida nenhuma, um objetivo desejado e anunciado por diferentes atores econômicos, políticos ou midiáticos, porém, não se remete a uma realidade sociológica; as referências nacionais estão longe de ter desaparecido entre as elites, inclusive no mundo dos dirigentes econômicos. Os diferentes modelos de construção da autoridade legítima dos dirigentes econômicos e de produção das elites estão enraizados nas lógicas sociais e históricas singulares. Na França, na Alemanha, na Inglaterra e na Itália, onde os grandes proprietários herdeiros são particularmente numerosos, para ficar nesses quatro países, apenas uma minoria (menos de 10%) dos presidentes das 200 empresas industriais e comerciais mais importantes, classificadas em função de seu volume de negócios, são estrangeiros no país onde está implantada a sede de sua empresa, o que leva a interrogações acerca da escolha das noções mais pertinentes; trata-se de processos de internacionalização das elites da administração em relação com as elites locais, ou de processos de mundialização?

⁵³ Anne-Catherine Wagner, *Les nouvelles élites de la mondialisation. Une immigration dorée en France*, op.cit.

CONCLUSÕES

Procurando compreender as transformações das relações de poder, as lutas e os conflitos pelo controle das posições socialmente mais importantes, assim como as recomposições das elites, é necessário que se preste atenção às negações, às contradições e às tensões, inclusive nos lugares, por exemplo, os conselhos de ministros ou as assembleias do episcopado, e aos discursos, por exemplo, as entrevistas, onde a unidade do grupo é cuidadosamente estampada, e que se evite - ao mesmo tempo - a denúncia e a fascinação, sem buscar, no entanto, o *status* de espectador imparcial. Nas pesquisas sobre as elites, é sempre grande o risco tanto de querer denunciar práticas abusivas, em especial a corrupção, os arranjos ou o comportamento maquiavélico dos dirigentes, quanto de participar da celebração das elites e dos grupos dirigentes, de se tornar, pouco a pouco, familiar e, em seguida, de certa forma cúmplice⁵⁴. No entanto, atualmente desenvolvem-se trabalhos de reflexão e de análise sobre as práticas de pesquisa e análises das experiências de pesquisa nos meios dirigentes⁵⁵, e a preocupação de explicação e de compreensão científica das práticas e dos processos observados é expressa de modo cada vez mais claro. Não nos interrogamos mais apenas sobre a composição, a formação ou a reprodução das elites, mas cada vez mais sobre o desenvolvimento de novas formas de legitimação e de novas tecnologias de poder, assim como de uma nova retórica. Novas questões que vão além do quadro que era proposto nos anos 1970 e 1980: o sistema de formação das elites é tão aberto quanto pretende ser? Questão que não é realmente nova, mas que é completada por outra questão: ele é justo? Como, por

⁵⁴ Diversas pesquisas sobre as *grandes écoles*, os *grands corps* e as elites foram realizadas por ex-alunos destas escolas ou corpos ou por seus familiares, ou ainda por ocasião de um centenário ou comemoração.

⁵⁵ Cf. duas obras que dão provas destas preocupações. Samy Cohen (dir.), *L'art d'interviewer les dirigeants*, Paris, PUF, 1999 (collection Politique d'aujourd'hui). Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot, *Voyage en grande bourgeoisie, Journal d'enquête*, Paris, PUF, 1997, (Sciences sociales et sociétés). Ver também Sylvain Laurens, «"Pourquoi" et "comment" poser les questions qui fâchent? Réflexions sur les dilemmes récurrents que posent les entretiens avec des 'imposants'», *Genèses*, 69, 4, 2007, pp. 112-127.

exemplo, os estabelecimentos de ensino público e privado e seu pessoal articulam a exigência de responder às demandas por formação elitista e sua concepção de justiça com a escola e suas referências éticas, filosóficas, políticas ou religiosas?⁵⁶

A reestruturação das elites em torno de novos princípios de legitimação mais técnicos não exclui a utilização dos antigos trunfos; o poder dos especialistas - aliás, também contestado-, não repousa apenas na competência, nos diplomas ou na ciência. São agora as contradições entre a legitimidade reivindicada em nome de princípios universais e os modos de legitimação objetivamente em funcionamento que precisam ser analisados, da mesma forma que as operações de construção de novos princípios de justificação. Num momento de competição forte e, com frequência, feroz, entre as diferentes elites - que não exclui solidariedades -, de crise financeira, econômica e social mundial e de incertezas, uma abordagem sociológica crítica e lúcida sobre as transformações e as recomposições das elites, controlando o relativismo cultural, não reduzindo todas as explicações a relações de força, evitando tanto a denúncia quanto a suspeita, o fatalismo quanto o encantamento, atenta às capacidades críticas que os atores acionam para interpretar as situações às quais se encontram confrontados, considerando as exigências e demandas de justiça e as novas desigualdades, é mais do que nunca necessária.

⁵⁶ Cf. o dossiê coordenado por Yves Duterco, «Former des élites dans un monde incertain», *Education et sociétés. Revue internationale de sociologie de l'éducation*, 21, 1, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELÈS, M. *Un ethnologue à l'Assemblée*. Paris: Odile Jacob, 2000.
- ALLOUCH, A. & VAN ZANTEN, A. Formateurs ou 'grands frères'? Les tuteurs des programmes d'ouverture sociale des grandes écoles et des classes préparatoires. *Education et sociétés*, 21, 1, 2008, p. 97-120.
- BAUDELLOT et al. Evolutions historique, géographique, sociologique des CPGE depuis 25 ans. Comunicação no *Colóquio Democratie, classes préparatoires et grandes écoles*, Paris, Ecole Normale Supérieure, 2003.
- BAUER, M. La gauche au pouvoir et le grand patronat: sous les pavés... de mouvements de classe dirigeante. In: BIRNBAUM, P. *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.
- BAUER, M. & BERTIN-MOUROT, B. *Radiographie des grands patrons français. Les conditions d'accès au pouvoir*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- _____. *Les énarques en entreprises de 1960 à 1990: trente ans de pantouflage*. Tomo 1, *L'ENA est-elle une business-school?* Tomo 2, *Les énarques en entreprises*. Paris: CNRS-Boyden, 1994.
- _____. *Les «200», comment devient-on un grand patron?* Paris: Seuil, 1987.
- BISSUEL, B. Les cadres font de plus en plus appel aux prudhommes. *Le Monde*, 19 de novembro de 2008, p. 15.
- BOLTANSKI, L. L'espace positionnel. Multipositionnalité des positions institutionnelles et habitus de classe. *Revue Française de Sociologie*, XIV, 1, 1973, p. 3-26.
- _____. *Rendre la réalité inacceptable. A propos de «La production de l'idéologie dominante»*. Paris: Demopolis, 2008
- BOURDIEU, P. *La noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- BOURDIEU, P. & BOLTANSKI, L. La production de l'idéologie dominante. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2-3, 1976, p. 4-73.
- _____. & SAINT MARTIN, M. de. Le patronat. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 20-21, 1978, p. 3-82.
- _____. ; BOLTANSKI, L.; SAINT MARTIN, M. de. Les stratégies de reconversion. *Information sur les Sciences Sociales*, XII, 5, 1973, p. 61-113.

- _____. & SAINT MARTIN, M. de. Agrégation et ségrégation. Le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 69, 1987, p. 2-50.
- BIRNBAUM, P. *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.
- _____. *Les sommets de l'Etat. Essai sur l'élite du poder en France*. Paris: Seuil, 1977.
- _____. et. al. *La classe dirigeante française. Dissociation. Interpénétration. Intégration*. Paris: PUF, 1978.
- BODIGUEL, J.-L. & KESSLER, M.-C. Les directeurs d'administration centrale. In: BIRNBAUM, P. *Les élites socialistes au pouvoir, 1981-1985*. Paris: PUF, 1985.
- BUSINO, G. *Elites et élitisme*. Paris: PUF, 1992.
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.
- CHARLE, C. Le pantouflage en France (1880-1980). *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, 5, 1987, p. 1115-1137.
- _____. *Les élites de la République, 1880-1900*. Paris: Fayard, 1987.
- _____. Légitimités en péril. Eléments pour une histoire comparée des élites et de l'Etat en France et en Europe occidentale (XIX^e-XX^e siècles). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 116-117, 1997, p. 39-52.
- CHMATKO, N. & SAINT MARTIN, M. Les anciens bureaucrates dans l'économie de marché en Russie. *Genèses*, 27, juin 1997, p. 88-108.
- COENEN-HUTHER, J. *Sociologie des élites* Paris: A. Colin, 2004.
- COHEN, S. (dir.). *L'art d'interviewer les dirigeants*. Paris: PUF, 1999.
- DAGNAUD, M. & MEHEL, D. *L'élite rose, sociologie du pouvoir socialiste 1981-1986*. Paris: Ramsay, 1988.
- DEZALAY, Y. & GARTH, B. Les ONG au service de la mondialisation? Connivence des élites internationalisées. *Le Monde diplomatique*, junho 2005.
- _____. *La mondialisation des guerres de palais*. Paris: Seuil, 2002.
- DEWERPE, A. La «stratégie» chez Pierre Bourdieu. Notes de lecture. *Enquête*, 3, 1996, p. 191-208.
- DUBOIS, V. & DULONG, D. (dir.). *La question technocratique. De l'invention d'une figure aux transformations de l'action publique*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2000.

- DUPUY, F. *La fatigue des élites. Le capitalisme et ses cadres*. Paris: Seuil, 2005.
- EDUCATION ET SOCIÉTÉS. Revue Internationale de Sociologie de l'Education*. Dossier «Former des élites dans un monde incertain», 21, 1, 2008.
- ELIAS, N. *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: Pocket, 1^a ed. 1970.
- JOLY, H. *Patrons d'Allemagne. Sociologie d'une élite industrielle 1933-1989*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996.
- _____. *Formation des élites en France et en Allemagne*. CIRAC-Université de Cergy-Pontoise, 2005.
- JULLIARD, J. *La faute aux élites*. Paris: Gallimard, 1997.
- LAURENS, S. "Pourquoi" et "comment" poser les questions qui fâchent? Réflexions sur les dilemmes récurrents que posent les entretiens avec des "imposants". *Genèses*, 69, 4, 2007, p. 112-127.
- LE BRAS-CHOPARD, A. & MOSSUZ-LAVEAU, J. (dir.). *Les femmes et la politique*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- MALBERG, N. C. de. Le recrutement des inspecteurs des Finances de 1892 à 1946. *Vingtième siècle*, 1985, p. 67-91.
- MARRY, C. *Les femmes ingénieurs. Une révolution respectueuse*. Paris: Belin, 2004.
- MOSSUZ-LAVEAU, J. & SINEAU, M. *Enquête sur les femmes et la politique en France*. Paris: PUF, 1983.
- OFFERLÉ, O. (dir.). *La profession politique, XIX^e-XX^e siècles*. Paris: Belin, 1999.
- PINÇON, M. & PINÇON-CHARLOT, M. *Dans les beaux quartiers*. Paris: Seuil, 1989.
- _____. *Grandes fortunes. Dynasties familiales et formes de richesse en France*. Paris: Payot, 1996.
- _____. *Nouveaux patrons, nouvelles dynasties*. Paris: Calmann-Lévy, 1999.
- _____. *Voyage en grande bourgeoisie, Journal d'enquête*. Paris: PUF, 1997.
- RECONVERSIONS MILITANTES*. Textos reunidos por Sylvie Tissot, com Christophe Gaubert, Marie Hélène Lechien. Limoges: Presses Universitaires de Limoges, 2005.
- ROSANVALLON, P. Les élites françaises, la démocratie et l'Etat. *Esprit*, out. 1997.

- SAINT MARTIN, M. de. *L'espace de la noblesse*. Paris: Métailié, 1993.
- _____. & TCHOUIKINA, S. La noblesse russe à l'épreuve de la Révolution d'Octobre: représentations et reconversions. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, 99, jul.-set. 2008, p. 105-128.
- SULEIMAN, E. *Les ressorts cachés de la réussite française*. Paris: Seuil, 1995.
- _____. & MENDRAS, H. (dir). *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: La Découverte, 1995.
- TOURAINÉ, A. *La production de la société*. Paris: Seuil, 1976.
- URFALINO, P. & DALAGALARRONDO, S. Choix tragique, controverse et décision publique. Le cas du tirage au sort des malades du sida. *Revue Française de Sociologie*, 4, 1999, p. 99-114.
- WAGNER, A. C. *Les nouvelles élites de la mondialisation. Une immigration dorée en France*. Paris: PUF, 1998.

Tradução: Ernesto Seidl

Revisão técnica: Monique de Saint Martin





POLITIZAÇÃO DE INTERESSES ATRAVÉS DE FRENTES PARLAMENTARES

Odaci Luiz Coradini*

RESUMO

O estudo que está na origem desse artigo propõe que o objetivo principal da criação de frentes parlamentares é a formação de “espaços” de “opinião mobilizada” na definição e imposição de interesses no espaço político, através, particularmente, de atividades de *expertise*. Em segundo lugar, que as frentes parlamentares podem criar “espaços” ou “articular” um conjunto de deputados e senadores não apenas entre si, mas com representantes de organismos do Executivo de algum modo vinculados à “questão” conforme a definição em pauta. Por fim, que essas frentes parlamentares servem como meio de criação de “espaços” ou “articulação” entre os deputados e senadores com os processos de definição e de organização de interesses.

Palavras-chave: frentes parlamentares, politização, mecanismos de participação

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. coradini@portoweb.com.br

TOMO	São Cristóvão-SE	Nº 13	jul./dez. 2008
------	------------------	-------	----------------

APRESENTAÇÃO

O artigo que segue faz parte de uma pesquisa mais ampla dedicada à análise das chamadas frentes parlamentares atuantes no Parlamento Brasileiro. Para o momento, dois eixos de análise são explorados. O primeiro diz respeito ao exame das relações estabelecidas pelos deputados com cada frente parlamentar, com o conjunto dos recursos sociais e políticos e com as orientações e confrontos políticos. E o segundo – pautado pelos padrões de correlações identificados – concerne uma reflexão acerca do problema analítico mais geral das relações entre diferentes modalidades de engajamento e processos de politização, notadamente por meio do confronto com a bibliografia internacional centrada no denominado “modelo pluralista” que tem sido o referencial dominante nas Ciências Sociais.

No Brasil, além de matérias divulgadas na imprensa, o tratamento das frentes parlamentares geralmente restringe-se a alguns poucos trabalhos que tomam determinados casos ou levantamentos de interessados diretos. Essa literatura, não raro produzida por especialistas em ciências sociais em geral a serviço de instituições políticas ou sindicais, tem em comum com os artigos publicados na imprensa a classificação e definição das atividades dessas frentes parlamentares como algo no sentido do “corporativismo” ou de “grupos de interesse”, em oposição àquilo que seria de natureza mais “política” ou “partidária”. Deste modo, comungam com uma concepção “gestionária” das atividades políticas na qual o pólo positivo é representado pela ação política através de partidos, de preferência com o máximo de adesão e de fidelidade. Disso dependeria, inclusive, a estabilidade dos processos e do próprio regime, além da suposta maior “governabilidade”, dentre outros aspectos considerados como positivos.

Nessa perspectiva, a ação política através de grupos de interesse somente pode ser vista como positiva se for algo análogo ao chamado “modelo pluralista”, ou no sentido do reforço da chamada “sociedade civil”. Caso contrário, as ações através de frentes parlamentares e o que significa em termos de representação de grupos de interesse geralmente são classificadas como algo no sentido do “corporativismo” e, inclusive, produto de estratégias do chamado “baixo clero”. Conjuga-se a isso o fato de

que a discussão travada por especialistas, comumente interessados e comprometidos com esse tipo de processo, e a imprensa acabam formando uma espécie de senso comum no qual, além das questões relativas ao suposto “corporativismo” presente nas frentes parlamentares, são apresentadas e discutidas condições de possibilidade e estratégias de sua utilização prática¹.

Tendo isso em vista, é preciso desde já situar a hipótese de trabalho do estudo que está na origem desse artigo. Em primeiro lugar, propõe-se que, em um nível mais geral, o objetivo principal da criação de frentes parlamentares é a formação de “espaços” de “opinião mobilizada” (Bourdieu, 1990, p. 66) na definição e imposição de interesses no espaço político, através, particularmente, de atividades de *expertise*. Isso consiste na “articulação” ou agrupamento, em primeiro lugar, de deputados e senadores com afinidades eletivas com o “problema”, ou seja, o tema e a definição da “questão” conforme determinado referencial (Muller, 1995). Em segundo lugar, as frentes parlamentares podem criar “espaços” ou “articular” um conjunto de deputados e senadores não apenas entre si, mas com representantes de organismos do Executivo de algum modo vinculados à “questão” conforme a definição em pauta. Em terceiro lugar, essas frentes parlamentares servem como meio de criação de “espaços” ou “articulação” entre os deputados e senadores com os processos de definição e de organização de interesses. Isso pode aparecer sob as mais diversas formas e denominações, tais como os apelos à chamada “sociedade civil”, à “sociedade organizada”, ao “setor”, à “região”, em síntese, alguma unidade social de agrupamento, mobilização e representação.

Em todo caso, estes interesses e objetivos na criação de “espaços” de imposição de definição, de “articulação”, de generalização e de legitimação de interesses e de forças sociais e políticas envolve de modo muito variável cada uma dessas instâncias (parlamento, organismos do Executivo e grupos de interesse). Isso depende das condições particulares de cada

¹ Alguns exemplos diversificados disso podem ser encontrados em: Vigna (2001); *Boletim do Diap*, 1999, p. 10; *Correio Brasiliense*, 17/01/2005, s. p.; *Zero Hora*, 23/02/2007, p. 14; Soares, 2005; http://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Parlamentar. Acessado em 24/10/2006; e Vogel, 2005, p. 11.

frente parlamentar e, mais especificamente, dos recursos e posições no espaço político de seus componentes, do tipo de “problema” e do referencial de sua definição, e do grau de amplitude do envolvimento, mais difuso ou, então, abarcando uma categoria social mais específica e já socialmente constituída e mobilizada, dentre outras condições. Porém, esse grau de amplitude não depende apenas da existência prévia de categorias ou “questões” já socialmente constituídas, como se estivessem à espera para entrar na agenda e no espaço político, mas dos interesses e condições de possibilidade política em seu recorte e definição.

FRENTES PARLAMENTARES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2003-2007): PRINCIPAIS RESULTADOS

Levando em consideração o conjunto das frentes parlamentares sobre as quais se obteve informações suficientes, a presente pesquisa abrange todos os deputados atuantes durante a legislatura de 2002 a 2007 e que se inscrevem nos parâmetros pertinentes ao problema de investigação em pauta.

Sabe-se do incremento contundente das frentes parlamentares no Congresso Nacional e que, no decorrer da legislatura de 2003 a 2007, um total de 148 frentes parlamentares foram constituídas na Câmara dos Deputados (tomado-as apenas em termos nominais). No final do referido período houve uma diminuição significativa desse ritmo de crescimento e, além das razões de ordem conjuntural, há motivos associados também a exigências formais². Porém, a existência nominal somente pode ser tomada como um indicador (precário) de algo no sentido de interesses e estratégias da utilização de frentes parlamentares como meio de lutas políticas.

Nesse estudo, do total de 148 frentes parlamentares com alguma menção de sua existência a partir do início de 2003, foi conseguida a lista de

² Até o final de 2005, a criação de determinada frente parlamentar consistia em algo completamente informal e nessa data, a direção da Câmara impôs uma série de definições e exigências formais (Câmara dos Deputados, *Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005*).

aderentes de 66 e na maior parte desses casos foi obtida alguma documentação relativa à sua formação e atividades.

Além da participação ou não em cada frente parlamentar, foram incluídas as variáveis que seguem: partido de filiação no final de 2006, mudança de filiação partidária na legislatura de 2002 a 2006 e partido de destino, ocupação ou não do cargo de líder ou vice-líder de partido na Câmara e a ocupação ou não do cargo de coordenador de frente parlamentar³.

Há uma interdependência muito forte, em primeiro lugar, da participação ou não em alguma frente parlamentar com o fato de fazer parte de outras. Em segundo lugar, na medida em que ocorre a participação em frentes parlamentares, as orientações relativamente à adesão a uma determinada frente é diretamente dependente da participação em outras. Em síntese, os recursos de posição e de situação, que dependem da inserção em sistemas de ação (Lagroye, François e Sawicki, 2002, p. 271) e em redes de interdependência têm um peso decisivo, tanto na adesão a alguma frente parlamentar como na definição daquelas que são objeto de adesão em segundo plano ou de rejeição.

Um primeiro princípio de divisão mais geral que opõe os deputados é a participação ou não em frentes parlamentares e, em segundo lugar, a interdependência nessa participação ou rejeição. Trata-se, em primeiro lugar, do problema de saber em que medida a participação ou rejeição

³ Como meio de exploração geral do material, foi aplicado um teste de análise de correspondência múltipla, tomando a participação ou não em cada uma das frentes parlamentares consideradas. Como variáveis ilustrativas foram incluídas as seguintes: o partido de filiação no final de 2006, mudança de filiação partidária na legislatura de 2002 a 2006 e partido de destino, ocupação ou não do cargo de líder ou vice-líder de partido na Câmara e a ocupação ou não do cargo de coordenador de frente parlamentar. Nesse teste o primeiro fator atinge nada menos que 12,80% (com 0,1280 de valor próprio), e o segundo fator 4,57% (0,0457 de valor próprio). O primeiro pólo do 1º fator corresponde à rejeição ou não-participação em frentes parlamentares, que tem graus variados para cada uma destas. Ao pólo contrário desse primeiro eixo corresponde a participação em frentes parlamentares, também numa distribuição conforme à intensidade. No eixo do segundo fator está em oposição o tipo de frente parlamentar. Desse modo, o primeiro pólo desse segundo eixo é análogo à posição de “direita” no espaço político, com um conjunto de frentes parlamentares destacando-se em seu extremo e as demais em graus variados conforme a intensidade.

relativamente ao conjunto de frentes parlamentares está baseada em algo em comum. E, em segundo lugar, é preciso saber em que medida a participação ou rejeição em alguma frente parlamentar em particular está associada à participação, ou rejeição, de outras frentes parlamentares, inclusive, porque, ao contrário da filiação partidária, a participação em determinada frente parlamentar não é exclusiva, restando, portanto, um espaço para a manipulação das afinidades e distâncias eletivas.

Essa participação ou rejeição de frentes parlamentares forma um eixo de oposição no qual, num dos pólos, situam-se aqueles que se caracterizam pela não participação ou rejeição das frentes parlamentares em geral, embora em graus variados, em oposição ao pólo correspondente à maior participação. Porém, em ambos esses pólos e particularmente naquele da participação, um segundo princípio de diferenciação consiste no grau ou quantidade da participação ou rejeição e em sua distribuição entre as diferentes frentes parlamentares. Ou seja, para além da maior participação ou rejeição, está em oposição também a distribuição entre frentes parlamentares relativamente às quais os deputados mantêm maior ou menor participação e, portanto, as interações entre estas frentes, de maior ou menor participação e suas relações com as demais características e recursos dos deputados.

Nessa bipolarização entre a participação ou rejeição de frentes parlamentares, um dos extremos do eixo é ocupado, em primeiro lugar, pela frente parlamentar da defesa da educação profissional, seguida por outras 48, até aquela de combate à corrupção. Portanto, das 66 frentes parlamentares incluídas no universo, a maior parte (50) se hierarquiza pelo grau de participação/rejeição, restando poucas que podem ser consideradas mais próximas de uma posição de neutralidade, ou seja, cuja participação ou não nas mesmas não mantêm interdependência relativamente às demais. Isso significa que a frente parlamentar da defesa da educação profissional, seguida de perto por outras, como a da cultura, a contra o câncer, a das indústrias têxteis, da confecção e da moda, dentre outras, são aquelas cujas relações com o conjunto dos deputados, seja de adesão ou de rejeição, são as mais exclusivas.

Porém, quais seriam as bases desse grau de exclusividade das frentes parlamentares? Embora, oficialmente e, inclusive, em termos do senso

comum, o objeto por excelência das frentes parlamentares seja algo como “problemas específicos”, os princípios de delimitação dessa exclusividade ou então de afinidade com as respectivas posições dos aderentes são muitos variados. Via de regra, em graus diversos, ocorre uma mistura de componentes que inclui as afinidades regionais, corporativas (setoriais ou profissionais); a inserção em redes e alianças de mobilização de opinião que podem remontar a períodos anteriores dos respectivos trajetos sociais e políticos; as relações e imbricações com interesses organizados e a emergência e imposição da respectiva “questão” ou de sua redefinição no espaço político, e assim por diante. Como já mencionado, algumas frentes parlamentares têm um forte caráter de defesa de interesses de cunho corporativo, como é o caso, por exemplo, daquela da educação profissional, da cultura, da contra o câncer, das indústrias têxteis, da confecção e da moda, da saúde, da defesa do carvão mineral, dentre muitas outras.

Por outro lado, outras frentes parlamentares mantêm um caráter de cunho mais ideológico, como, por exemplo, aquela da defesa dos povos indígenas, outras estão associadas a determinados princípios ambientalistas, como aquela da ecologia urbana, e a ambientalista, dentre tantas outras. Porém, essa divisão entre as frentes parlamentares de cunho mais fortemente “corporativo”, ou de defesa de interesses “profissionais” ou, ainda, “econômicos” ou “setoriais”, em detrimento daquelas de caráter, ou com pretensões mais ideológicas, não esgota o problema. É evidente que na criação e funcionamento dessas frentes parlamentares está em pauta uma determinada estrutura de recursos de diferentes ordens, bem como a defesa de interesses de esferas distintas, seja de origem mais diretamente econômica ou empresarial, corporativa setorial ou profissional, regional, ou ideológica, dentre tantas outras. Isso tudo, evidentemente, conflui para processos de politização em modalidades diversas. Porém, o que deve ser destacado é que, mais que uma classificação dos tipos de interesses e de recursos em confronto (econômicos, culturais ou ideológicos, etc.), o que deve ser apreendido são os processos de reconversão dos mesmos em algum tipo de capital político e as lógicas sociais subjacentes.

Como é facilmente demonstrável, nenhuma frente parlamentar pode ser tomada apenas através de algum tipo de recurso e de forma de ação,

visto que se trata de processos de reconversão de recursos e de classificações sociais em capital político e, em alguns casos, de formulação e de influência nas decisões políticas. Nesse sentido, a característica comum mais geral é que o objeto de qualquer uma dessas frentes parlamentares é sempre um investimento no sentido da formulação e imposição de referenciais de definição da “questão” objeto da mesma, daí o recurso generalizado à *expertise*. Entretanto, isso abarca diferentes modalidades e níveis de recursos e de interesses, do que resulta que qualquer frente parlamentar consiste numa modalidade específica de articulação de recursos e de interesses, a começar por aqueles da própria representação política institucionalizada, bem como dos interessados “externos” às atividades políticas “profissionais”. Porém, esses interessados “externos” também não constituem algo amorfo e nem categorias monolíticas, compondo diferentes públicos e interesses distintos, seja relativamente às lógicas dos processos eleitorais ou, então, de intermediação de interesses.

Tomado em termos gerais, alguns indicadores de recursos e de orientação política apontam levemente no sentido de que a maior participação em frentes parlamentares pode estar relacionada a menores recursos políticos (como geralmente apontado pelas interpretações disponíveis). Assim, no que tange à filiação e, mais especificamente, à fidelidade partidária, ocorre uma leve tendência de menor participação dos que não mudaram de partido na legislatura analisada, de 2003 a 2006, posicionarem-se no pólo da menor proporção de participação nas frentes parlamentares. Quanto à filiação partidária na legislatura considerada, alguns partidos que ocupam posições extremas contrárias no espaço político, particularmente o PFL e o PT, também apresentam levemente uma maior proporção de rejeição das frentes parlamentares, tomadas em conjunto. No pólo dos que têm proporcionalmente maior participação em frentes parlamentares destacam-se o PV e o PTB, embora de modo não muito expressivo. Dito de outro modo, se por um lado os deputados filiados a alguns partidos que ocupam posições extremas no espaço político apresentam uma proporção levemente menor na participação no conjunto de frentes parlamentares, por outro, aqueles que têm participação em alguma frente parlamentar tendem a manter um relativamente forte alinhamento.

Como mencionado, num primeiro eixo de oposição os deputados distribuem-se conforme o grau de participação ou rejeição no conjunto das frentes parlamentares. Em segundo lugar, entra em pauta o grau de exclusivismo de cada uma das frentes parlamentares. Quer dizer, na medida em que o objeto ou “questão” de determinada frente consiste em algo específico e restrito a determinada base ou categoria social específica, os deputados envolvidos ou que rejeitam a frente tendem a se alinhar de modo semelhante relativamente às demais frentes parlamentares. Essas, por sua vez, também estariam circunscritas a outros objetos ou “questões” específicas mais ou menos excludentes, ou interdependentes.

Ocorre que o grau de exclusividade ou de abrangência e o caráter mais ou menos difuso de determinado grupo de interesse, ou da frente parlamentar à qual está associado depende tanto da abrangência da categoria social com interesses representados como decorre também dos critérios de definição desses interesses e da estrutura de sua representação, em termos associativos, sindicais ou partidários.

Como já foi dito, num segundo eixo de oposição há uma homologia muito forte e direta com o espaço político, seja em sua constituição eleitoral ou, em termos mais gerais. Evidentemente, aquilo que constitui cada pólo dessa oposição não é redutível a algo genérico e nativo como “esquerda” e “direita” e, além disso, os princípios de classificação não são unívocos. Assim, por exemplo, o pólo da “esquerda” pode manter maior participação em determinadas frentes parlamentares por seu objeto estar associado com certas bandeiras de luta e grupos de interesse de base sindical; ou, então, por se tratar de alguma questão de cunho mais moral ou ideológico, como uma espécie de vanguarda (seja em termos de moral cívica, familiar, ou relativa a outra esfera, como o ecologismo) ou, ainda, por estar ligada a determinadas esferas de atividades mais próximas desse pólo, como os serviços públicos; ou, ainda, simplesmente, como decorrência do fato de que o deputado ou as redes que promovem a frente parlamentar estarem inseridos em partidos próximos à “esquerda”, embora o objeto da frente parlamentar seja fortemente setorial ou corporativo.

O pólo correspondente às posições de “direita” no espaço político é composto por aqueles que se destacam tanto pela participação em deter-

minadas frentes parlamentares, como pela rejeição a outras. No que tange à participação, há uma enorme variedade de modalidades de recorte do objeto de cada frente parlamentar, dos interesses em confronto e dos critérios de agrupamento dos envolvidos. Frentes parlamentares como a ruralista, da avicultura, da fruticultura brasileira, dentre outras, consistem na defesa de grupos setoriais de empresários e/ou produtores já organizados há mais tempo. Isso, no entanto, não elimina suas “questões” e princípios de definição próprios, como a oposição às políticas de reforma agrária no caso da ruralista ou, simplesmente, a busca de recursos públicos e de políticas governamentais, como é o caso das demais. Esse é o caso da frente parlamentar das indústrias têxteis, da confecção e da moda, a da defesa da Vasp, dentre tantas outras. Por sua vez, no caso daquela dos advogados se trata não apenas do corporativismo profissional, mas da utilização do direito para a imposição de determinadas formulações políticas à “direita” no espaço político.

No caso da frente parlamentar evangélica, apesar de seu caráter fortemente ideológico, deve ser considerado que se trata das relações de parte dos deputados com outra esfera de atividades, ou seja, o campo religioso e, no seu interior, as igrejas pentecostais e suas perspectivas e estratégias próprias. Ainda quanto a este pólo à “direita”, é necessário considerar as relações entre os princípios de definição da “questão” e os demais princípios e interesses organizados em termos mais gerais.

As frentes parlamentares que se caracterizam, simultaneamente, pela maior rejeição dos deputados situados à “direita” e maior participação daqueles de “esquerda” constituem um conjunto relativamente amplo (de cerca de 20 das 66 examinadas). Algumas que se destacam têm um caráter fortemente de articulação do pólo sindical à “esquerda”, como aquela da defesa do financiamento público e da soberania nacional. Outras, como as da reforma urbana estão mais diretamente associadas à formulação e defesa de políticas para segmentos populacionais, no caso, trabalhadores urbanos; outras mantêm um forte caráter de empresa e vanguarda moral em associação com grupos de interesse afins, como a frente parlamentar de defesa da livre expressão sexual, ou de algum tipo de moral cívica, como a de combate à corrupção, a de defesa dos povos indígenas, da defesa da igualdade racial, do combate ao uso do cigarro, dentre outras.

Ainda quanto a estas frentes parlamentares de forte caráter moral, há um conjunto com associação mais forte com algum tipo de ecologismo, embora baseadas em grupos de interesse e em princípios um tanto distintos, como é o caso, dentre outros, da frente parlamentar de defesa da energia de fontes renováveis, da ambientalista, e da defesa das águas. Por fim, há aquelas dirigidas para um segmento e com base em interesses muito específicos, como é o caso de uma posição do sindicalismo de professores universitários públicos, no caso da frente parlamentar em defesa da universidade pública e gratuita, ou, ainda, de defesa das políticas públicas para a juventude. Ao confrontar esses dois pólos e os interesses que servem de base, fica evidente um maior grau de associação do pólo à “direita” com grupos de interesse de caráter “econômico”, enquanto o pólo contrário está mais diretamente centrado em grupos de interesse de cunho de vanguarda ideológica, moral ou “cultural”.

Isso, no entanto, deve ser mais precisamente qualificado, visto que, no pólo à “direita”, mais que “econômicos”, trata-se de interesses associados ao universo empresarial e, mais especificamente, aos interesses organizados associados ao mesmo. No pólo contrário, de “esquerda”, mais que “moral”, trata-se de interesses investidos em setores de produção de caráter mais “cultural” ou “social”, ou seja, simbólica, seja em razão das origens e vinculações profissionais dos deputados, ou, então, de relações com o engajamento e militância associativa e sindical.

Mas nessa oposição homóloga ao espaço político, as relações entre o tipo de participação em frentes parlamentares e os indicadores de inserção social e o trajeto político são muito fortes. Isso envolve aspectos econômicos, escolares, demográficos e, sobretudo, político-partidários.

No que tange a aspectos demográficos, sobressai-se, particularmente, a maior proporção de deputados do sexo masculino, que se declaram casados, no pólo correspondente à “direita”. Em termos econômicos, a faixa de patrimônio mais diretamente associada é a mais elevada, de um milhão ou mais de reais em 2006, enquanto no pólo contrário, as faixas mais diretamente associadas são as de cento e cinqüenta a duzentos mil reais. Algo semelhante ocorre com a profissão declarada, sendo que ao pólo da “direita” corresponde o agrupamento dos proprietários de diferentes setores, ou dos diretores, proprietários, gerentes ou administra-

dores de organizações privadas, em oposição ao agrupamento dos trabalhadores de diferentes setores e aos professores (de todos os níveis). Quanto à titulação escolar, ao primeiro pólo correspondem mais diretamente os formados em direito e, no pólo contrário, correspondente à “esquerda” no espectro político, as ciências humanas e sociais (jornalismo, ciências sociais, história, pedagogia, psicologia, teologia, etc.).

AS FRENTES PARLAMENTARES E A CRÍTICA AO “MODELO PLURALISTA”

Na literatura internacional, a definição de grupo de interesse e suas relações com a representação política estão centradas nos chamados “modelos” de organização. Dentre estes “modelos” se destaca o chamado “pluralista”, muito utilizado nas últimas décadas em oposição ao “corporativista” ou “neocorporativista”, além de outros “modelos”, como o “contestatório”, dentre outros⁴. Ocorre que o chamado modelo “pluralista”, que tende a se impor como o referencial dominante e atual substituto do antigo desenvolvimentismo na interpretação de processos como aqueles em pauta não constituem apenas uma abordagem dentre outras. Além de base para esquemas analíticos nas ciências sociais, o “pluralismo” também configura um esquema de pensamento que extrapola as ciências sociais e que está estreitamente associado com determinadas experiências históricas e políticas, particularmente nos Estados Unidos.

Para os objetivos do presente artigo, interessa destacar que, além do normativismo típico de uma determinada filosofia ou moral cívica que toma as lutas e o poder político como “influência” (Braud, 1985), com uma perspectiva “gestionária” do espaço político, uma das impli-

⁴ Deixando de lado certos desdobramentos mais recentes, como a ênfase na caracterização de tipos de corporativismo, os elementos centrais de uma espécie de “matriz” que fundamenta esse senso comum encontra-se numa publicação de Almond (1958). Mesmo sem entrar em detalhes, cabe notar que essa “matriz” divide os tipos de intermediação de interesse tendo como referência central positiva o “sistema anglo-saxão”, com o qual são comparados os atributos dos “sistemas não ocidentais”, a “crise” do “sistema francês-italiano”, e o “sistema multipartidário” da Escandinávia e dos países baixos (Almond, 1958, p. 275).

cações é um determinado objetivismo que tende a tomar os “interesses” como já socialmente objetivados e não os processos de sua constituição social e política. Tendo em vista a diversidade das relações entre diferentes modalidades de engajamento e constituição de interesses, Offerlé (1998) propõe examinar as relações partidárias com seus diferentes usos políticos, sendo que nas concorrências eleitorais, os grupos podem “recusar o corte entre a política e a economia (...) e, inclusive, se transformar em organizações de conquista do poder” (Offerlé, 1998, p. 21-22 e passim). Isso leva a estudar o grupo de interesse enquanto organização, mas, simultaneamente, como “campo” no qual a organização age, sendo que um dos produtos mais específicos da atividade dos grupos de interesse consiste no “reforço” ou “produção de setores estatais dispendo de recursos materiais e simbólicos” (Offerlé, 1998, p. 81 e 99).

As relações dessas frentes parlamentares com a definição, organização e politização (Lagroye, 2003) de interesses são constitutivas das mesmas, fazem parte de sua própria definição e regulamentação oficial. Num “modelo” de formalização adotado por imitação, em sua formação, em geral se define a frente como constituída de parlamentares, na qual os mesmos mantêm o monopólio da palavra ou das deliberações, além de se tratar de algo “suprapartidário” e “não ideológico”, ou seja, aqueles atributos que as associam a algo dirigido a alguma “questão específica” e não partidária. Porém, ao definir as diferentes categorias de componentes, geralmente há uma formada pelos fundadores (deputados ou senadores que fizeram parte do “ato de fundação”), seguida pela categoria dos “efetivos (que aderiam formalmente e estão no exercício do mandato) e, por fim, dos membros “colaboradores”. Nessa última categoria geralmente são incluídos os ex-parlamentares e os “interessados” não parlamentares, via de regra, representantes de grupos de interesse vinculados à “questão” em pauta. Em outros casos, é atribuída mais importância ao monopólio da palavra ou das deliberações aos deputados e senadores ou, ainda, ao direito de atribuição de “títulos honoríficos” a participantes destacados. Porém, com exceção dessas variações secundárias, o “modelo” formal é sempre muito semelhante.

Ao tomar as três modalidades que resumem os repertórios de ação, propostas por Offerlé (1998, p. 110), a saber, o *número*, a *ciência* e a *virtude*, em algum grau todas podem ser encontradas no conjunto dos grupos de interesse que se vinculam a frentes parlamentares. Do mesmo modo, praticamente em todas são destacadas suas funções legislativas, seja no sentido de formulação de políticas, de “articulação” de forças e viabilização ou transformação em legislação, ou ainda, do acompanhamento de sua implementação. Além disso, em geral, também são destacados os objetivos de intermediação nos organismos públicos pertinentes à “questão” em pauta, porém, os objetivos mais constantemente presentes estão associados ao que poderia ser definido como intermediação entre os grupos de interesse envolvidos e o espaço político, seja no âmbito do parlamento ou do governo e, em segundo lugar, às atividades de *expertise*. Essa *expertise* ocorre em modalidades muito diversas, mas particularmente através daquilo que Offerlé (1998, p. 110 e 121) define como “colóquio” e que pode aparecer, também, como atividades de promoção de “seminários”, de “debates”, de “eventos”, de “audiência pública”, dentre outras denominações.

Evidentemente, essa utilização da *expertise* não exclui, mas se integra com outras modalidades de ação, seja de cunho mais contestatório, corporativo, clientelístico, ou político-partidário. Analiticamente, o principal problema consiste nos níveis em que as lógicas que regem estas ações como a intermediação, a *expertise* e os processos eleitorais se integram ou se excluem. Tanto as relações entre os profissionais da política, no caso, deputados federais, como as diferentes categorias de não profissionais da política partidária não apenas comportam códigos distintos, como também abrangem bases sociais relativamente diversas. Sendo assim, mesmo com determinado grau de contradição, ou de contrariedade, é possível agregar recursos e estratégias eleitorais diversas com capital associativo ou, de modo mais geral, reconhecimento e legitimidade como representante de interesses organizados, frente a círculos mais restritos e delimitados de eleitores e, particularmente, de seus mediadores, compondo redes de dependência vertical. Por outro lado, algumas dessas frentes parlamentares caracterizam-se pelo forte corporativismo profissional, enquanto outras estão vinculadas a diferentes modalidades de

corporativismo setorial⁵, ou, ainda, outra modalidade de organização e intermediação de interesses.

Em síntese, se por um lado há uma série de elementos comuns que abrangem o conjunto das frentes parlamentares, tais como a intermediação entre grupos de interesse e o legislativo e o peso generalizado da *expertise*, por outro, há uma série de particularidades que variam para cada caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacado no início do artigo, o tema geral dessa investigação são as frentes parlamentares em suas relações com os grupos de interesse e com diferentes modalidades de engajamento e processos de politização. Numa perspectiva com base no chamado “modelo pluralista” e da moral cívica vigente, correlata à busca da “boa política”, essas frentes parlamentares poderiam ser tomadas como protótipo de algo no sentido da “despolitização”, devido à sua discrepância relativamente àquilo que seria uma estrutura partidária formalizada e estabilizada e à demarcação dos alinhamentos político-ideológicos. Mas, como parece ter ficado evidente, em primeiro lugar, ocorre uma forte associação entre a distribuição dos deputados na participação em frentes parlamentares e os alinhamentos políticos e a filiação partidária. Essa associação ocorre, inclusive, com os diferentes usos da filiação partidária. Ou seja, se por um lado, a quantidade de troca de partido está relacionada com a posição no espectro político, por outro, também está associada com a distribuição dos deputados nas frentes parlamentares.

Mas, se a distribuição dos deputados conforme a participação em frentes parlamentares está associada às respectivas posições e alinhamentos no espaço político, também dependem diretamente das relações

⁵ Sobre a distinção entre o corporativismo profissional e outras modalidades, como o setorial, ver Jobert e Muller (1987, p. 160-185). Sobre a organização de interesses e a proeminência do Executivo no Brasil do período Vargas, ver Schmitter (1971); e sobre o reconhecimento da “cidadania regulada” conforme o pertencimento a organizações de interesse profissionais e suas relações com o Estado, ver Santos (1979). Sobre o caráter “bifronte” do corporativismo na América Latina, ver O’Donnell (entre outros, 1976).

com os grupos de interesse e com as condições e a posição no espaço social. Consequentemente, a participação nas frentes parlamentares está fortemente relacionada com o tipo de engajamento associativo/sindical prévio e com o conjunto de indicadores relativos à posição no espaço social. Dentre esses indicadores se destacam o montante do patrimônio, a titulação escolar e o trajeto ocupacional, dentre outros.

Por outro lado, ao contrário do que preconizam as abordagens que pressupõem que a organização e defesa de interesses ocorrem inicialmente em organizações da chamada “sociedade civil”, para então serem agregadas nas instâncias públicas nas condições estudadas, a defesa de interesses e sua politização não são redutíveis a algum “modelo” idealizado. Como parece ter ficado evidente, se, por um lado, os interesses não ocorrem previamente à sua definição e organização, por outro, as relações entre sua definição e organização e a politização dependem de condições específicas de cada caso. Assim, num pólo extremo podem ser encontrados aqueles grupos de interesse previamente organizados em bases pretensamente externas à “política” (no sentido de partidarização) e sua posterior ligação com determinados agentes do espaço político e frentes parlamentares (como exemplificam, dentre tantos outros casos, as organizações assistenciais de igrejas pentecostais e suas vinculações com a frente parlamentar evangélica). Por outro lado, se destacam grupos de interesse que são o resultado da formulação e intervenção de agentes políticos, em interação com processos de definição ou redefinição de interesses de determinadas categorias sociais mais específicas ou mais difusas, na sua própria formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRO-PARLAMENTO – *Informativo do Núcleo dos Parlamentares Negros do PT no Congresso Nacional*.

ALMOND, G. A. Research note; Comparative study of interest groups and the political process, *The American Political Science Review*, Washington, 53 (1), mar., 1958.

BOURDIEU, P. & Christin, R. La construction du marché. Le champ administratif et la production de la “politique du logement”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, (81/82), mars, 1990.

BOURDIEU, P. La représentation politique; éléments pour une théorie du champ politique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, (36/37), fév./mars, 1981.

BRAUD, P. Du pouvoir en general au pouvoir politique. In. GRAWITZ, M. e LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique*; v.1: La Science politique, science sociale: L'Ordre politique. Paris, PUF, 1985.

CÂMARA dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Ato da Mesa nº 69*, de 10/11/2005.

CÂMARA dos Deputados. *Frente Parlamentar da Reforma Urbana*. (s.n.t.), (s.d.).

CÂMARA dos Deputados. *Frente Parlamentar em Defesa da Energia de Fontes Renováveis*. (s.n.t.), 2002.

CÂMARA dos Deputados. *Frente Parlamentar pela Criação da Justiça Agrária*. 2004.

CORREIO *Brasiliense*.

FRENTE *Parlamentar Evangélica*.

JOBERT, B. & MULLER, P. *L'État en action; Politiques publiques et corporatismes*. Paris, PUF. 1987.

JORNAL *do Carvão*

LAGROYE, J. Les processus de politisation. In. LAGROYE, J. (dir.). *La Politisation*. Paris, Éditions. Belin, 2003.

LAGROYE, J., FRANÇOIS, B. & SAWICKI, F. *Sociologie Politique*. 4ª ed., Paris, Presses de Sciences Po et Dalloz, 2002.

MULLER, P. Politiques publiques comme construction d'un rapport au monde. In. FAURE, A., POLLET, G. & WARIN, P. (dir). *La Construction*

du Sens dans les Politiques Publiques; Débats autour de la notion de référentiel. Paris, L'Harmattan, 1995.

O'DONNELL, G. Sobre o "corporativismo" e a questão do Estado, *Cadernos do DCP*, Belo Horizonte, n.3, março, 1976.

OFFERLÉ, M. *Sociologie des Groupes d'Interêt.* Paris, Montchrestien, 2ª ed., 1998.

OFFERLÉ, M. Professions et profession politique. In. OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique: XIXe.-XXe. Siècles.* Paris, Éditions Belin, 1999.

Radiografia do Congresso; Frente Parlamentar. In. *Boletim do Diap*, IX (106), jun., 1999.

Rede Brasil. *Convite.* (s.n.t.), 2003

Revista Cidades, nov. 2003 (<http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn> Acessado em 22/03/2007)

Revista da Frente Parlamentar Evangélica.

SANTIAGO, P. R. *Frente Parlamentar de Combate à Corrupção.* Brasília, Câmara dos Deputados, 2004.

SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.* Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SCHMITTER, P. *Interest Conflict and Political Change in Brazil.* Standfor, Stanford University Press, 1971.

SOARES, L. Frentes estilham os partidos, *Correio Brasiliense*, Brasília, 28/02/2005.

VIGNA, E. *Bancada Ruralista: um grupo de interesse.* Brasília, INESC, 2001.

VOGEL, L. H. *As Frentes Parlamentares e a Cultura Política em Defesa dos Direitos Humanos.* Brasília, Câmara dos Deputados, 2005.

WILSON, F. L. Les groupes d'interêt sous la cinquième République; Test de trois modèles théoriques de l'interaction entre groupes et gouvernement, *Revue Française de Science Politique*, Paris, 33 (2), avril, 1983.

Zero Hora

<http://cidadebrasil.com.br>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Frente Parlamentar](http://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Parlamentar)

www.diap.org.br)

www.fundamento.inf.br

www.mct.gov.br



RECLUTAMIENTO PARLAMENTARIO Y ESTRATIFICACIÓN SOCIAL EN EL URUGUAY:

subrepresentación en las elites
políticas y estratificación social

Eduardo Bottinelli*

RESUMEN

El trabajo se focaliza en la influencia de factores de estratificación social en los mecanismos de reclutamiento social de los parlamentarios uruguayos en el período reciente de cambio político y circulación de las elites. Se analizan trayectorias de parlamentarios de sectores subalternos, de acuerdo a la raza, género, edad y origen social, indagando acerca de las facilidades y dificultades de acceso y carrera política de los cargos parlamentarios. El artículo se basa en una investigación cualitativa sobre la trayectoria de los parlamentarios en el Uruguay. Se utiliza la entrevista en profundidad como forma de explorar desde la subjetividad de los dirigentes, las motivaciones hacia la vida política, y las percepciones de los factores de subrepresentación política de determinadas categorías y grupos sociales subalternos en las organizaciones partidarias y de representación política.

Palabras-clave: elite parlamentaria, carreras políticas, grupos subalternos

* Professor do departamento de Sociologia da Universidad de la República, Uruguai.
eduardo.bottinelli@gmail.com

INTRODUCCIÓN

Luego de la dictadura militar de la década de los '70 y '80, el proceso de reconstrucción de la democracia uruguaya en los últimos veinte años ha estado marcado por una serie de realineamientos políticos e ideológicos que transformaron, sobre mediados de la década de los '90 (específicamente en las elecciones de 1994), al sistema político bipartidista tradicional por un formato tripartidista, con dos partidos tradicionales que ocuparon el papel de partidos conservadores-liberales, y una alianza de organizaciones políticas de izquierda, que incorporó desde las corrientes más radicales hasta el centro del espectro político¹. En las últimas Elecciones Nacionales del año 2004 la izquierda logró acceder al gobierno nacional por primera vez en la historia logrando a su vez, mayoría absoluta en ambas cámaras legislativas y prácticamente volviendo a un formato bipartidista, con el histórico Partido Colorado muy disminuido en su caudal electoral.

En este marco, el interés de la presente ponencia es analizar distintas dimensiones de los cambios políticos y sociales y el impacto del aumento de representantes de izquierda en la elite política a través del estudio de la composición social de las elites parlamentarias de la actual legislatura.

Uno de los aspectos que ha recibido creciente relevancia sociológica en el análisis de las elites dirigentes es el estudio del reclutamiento social de los elencos políticos para entender las relaciones entre la representación política y la representación social en las democracias contemporáneas, así como los procesos de movilidad y renovación social de las elites.

El objetivo general es, a partir de una caracterización en función de la edad, raza, sexo y el origen social y ocupacional de los parlamentarios, indagar las dificultades y tipos de trayectorias políticas de los grupos

¹ Este artículo es una revisión de la Ponencia presentada en el 2º Congreso Uruguayo de Ciencia Política, 20 y 21 de octubre de 2008. Investigación financiada por la Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC), Universidad de la República Oriental del Uruguay, período de investigación, abril 2007 – abril 2009.

minoritarios o subalternos de la población dentro de las Cámaras parlamentarias.

Desde la perspectiva de la profesionalización de la política (Schumpeter, Dahl, Sartori) surge una visión de las elites donde se sostiene que los regímenes democráticos y pluralistas aseguran un método de selección más abierto de los gobernantes. Según esta perspectiva el estudio debe hacerse a través de la aproximación de la forma de profesionalización de los elencos políticos (Serna 2005: 4). Así, se cree en carreras políticas profesionales, donde se tienen en cuenta los méritos de los individuos al momento de selección de las elites dirigentes.

Desde este punto de vista de la profesionalización de los elencos políticos dirigentes, Best y Cotta, en su trabajo sobre la representación del parlamento en Europa, analizaron el reclutamiento social y las carreras políticas en 11 países europeos entre los años 1848 y 2000. Así describen y analizan cómo los procesos de modernización y la generalización de la democracia en el transcurso del Siglo XX llevaron a la sustitución de cuadros políticos tradicionales y estamentales por políticos profesionales, es decir, por personas que se dedicaron a la actividad política como medio de vida y dedicaron su vida a realizar carrera política.

Con la profesionalización de las carreras políticas toma creciente interés el estudio del reclutamiento, así como el estudio de la función del reclutamiento político en los partidos políticos. Este proceso de reclutamiento de los cuadros de los partidos políticos es el que lleva a la selección de la elite dirigente profesional. Así, Norris (1997) analiza el “pasaje al poder” estudiando el reclutamiento legislativo en las democracias avanzadas. Norris realiza una tipología de carreras políticas analizando no sólo la vida política de las carreras estudiadas sino que analiza cómo son los procesos de selección dentro del sistema político, analizando el régimen electoral y el sistema de partidos de cada uno de los países estudiados. Distingue a su vez cómo son los procesos de selección y reclutamiento de los distintos partidos políticos y cuáles son las motivaciones y los recursos de los candidatos.

Esta perspectiva incluye debates entorno a distintos aspectos del tema. Así en algunos momentos aparece como un elemento central el estudio del reclutamiento social y político de los dirigentes, se incluye

también una discusión acerca de la profesionalización y la autonomía de la política, así como la existencia o no de una clase política homogénea. “*El reclutamiento es un proceso de carácter multidimensional pues conjuga un conjunto de variables que, interrelacionadas, determinan la transformación de un ciudadano en un hombre público: la estructura de oportunidades, el proceso de reclutamiento, la oferta de candidatos, las demandas de los seleccionadores y la elección del ciudadano. (Norris, 1997; Best y Cotta, 2000)*” (Cordero, 2007: 129), de esta forma al estudiar las variables mencionadas desde el comienzo, así como los procesos de selección de candidatos, se estará también estudiando los procesos de reclutamiento de los distintos candidatos a cargos legislativos.

El profesional político se ha desarrollado junto con el desarrollo de los Estado-nación y la extensión de las democracias representativas (Serna, 2004). Este profesional de la política se va forjando a medida que se fortalecen las democracias. Así, este profesional de la política va adquiriendo mayor protagonismo caracterizándose por una especialización en las actividades políticas conformando un grupo de políticos que toman la política como actividad principal, asumiendo roles en la estructura político-partidaria y profesionalizándose en actividades políticas (Offerlé 1999). Estos profesionales pasan a desempeñar la política como forma de vida, pasando a vivir *de* la política y haciendo de esta su fuerte duradera de ingresos (Weber 1984).

Desde la vertiente francesa de investigación (Bourdieu, Blondel, Dogain) también se hace hincapié en el estudio de las carreras políticas y el desarrollo de tipologías de carreras políticas como forma de aproximación al reclutamiento social por parte de los elencos políticos. Así, desde la teoría de los campos desarrollada por Bourdieu, se distingue la formación de un campo social y el campo político. De esta forma las elites políticas se pueden estudiar desde el campo social y desde las relaciones de la elite política con otras elites pertenecientes a otros campos de la sociedad.

El estudio del reclutamiento de las elites dirigentes aparece como un tema central para explorar la representación de los distintos sectores (campos) de la sociedad, así como la heterogeneidad de la representación social de las bases partidarias.

Desde la teoría del reconocimiento, Honneth busca desarrollar una lógica moral de los conflictos sociales para interpretar el proceso de desarrollo histórico desde una perspectiva crítica. Plantea que la lucha por el reconocimiento es una especie de motor del cambio moral y el conflicto como un potencial de aprendizaje moral de las sociedades. Es así, entonces, que si estos sectores subalternos (jóvenes, mujeres, integrantes de las minorías raciales, personas de origen social bajo) están luchando por el reconocimiento, llevarían a un cambio moral de la sociedad.

Fraser (1997) analiza el reconocimiento como un tipo de reivindicación que busca desarrollar políticas, las cuales consistirían en aceptar las diferencias de un modo amistoso, entre quienes impulsan esta reivindicación del reconocimiento ubica a las minorías étnicas, raciales y sexuales, además del género.

La distinción entre reconocimiento y redistribución estaría en que el reconocimiento se plantea dentro de un multiculturalismo central con una reasignación superficial del respeto entre las identidades existentes de los grupos. Mientras que la redistribución estaría dada a través de un Estado liberal benefactor y mediante una reasignación superficial de los bienes existentes. La lógica de la redistribución implica eliminar el género como tal buscando una redistribución más justa de bienes y recursos, la del reconocimiento implica valorizar la especificidad de género aceptando las diferencias.

Los conceptos de redistribución y reconocimiento aparecen generalmente contrapuestos, sin embargo Fraser matiza el dilema entre redistribución y reconocimiento buscando encontrar aproximaciones que minimicen los conflictos entre los dos conceptos y buscando que las políticas culturales de reconocimiento se integren con las políticas sociales de redistribución.

Generalmente, plantea Fraser, las políticas de redistribución se asumen como injusticias de clase, mientras que las políticas de identidad se centran en las injusticias de género, sexualidad y raza (Fraser 1996). *“Esta perspectiva es errónea y engañosa. Trata las orientaciones de reconocimiento dentro del marco de los movimientos feministas, antiheterosexistas y antirracistas como si representaran la totalidad, lo que hace invisibles las*

tendencias alternativas dedicadas a corregir las formas de injusticia económicas centradas en el género, en la raza y en el sexo, que los movimientos tradicionales de clase han ignorado.” (Fraser 1996: 21). Lo que la autora plantea es que las definiciones que utiliza no están segmentadas como es tradicional, sino que redistribución y reconocimiento son enfoques que afectan a todos los sectores sociales.

La temática acerca del reclutamiento social de los parlamentarios y de la desigualdad en los perfiles de acceso a los cargos parlamentarios, ha sido abordada en varias investigaciones de países de la región. Así se pueden mencionar a Marengo y Serna (2005), Renata Florentino (2007), Cordero (2007).

En Uruguay también hay varios estudios acerca del tema; el estudio realizado por la politóloga Niki Johnson sobre la desigualdad de género plantea que para la actual legislatura han sido elegidas un 10,8% de mujeres en el parlamento. Este es uno de los puntos de partida para esta investigación, existe una ausencia importante de representantes mujeres en el parlamento, tema que ha llevado a largos debates acerca de la necesidad o no de aplicar mecanismos de “discriminación positiva” (también llamado sistema de cuotas) a los efectos que más mujeres logren acceder como representantes al parlamento. También en otras investigaciones, como la del sociólogo Juan García, se muestran datos relevantes, como que de las 4 mujeres que fueron senadoras en las legislaturas que van desde 1985 hasta el 2005, 3 pertenecían a la izquierda uruguaya. Hoy la izquierda es mayoría absoluta en el Parlamento, ¿esto significará un aumento de la cantidad de mujeres en el parlamento? De acuerdo a los estudios recientes aparentemente este fenómeno no sólo no se ha dado sino que ha disminuido levemente la presencia de mujeres en el Parlamento.

Desde el punto de vista racial, en la actual legislatura parlamentaria se da un hecho histórico; es la primera vez en la historia del país que un Representante de raza negra es electo como titular para una banca parlamentaria, en este caso en la Cámara de Diputados. Este hecho hace relevante el estudio que se presenta, indagar cuáles son las dificultades que ha atravesado este representante hasta llegar a ocupar un puesto relevante en la política uruguaya perteneciendo a una minoría en la población, y especialmente una minoría en la política.

En varios estudios se ha marcado asimismo la falta de representantes nacionales jóvenes. La Constitución de la República exige un mínimo de 25 años de edad para ser Representante Nacional (Diputado), algunos estudios realizados en Uruguay (Bottinelli 2007; Cardeillac 2002; García 2006; Scuro 2002; Serna 2006b; Villaró 2006), muestran medias de edad muy superiores. La media de edad para la Cámara de Representantes se ubica en el entorno de los 50 años de edad, mientras que la media para la Cámara de Senadores se ubica en el entorno de los 60 años de edad. Estudiando la composición etaria de las cámaras parlamentarias sólo existen casos esporádicos que se acerquen a los mínimos constitucionales exigidos para ocupar las bancas en el Parlamento, notándose una larga trayectoria política para llegar a ocupar estos puestos.

Respecto a las personas de origen ocupacional obrero, también existen algunas investigaciones que tratan este tema en Uruguay, resulta interesante la afirmación realizada por García: *“En resumen, existe una cierta heterogeneidad en el parlamento que, de alguna manera, expresa la representación de los diferentes sectores de nuestra sociedad. De todas formas, se presenta una situación relevante al momento de haber desarrollado el análisis del reclutamiento: es la ausencia notoria de individuos que tengan un origen social humilde.”* (García 2006).

El espacio parlamentario propicia, como supuesto básico la representación, siendo el espacio de los representantes del pueblo, en este ámbito es donde el pueblo debería verse representado.

El enfoque de este artículo parte de la observación de inequidades en el ámbito político, más precisamente en el ámbito parlamentario, de sectores que quedan excluidos o con deficiencias de representación dentro del parlamento.

En este sentido, cabe preguntarse, ¿por qué en un espacio de representación hay poco más de un 10% de mujeres siendo que las mujeres representan más de la mitad de la población del país y del electorado? ¿Por qué hay un sólo representante de la raza negra en el parlamento, siendo que según el Instituto Nacional de Estadística la ascendencia afro/negra representa el 9,1% de la población del país? ¿Por qué hay una minoría de parlamentarios de origen ocupacional informal o de origen

trabajador, cuando por ejemplo más del 40% de los trabajadores uruguayos lo hacen en forma informal?

En sentido opuesto cabría preguntarse también, ¿estos sectores que no están “físicamente” representados, están igualmente representados por los actuales parlamentarios? ¿Es necesario que sean mujeres las que representen a mujeres? ¿Es necesario que sean de raza negra quienes representen a los afro-descendientes? ¿Es necesario que sean pobres quienes representen a los pobres?

Entre los enfoques teóricos que se analizarán está presente el significado de la “representación”, sobre quienes y cómo deben ser representados los distintos sectores de la sociedad, cuáles y cómo deben tener representación “física” en el parlamento y cuales deben delegar la representación en otros grupos, *“La representación siempre ha tenido un doble significado: «la presencia de los miembros [de un grupo] en ámbitos de toma de decisiones y la consolidación de sus intereses en el proceso de toma de decisiones » (Lovenduski, 1993: 2). La primera dimensión implica que los integrantes de cuerpos electivos deben reflejar la composición de la sociedad que representan —así que las mujeres deben constituir aproximadamente un cincuenta por ciento— pero según la segunda, es suficiente que el cuerpo tome en cuenta los intereses de todos sus electores. La conclusión a la que conduce la segunda interpretación es que no es necesaria una presencia femenina para que los intereses de las mujeres estén representados. Sin embargo, se puede argumentar que el aspecto de “presencia” se tiene que considerar separado del tema de la representación de intereses, dado que el ser electo es un derecho fundamental y consagrado. La representación entendida como presencia se debe ver simplemente como el ejercicio de un derecho político. El derecho a ser electo es el mecanismo por el cual se garantiza el acceso a un área particular de la actividad ciudadana, y por consiguiente, todos los ciudadanos deben tener acceso efectivo a ello. Esto implica que es necesario investigar si las mujeres de hecho lo tienen.”* (Johnson 2000: 4). Esta cita es central desde el punto de vista teórico y es una de las claves fundamentales a discutir, el significado que se otorga al concepto de representación aparece como una clave fundamental en el marco de la investigación.

Es importante a su vez, investigar la auto-percepción de los representantes de los sectores menos representados en el parlamento. Investigar cómo han llegado a ocupar el cargo que ocupan, qué dificultades se les han presentado en el camino, qué sienten siendo minoría en el Parlamento, qué objetivos se plantean y qué soluciones aportan para solucionar este problema: la falta de integración o reconocimiento o la redistribución de los cargos parlamentarios.

También resulta relevante cómo son vistos por los otros integrantes del parlamento, si los otros integrantes perciben la problemática, si preocupa o no esa falta de integración, si se nota o no mayores dificultades de acceso en los sectores subalternos, si existe la preocupación por el reconocimiento o la redistribución.

En la ponencia se plantean cuatro hipótesis: 1) Uno de los principales factores que impide el acceso a cargos legislativos se produce en la discriminación ocurrida en los cuadros dirigentes de los partidos; 2) La izquierda es generalmente quien aporta mayor diversidad en la conformación de sus cuadros legislativos, de esta forma es esperable que con la obtención de la mayoría absoluta de ambas cámaras legislativas por parte de la izquierda uruguaya, se perciba un aumento en la representación de los sectores políticamente excluidos. 3) La representación de los sectores excluidos estudiados sigue siendo muy inferior a la proporción dentro de la población. 4) Las carreras políticas de estos sectores subalternos presentan similitudes, tanto en el origen social como en los mecanismos de reclutamiento y de militancia partidaria.

El trabajo se basa en una investigación de tipo cualitativo, sobre el origen social y la trayectoria política de los parlamentarios en el Uruguay durante el período 2005 – 2010 (XLVI Legislatura). En función de ello se utiliza el método de entrevistas en profundidad con los propios parlamentarios. Se han realizado 25 entrevistas en profundidad a senadores/as y diputados/as que están ocupando una banca en el actual Parlamento. Se entrevistaron parlamentarios de los cuatro partidos políticos con representación en el Parlamento.

EL NIVEL EDUCATIVO DE LOS PARLAMENTARIOS

Respecto al nivel educativo de los parlamentarios se registran varios antecedentes, entre ellos se encuentra el trabajo realizado por Marengo y Serna (2005) donde realizan un estudio comparado del reclutamiento parlamentario en Brasil, Chile y Uruguay, entre otras cosas analizan los cambios producidos en la conformación de las cámaras de Representantes de los tres países ante el triunfo de la izquierda en los países mencionados, aunque en Uruguay aparece en forma menos acentuada que en Brasil y en Chile, existe una mayoría predominante de profesionales universitarios lo cuál muestra que existen ciertas trabas al acceso de personas no profesionales a ciertos cargos legislativos.

Otro antecedente respecto a la educación se registra en la investigación de Cordero (2007) entre los diputados chilenos, allí se destaca que el 87,5% de los diputados de la actual legislatura tienen estudios universitarios (y el 19,2% además tienen postgrado), en Uruguay el porcentaje es sensiblemente menor, 59% con educación terciaria.

CUADRO 1 – COMPARACIÓN POBLACIÓN URUGUAYA CON PARLAMENTARIOS SEGÚN FORMACION EDUCATIVA – PARLAMENTO 2005 – 2010

	Total de la Población mayor de 25 años de edad	Senado 2005 – 2010	Diputados 2005-2010
Primaria	42,7%	0%	1%
Secundaria incompleta	27,9%	3%	%
Secundaria Completa	6,9%	5%	21%
IPA/Magisterio/UTU/Formación militar	6,6%	18%	18%
Univ. Incompleta	6,4%	11%	0%
Univ. Completa	9,4%	58%	59%
Sin Dato		5%	1%
TOTAL	100%	100%	100%

Fuente: E. Bottinelli 2007, M. Serna ,2006, 2007. INE 2008.

En el cuadro 1 se observa que el 69% de los senadores tienen algún tipo de estudios universitarios; y que el 58% del total de senadores y el 59% de los diputados son profesionales universitarios, además el 32% tiene algún tipo de postgrado.

Otro 18% de los senadores y diputados posee estudios terciarios, realizados en Magisterio, IPA o UTU. Así, si se toman todos los senadores que tienen algún tipo de estudio terciario se llega a que el 87% de los senadores poseen algún tipo de estudio terciario.

Estos datos se asemejan mucho a los encontrados para las legislaturas anteriores, las semejanzas más importantes radican en el nivel de senadores con título universitarios, encontrándose porcentajes idénticos. La diferencia mayor entre los senadores se encuentra en un incremento importante de senadores formados en Magisterio, IPA y UTU, diferencia explicada principalmente por el aumento de senadores pertenecientes al Frente Amplio, partido que aporta a casi todos los senadores con estudios de este tipo.

También es destacable que en otras investigaciones sobre el origen social de las elites parlamentarias de izquierda en la década del '90, Serna observó esta misma característica respecto a la educación de los parlamentarios, destacando que un 75% de los parlamentarios de izquierda poseían estudios superiores, donde predominaban las orientaciones humanísticas (Serna 2004). Asimismo marcó como un elemento importante en el reclutamiento de las elites políticas al nivel educativo. *“El acceso al nivel superior, profesiones liberales tradicionales y el diploma universitario, ha sido el camino más tradicional de uso social de credenciales educativas para el autoreclutamiento de las elites políticas y la profesionalización de la política moderna.”* (Serna 2005: 13).

Con los datos presentados, se refuerza la idea que el tener un nivel educativo terciario favorece el reclutamiento para llegar a ocupar posiciones de poder dentro del parlamento, el acceso a una educación superior sigue siendo una carta de presentación importante para el acceso al Parlamento.

Al comparar los datos de la educación de los parlamentarios con la educación de la población en general, se nota un contraste muy importante, mientras que cerca del 60% de los parlamentarios son profesionales universitarios, sólo el 9,4% de la población es profesional, esto significa que existe una sobre representación de profesionales en el parlamento, si es que se analiza el fenómeno de la representación como el fenómeno que *“implica que los integrantes de cuerpos electivos deben reflejar la composición de la sociedad que representan”* (Johnson 2000: 4).

Entre los argumentos para considerar importante la educación terciaria como un elemento importante para desarrollar la actividad política los parlamentarios marcan factores como ser, la vocación de servicio, una mayor integración, una mayor organización de la gestión y un background para el tratamiento de los temas en la discusión de las Comisiones y también en la Cámara.

“Creo que sí porque le dan una base importante, eso significa partir de una base mucho más ventajosa que quién no tiene una formación universitaria pero yo agrego que a eso también es importante sumarle la escuela de la vida. No basta solamente con ser un profesional y manejar conceptos teóricos, conceptos intelectuales elevados, sino que tiene que además haber sabido fundir eso o amalgamar eso con la experiencia concreta de la vida, en la vida diaria, ¿no?” (Entrevista 4)

“Muy importante, la formación es muy importante, ni siquiera la preparación universitaria, pero la formación universitaria siempre es muy importante, la formación como elemento básico para después dedicarse a la actividad política. La actividad política necesita una gran formación, porque acá lo que tenemos que formar son hombres de Estado, gente de Estado, gente de Estado quiere decir gente que entienda la gestión del Gobierno y la visión de país; no que sean especialistas en determinada área exclusivamente, entonces eso te permite trabajar como legislador porque entendés y como parte de los demás órganos del Estado, es muy importante eso.” (Entrevista 15)

Notoriamente muchos de los parlamentarios consideran que la formación educativa es relevante para poder realizar una buena gestión parlamentaria y que es un valor agregado para la discusión en el cuerpo legislativo.

En otros casos se consideró que si bien no era fundamental, ayudaba a entender algunos fenómenos y a organizarse en el trabajo. Así se plantea que no sólo es necesario el desarrollo de la educación profesional, sino que es necesario el desarrollo de capacidades legislativas y de manejo político, más allá de lo profesional.

“No sé si es útil, puede ser un elemento de ayuda pero no indispensable, mismo uno puede ver varios compañeros y colegas que tienen carreras universitarias y no tiene una utilidad del momento de legislar o en el momento de la mayoría de las tareas que se hacen aquí.” (Entrevista 16)

“Mira, yo creo que si, yo creo que...yo admiro a mucha gente que no tiene ni mínima preparación universitaria y que tiene un gran sentido de lo político, vos podés tener excelentes profesionales universitarios que son unos troncos en el punto de vista político, se mandan cada embarradas que pobrecitos... , Pero al mismo tiempo puedes tener a la inversa, gente muy capaz desde el punto de vista... un poco el boliche como se le llama. Andar en la vida te da credenciales como para ser, creo que la mezcla es lo bueno, sin duda.” (Entrevista 2)

Finalmente, otros consideraron que no es necesaria la preparación universitaria si se tiene un buen cuerpo de asesores en las materias que se discuten a nivel de Senado o si se tiene algunos estudios complementarios. Pero además otros senadores consideran que no es necesaria una formación profesional sino que depende de cada persona y de la capacidad de cada uno y de las actividades que cada uno debe realizar.

“Yo creo que no es imprescindible siempre y cuando se sustituya por cursos de formación equivalentes. Quiero decir equivalentes porque hoy no hay nada establecido. Pero lo que fueron en su momento las escuelas de formación en los partidos, hoy no existe si las hubo algunas.” (Entrevista 8)

“No en todos los casos es necesaria una preparación universitaria. La Universidad lo que debería dar es una forma de razonar y una forma básica de tratar los temas, o sea una forma sólida de encarar con método los temas, (...) Siempre es mejor pero en muchos casos para nada es meritorio, entonces se pueden realizar determinadas actividades y ser excelente sin tener una preparación universitaria. Lo que sí debería tener es alguna preparación especializada en algo. Porque lo que usted

precisa más que la universidad es algo que le ordene la cabeza y le sepa separar la paja del trigo y le cree un método de cómo hacer las cosas.”
(Entrevista 7)

A pesar de estas últimas afirmaciones recogidas, existe cierto consenso en considerar que la educación otorga ciertas ventajas en igualdad de condiciones de capacidades políticas, esto es remarcado en varios pasajes de las entrevistas, la formación educativa es de suma importancia para poder discutir con argumentos en el Parlamento.

CUADRO 2 – DIRIGENTES POLITICOS SEGÚN TIPO DE FORMACION SUPERIOR PARLAMENTO 2005 – 2010

	Senado 2005 – 2010	Diputados 2005-2010
Abogacía/Derecho	24%	21%
Contaduría/Economía	8%	9%
Medicina	5%	14%
Arquitectura/Ingeniería	5%	2%
Agronomía/Veterinaria	8%	6%
Filosofía, Historia, Sociología, C. Política, Psicología	3%	7%
Profesor/Maestro	8%	10%
Otras	8%	1%
No tiene estudios universitarios	32%	30%
Total	100%	100%

Fuente: E. Bottinelli 2007, M. Serna, 2006, 2007.

Siguiendo el análisis de Serna (2005) podemos distinguir dos patrones distintos. Por un lado las profesiones liberales clásicas, como Derecho, Ciencias Económicas y Medicina, este universo está compuesto por el 37% del total de senadores y 44% de los diputados. Además se agregan otras profesiones liberales, como Arquitectura, Agronomía y Veterinaria, que suman 13% del total de senadores y 8% de los diputados.

Por otro lado están las formaciones tradicionales, donde se puede identificar a las disciplinas vinculadas a las Ciencias Humanas, Sociales y la Educación, del cuadro se recoge que este tipo de formación se encuentra en el 11% del total de senadores y 17% del total de diputados.

Es interesante destacar que, siguiendo a Weber, los abogados debido a su formación universitaria y a la importancia que la jurídica tiene en el desenvolvimiento de un Estado de tipo “racional–legal”, es el tipo de político profesional ideal para ocupar cargos no solamente legislativos, sino también de liderazgo. Weber distingue tipológicamente entre los caudillos y el funcionario. Los primeros, por su parcialidad, carisma y experiencia, son quienes por lo general poseen las características que un político de este talante debe tener. Los funcionarios por el contrario deben ser imparciales, deben administrar y no “hacer política”. El abogado es una profesión formada para defender intereses, su profesión igual que la del político –caudillo (en términos de Weber) requiere parcialidad, lucha y pasión.

Pero también otros autores han marcado la importancia de los tipos de profesiones y su vinculación con el ejercicio de la política, así Norris (1997) denomina a las “talking professions” como una de las profesiones que estimulan la habilidad de expresión discursiva, utilizándola en la defensa de los intereses de cada caso. También Michels ha marcado la virtud que tienen ciertas profesiones en la estimulación de la palabra oral y escrita, utilizándose como un mecanismo de argumentación y defensa pública del discurso político.

Al analizar las profesiones de acuerdo al partido político de pertenencia se encuentran diferencias significativas. La formación educativa de los parlamentarios de los partidos tradicionales está básicamente concentrada en las profesiones liberales clásicas (Abogacía, Economía y Agronomía). Por su parte, los parlamentarios del Frente Amplio tienen una mayor diversificación en la formación educativa y con una presencia mayor de personas formadas en el área humanista (como Filosofía) y al desarrollo de la educación (como profesores y maestros).

A nivel general, se destaca la fuerte presencia de Abogados, tradicionalmente ha sido así, y aunque la tendencia es la disminución en la presencia de abogados en el parlamento, sigue siendo la profesión que más aparece dentro del elenco parlamentario. Por otro lado, se nota un aumento en la presencia de parlamentarios con formación tradicional, humanista y social.

Es necesario remarcar, que los cambios en las profesiones que inciden hacia la política está estrechamente vinculado con los cambios electorales.

Históricamente los partidos tradicionales reclutaron sus senadores desde el ámbito jurídico y las profesiones liberales, a medida que el caudal electoral de los partidos tradicionales ha ido en descenso, también ha descendido la cantidad de abogados en el senado. Y viceversa, con el aumento del caudal electoral del Frente Amplio hay un aumento en la presencia de senadores con formación tradicional, humanista y social.

LA DISTRIBUCIÓN ETARIA DE LOS PARLAMENTARIOS

Otra investigación que se tomará como antecedente en la región es el artículo de Renata Florentino (2007), en esta ponencia la autora investiga la trayectoria y perfiles de quienes abandonan la carrera política o que abandonan sus cargos parlamentarios para ocupar puestos más bajos en la escala política. Entre los datos destacados en el trabajo de Florentino se destaca la edad media de los senadores (61 años) y de los diputados (54,8 años), registrando valores similares a los que se encuentran para Uruguay: 58 años para el Senado (Bottinelli 2006) y 50 años de edad para diputados (Serna 2006b), existen similitudes en las edades medias de los parlamentos de Brasil y Uruguay, marcando carreras políticas largas y con parlamentarios de edades avanzadas.

Por su parte dentro de los estudios que abarcan la temática generacional en la política se encuentran en Uruguay: Cardeillac (2002), Scuro (2002).

Analizar la edad de los parlamentarios es un tema complejo ya que existen limitaciones Constitucionales que impiden acceder a edades muy tempranas a la actividad parlamentaria. Las limitaciones legales se expresan en los artículos 90 y 98 de la Constitución de la República, los cuales establecen que: Art. 90. – Para ser Representante se necesita ciudadanía natural en ejercicio, o legal con cinco años de ejercicio, y, en ambos casos, veinticinco años cumplidos de edad.; Art. 98 - Para ser Senador se necesita ciudadanía natural en ejercicio, o legal con siete años de ejercicio, y, en ambos casos, treinta años cumplidos de edad.

Sin embargo, más allá del aspecto legal, las edades de ingreso al parlamento son muy superiores a las establecidas constitucionalmente. Según Scuro existen algunas explicaciones que reivindican el saber de los mayores, “*El caso*

recurrente del conocimiento del país o del acercamiento a la gente dan la pauta de que no será fácil conciliar estos elementos en una persona que podríamos definir como joven. Pero la mesura, la paciencia, la virtud de escuchar y de negociar parecen quedar aún más lejos de la imagen de legisladores jóvenes que tienen los entrevistados, ya que interrogados por la participación de los jóvenes en el Parlamento, los atributos más recurrentes son la vitalidad, la inquietud, la impulsividad y el dinamismo que muchas veces en una misma entrevista parecen enfrentarse a los atributos del buen legislador.” (Scuro 2002: 29).

También Cardeillac marca algunas dificultades estructurales que impiden en cierta forma la presencia de jóvenes en el Parlamento, *El Parlamento es un ámbito donde esencialmente uno debe “tener algo para dar”. Esta necesidad o prerrequisito se expresa básicamente en la categoría de “Experiencia”, a partir de la cuál es posible distinguir diferentes dimensiones específicas que son valoradas (y producidas) en forma diferencial en los distintos espacios del Parlamento.” (Cardeillac 2002: 35 – negritas del original), si justamente algo no puede aportar una persona joven (al menos en relación con las personas más mayores) es experiencias de vida, el ser joven incorpora experiencias que no son valoradas como tales por los “experientes” parlamentarios.*

CUADRO 3 – DIRIGENTES POLITICOS SEGÚN EDAD

PARLAMENTO 2005 – 2010

EDAD	Senado 2005 – 2010	Diputados 2005-2010
Mediana	52	50
Mínimo	37	27
Máximo	75	79
TOTAL	(38)	(98)

Fuente: E. Bottinelli 2007, M. Serna, 2006, 2007.

Al momento de ser electos para la actual legislatura, es decir al año 2005, el promedio de edad de los senadores era de 52 años y en el caso de los diputados la mediana de edad era de 50 años.

Como se marcó más arriba, existen impedimentos legales para que jóvenes menores de 25 años de edad ocupen cargos de diputado y de 30

años para ocupar cargos de senador. Si bien en diputados se registra la edad mínima de ingreso a los 27 años (muy cercano al mínimo legal), en el caso de los Senadores se registra la edad mínima en 37 años, 7 años más tarde del mínimo legal establecido.

Estos datos van marcando una trayectoria política prolongada antes de llegar al parlamento, a los 25 años de edad se está en condiciones Constitucionales de ser electo Representante Nacional, sin embargo los datos muestran una trayectoria muy prolongada en años de actividad política antes de llegar a ocupar el cargo parlamentario.

Un dato interesante es que los diputados y senadores más jóvenes no se sienten en sí representantes de los jóvenes *“Quienes menos representan a los jóvenes son los jóvenes, por ejemplo el fenómeno Mujica representa mucho mejor a los jóvenes que lo que puede ser un parlamentario joven. Además los pares son más críticos lo que llevaría a que los propios jóvenes digan: ‘por qué me vas a representar vos a mí’”* (Entrevista 21).

Sin embargo otros y otras parlamentarios/as han marcado el tema de la juventud como un problema crucial en la política uruguaya: *“si lo miras a través del corte generacional es, a mi punto de vista, aún más grave que la subrepresentación de la mujer, yo creo que tenemos una política muy vieja en el Uruguay, a nivel general y también al interior, porque si bien históricamente la izquierda tuvo un diferencial positivo, con una participación juvenil, estudiantil con protagonismo y con impulso fuerte, muy fuerte en relación a los partidos tradicionales, eso nunca se ha expresado en los niveles de dirección y de representación”* (Entrevista 22).

Pero hay un hecho que no es menor, y que se vincula con el aspecto anterior, los *“jóvenes que llegan al Parlamento, que son muy pocos, son los jóvenes educados, llegan los universitarios, son gente educada, los que saben hablar, los que saben discutir, que tienen un pensamiento elaborado y una reflexión que viene de su práctica estudiantil, no llegan los otros, ni los hombres ni las mujeres”* (Entrevista 23).

Por lo tanto, si bien existen dificultades de acceso para los jóvenes, es importante marcar igualmente se repite otra dificultad marcada más arriba, el nivel educativo aparece como un “cuello de botella” para tener mayores posibilidades de acceso al Parlamento.

LOS AFRODESCENDIENTES EN URUGUAY Y EN EL PARLAMENTO

Por su parte, entre los estudios que tratan el tema racial en Uruguay, se encuentra el trabajo de Pardo (2001) quien analiza “Discursos, actores sociales y construcción identitaria: El caso de Mundo Afro”, si bien la investigación no refiere a la participación política de las personas de raza negra, sí aparecen elementos importantes que ayudan a abordar la investigación, como ser la construcción de identidad afro o negra. Así, Pardo hace referencia al Uruguay hiperintegrador donde sostiene que como consecuencia de esa asimilación de extranjeros *“se genera un discurso igualador además de igualitarista, con cierta base en hechos observables pero a la vez construido, que deriva en el consabido culto a la medianía y la no reivindicación e incluso castigo de las diferencias (étnicas, sexuales, etc.)”* (Pardo S/F: 7). Sin embargo, en un hecho no menor, la vertiente negra es la que no ha emigrado en forma voluntaria, lo cual aparentemente marca el desarrollo de la población negra en el país, los cerca de cuarenta mil negros que arribaron hasta 1810, lo hicieron como esclavos realizando tareas del servicio doméstico aunque también fueron “adaptados” a la realización de diversos oficios y de artesanías.

Según sostiene Pardo, a comienzos del Siglo XX la situación legal de los negros cambia ya que no se registraban diferencias entre negros y blancos. Sin embargo, *“En la estructura social, sí: la situación del negro no mejoró sustancialmente. Al igual que hoy en día, las negras se dedicarían sobre todo a labores de servicio doméstico, los negros detentarían los oficios peor remunerados y de peor prestigio, y la inmensa mayoría de los descendientes africanos ocuparían los escalones más bajos de la sociedad.”* (Pardo S/F: 12).

Según la última Encuesta Nacional de Hogares Ampliada realizada por el Instituto Nacional de Estadística (INE) en el año 2006, el 9,1% de la población del país es “Afrodescendiente” (más allá de las discusiones metodológicas que ha implicado la construcción de este dato). De esta investigación surge que casi tres de cada cuatro (73,6%) de los afrodescendientes pertenecen a los estratos socioeconómicos Bajo y Medio-Bajo (INE 2006), lo cuál reafirma en cierta forma la afirmación de Pardo

citada en el párrafo anterior. Siguiendo en la misma línea, analizando el Informe de Raza del INE (2006) se obtiene que el 80% de los afrodescendientes se desempeña en tareas de baja calificación y generalmente peor remuneradas, como ser: No calificados, Vendedores, Obreros y las Fuerzas Armadas. (INE, 2006).

En la actual legislatura parlamentaria es la primera vez en la historia del país que un representante de raza negra es electo como titular para una banca parlamentaria, en este caso en la Cámara de Diputados, esto hace que la presencia de parlamentarios de raza negra en el Parlamento uruguayo sea del 0,8%, cuando como se acaba de mencionar en Uruguay hay 9,1% de afrodescendientes y cerca del 5-6% de la población se autodefine como de raza negra.

Detrás de la exclusión en la representación parlamentaria de los negros o afrodescendientes, hay muchos supuestos, búsqueda de explicaciones e hipótesis. Sin embargo, sin intentar ser exhaustivo, pueden mencionarse algunos factores como ser: que los afrodescendientes al pertenecer a los sectores sociales y económicos más bajos son excluidos de la actividad por otra variable y no por su condición de afrodescendientes, la variable de exclusión en este caso podría ser la clase social; también puede haber detrás una exclusión por el bajo nivel educativo de los negros; otro de los factores que puede influir en la exclusión de los afrodescendientes de la representación parlamentaria puede ser el racismo, aunque sea muy difícil encarar el tema de esta forma, los afrodescendientes pueden dar muestras claras que *“el racismo uruguayo es una realidad oculta, que debe ser puesta a la luz, pues es un fenómeno de características estructurales. Negar la existencia del racismo no es sino adscribirse a una realidad discursiva que no condice con la realidad...”* (Pardo S/F: 21).

Una de las visiones presentadas por los propios parlamentarios respecto a cuáles pueden ser las causas de la baja presencia de parlamentarios de raza negra se encuentra en que *“una de las explicaciones es que el sistema político es una representación de lo que ocurre en la sociedad, con sus inequidades y las dificultades que tienen los afrodescendientes en acceder a puestos de poder, sea en lo político o en otros lugares, como el empresariado”* (Entrevista 22).

Otra de las visiones existentes acerca de la temática está en considerar que en Uruguay “somos racistas, y las personas de raza negra deben sufrir nuestra discriminación en todos los ámbitos lo que les pone un freno para que puedan acceder a puestos de poder” (Entrevista 23).

Al ser este artículo un avance de investigación, todavía no se dispone de la suficiente información procesada para decir con mayor precisión cuál o cuáles son los factores más importantes que llevan a la ausencia casi total de personas de raza negra en el Parlamento uruguayo. Sin embargo, una de las posibles explicaciones está dada por el tema educativo y social (latentes detrás de la edad y de la raza), como se indicó más arriba las personas de raza negra son las más sumergidas en la escala social, este debe ser un factor muy importante que influye en las limitaciones de acceso de este grupo de personas al ámbito parlamentario.

LA PRESENCIA Y AUSENCIA DE LAS MUJERES EN EL PARLAMENTO.

Retomando la investigación realizada por Cordero para el Parlamento chileno, el autor hace referencia al enfoque de género, donde sólo el 15% de los/as diputados es mujer, en Uruguay es el 11%. Asimismo Uruguay comparte algunos patrones históricos con Chile donde “*La estructura de composición por sexo de las bancadas de la nueva Cámara de Diputados refleja la persistencia de ciertos patrones históricos, pues los partidos de izquierda han incorporado sistemáticamente más mujeres entre sus representantes, mientras que los de derecha y de centro menos.*” (Cordero 2007: 135).

El debate acerca de la participación política de las mujeres es un tema que ha sido largamente tratado en varios ámbitos (aunque quizás siga siendo insuficiente), el centro del debate por parte de los y las defensores/as de la mayor presencia femenina en ámbitos de representación política refieren básicamente a la calidad de la democracia (Moreira y Johnson, 2003). Aunque también las propias autoras sostienen en un principio que “*Un sistema político en el que ninguna mujer hiciera parte de ninguna lista partidaria, y en el que ninguna mujer fuera candidata, nos llamaría la atención sobre la existencia de un déficit «de género»*”

específico, aun cuando podamos admitir que tanto hombres como mujeres tienen todas las capacidades para representar a ambos sexos, si, llegado el caso, se entendiera que esta diferencia puede ser relevante en la implementación de políticas porque entraña diferencias sociales o económicas específicas (lo que claramente es el caso en la mayoría de las partes del mundo). A este respecto, cabe señalar que en el Uruguay aunque no haya un consenso sobre qué es lo que produce esta baja aparición de las mujeres, o lo que debe hacerse para resolverlo, sí hay un consenso sobre lo «baja» que es la participación de las mujeres en la oferta electoral, y lo deseable que sería que esto se superara.» (Moreira y Johnson 2003: 6).

La participación femenina en el Parlamento uruguayo ha sido muy baja, cuando no nula (Johnson 2000 y 2006), así en la primera legislatura postdictadura (1985-1990) no hubo ninguna mujer en el parlamento uruguayo. En la legislatura 1990-1995 la participación femenina se limitó a la Cámara Baja donde actuaron un total de 7 diputadas. Para la legislatura siguiente (1995-2000) el número de mujeres en el Parlamento siguió en aumento, llegando a 7 diputadas y 2 senadoras. También en la legislatura 2000-2005 volvió a aumentar el número de mujeres en el Parlamento habiendo alcanzado un total de 12 diputadas y 4 senadoras. Sin embargo, en la actual legislatura el proceso se ha detenido (incluso con una pequeña disminución), donde se encuentran 11 diputadas y 3 senadoras.

CUADRO 4 – DIRIGENTES POLITICOS SEGÚN SEXO
PARLAMENTO 2005 – 2010

	Total de la población	Senado 2005 – 2010	Diputados 2005-2010
Mujeres	52%	13%	12%
Varones	48%	87%	88%
TOTAL	100%	100%	100%

Fuente: E. Bottinelli 2007, M. Serna ,2006, 2007.

El cuadro 4 muestra la participación de mujeres en el Parlamento durante el período 2005 – 2010, tomando tanto quienes actuaron como titulares como quienes lo hicieron como suplentes, esto muestra una muy leve mejora en la presencia de mujeres en el Parlamento, pasa del 11% al 12%.

Sin embargo, la participación de las mujeres es muy escasa y las causas de la escasa participación han sido analizadas por muchos autores tanto a nivel local como a nivel internacional “*Generalmente se distingue entre tres grandes grupos de factores explicativos de la baja presencia femenina en cargos de decisión política: los socio-estructurales, los institucionales y los culturales (Inglehart y Norris 2003; Norris 1997a, 1997b, y 2004)*” (Pérez 2006b: 58). Pérez realiza un análisis retomando la tercera vertiente y analizando las explicaciones desde la *oferta* así como las explicaciones desde la *demanda*. La autora llega a algunas conclusiones que permiten echar luz a esta investigación: considera que el factor cultural resulta muy relevante para explicar la baja participación política de las mujeres, esto significaría que a pesar del enorme avance que han tenido las mujeres en materia de educación terciaria y de la entrada de las mujeres a la vida pública llevaría a un aumento de la presencia de mujeres en la política, “*Pero – advierte Pérez – es necesario tener en cuenta que el cambio cultural es lento, pues precisa del recambio generacional para producirse. (...) Por eso, en el corto plazo, sólo la acción política es capaz de modificar la forma de integración de los órganos políticos...*” (Pérez 2006b: 79).

Esta realidad, la de la baja participación y la lentitud de los cambios, ha llevado a impulsar cada vez con más fuerza una ley de cuotas en las listas de candidatos al Parlamento la cuál ha obtenido media sanción (en la Cámara de Senadores) y se espera que antes de fin de año sea debatido en la Cámara de Diputados; este proyecto establecería la cuota por género en las listas al parlamento para las elecciones nacionales del año 2014.

El debate acerca de la cuota parlamentaria ha tenido una larga duración en el país, hay quienes sostienen que debido al sistema electoral uruguayo la “ley de cuotas” no cambiará en nada (o muy poco) la situación de acceso a cargo por parte de las mujeres, mientras que otros/as sostienen que sí cambiará la situación no solo desde el punto de vista cuantitativo sino también desde el punto de vista cualitativo, según reconocen algunas parlamentarias:

“A nivel de dirección, a nivel de determinación de lugares inscriptos, hay allí un cuello de botella donde, como el órgano de decisión último

generalmente... es una cuestión que va a seguir sucediendo, a menos que haya una cuota y yo soy partidaria de la cuota. Hasta tanto se dé este fenómeno. Porque ¿qué pasa? Como los órganos de decisión final son el ejecutivo, y en ellos hay una mayoría aplastante de hombres, se siguen eligiendo a hombres para los lugares preferenciales. Y el porcentaje de mujeres o es el mismo o baja desde la apertura democrática para acá.” (Entrevista 8).

Incluso, dentro de las propias mujeres parlamentarias existen y existían dudas acerca de la utilidad de establecer una ley de discriminación positiva *“Yo creo...finalmente no fui votante de la primer moción de discriminación positiva de mi Partido. Yo tenía una tarea muy interna, me dedicaba a la parte de organización en el Partido (...) No tenía la dimensión de la sub representación del género. En la medida que empecé a estudiar, a recibir gente que me hacía ver como las cosas no estaban completas sin una mirada de mujeres comprometidas con un cambio profundamente cultural y la realidad del mundo incontrastable en el cual ninguno de los países que llega a tener una representación medianamente adecuada, lo hace por la vía natural sino que lo hace por medidas de discriminación positiva y que en nuestro país la realidad es clara. (...) hay muchísimos indicadores que nos muestran que las cosas se llevan mejor adelante cuando hay paridad en las representaciones. Y nadie les está pidiendo que nos regalen nada. Acá lo que se está pidiendo es la igualdad de oportunidades y que después nuestras virtudes y nuestros talentos, hagan o no que estemos o no estemos.* (Entrevista 11).

En definitiva, en la actual situación, siendo las mujeres el 52% de la población del país, son muy pocas las que han podido acceder a puestos parlamentarios, y esta situación no parece que vaya a tener un cambio importante en los próximos años si no se producen cambios sustanciales. La ley de discriminación positiva puede ser un paso, más que nada desde el punto de vista cualitativo, aunque hasta que no se aplique no se sabrá realmente qué efectos produce en el sistema político uruguayo.

EL ORIGEN OCUPACIONAL DE LOS PARLAMENTARIOS

En el estudio realizado por Marengo y Serna (2005) se compara el reclutamiento parlamentario en Brasil, Chile y Uruguay, entre otras categorías analizan los cambios producidos en la conformación de las cámaras de Representantes de los tres países ante el triunfo de la izquierda en los países mencionados. Una de las variables relevantes tomada por los investigadores es el status ocupacional donde se ha encontrado que las categorías ocupacionales más frecuente en las cámaras son las profesiones universitarias liberales y las profesiones económicas, sociales, comunicación y profesores, las cuales suman 59,3% en el conjunto de los países (57,4% en Brasil; 78,3% en Chile; 46,9% en Uruguay), estos datos marcan una realidad paralela y transversal a las variables que se han tomado como fundamentales para el análisis de la presente investigación (Edad, Sexo, Raza, y Origen ocupacional).

Otros antecedentes referidos al origen ocupacional de los parlamentarios, Villaró analizó la ocupación de los senadores para el período 1985-2002 donde realizó una tipología de ocupaciones en la cuál muestra que *“es significativo el porcentaje de los políticos dedicados a profesiones y actividades de tipo liberal y urbanas. Un 59%, o sea más de la mitad, se ha dedicado exclusivamente a actividades tales como profesiones universitarias, periodísticas y literarias, entre otras cosas. Si a esto se le suma el 13% de aquellos que si bien tienen vínculos económicos (con sus propios intereses creados) también se desempeñan en actividades de tipo ‘liberal – urbanas’, el porcentaje termina siendo más que significativo: el 72% de los senadores se dedica o ha dedicado en algún momento a este tipo de actividad. En efecto, casi el 75% de los senadores son profesionales, investigadores, consultores, periodistas, escritores y / o docentes”* (Villaró 2006: 21), también se indica que existe un fuerte vínculo entre los sectores dominantes de la sociedad y la posibilidad de ejercer cargos legislativos (al menos en el Senado) *“En total, aquellos que aparentemente, según la actividad que desarrollan por fuera del cargo de senador, provienen de los sectores dominantes de la sociedad, o que por lo menos tienen algún que otro interés económico creado, suman alrededor de un 20% (no se incluye aquí al 13%*

que tiene ‘vínculos económicos’ pero que además desarrolla actividades de tipo ‘liberal – urbanas’.” (Villaró 2006: 22), entonces, estos datos van marcando la ausencia casi total de representantes de origen social y económico menos favorecidos, el vínculo existente entre la posibilidad de ejercer cargos parlamentarios con el nivel educativo y con la vinculación laboral previa, así “se puede observar una preponderancia de aquellos con alto nivel educativo, con profesiones que al menos remiten al ámbito ‘urbano’ y que históricamente han sido desempeñados por los sectores ‘medios’ de la sociedad uruguaya” (Villaró 2006: 22).

Cosa similar ocurre en el caso de la Cámara de Representantes, donde “El grupo de las profesiones universitarias tradicionales o liberales, es el más significativo desde el punto de vista cuantitativo en los legisladores, siendo además estas profesiones las que tradicionalmente combinan un alto status social, escolar y económico.” (Serna 2006: 16). Resulta relevante pues, nuevamente, marcar que el origen ocupacional, el origen social, el origen de clase, son elementos que marcan de alguna manera las posibilidades de llegar a ocupar un cargo parlamentario. Las citas anteriores y el cuadro 5 que se presenta a continuación, muestran que tanto para los diputados como para los senadores, ser un profesional universitario, preferentemente con vínculos económicos, es un factor que ayuda a lograr una carrera política efectiva para alcanzar puestos públicos de poder.

CUADRO 5 – OCUPACIÓN PRINCIPAL DE LOS DIRIGENTES A LO LARGO DE LA VIDA

PARLAMENTO 2005 – 2010		
	Senado 2005 - 2010	Diputados 2005 - 2010
Profesional/Investigador/Consultor	26%	33%
Periodismo/Escritor/Docente	5%	14%
Productor Agropecuario	11%	4%
Empresario/Comerciante	11%	11%
Trabajador Independiente/Informal/Obrero	5%	21%
Empleado Administrativo/público	5%	10%
Alta burocracia estatal	0%	1%
Actividad Política	34%	5%
Profesional y política	3%	0%
Total	100%	100%

Fuente: E. Bottinelli 2007, M. Serna, 2007, IDH 2007.

Como explicó Serna “*El tipo de reclutamiento social más tradicional hacia la política, es el denominado por «osmosis» con las fuentes de poder y dominación en la estructura social. Este mecanismo consiste en la conversión del status social proveniente de una posición económica y social privilegiada en un capital político.*”

Las categorías sociales de los propietarios agropecuarios, o de la alta gerencia empresarial son ejemplos de este tipo de reclutamiento. Como señalaba Weber «vivir para la política» requería uso de tiempo «libre» disponible y la posibilidad de movilización de recursos materiales y redes sociales de patronazgo.” (Serna 2006: 9-10)

Resulta relevante la diferencia existente entre Diputados y Senadores respecto a considerar la ocupación principal a la “Actividad política”, este puede ser un elemento importante de consolidación en el proceso de profesionalización de la política, donde los políticos profesionales hacen del ejercicio de la política su vida. El político profesional es aquel que hace de la política su profesión y para ello, siguiendo a Weber, hay dos formas de hacerlo. “*O se vive «para» la política o se vive «de» la política. (...) generalmente se dan las dos cosas (...) Quien vive «para» la política hace de ello su vida en un sentido íntimo (...) La diferencia entre el vivir para y el vivir de se sitúa, pues, en un nivel mucho más grosero, en el nivel económico.*” (Weber 1984: 16-17).

A su vez, la profesionalización de la política, es también considerada como la conformación de una carrera política, mantenerse en la política durante muchos años y así hacer de la política parte importante, fundamental en la vida de los políticos.

Muchos de quienes han llegado a ocupar los puestos parlamentarios han logrado dedicar gran parte de su vida a la actividad política, lo que ha significa tener mayores oportunidad de integrar listas de candidatos y ejercer cargos parlamentarios. La actividad política requiere de una inversión de muchos años de trabajo y dedicación, se hace necesario compatibilizar la pasión por la política con la recompensa económica. No siempre la actividad política es recompensada económicamente, otras veces se financia la actividad política a través de ocupar ciertos cargos públicos, o a través de la financiación por parte del partido político. Queda claro que se necesita una carrera política que no siempre es pagada

y para mantenerse económicamente los políticos deben tener una base más o menos sólida de ingresos, así es que no cualquier persona puede estar años sirviendo a la política sin recibir ninguna recompensa económica a cambio.

APUNTE FINALES

De los datos recabados y el análisis realizado hasta el momento surgen dos tipos distintos de dificultades de acceso al Parlamento.

Primero, y que atraviesa el resto de las variables analizadas, surge la discriminación por sexo, teniendo en cuenta que las mujeres son la mayoría de la población y sólo se ha visto reflejada en el 11-12% del Parlamento, notoriamente se trata de un problema estructural de la sociedad y del sistema político que no ha permitido el ascenso de una cantidad muy importante de mujeres militantes a los cargos más importantes de las listas parlamentarias.

Segundo, otra variable que atraviesa al resto, el nivel educativo es prácticamente determinante para el acceso al Parlamento, además entre los propios parlamentarios se considera a la educación universitaria como una condición muy importante para el desarrollo de la actividad parlamentaria. El nivel educativo tiene (en parte) repercusión en que los jóvenes no accedan en mayor proporción a los puestos parlamentarios, además de elementos muy valorados en el sistema político como ser la experiencia profesional y política así como la trayectoria política.

Cosa similar sucede con el origen ocupacional, ligado en gran parte al nivel educativo, dado que en el sistema político se valora a los profesionales, las ocupaciones quedan en gran parte restringidas a los profesionales, especialmente a las “talking-professions” como es la abogacía.

Respecto a los afrodescendientes, aparentemente lo que más influye para su poca participación en puestos parlamentarios está relacionado con las anteriores variables. La población afrodescendiente tiene un menor nivel educativo, un mayor nivel de desempleo y una menor proporción de profesionales, estos elementos notoriamente conspiran contra el acceso de personas afrodescendientes al Parlamento.

De lo expresado hasta el momento cabe expresar tres elementos centrales: primero, que la actividad política es muy selectiva y discrimina a los sectores menos educados; segundo, que la actividad política aparece como un lugar donde se expresa con mayor fuerza la discriminación hacia las mujeres; tercero, que la población afrodescendiente no ha logrado superar la situación que tiene desde que logró la libertad de la esclavitud y sigue subsumida en la pobreza y la discriminación, más allá de la actividad política.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Rosario. *La subrepresentación de las mujeres en la política: un desafío para el siglo XXI*. En Mallo – Serna (org.) *Seducción y Desilusión: la política latinoamericana contemporánea*. Banda oriental. Montevideo, 2001.

ARMOZA, Enrique Luis. *Discriminación y racismo*. U.B.A. Buenos Aires, 1995.

BARRIOS, María Fabiana. *Las mujeres en el parlamento uruguayo. Período 2000 – 2005*. Monografía final – Licenciatura de Sociología. Montevideo, 2003.

BATTHYÁNY, Karina. *Género y desarrollo*. FCS – Udelar. Montevideo, 2006.

BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio (Org.). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000: recruitment and careers in eleven European countries*. Oxford University Press. Oxford, 2000.

BLONDE, Jean. Ministerial Carrers. *European Journal of Political Research*, 1988.

BOTTINELLI, Oscar A. *El Parlamento y su función política*. En Cuadernos del CLAEH N° 73-74, Montevideo, 1995.

BOTTINELLI, Eduardo. *¿Permanencia o Movilidad? La trayectoria política de los senadores en el Uruguay Contemporáneo*. Monografía final – Licenciatura en Sociología. Montevideo, 2005.

BOTTINELLI, Eduardo. *Reclutamiento social y trayectoria biográfica de los Senadores en el Uruguay contemporáneo, Informe Final de*

Investigación, Comisión Sectorial de Investigación Científica - Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Anagrama. Barcelona, 2000a.

BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires, 2000b.

CARDEILLAC, Joaquín. *La construcción social de la vejez*. Monografía Final – Licenciatura Sociología. Montevideo, 2002.

CORDERO, Rodrigo. *La composición social de la nueva Cámara de Diputados: cambios y continuidades (1961-2010)*. En Hunneus, C., Berríos F., Gamboa, R., *Las elecciones chilenas de 2005*. Catalonia. Santiago de Chile, 2007.

DAHL, Robert. *La Poliarquía*. Tecnos, Madrid, 1989.

DOGAN, Mattei *Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers*. In: Offerlé, Michel (Org.). *La profession politique XIXe-XXe siècles*. Ed. Belin. Paris, (1999).

DUVERGER, Maurice. *Los Partidos Políticos*. Fundación de Cultura Económica, México, 1961.

FITOUSSI, Jean Paul – Rosanvallon, Pierre *La nueva era de las desigualdades*. Ed. Manantiales, Buenos Aires, 1997.

FLORENTINO, Renata *Saindo de Cena: Parlamentares que desistem da carreira eleitoral (1990 – 2006)*. 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2007.

FRASER, Nancy. *Iustitia Interrupta: reflexiones críticas desde la posición postsocialista*. Universidad de los Andes. Bogotá, 1997.

FRASER, Nancy. *Redistribución y reconocimiento: hacia una visión integrada de justicia de género*. En Revista Internacional de Filosofía N°8. Universidad Autónoma de Madrid, 1996.

GARCIA, Juan. *El origen Social y Reclutamiento político de los senadores*. Monografía Final – Licenciatura en Sociología. Montevideo, 2006.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo. *Estructuras Políticas y Democracia en Uruguay*. Fondo de Cultura Universitaria. Montevideo, 1993.

HABERMAS, Jürgen. *Escritos sobre moralidad y eticidad*. Paidós. Barcelona, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *La inclusión del otro*. Paidós. Barcelona, 1999.

- HABERMAS, Jürgen. *Pensamiento post metafísico*. Taurus. México, 1990.
- HONNETH, Axel *La lucha por el reconocimiento*. Crítica. Barcelona, 1997.
- INE: *El Uruguay en Cifras 2008*. Instituto Nacional de Estadísticas. Montevideo, 2008.
- INE: *Encuesta Continua de Hogares Datos e Informes Temáticos*. Instituto Nacional de Estadísticas. Montevideo, 2006.
- JOHNSON, Niki. *Actuación parlamentaria y diferencias de género en Uruguay*. Revista Chilena de Ciencia Política Vol. 46. Universidad de Chile. Santiago de Chile, 2006.
- JOHNSON, Niki. *¿Democracia a medias? La representación de la mujer en cargos políticos electivos en el Uruguay, 1984-1994*. Revista Uruguaya de Ciencia Política, No.12. Montevideo, 2000.
- JOHNSON, Niki. *La política de la ausencia. Las elecciones uruguayas (2004-2005). Las mujeres y la equidad de género*. Comisión Nacional de Seguimiento, Mujeres por la Democracia, Equidad y Ciudadanía, ICP, FCS, UdelaR. Montevideo, 2005.
- KYMLICA, W. *Ciudadanía multicultural*. Paidós. Barcelona, 1996.
- LAURNAGA, María Elena; MOREIRA, Hilia. *El rostro de los presidenciables: análisis de la campaña Electoral Uruguaya*". Unicef. Cotidiano Mujer. Montevideo, 2000.
- MARENCO, André; SERNA, Miguel. *Government Shifting is equal to Political Elites Shifting? Changes in Social and Political Recruitment When Left-Wing Parties arrives to Government: Brazil, Uruguay and Chili*. (Artículo en arbitraje, *Social Comparative Research*, 2005).
- MAZZEI, Enrique (Comp.). *El Uruguay desde la Sociología. Integración, desigualdades sociales, trabajo y educación*. Dpto. Sociología. Montevideo, 2002.
- MAZZEI, Enrique (Comp.) *El Uruguay desde la Sociología II. Integración regional y territorio. Actores sociales. Desigualdad, fragmentación y exclusión social. Nuevos desafíos en el mundo del trabajo. La educación y los profesionales. Reflexiones metodológicas*. Dpto. Sociología, Montevideo, 2003.
- MAZZEI, Enrique (Comp.). *El Uruguay desde la Sociología III. La sociología moderna en el Uruguay. Desigualdades Sociales. Democracia,*

- política y participación. Trabajo y Formación Laboral. Educación.* Dpto. Sociología, Montevideo, 2004.
- MICHELS, Robert. *Los Partidos Políticos, un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna.* Buenos Aires, 1991.
- MILLS, Wright. *La elite del poder.* Fundación Cultura Económica. México, 1987.
- MOREIRA, Constanza. *¿Democracia restringida en Uruguay? Límites culturales e instituciones a la participación de las mujeres en política (1985 – 2000)*” En Mallo – Serna (Org.). *Seducción y Desilusión: la política latinoamericana contemporánea.* Banda oriental. Montevideo, 2001.
- MOREIRA, Constanza. *Final del juego. Del bipartidismo al triunfo de la izquierda.* Trilce. Montevideo, 2004.
- MOREIRA, C.; JOHNSON, N. *Democracia, género y equidad: aportes para el debate sobre los mecanismos de acción afirmativa.* FESUR. Montevideo, 2003.
- NOHLEN, Dieter. *Sistemas Electorales y Partidos Políticos.* FCE, México, 1994.
- NORRIS, Pippa. *Passages to power: Legislative recruitment in advanced democracies.* Cambridge University Press. New York, 1997.
- OFFERLÉ, Michel (Org.) *La profession politique XIXe-XXe siècles.* Ed. Belin, Paris, 1999.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido.* Alianza. Madrid, 1990.
- PARDO, Ignacio. *Discursos, actores sociales y construcción identitaria: El caso de Mundo Afro.* Monografía Final – Licenciatura Sociología. Montevideo, S/F.
- PARETO, Vilfredo. *Formas y estructuras sociales.* Alianza. Madrid, 1987.
- PÉREZ, Verónica. *No son suficientes. Mujeres en altos cargos de confianza política. Mecanismos de participación social.* CNS Mujeres. Montevideo, 2006.
- PÉREZ, Verónica. *52% del electorado, 11% del Parlamento: Factores culturales y representación política femenina en Uruguay.* Revista Uruguaya de Ciencia Política N°15. Instituto de Ciencia Política, Universidad de la República. Montevideo, 2006b.
- REAL DE AZÚA, Carlos. *El Patriciado Uruguayo.* Banda Oriental. Montevideo, 1981.

- REAL DE AZÚA, Carlos. *La elite dirigente*. Nuestra Tierra. Montevideo, 1969.
- RIEIRO, Anabel. *El Poder con Rostro de Mujer*. Monografía Final – Licenciatura Sociología. Montevideo, 2002.
- RODRÍGUEZ, Romero Jorge. *Racismo y discriminación en Uruguay: una discusión para el fin de siglo*. En Carámbula, Ferrando, Alberto *Uruguay marginado: voces y reflexiones sobre una realidad oculta*. Trilce. Montevideo, 1995.
- SCURO, Lucía. *De campos, Capitales y Políticos Mayores*. Informe Final Taller Central de Investigación: Sociología de la Tercera Edad. Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de la República. Montevideo, 2002.
- SERNA, Miguel *As democracias dos anos 90' e as esquerdas latino-americanas: Argentina, Brasil e Uruguai*. Tesis de Doctorado. UFRGS. Porto Alegre, 2002.
- SERNA, Miguel. *La política como profesión y las profesiones de la política en El Uruguay desde la sociología*, Departamento de Sociología, FCS, UDELAR, Montevideo, 2007.
- SERNA, Miguel. *Las vías hacia el poder político. Bases sociales y carreras parlamentarias en El Uruguay desde la sociología*, Departamento de Sociología, FCS, UDELAR, Montevideo, 2006a.
- SERNA, Miguel. *Las izquierdas al poder: renovación de las elites políticas en Brasil y Uruguay en Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, Vol.31, N°. 61, 2006b.
- SERNA, Miguel. *Reconversão Democrática das Esquerdas no Cone Sul*. EDUSC, Associação Nacional da Pós-graduação em Ciências Sociais, San Pablo, 2004.
- SERNA, Miguel; BOTTINELLI, Eduardo. *Estudio sobre el perfil social y carrera política del gabinete ministerial 2005-2007*, Departamento de Sociología, FCS, UDELAR, Montevideo, inédito, 2007.
- SERNA, Miguel; GARCÍA JUAN, Villaro Alejandro. *Bases sociales de las izquierdas y derechas en el Parlamento Uruguayo*. Ponencia al XXV Congreso de ALAS, Porto Alegre 22 a 26 de agosto 2005.
- STOLOVICH, Luis. *El Poder Económico en el Uruguay*. Montevideo, 1987.
- STOLOVICH, Luis. *La Clase Dominante en el Uruguay*. Fondo de Cultura Universitaria. Montevideo, 1991.

VEGA, S. et al. *Los gobiernos locales desde una mirada de género*. CEPLAES. Quito, 1998.

VILLARÓ, Alejandro. *Las elites parlamentarias y sus desempeños laborales en el Uruguay (1985 – 2003)*. Monografía Final – Licenciatura Sociología. Montevideo, 2006.

WEBER, Max. *La política como vocación*. Fondo Cultura Universitaria. Montevideo, 1984.



LETRADOS E VOTADOS:

lógicas cruzadas do engajamento
político no Brasil*

Eliana Tavares dos Reis**

Igor Gastal Grill***

RESUMO

O artigo trata dos processos de afirmação de especialistas na arena política e de redefinição das formas de intervenção no espaço do poder em dois estados brasileiros (Rio Grande do Sul e Maranhão), atentando para as estratégias de apropriação, formulação, disputa e afirmação de concepções de política e de cultura em cada um dos contextos. Para tanto, lança-se mão de trajetórias exemplares de agentes que desenvolveram carreiras políticas nas últimas décadas fundadas no reconhecimento adquirido como intelectuais; no uso dos títulos escolares; na produção de textos de gêneros variados (ensaios, literatura, poesia, artigos jornalísticos, etc.); na concorrência como empreendedores simultaneamente no mercado eleitoral e cultural; e na associação com “famílias de políticos”. A partir disso são explorados padrões regionais semelhantes de engajamento

* Texto originalmente apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Agradecemos os comentários da debatedora do trabalho Virgínia Vecchioli.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. eliana1reis@terra.com.br.

*** Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. igorgrill@terra.com.br.

político pautado por lógicas multidimensionais e imbricadas que caracterizam as dinâmicas periféricas. São ressaltadas ainda as especificidades, especialmente no que tange às inserções e repertórios de mobilização preponderantes em cada configuração que se traduzem no trabalho de fixação de papéis de porta-vozes de “causas”, de mediadores entre dimensões da vida social e de intérpretes da história local. A pesquisa se ampara em análises de entrevistas em profundidade e de dados biográficos de um conjunto de agentes que se especializaram na ocupação de cargos eletivos e centralizaram cadeias de líderes-seguidores no âmbito político.

Palavras-Chave: engajamento, militância, elite política, profissionalização política, trajetórias

APRESENTAÇÃO

A estratégia adotada neste texto é a de tratar do *cursus honorum* tido como mais “clássico” ou “tradicional” de engajamento político para demonstrar sua relação com processos de redefinição de práticas e concepções de atuação política. São, então, examinados itinerários de agentes oriundos de “famílias de políticos”, com participação em movimentos estudantis, portadores de formação jurídica, que ingressaram nas disputas partidárias e eleitorais ainda jovens, que desfrutaram do reconhecimento como intelectuais nos seus cenários de atuação e que ocuparam cargos políticos nas duas últimas décadas, a partir de dois estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Maranhão.

A perspectiva comparada é inevitavelmente assumida em dois níveis de análise: em um, o confronto se dá entre conjunturas históricas e contextos regionais contrastantes; e, no outro, o cotejamento é entre carreiras políticas e profissionais heterogêneas, porém, como foi mencionado acima, com características similares significativas. Esse procedimento é pertinente, sobretudo, porque permite relativizar possíveis pré-noções que se constituem nos principais obstáculos ao trabalho sociológico e, por esse intermédio, fortalecer a verificação de regularidades, discrepâncias e especificidades das e entre as trajetórias dos agentes, bem como das e entre as configurações regionais.

Ao abordar a questão do engajamento político a partir de trajetórias de agentes que se especializaram em carreiras político-eleitorais em contextos duplamente periféricos, já que se trata de um país situado na periferia e, mais particularmente, de estados da federação que não são centrais, é possível discutir alguns aspectos concernentes à idéia de *militantismo*. Trata-se, particularmente, de refletir sobre as potencialidades de alguns esquemas de análise em voga nas Ciências Sociais, sobre as suas apropriações por pesquisadores brasileiros e sobre algumas especificidades presentes em situações como as aqui analisadas.

Além da dedicação às carreiras de cargos eletivos (“votados”) e públicos, os agentes em pauta privilegiam modalidades de intervenção política associadas ao reconhecimento desfrutado como “intelectuais” nos estados nos quais atuam (“letrados”). Mais precisamente, eles se notabilizaram antes e durante o exercício dos mandatos por uma variedade de formas de expressão associadas ao domínio, ao contato e ao uso da palavra escrita.

A produção escrita é uma forma de intervenção por excelência que sistematiza/manifesta/registra o conjunto de sentidos/interpretações atribuído pelo seu produtor a dadas matérias, objetos e circunstâncias em oposição a outros tantos possíveis em determinados contextos e situações. A despeito das recepções infinitas e dos objetivos racionalizados do ato de comunicação, segue-se a idéia de que a disposição e disponibilidade para oferecer uma obra, uma análise, um poema, uma composição, etc., revelam a detenção ou estratégia de aquisição de *signos de riqueza e de autoridade* delegada e/ou pessoal (Bourdieu, 1996a, p. 89).

O exame de itinerários de lideranças políticas permite, pois, apreender os recursos utilizados e os investimentos efetuados com vistas à acumulação de instrumentos legítimos de expressão que, por sua vez, incidem na conformação do reconhecimento dos agentes como “intelectuais”.

Tomando-se especificamente a produção literária, poder-se-ia supor imediatamente sua distância (a não ser quando opostamente declarado) das “realizações políticas” propriamente ditas. Para uma dinâmica de relativa autonomia entre o campo literário e o campo político, tal distância poderia ser ponderada pela existência de “complementaridades, superposição e eventualmente defasagens distintivas entre o *métier* políti-

co e o *métier* de escritura” (Le Bart, 1998, p. 77). E, para essas configurações, a distinção de *posturas* (relação com a escrita) pode, inclusive, ser reveladora: numa extremidade a ruptura radical daqueles (“homens políticos”) que nunca escrevem e acabam, assim, endossando as clivagens “ação/reflexão”, “prática/teoria” e, conseqüentemente, a separação dos campos e suas competências; na outra extremidade, novamente uma ruptura, agora inversa, ou seja, em que a escrita implicaria num *desinteresse estetizante* que estabeleceria o corte definitivo com a “pretensão de agir sobre o mundo social que subentende toda a atividade política” (Le Bart, 1998, p. 78); e, entre elas, a postura intermediária seria aquela que Barthes chamou de *écrivance*, definindo-a como o projeto transitivo de escrever para “dizer alguma coisa, de informar, de convencer” e no qual “a palavra suporta um fazer”, por isso, é compatível com a atuação política (Le Bart, 1998, p. 78).

No entanto, em se tratando de agentes que, de modo mais ou menos intenso e sistemático, ao longo dos seus trajetos produziram ou produzem textos de gêneros diversos e com lógicas, estratégias, inserções e reconhecimentos amalgamados, importa questionar sobre a interferência desses investimentos no desdobramento das carreiras e se esses se constituem numa raridade distintiva ou num modo de exercício indiscernível e habitual da atividade política. Sendo assim, seria pouco útil determinar tipos ou *posturas* nas relações estabelecidas com a escrita, mas é imprescindível buscar os princípios subjacentes às práticas levadas a cabo por agentes que se consagram pelo ato de escrever¹.

¹ Pode-se recorrer a Bourdieu (1996b) e aos fatores que apontam para maior autonomização dos campos de produção cultural na França, isto é: 1) quando os princípios de hierarquização externos estão submetidos aos princípios de hierarquização internos aos campos; 2) quando se formam subcampos de produtores voltados para os pares ou para o grande público entre os quais os primeiros são simbolicamente dominantes; 3) impõe-se a necessidade de retradução ou refração das demandas externas ou heterônomas em obediência às regras, lógicas e linguagens do próprio campo. Em contraposição, em situações periféricas, como mostra Sigal (2002), há maior dependência de instâncias de consagração externas (centros metropolitanos e espaço do poder político), há vulnerabilidade e fragilidade das instituições culturais em relação ao poder político e aos interesses privados e há supremacia das lógicas políticas sobre os debates intelectuais. Fixa-se, assim, um espaço de lutas (chamados pela autora de campos culturais periféricos) em que coabitam militantes apoiados em saberes socialmente reconhecidos (dimensão letrada dos militantes) e intelectuais que assumem papéis políticos (a dimensão ideológica dos letrados).

Os agentes lançaram-se em múltiplas modalidades de produção escrita como poesia, contos, ensaios, artigos jornalísticos, trabalhos acadêmicos, composições musicais, entre outros, que explicitam tomadas de posição sobre história, cultura e política nas diferentes acepções. Nos contextos em pauta, nem escrever é uma novidade para aqueles que exercem atividades políticas, tampouco intervirem em domínios políticos é uma novidade para os que se dedicam às atividades de escritura. Mais do que isso, são os mesmos protagonistas agindo em jornais, revistas, editoras, organizações e partidos, se inserindo em meios diferenciados de socialização e sociabilidades, estabelecendo relações dinâmicas, afetivas e sociais, conectados por laços interpessoais.

Os casos examinados fazem parte de dois estudos mais amplos realizados pelos autores. Uma investigação centrada em protagonistas da contestação à “ditadura militar” e seus destinos sociais em termos de engajamentos e militâncias (Reis, 2007, 2008a), na qual o padrão de especialização político-eleitoral (militantes que se profissionalizaram na ocupação de cargos eletivos) foi evidenciado como sendo uma das modalidades possíveis de carreiras seguidas pelos agentes. E uma pesquisa sobre origens sociais, carreiras de cargos políticos e concepções acerca da política entre deputados federais do Rio Grande do Sul e do Maranhão no período 1945-2008 (Grill, 2007, 2008a, 2008b).

Em primeiro lugar, a opção feita para o presente trabalho se justifica porque permite examinar os usos das origens sociais entre especialistas da política. Especialmente, porque as inserções prévias e simultâneas às carreiras políticas e aos engajamentos em distintas dimensões da vida social conformam recursos para a entrada, a ascensão e a permanência dos agentes no espaço político. Isso sem deixar de focar como a ativação de tais recursos se relaciona (ou não) ao processo de constituição e transformações do espaço político como domínio especializado, marcado pela separação entre *profissionais* e *profanos*, ocupado por agentes que dedicam grande parte do seu tempo à atividade política e que compartilham crenças, representações e interesses próprios (Offerlé, 1999).

A análise também recai sobre a intersecção entre universos militantes oficialmente, publicamente e coletivamente apresentados como “desinteressados” (Gaxie, 2005) e um universo profissionalizado, mas no qual o

exercício das funções é concebido sob as lógicas da “vocação”, do “serviço” e da “arte” (Offerlé, 1999). Levando em conta que uma das principais retribui es alcançadas por meio das inser es militantes e dos trunfos que permitem acumular²   a ocupa o de cargos políticos.

Ademais, o olhar direciona-se para a gama de domínios e modalidades de interven o como “espaços de forma o e socializa o, de aprendizagem de papéis, disposi es e *savoir-faire* que estão na base das formas cotidianas das fun es de representa o eletivas e de realiza o de uma carreira política” (Offerlé, 1999, p. 9)³.

Duas espécies de recursos são destacadas por autores como Bourdieu (1989), Offerlé (1997), Gaxie (1993), Collovald (1985), Gaxie e Offerlé (1985) e nos vários estudos desenvolvidos tomando os mesmos parâmetros de análise. A saber: 1) a notoriedade advinda da interven o como intelectual apoiada em títulos escolares, na reputa o profissional, na dedica o às “causas”, em um “nome de f milia” e no capital de rela es sociais, herdado e adquirido; 2) e a investidura partidária alicerçada no investimento precoce em campanhas eleitorais de familiares, na “militância” em movimentos estudantis, no pertencimento a determinadas siglas e na administra o de redes de rela es no interior das mesmas.

Em segundo lugar, a escolha do recorte adotado neste trabalho   pertinente porque viabiliza a compreensão das liga es existentes entre modalidades de “militâncias”, ativa o de determinados trunfos, mobiliza o de repertórios de interven o política e intelectual, e outros condicionantes intervenientes para o desempenho de “papéis políticos”. So-

² Segundo Gaxie (1977, 2005) o *militantisme* gera vantagens, prazeres, benefícios, etc. que se constituem em retribui es que os militantes extraem da sua dedica o. Entre elas, o autor grifa a satisfa o de defender uma causa, os ganhos materiais (como cargos remunerados nas organiza es partidárias e governos) e as gratifica es simbólicas (reconhecimento dos demais militantes, sentimento de pertencer a um círculo de rela es, autoestima gerada pelos instrumentos conquistados de compreensão e interven o no mundo) retirados desse investimento.

³ Tal agenda de questões aparece em importantes trabalhos produzidos recentemente na ciência política francesa sobre o que os autores denominam de profissão política e de *métier* político. Para um balanço das potencialidades das perspectivas de análise, as especificidades e complementaridade entre as abordagens, ver, além de Offerlé (1999), Lagroye (1994), Briquet (1994) e Garraud (1993).

bretudo, pode-se apreender a influência das transformações em questão e seus efeitos no debate sobre engajamentos e “militantismos” nos universos investigados.

O crescente processo de profissionalização das carreiras políticas e de desenvolvimento de novas tecnologias se refletiu na (e pode-se dizer que, no mesmo golpe, são o reflexo da) reconfiguração dos registros e das competências legítimas para o exercício e para a ascensão política. Forjam-se, assim, os chamados “recursos de expertise” ou “tecnocráticos” (Dulong, 1996; Verrier, 2002, 2006). Paralelamente, e não sem vinculação, se constitui uma dinâmica convergente e conjunta de transformações “globais” nos espaços de inscrição proclamados como militantes, bem como emergem e proliferam “causas” tidas como legítimas e agentes com determinadas propriedades sociais se afirmam como seus “porta-vozes qualificados”.

Esses aspectos contribuíram para a elaboração de uma idéia de que, atualmente, a “política se limita a uma mecânica abstrata de poderes institucionais” (Ravenel, 1999). E esse argumento é comumente acionado para justificar as novas modalidades de intervenção, as novas bandeiras, os seus intérpretes e, por que não dizer, os objetos de estudos privilegiados por cientistas sociais. E um dos sintomas disso pode ser constatado na distinção (eventualmente explicitada, quase sempre naturalizada) entre “militantismos clássicos” (vinculado à adesão aos partidos de esquerda e a sindicatos) e “novos militantismos” (referentes às ONGS, “altermundialismos”, associações ecológicas, solidárias, “médicos sem fronteiras”, “redes de movimentos sociais”, etc.)⁴. Sendo que, não raro, há uma forte propensão à consagração desses últimos movimentos e de seus atores justamente por esse caráter de “novidade”. Ainda que justificável nas competições por afirmação nos espaços de intervenção, é pre-

⁴ Discutindo o “fenômeno associativo”, Siméant (2003, p. 165) sublinhou que a “forte valorização sociológica e política das associações” e a “depreciação da política profissional e do militantismo antigo” pode levar à ossificação da “oposição entre participações política e associativa”, favorecendo uma “teoria implícita dos ‘vasos comunicantes’ para a qual o declínio do militantismo partidário é diretamente correlato ao impulso de um militantismo associativo pensado como alternativa a esse último”.

ciso atentar que se trata isto sim do uso do “novo” acionado como recurso de luta para a legitimação tanto de repertórios de ação que os agentes adotam como deles próprios como seus intérpretes.

Desqualificar o passado, o “velho militantismo” (“defasado”, “rotineiro”, “tradicional”...), e celebrar o “presente” (“moderno”, “múltiplo”, “competente”...). Esse é um trabalho não necessariamente manifestado e racionalizado de desconstrução que obstaculiza, para os cientistas sociais, a atenção que deve ser dedicada aos processos de construção que resultam em “novos fenômenos”, nem sempre conduzida por “novos militantes”, mas sempre com novos (e não inéditos) repertórios de ação⁵. Nesse caso, antes que uma “ruptura temporal e moral” entre o “ontem” e o “hoje”, a “novidade” deve ser buscada em todas as conexões possíveis entre “a situação anterior e a atual e tudo o que é ‘misto’, híbrido, incerto, como os deslocamentos de um universo a outro, as reconversões ou as mobilizações” (Collovald, 2001, p. 137). E, assim, é possível observar quais e como determinados aspectos das inserções diferenciadas (partidárias, sindicais, associativas...) se relacionam, ao mesmo tempo, com processos mais amplos, nos quais princípios de legitimação das práticas são confrontados com processos de redefinição das formas de fazer e de conceber o “político” ou a “política”.

No caso francês, há todo um processo confluyente de inserção prática e de racionalização, inclusive sociológica, dos “militantismes”, que permite que os pesquisadores falem de um campo ou de campos do “militantisme” com uma dinâmica específica. O que lhes possibilita apurar determinadas práticas e representações nos âmbitos de organizações ou de associações estabelecidas ou mesmo de verificar a saída ou o “desengajamento” de agentes que a elas podem pertencer⁶. Todavia, isso está diretamente associado ao vocabulário da sociedade francesa, a uma dinâmica histórica de descolamento das esferas sociais e de desenvolvi-

⁵ Parte do processo de *politização* por meio do qual os agentes agem para requalificar as atividades sociais modificando a ordem política, seus objetos de lutas, suas práticas e repertórios legítimos (Lagroye, 2002, p. 371).

⁶ Ver trabalhos reunidos em Fillieule (2005).

mento das ciências sociais naquele país⁷. Para aquele contexto há pesquisas que atentam para fenômenos de “hibridação”, “contrabandos” ou “usos cruzados” de registros e lógicas entre universos *savants* e universos *militants* (Gaïti, 2002; Siméant, 2002; Matonti & Poupeau, 2007). Entretanto, a análise de situações como a brasileira requer a transposição de um dos principais obstáculos sociológicos relacionados à utilização de modelos e instrumentos de análise forjados nessas *dinâmicas centrais*.

A dificuldade consiste em evitar a tendência ao raciocínio analógico (sem controle) em detrimento da construção de ferramentas analíticas apropriadas, uma vez que a afirmação nos meios políticos e intelectuais nos casos examinados é condicionada pelo trânsito, recursos e reconhecimentos adquiridos nas múltiplas e indissociadas arenas de inserção. Mais do que isso, os agentes podem mobilizar seus trunfos diversos, combinar e acionar lógicas variadas em espaços de concorrência distintos sem maiores prejuízos do valor potencial dos mesmos (Coradini, 1998; Pécaut, 1990). Consequentemente, o montante de recursos detidos e o arranjo das lógicas ativadas podem garantir a ocupação de posições similares nos diferentes *sites de inscrição* priorizados, ou ao menos a circulação entre eles sem grandes exigências de *reconversões*.

Conjuga-se a isso a constatação de que o engajamento em diferentes esferas de militância e de mediação social, política e cultural favorece e é favorecida pela acumulação de um capital de relações sociais (não raro acrescidos àqueles de origem familiar) que, por um lado, coopera para a conquista de posições no domínio profissional e político-partidário, e, por outro lado, colabora também para o trânsito no plano nacional e internacional dos agentes (Coradini, 2004).

Situações que parecem similares podem ser bastante diferentes. Dizer que na França “o multiposicionamento em campos distintos permite mobilizar recursos intelectuais no universo militante e evocar experiências militantes na produção das lutas intelectuais” (Gaxie, 2005, p. 163) aparenta familiaridade com o caso brasileiro. Contudo, isso é significati-

⁷ Sobre esse processo de descolamento das esferas, ver Bourdieu (1984), Charle (1990), entre outros.

vamente distinto de sustentar que no Brasil a complexidade das relações entre as dimensões da política e da intelectualidade se deve a não constituição de campos ou à “inexistência de uma justaposição entre um campo intelectual, regido por suas próprias modalidades institucionais de legitimação, e um campo político igualmente submetido a outras modalidades de legitimação” (Pécaut, 1990, p. 89). Sem falar que não há interferências mútuas, e sim uma configuração em que “todas as estratégias individuais se colocam sobre os dois registros [intelectual e político]” (Pécaut, 1990, p. 89).

Assim sendo, as problemáticas que orientaram os estudos específicos (Reis, 2007 e Grill, 2008a) são tributárias das investigações sobre profissionalização política e “militantismo” na França e do diálogo com pesquisas que evidenciaram a forte heteronomia das dimensões política e intelectual nas dinâmicas chamadas periféricas (Pécaut, 1990; Saint Martin, 1988; Anjos, 1998; Sigal, 2002; Coradini, 1998, 2002, 2003, 2004, entre outros). Esses trabalhos foram desenvolvidos a partir da comparação com dinâmicas centrais marcadas por processos históricos de autonomização das esferas sociais.

Posto isso, o esforço reside em utilizar os casos analisados adiante para compreendê-los no bojo dos processos de *politização* que abrangem múltiplas dimensões da vida social e que são condicionados por registros, lógicas e recursos marcados pela multidimensionalidade. Apesar do caráter polissêmico da categoria *politização*, é possível distinguir, grosso modo, três vias de emprego ou de apreensão: 1) referindo-se ao processo histórico de constituição de uma dimensão específica e especializada da vida social para a definição e o exercício da atividade política; 2) condizente com os investimentos para a aquisição (aprendizado, socialização, “conscientização”...) de um “interesse” e para a detenção de “saberes” (informações, posicionamentos, vocabulário...) sobre a política, geralmente traduzidos no princípio da “participação”; 3) e a *politização* informando ainda o trabalho incessante pela (re)definição de problemáticas, atividades, modalidades de intervenção, espaços, objetos e objetivos variados como “políticos”: é a *politização* da vida social. Acredita-se que os itinerários apresentados a seguir demonstram a articulação indissociável entre esses três níveis de análise.

ITINERÁRIOS EXEMPLARES: Tarso Genro, Flávio Dino, José Fogaça e Joaquim Haickel

Tarso Fernando Herz Genro (Tarso Genro) nasceu em 1947 no município de São Borja no Rio Grande do Sul (RS). Segundo a “história familiar” difundida por meio do livro escrito por seu pai, Adelmo Genro (1983), seriam descendentes do mascate português Joaquim da Silva Dias, que se fixou na cidade de Santiago (RS) na primeira metade do século XIX e, a partir de dois casamentos sucessivos com as filhas de um grande proprietário de terras⁸, concentrou relativo patrimônio econômico naquela localidade, tornando-se proprietário de uma sesmaria. O pai de Adelmo Genro, neto de Joaquim da Silva Dias, teria negociado suas terras e perdido parte significativa desse patrimônio. A distribuição do restante entre doze herdeiros levou à diversificação das estratégias de reconversão do capital de relações sociais acumulado pela “família” na “região”.

Adelmo Genro nasceu em 1920 e suas ligações políticas e partidárias começaram no período de declínio econômico da “família” por intermédio dos contatos e das relações com “os Vargas” e “os Goulart” (grandes proprietários de terras) em São Borja⁹. Afora isso, as relações cultivadas com outra liderança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também originária da “metade sul” (Mariano Beck, então secretário de estado de educação) que fora seu contemporâneo de ginásio em Santa Maria (onde Adelmo Genro estudou na adolescência), oportunizou a sua nomeação como diretor da principal escola estadual na cidade, o colégio Manoel Ribas.

A atuação como professor e diretor da escola foi o “trampolim” para a carreira política de Adelmo Genro, que despontou para a política eleitoral elegendo-se vereador em 1959 e vice-prefeito de Santa Maria pelo PTB em 1963. Porém, com o golpe militar de 1964 e em decorrência do

⁸ Esta aliança e a forma como passou a ser conhecido e distinguido, isto é, como Joaquim, o Genro, para diferenciar-se de um escravo homônimo, são a origem do nome da família segundo a obra escrita por Adelmo Genro (1983).

⁹ “Os Vargas” e “os Goulart” são denominações dadas às famílias dos ex-presidentes do país Getúlio Vargas e João Goulart, principais lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro no período 1945-1964.

posicionamento político-partidário, teve seu mandato cassado quando ocupava a prefeitura interinamente, acontecimento que o transformou em um dos símbolos da “luta contra o regime militar” naquela cidade. Os efeitos desse episódio desdobraram-se em duas direções. No plano profissional, Adelmo Genro foi levado a empreender novas atividades, atuando como despachante, formando-se em direito e associando-se a um escritório de advocacia com uma “tradicional família de advogados e políticos locais” (“os Jobim”)¹⁰. No plano político, ele fora obrigado a afastar-se da militância partidária, no entanto acompanhou de perto os investimentos dos filhos na política e o destaque na “resistência democrática” que adquiriram. Em 1980, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do qual foi presidente, chegando a concorrer a vice-prefeito em 1982. Posteriormente filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo presidente de honra no Rio Grande do Sul até o seu falecimento.

Com efeito, a notoriedade familiar e o ambiente político levaram Tarso Genro e Adelmo Genro Filho à militância partidária e às disputas eleitorais, como atestam reportagens do jornal Zero Hora:

Em Santa Maria, também acompanhava meu pai, desde os oito anos, nas campanhas políticas. Ele era prócer do PTB, foi vereador [...] e vice-prefeito. [...] Fui vice-presidente da ala moça do PTB. Meu pai foi o estímulo para a relação pública, como político” (entrevista de Tarso Genro ao jornal Zero Hora, 11/09/2002, p. 5).

Tarso teve nos pais a primeira inspiração para a carreira política: quando moravam em São Borja, Elly e Adelmo eram vizinhos de João Goulart, o Jango, e do irmão de Getúlio Vargas, Protásio. Foram fundadores do PTB na cidade. A vivência para o interesse de Tarso foi precoce. O ex-prefeito de Porto Alegre e os irmãos eram pequenos, mas já acompanhavam encontros na casa dos Genro com personalidades como Pedro Simon

¹⁰ “Família de políticos” que contava com um ex-governador de estado e um ex-deputado estadual e a qual pertence o atual ministro da defesa Nélson Jobim. Para mais detalhes, ver (Grill, 2008a).

[...]. A efervescência se repetiria assim que Tarso e o irmão caçula, Adelmo Filho, entraram na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). As concentrações à noite na casa anteciparam nomes que se destacariam na política e na cultura” (Zero Hora, 27/10/2002, p. 7).

Tarso Genro foi eleito vereador em 1968 e Adelmo Genro Filho em 1976. O primeiro iniciou sua militância político-partidária na “Ala Moça do PTB”. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), elegeu-se vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), trabalhou no escritório do pai (em sociedade com a “família Jobim”) e fez parte da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Antes disso, participou de um “grupo literário”, a Vanguarda Cultural. Exilou-se no Uruguai no início da década de setenta e, no retorno ao Brasil, passou a residir em Porto Alegre, atuando como advogado trabalhista. Seu nome está vinculado às disputas em torno da atuação dos “operadores do direito” e ao que passou a ser denominado de “direito alternativo”, “direito crítico” ou “pluralismo jurídico” como um dos seus percussores no estado.

Nesse período, especificamente a partir de 1972, começou a escrever no *Caderno de Sábado* do jornal Correio do Povo que congregava uma “geração” de jovens oriundos de várias profissões, vinculados à defesa da “redemocratização” do país e que explicitamente reivindicavam a condição de intelectuais do estado. Publicou seus textos nesse espaço por quinze anos. Em 1981, o Correio do Povo, no mesmo caderno, divulgou matérias intituladas “Quem é Quem nas Letras Rio-Grandenses?”. O verbete dedicado a Tarso Genro, além de listar sua produção escrita desde 1968, o definia como um “advogado militante no foro trabalhista”, especialista em “obras jurídicas”, dedicado a uma “poesia de forte cunho social” e interessado na literatura latino-americana (Correio do Povo, 10/01/1981, p. 5).

Na sequência, Tarso Genro integrou o conselho editorial do Jornal Informação e foi um dos responsáveis pela viabilização financeira do veículo, recolhendo contribuições junto aos advogados comprometidos com a “resistência à ditadura”. A direção do órgão estava ao encargo de um conjunto de militantes do Setor Jovem do MDB de Santa Maria pro-

veniente dos movimentos estudantis e fortemente influenciados pelos irmãos Genro. Adelmo Genro Filho¹¹ era o editor-chefe, e seu primo, Daniel Herz, o diretor (ambos jornalistas) do *Informação*¹². Tarso Genro escreveu poesias, críticas literárias e de cinema, bem como textos sobre conjuntura política no jornal classificado no meio como pertencente à “imprensa alternativa”. Entre os últimos, cabe destacar três textos produzidos sobre o “populismo” e sobre as “lideranças trabalhistas” no Rio Grande do Sul (leia-se Getúlio Vargas, João Goulart e Alberto Pasqualini). Nesses artigos de 1976, se lançava à discussão sobre a “herança trabalhista”, os “limites do populismo” (do qual, segundo ele, somente a “leitura marxista da realidade” poderia se desvencilhar), as especificidades da formação política gaúcha, sobretudo partidária (representada pela inserção popular e pela definição programática do PTB), e o resgate dessa “tradição” pelas “novas forças políticas de esquerda”¹³.

No final da década de 1970, passou a publicar livros com reflexões especialmente ligadas à política e ao direito como: *Introdução à Crítica do Direito do Trabalho* (1979); *Contribuição à Crítica do Direito Coletivo do Trabalho* (1981); *Moçambique. A caminho do socialismo* (1982); *Direito Individual do Trabalho* (1985); *Lênin: Coração e Mente* (de 1985, um livro de poesias em parceria com Adelmo Genro Filho).

¹¹ Tendo iniciado sua militância política na Ala Vermelha do PC do B em Santa Maria ainda adolescente e influenciado pelo irmão, o jornalista Adelmo Genro Filho foi líder estudantil na Universidade Federal de Santa Maria e principal expoente do Setor Jovem do MDB de Santa Maria, do qual foi presidente. O destaque nessas atividades contribuiu para a sua eleição à vereança. Em 1982, concorreu a deputado estadual. Foi um dos principais colaboradores da campanha de Tarso Genro à Assembléia Constituinte em 1986, ajudando este último a chegar à primeira suplência da bancada do Partido dos Trabalhadores, que posteriormente possibilitou a ocupação de uma cadeira no Congresso Nacional.

¹² O histórico do jornal e a centralidade desse veículo como porta-voz de segmentos da esquerda gaúcha abrigada no MDB e para a fixação da liderança de Adelmo Genro Filho foram aspectos analisados por Reis (2001, 2007).

¹³ Para mais detalhes, ver Grill (2008a, 2005) que situa a interpretação feita por Tarso Genro sobre a “tradição trabalhista” em relação às leituras oferecidas por Miguel Bodea (integrante do Partido Democrático Trabalhista -PDT) e Pedro Simon (principal liderança gaúcha do PMDB). Consultar também Reis (2002) que compara a produção escrita de Tarso Genro com a de Raul Pont (uma das principais lideranças do Partido dos Trabalhadores no estado), identificando elementos de aproximação e distanciamento entre elas e suas relações com os alinhamentos e desdobramentos no espaço político-partidário.

Tais produções coincidiam com uma fase de realinhamento nos jogos de identificações políticas. Juntamente com seu irmão Adelmo Genro Filho e o “pessoal de Santa Maria”¹⁴ participou, no final a década de 1970, de um movimento denominado de “Oposições Populares” (que defendia a permanência dos quadros de esquerda no MDB como “frente”), militou no Partido Revolucionário Comunista (PRC) e ingressou no PMDB com a redemocratização.

Posteriormente, como parte de um movimento coletivo do “grupo” que ocorreu a partir de 1984, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e liderou nessa sigla algumas “tendências” que adquiriram diferentes denominações (PT Ampla e Democrático, Democracia Radical, Nova Esquerda...). Esse movimento é acompanhado pelo processo de “reinterpretação” do marxismo ou a substituição de repertórios, rótulos, identificações que afastou a maioria dos militantes do chamado “marxismo-leninismo” e os aproximou de posicionamentos considerados como mais “moderados” pelos adversários. Novamente constituíram espaços de interlocução e veículos de divulgação das tomadas de posição do “grupo”, tais como o Centro de Filosofia e Política (CEFIP) e a Revista chamada *Práxis*, dirigidos por Adelmo Genro Filho e financiados por Daniel Herz (oriundo de uma família de empresários no estado). Tarso Genro foi conferencista e professor nos cursos do CEFIP e escreveu diversos artigos na revista *Práxis* sobre “marxismo”, “direito” e “política”.

O elo mais forte no interior do “grupo”, mesmo sob algumas divergências políticas, é o estabelecido entre Tarso Genro e seu irmão Adelmo Genro Filho. Quer dizer, formaram a *clique* que centralizava uma rede de apoiadores, isto é, o núcleo que comanda uma organização informal de militantes ou seguidores (Bailey, 1971), e capitalizaram suas ações conjuntas para a constituição de “correntes partidárias” de grande peso político e eleitoral no Rio Grande do Sul. Até a morte de Adelmo Genro Filho (aos 36 anos de idade), os dois sempre foram aliados e companheiros nas diferentes “organizações” as quais pertenceram, e a ligação entre eles sempre foi apresentada como caracterizada pelo “debate intelectual”.

¹⁴ Para um itinerário dos deslocamentos e dos posicionamentos do conjunto de militantes reunidos sob esse rótulo, ver Reis (2001, 2007).

Os investimentos simultâneos “dos irmãos Genro” reforçaram-se mutuamente. Tarso Genro já se destacava como advogado trabalhista e como “intelectual de esquerda” contando ainda com uma base eleitoral contundente em Santa Maria – conquistada por seu pai e mantida por seu irmão quando foi vereador e candidato a deputado estadual em 1982 – e com a possibilidade de maximizar o apoio em cadeia dos militantes de esquerda liderados por Adelmo. A maior “organicidade” na atuação militante de Adelmo Genro Filho, sua superior “dedicação” em termos de formação acadêmica e a intensidade das relações que mantinha com as “bases” (apoiadores e militantes), eram complementares a maior exposição pública e circulação por diferentes espaços de Tarso Genro. Inserções viabilizadas pelo desempenho das atividades como advogado de sindicatos, escritor, crítico literário em jornais, etc. a partir da capital do estado onde residia desde início da década de 1970.

Essa soma de esforços e de atribuições contribuiu para a projeção do “grupo” e para a centralidade da cadeia de líderes-seguidores que formou algumas facções políticas no estado, centralizada por Tarso Genro. Mesmo após o falecimento de Adelmo Genro Filho, seus principais aliados e seguidores permaneceram integrados ao círculo de colaboradores políticos e aderentes das tomadas de posição de Tarso Genro. Lideranças de destaque da política gaúcha como Marcos Rolim (ex-presidente do Diretório Central de Estudantes/DCE da UFSM, ex-vereador em Santa Maria e ex-deputado estadual e federal), Estilac Xavier (ex-presidente do DCE da UFSM, ex-chefe de gabinete de Adelmo Genro Filho na Câmara de Vereadores de Santa Maria, ex-secretário municipal do governo de Tarso Genro em Porto Alegre, ex-vereador e deputado estadual) e Paulo Pimenta (ex-presidente do DCE de Santa Maria, ex-chefe de gabinete de Marcos Rolim, ex-vereador em Santa Maria, ex-deputado estadual, ex-vice-prefeito de Santa Maria e atual deputado federal) são exemplos da persistência e renovação desses vínculos.

Tarso Genro concorreu, em 1986, a deputado federal constituinte (ficando na primeira suplência e vindo a assumir o mandato por dois anos), em 1988 elegeu-se vice-prefeito, em 1990 concorreu, sem êxito, a governador e, entre 1992 -1996 e 2000 - 2002, foi prefeito de Porto Alegre. Em 2002, disputou a eleição para o governo do Rio Grande do Sul, mas

perdeu no segundo turno para o candidato do PMDB, Germano Rigotto. Tal derrota acabou oportunizando a ocupação do cargo de secretário de desenvolvimento econômico e social da presidência da República na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Na seqüência foi Ministro da Educação e atualmente é Ministro da Justiça.

Como parte dessa ascensão política, sua produção escrita diversificou-se em termos de temáticas e alcançou veículos de projeção nacional e até internacional. Paulatinamente, começou a publicar suas obras por editoras de circulação nacional, a intervir politicamente mediante artigos publicados em periódicos localizados no centro do país e seus textos passaram a ser traduzidos para outras línguas. Alguns títulos são ilustrativos disso: *Direito individual do Trabalho*, pela Editora LTR de São Paulo em 1994; *Orçamento Participativo. A Experiência de Porto Alegre*, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo de São Paulo em 1997, escrito com Ubiratan de Souza; *O futuro por armar* pela Editora Vozes de Petrópolis em 1999; *Esquerda em Processo*, também lançado pela Editora Vozes em 2004; *Crise da Democracia - Direito, democracia direta e neoliberalismo na ordem global*, idem em 2002; *Sul filo dei classici: autocritica antiutopica del diritto? Em Democrazia e Diritto* pela editora italiana FrancoAngeli de Roma em 2004; *Droit et marxisme* na Encyclopédie de la Sociologie de Droit, organizada por André-Jean Arnaud, Paris, 1993; *Hacia una nueva democracia*, artigo publicado na editoria de Opinião do periódico espanhol *El País* de 1 de fevereiro de 2002; *Vers une nouvelle citoyenneté. Thèses pour une théorie démocratique de l'État e du socialisme*, artigo publicado na revista francesa *Mouvements*, nº18, novembro-décembre de 2001; *Porto Alegre e le vie locali della cittadinanza*, veiculado no *Italianieuropei*-1º febbraio de 2002; *Crisis de la democracia - derecho, democracia directa y neoliberalismo en el orden global*, livro lançado pela Ediciones del Serbal de Barcelona em 2003.

Flávio Dino de Castro e Costa¹⁵ (Flávio Dino) nasceu em 1968 na cidade de São Luís, capital do Maranhão (MA). É originário de uma “família” notabilizada pelas carreiras políticas, jurídicas e intelectuais. O bisavô, Nicolau de Castro e Costa, chegou a ocupar postos políticos, entre os quais se destaca o cargo de deputado Provincial do Amazonas em 1874. O avô, também chamado Nicolau de Castro e Costa e conhecido como Nicolau Dino, nasceu no Amazonas em 1900, fez os estudos secundários em Belém e concluiu o curso de Direito na então Faculdade do Pará. Foi promotor e juiz no Maranhão (indicado por “chefes políticos locais”), chegando ao posto de desembargador do Tribunal de Justiça do estado. Sua carreira no espaço jurídico foi ainda coroada com a eleição para a presidência dessa instituição. Era identificado com a facção dominante na política local denominada de “vitorinismo”¹⁶. Simultaneamente, investiu na afirmação intelectual escrevendo uma tese sobre Gregório de Mattos inscrita em um concurso de História da Literatura, um livro intitulado “Onze Votos Vencidos”, no qual reproduziu julgamentos como desembargador, uma tese apresentada para a Cátedra de Direito Civil e outro livro intitulado “Visconde de Vieira da Silva” em homenagem ao seu patrocinador no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Faz parte ainda do “panteão jurídico” do estado como patrono da cadeira n.º 40 da Academia Maranhense de Letras Jurídicas.

Pai de Flávio Dino e filho de Nicolau Dino, o advogado Sálvio de Jesus de Castro e Costa (Sálvio Dino) formou-se pela Faculdade Direito de São Luís e foi líder estudantil, tendo participado da União Maranhense

¹⁵ Os dados usados para a construção do itinerário do agente foram coligidos de um trabalho orientado por um dos autores desse texto. Trata-se de uma dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA (Barros Filho, 2007) e que mobilizou uma entrevista realizada com o atual deputado federal (seguindo roteiro elaborado para uma pesquisa mais ampla sobre as bases da especialização política no Maranhão e aplicado em outros 11 casos) e uma gama variada de fontes para coleta de informações biográficas e referentes à genealogia (livros, entrevistas em jornais, anais da Assembléia Legislativa, etc.).

¹⁶ Para mais detalhes sobre o significado do que se convencionou chamar de “vitorinismo” (facção política liderada por Vitorino Freire) no estado do Maranhão, o trabalho de memória e as estratégias reprodução de grupos familiares na invenção de uma “tradição política”, ver Grill (2007).

de Estudantes Secundaristas e do “Parlamento Escola” do curso de Direito. Chegou a ocupar os cargos de vereador e de deputado estadual. Teve seus direitos políticos cassados em 1964. Durante o regime militar exerceu funções de primeiro escalão no governo do estado nas gestões de José Sarney e Pedro Neiva de Santana (ligados a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, partido que “dava sustentação ao regime militar”). Em 1974, recuperou o direito de concorrer a postos eletivos e se elegeu novamente deputado estadual. Porém, não obteve sucesso nas eleições de 1978 e de 1982 à Assembléia Legislativa e voltou a ocupar cargos de primeiro escalão em governos estaduais nas gestões de João Castelo e Luiz Rocha (ligados ao Partido Democrático Social/PDS, o chamado “partido sucedâneo da ARENA”). Por duas vezes foi prefeito de João Lisboa, um pequeno município do interior do estado (MA) e encerrou sua carreira quando foi derrotado na tentativa de reeleição.

No que diz respeito especialmente aos investimentos “intelectuais”, Sálvio Dino dedicou-se a escrever sobre variados gêneros literários como contos, poesias, romances, coletâneas de discursos e livros de memória sobre a faculdade e os “vultos” do direito em São Luís. Também foi consagrado como integrante da Academia Maranhense de Letras e membro fundador da Academia Imperatrizense de Letras (Imperatriz é o segundo município em número de habitantes no estado).

Além da influência dos ascendentes para a aquisição de disposições para o engajamento como ativista político e intelectual e de um capital de relações sociais, o episódio da “cassação” em 1964 e o declínio da influência política de Sálvio Dino mostraram-se decisivos no itinerário de Flávio Dino. Na reconstrução feita por ele sobre o seu próprio trajeto, enfatiza a inscrição nas “tradições” literária, jurídica e política do estado, as quais teriam pertencido seu pai e seu avô. Sendo que a perda dos direitos políticos do pai durante a ditadura aparece como fator que explicaria as suas tomadas de posição à esquerda.

Evidencia-se o trabalho de dupla inscrição que Flávio Dino procura estabelecer com “tradições” que podem, paradoxalmente, ser concebidas como contraditórias, mas que são nesse caso articuladas na reconstrução genealógica e biográfica operada pelo agente. Assim, por um lado, ele busca vincular-se à “tradição” da “Atenas Brasileira” expressão exaltada

localmente e que remete a um passado próspero e marcado pela formação cultural dos homens públicos como referência mítica e, ao mesmo tempo, ele reivindica a vinculação com a “tradição” da “Ilha Rebelde” termo que ativa uma pretensa continuidade de várias mobilizações populares na capital do Maranhão. Por fim, a decadência da liderança política do pai nas últimas décadas exigiu de Flávio Dino, além de um deslocamento no domínio político (em busca de novos espaços e de novas alianças), a edificação de uma notoriedade e de uma reputação que lhe permitisse o ingresso “por cima” na carreira política.

Flávio Dino e seus irmãos (Nicolau Dino e Sálvio Dino Júnior) estudaram nos principais colégios particulares de São Luís e concluíram o curso de Direito na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O atual deputado federal pelo PC do B foi presidente do grêmio estudantil do colégio Marista na década de oitenta (tendo sido “contemporâneo” no movimento estudantil de vários filhos de políticos de destaque no estado) e participou de grupos de discussão sobre “política” e “marxismo”. Já na universidade fora secretário-geral e coordenador do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFMA. Nesse período se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi vice-presidente do Diretório Municipal da agremiação e atuou como advogado da sigla. Sua monografia de conclusão do curso de direito, defendida em 1990, intitulou-se *O Direito de Greve no Brasil: evolução e limitações atuais ao seu exercício* e foi publicada em forma de livro (prefaciado por importantes “figuras” do espaço jurídico maranhense, contemporâneos do seu pai). Esse foi o marco de uma modalidade de intervenção política privilegiada pelo agente que funde, no mínimo, registros do âmbito das disputas partidárias, sindicais e jurídicas.

Com tal interpenetração de lógicas passou a atuar, na década de 1990, como advogado de sindicatos (clientela que fazia parte das suas relações políticas), foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da Ordem de Advogados do Brasil no estado e posteriormente professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em 1994, investiu na “carreira de Estado” mediante a aprovação em primeiro lugar no concurso nacional para juiz federal. Nessa condição, começou a intervir politicamente por meio do engajamento nas lutas relativas à corporação e a tomar posição

sobre diferentes questões. Em 1998, foi eleito vice-presidente da Associação dos Juízes Federais (AJUFE) e, em 2000, foi presidente da entidade, o que permitiu a atuação em espaços institucionais como membro do Conselho da Justiça Federal e secretário da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal. Nas pautas dos debates nos quais se inseriu, os principais temas eram os direitos humanos (“erradicação do trabalho escravo”, “proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas do Ministério da Justiça”, entre outros) e a “reforma do judiciário” (especialmente a criação do Conselho Nacional de Justiça e o “combate ao nepotismo”).

Suas intervenções, contudo, não se restringiram a esses domínios. Flávio Dino também se dedicou à atuação no âmbito universitário. Professor da UFMA, em 2001 defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *Autogoverno e Controle do Judiciário no Brasil: a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça*, publicada no mesmo ano em forma de livro (prefaciado pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal, Nélson Jobim, e pela cientista política Maria Teresa Sadek). Foi também professor de Direito na Universidade Nacional do Brasil (UNB). Participou ainda de instâncias como a comissão editorial da Revista “Direito e Política”, do Instituto Brasileiro de Advocacia (IBAP) e publicou artigos e trabalhos sobre “direito ambiental”, “direito administrativo”, “direito constitucional”, “direito público”, “acesso à justiça”, “trabalho escravo”, “crimes ambientais” e “direitos humanos”. Sobre a sua produção intelectual afirma: “Sempre foi determinada a partir da intervenção política, que sempre foi o mais forte. (...). Talvez os interesses no mundo do direito sempre foram determinados politicamente, pela política, pela via da política” (entrevista com Flávio Dino).

A campanha de 2006 à deputação federal foi construída a partir de um conjunto de bases de interconexão composto por alianças verticais para cima e para baixo (Landé, 1977) e elos pessoais justificados por princípios morais e pragmáticos (Bailey, 1971). Uma série de movimentos propiciou seu ingresso na carreira política e seu reingresso nas disputas partidárias do estado. Em primeiro lugar, as dissidências no jogo de facções locais redefiniram as clivagens. O então governador José Reinaldo Tavares rompeu sua ligação com a principal liderança do seu “grupo político” (José Sarney) e se aproximou das lideranças ligadas à facção rival. Atraiu vários

prefeitos e personalidades para uma grande frente intitulada “Frente da Libertação” (entre elas dois quadros de destaque do judiciário: o ex-ministro e presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, que concorreu a governador pelo PSB, e o próprio Flávio Dino que concorreu a deputado federal pelo PC do B). Na recomposição do seu secretariado, José Reinaldo Tavares contou com a colaboração do advogado e professor universitário Sálvio Dino Júnior (irmão de Flávio Dino que fora coordenador do Diretório Central de Estudantes da UFMA), então militante do PT.

Flávio Dino foi beneficiado pelo apoio de parte das lideranças locais cooptadas pelo então governador e acionou um leque de contatos com círculos da “elite política brasileira” estabelecido no período em que atuou em Brasília. Tais trunfos se somaram ao trabalho de mobilização dos “operadores do direito” espalhados pelo estado, aos quadros do PC do B que atuaram de forma coesa na campanha, aos contemporâneos de movimento estudantil (muitos deles, inclusive, ainda filiados ao PT) e a uma importante parcela dos chamados “formadores de opinião” (como professores e jornalistas) de São Luís¹⁷.

Um dos resultados desses investimentos foi a conquista de um cargo eletivo já na primeira competição eleitoral e como o quarto deputado federal mais votado no MA. O ingresso “por cima”, diretamente como deputado federal, favorecido por apoios no centro da política nacional, se utilizando de rearranjos nas alianças e alinhamentos no estado, bem como se alicerçando nas “imagens” que mesclam o reconhecimento como intelectual e político, permitem o aproximar do padrão dominante de recrutamento da “elite política”. Mesmo que os repertórios e as linguagens utilizados sejam renovados e re-atualizados constantemente.

Após a posse como deputado federal, Flávio Dino dedicou-se a escrever semanalmente uma coluna no Jornal Pequeno, um dos principais periódicos do Maranhão e que se caracteriza pelo alinhamento à facção que venceu as últimas eleições no estado. Os artigos tratam de questões da conjuntura política e o autor

¹⁷ Sobre a composição da rede de apoiadores e a mobilização da mesma durante a campanha em diferentes cenários (comícios, caminhadas, atos, etc.) e mediante linguagens distintas (panfletos, depoimentos, cartas de apoiadores, etc.) pode-se consultar Barros Filho (2007).

fundamenta os posicionamentos sobre a agenda em pauta com referências históricas e jurídicas, bem como com o uso da sua biografia pessoal. Em 2008 concorreu à prefeitura de São Luís. Foi derrotado no segundo turno das eleições.

José Alberto Fogaça de Medeiros (José Fogaça) nasceu em 1947, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS). O pai era farmacêutico, proprietário de uma farmácia (localizada num bairro de classe média alta da capital) e a mãe era dona de casa (proveniente de uma “família de políticos” de São Francisco de Paula/RS). O primeiro e o segundo grau foram feitos em escolas particulares (Santa Inês e Rosário). Ele afirma que começou a escrever poesias aos 10 anos de idade, ganhando, aos 13 anos, um concurso de redação promovido por um jornal de circulação regional. Além disso, na descrição da sua biografia (entrevista de Fogaça ao jornal *Zero Hora*, 2004, p. 4) também ressalta que o desenvolvimento do seu “gosto pela criação literária e musical” fora estimulado pelo pai que gostava muito de ler e tinha uma “boa biblioteca” e também pelo bisavô materno que era músico (tocava acordeão e violão). As primeiras composições de José Fogaça teriam sido dedicadas à mãe “porque a família dela era musical” (Idem).

Quando era estudante “secundarista” nos anos sessenta, Fogaça aproximou-se da Juventude Estudantil Católica e foi secretário de cultura do grêmio estudantil da sua escola (Colégio Rosário), sendo responsável pela produção de um “jornalzinho”. Ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre em 1965 e na mesma instituição de ensino também cursou Letras. Chegou a concorrer à presidência do Centro Acadêmico, porém não obteve êxito, e na seqüência não investiu sistematicamente na militância no movimento estudantil desde então.

Depois de concluída a universidade deu aulas em escolas e em um curso pré-vestibular. No início dos anos setenta foi a um “popular” programa de televisão para divulgar um festival de música, acabou retornando a esse espaço para dar “dicas” de português e sendo contratado pela emissora para apresentá-lo uma vez por semana. Em decorrência dessa atuação, apresentou outros programas de TV e de rádio dedicados aos “jovens” e à

música. Dentre eles, destaca-se o programa “Opinião Jovem” da Radio Continental em 1974, para o qual chegou a escrever uma música especialmente para a abertura, intitulada “Testamento”, que foi gravada por seus amigos do grupo musical “Almôndegas”, então constituído por Kleiton e Kledir Ramil, Zé Flávio, Pery Souza, Quico Castro Neves e Gilnei Silveira.

No mesmo período, conheceu Isabela Coronel Amilivia, com quem teve quatro filhos. Nutricionista formada pelo Instituto Metodista de Educação e Cultura (IMEC), ela participou de vários festivais de música gaúcha e, como cantora, adquiriu notoriedade pela interpretação de uma canção de Fogaça que ficou conhecida como um dos “hinos” de Porto Alegre (“Porto Alegre é Demais”). Posteriormente, pautou sua carreira como intérprete, sobretudo das canções do marido, lançando basicamente quatro trabalhos com composições ou de composições de Fogaça: “Fogaça, Amigos e Canções” (1998); “Porto Alegre é demais” (2000); “Natal em Família” (2003); e “Fogaça, Alma Gaúcha” (2004).

O primeiro disco com composições de José Fogaça foi “Gaudêncio sete luas”, de 1977, do grupo “Almôndegas”, no qual continha a sua canção mais conhecida, “Vento Negro”, que é lida por muitas pessoas pelo “conteúdo político” que traria e que chegou a inspirar uma tendência do movimento estudantil denominada “Viração” (termo usado no refrão da música e que indica, no vocabulário “regionalista”, uma mudança brusca do “clima, anunciada por uma ventania). Além dessa, no mesmo disco, constam outras duas composições em parcerias (“Piquete do Caveira” e “Mi triste Santiago”/Tributo à Pablo Neruda). Em 1980, José Fogaça chegou a vencer o festival de música “Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul” com a canção “Semeadura”, criada em parceria com Vitor Ramil, e igualmente considerada uma “música de protesto”.

Por tais inserções, José Fogaça é apontado como um dos principais porta-vozes do chamado Movimento Nativista no Estado¹⁸ (ou de uma

¹⁸ O chamado Movimento Nativista do RS teria impulsionado um crescimento muito grande do mercado de produção artística, ampliando o espaço para seus poetas, compositores e músicos, gerando a profissionalização dos mesmos, o crescimento do mercado editorial, o aumento dos espaços para a cultura regional na mídia e gerou, sobretudo, uma grande polêmica sobre a cultura regional gaúcha (Jacks, 1987).

das suas vertentes). Na sua concepção, o movimento teria emergido “em determinado momento em que as circunstâncias políticas e culturais” eram “extremamente desfavoráveis para a autonomia” do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país. Também na sua avaliação, tratava-se, então, de uma “atitude de resistência cultural”, como “reação” a “cada vez menor participação do Rio Grande do Sul nos espaços políticos e econômicos sobreposto pela ocupação político-cultural de outras culturas, principalmente as emanadas do centro do país, e de procedência estrangeira” (José Fogaça, apud. Jacks, 1987, p. 46).

O destaque adquirido (como professor, apresentador, poeta, compositor...) teria resultado no convite (aceito) feito pela liderança gaúcha Pedro Simon¹⁹ para filiar-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Devido ao fim do programa que apresentava e no qual fazia comentários sobre política, em 1976, por intervenção de agentes do “regime militar”, José Fogaça se deslocou para São Paulo, onde igualmente trabalhou numa rádio como comentarista político. O retorno definitivo para o Rio Grande do Sul ocorreu somente seis meses antes da sua eleição como o deputado estadual mais votado do MDB, em 1978, sendo que nesse mesmo ano lançou o livro de crônicas *Uma geração amordaçada*.

Em 1982 elegeu-se deputado federal pelo PMDB; em 1983 lançou pela Câmara dos Deputados *Nossa luta, nossa esperança*; no ano seguinte atuou como coordenador da campanha pelas “Diretas Já”; e, em 1985, publicou *Aprendizes da Esperança* e concorreu a vice-prefeitura de Porto Alegre na chapa encabeçada pelo economista Carrion Júnior, ambos filiados ao PMDB. Em 1986 conquistou a vaga de Senador, sendo reeleito em 1994. Nesse meio tempo, em 1990, concorreu sem sucesso ao governo do estado (RS).

Afora os vários artigos em jornal que produziu nesse período, algumas matérias publicadas em revistas podem ser destacadas: *Presidencialismo e a história do compadrio*; *É possível acabar com o fisiologismo na política brasileira?*; *Concessões de serviço público de transporte coletivo*

¹⁹ Conhecido tanto por ter “olho clínico” (“treinado”, “capacitado”, “especializado”) na identificação de “novas lideranças” como, justamente, pelo “interesse” que tinha em estabelecer um elo com a “juventude” através de mediadores qualificados vindos desse meio. A esse respeito, ver Reis (2001).

de passageiros; e O Senado entra em jogo. Rumos do Desenvolvimento; cabendo ainda mencionar o trabalho publicado pela Câmara dos Deputados, em 1987, intitulado *Uma geração que avança*²⁰ e outro publicado pelo Senado Federal *Em defesa do governo Simon-Guazelli*.

Ainda não havia concluído o segundo mandato de Senador quando optou por acompanhar, em 2001, a dissidência liderada pelo ex-governador Antônio Britto que deixou o PMDB para ingressar no Partido Popular Socialista (PPS). Por esse último partido, José Fogaça tentou novamente reeleger-se ao Senado, sem obter êxito. Entre 2003 e 2004 dedicou-se ao magistério como professor de Direito Constitucional nas Faculdades Rio-Grandenses. Também atuou como articulista do Jornal Zero Hora.

Em 2003, preparou com a esposa o CD “Natal em Família”, com composições e adaptações inéditas, lançado pela Companhia Zaffari, cujo publicitário chefe é Luiz Coronel, (poeta, originário da “região da campanha” ou da “metade sul” que também gravou uma música no disco de 1977 dos “Almôndegas”, participou do mesmo Movimento Nativista com Fogaça, e que com ele compôs uma das canções do disco de natal). A mesma Companhia Zaffari fora responsável pela maior divulgação, mediante uma massiva campanha publicitária, da canção “Porto Alegre é Demais” e, conseqüentemente, da sua cantora Isabela Coronel Fogaça. Também em 2003, quando Fogaça já era pré-candidato a prefeitura de Porto Alegre, Isabela lançou o CD “Fogaça: Alma Gaúcha” que tornou possível a divulgação (via outdoors e anúncios na televisão) do seu nome e a sua associação com a definição da identidade regional. Entre os intérpretes das músicas de Fogaça estavam artistas gaúchos como Kleiton e Kledir Ramil, Isabela Fogaça, Vitor Hugo, Jader Cardoso e Elaine Geissler.

Além das apresentações promovidas no estacionamento da maior filial do supermercado Zaffari da capital, um show de natal também passou a ser realizado na cidade de Gramado/RS a partir de 2004 (promovido pela mesma empresa). Em entrevista, já em 2007, comentando a participação no evento, Isabela enfatiza que “este espetáculo é quase uma reli-

²⁰ Sobre o uso da ideia de geração como critério de identificação e de mobilização política entre militantes do Setor Jovem do MDB do Rio Grande do Sul, ver Reis (2001).

gião para nós, gostamos muito de fazer” (<http://gramadosite.com.br>, acesso em 14/02/2008). A filha de oito anos canta desde os cinco no coral e participa dos shows. Na foto da matéria, Isabela apresenta-se ao lado de Fogaça vestido de papai-noel.

Nessa ocasião, ele já havia assumido a prefeitura de Porto Alegre, tendo sido eleito em 2004 numa coligação PPS-PTB. Apresentando-se como uma “terceira via” na polarização PT/PMDB, a ênfase da sua campanha foi a “mudança” mantendo alguns projetos marcantes da administração do PT, como o orçamento participativo. Durante a campanha, os amigos músicos manifestaram seu apoio e cantaram nos comícios (principalmente Kleiton e Kleidir Ramil, ex-integrantes do grupo “Almôndegas”), com exceção de Vitor Ramil, cuja principal colaboração foi não ter manifestado seu apoio ou participado dos comícios do adversário petista (o que fazia em todas as eleições em prol dos candidatos do Partido dos Trabalhadores). Na campanha, dentre as diversas aparições de Isabela, destacam-se aquelas nas quais cantou as músicas do marido nos programas eleitorais de TV.

Uma vez eleito, uma das medidas de Fogaça foi assinar, com a prefeitura de Uruguaiana, o “protocolo de intenção” para a “promoção cultural da 34.^a Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul. Pela primeira vez a edição regional do evento recebeu o apoio oficial da Prefeitura de Porto Alegre” (<http://www2.portoalegre.rs.gov.br>). No discurso de lançamento do protocolo (realizado durante a 28^a Expointer no dia 03/09/2005), “Fogaça lembrou suas participações no festival na década de 70 e falou sobre a importância da Califórnia na cena musical e cultural do Rio Grande do Sul” (Idem). Nas suas palavras: “É com orgulho redobrado que eu assumo este protocolo para apoiar a realização deste grande evento, responsável por irradiar no Estado a magia do nativismo” (Idem).

Em 28 de setembro de 2007, José Fogaça retornou ao PMDB. Por esse partido concorreu, com sucesso, à reeleição em 2008. Foi o primeiro prefeito eleito duas vezes consecutivas na capital do estado.

Joaquim Elias Nagib Pinto Haickel (Joaquim Haickel) nasceu em 1959, em São Luís (MA). Os avós maternos de origem portuguesa eram pequenos comerciantes, assim como os paternos, cuja origem é libanesa. Esses últimos teriam se deslocado para o Maranhão na primeira década do século XX e ajudaram a constituir uma significativa “colônia de imigrantes” no município de Pindaré Mirim, pertencente à chamada “região da baixada maranhense”. Além da dedicação ao comércio e ao sucesso empresarial alcançado, alguns deles investiram também na carreira política.

Motivado pela eleição do irmão que concorrera a prefeito de Pindaré Mirim (tendo ocupado esse cargo por 14 anos: três mandatos de quatro, seis e quatro anos) e se tornara aliado do governador eleito em 1965, José Sarney, o pai de Joaquim Haickel, Nagib Haickel, estreou nas competições eleitorais em 1966. Com o segundo grau incompleto, além de empresário (ou próspero comerciante), “Nagibão” (como chama o filho) desde aquele ano quando se elegeu deputado estadual pela primeira vez até 1993 quando ocupava a posição de Presidente da Assembléia do Estado e veio a falecer teria sido um “político de verdade” (entrevista com Joaquim Haickel). Dentre os postos ocupados, foi por três ocasiões deputado estadual (1966 a 1978) e duas vezes deputado federal (1978 a 1986). Não tendo êxito na eleição para deputado estadual em 1986, desempenhou o cargo de administrador (ou interventor) de outro município, Zé Doca, situado na mesma região de Pindaré Mirim, durante aproximadamente três anos. Depois, em 1990, elegeu-se novamente deputado estadual.

Joaquim Haickel, aos 22 anos, conseguiu eleger-se deputado estadual com um montante de 16.850 votos, graças aos vínculos de parentesco, ou mais precisamente, pelo fato de “ser filho do Nagib”, com quem fez uma “dobradinha” naquela ocasião (entrevista com Joaquim Haickel). Antes disso, foi chefe do gabinete oficial do então governador do estado, João Castelo. Em 1986, já formado em direito pela UFMA, a parceria com o pai é repetida, porém invertendo os cargos disputados. Novamente obtém êxito, dessa vez na campanha para deputado federal, sendo eleito aos 26 anos. A inversão feita teria sido estratégica para oportunizar a atuação como “constituente” que, segundo ele, seria facilitada pela sua formação jurídica. E essa “experiência” é ressaltada pela chance de “poder privar da companhia de Florestan Fernandes, Arthur Da Távola, Luís Viana, ser assessorado por Miguel Reale,

foi um negócio fantástico”. A ida para a Assembléia Legislativa é classificada como um “mestrado” e a “experiência” de “constituente” com um “doutorado” (entrevista com Joaquim Haickel).

Além das inserções políticas, na primeira metade dos anos oitenta (período em que ainda cursava a faculdade), Joaquim Haickel também investiu na socialização e em sociabilidades relacionadas ao “meio cultural”. Um dos resultados desses empreendimentos e alvo constante de auto-consagração foi a edição de suplementos semanais no jornal Estado Maranhão, em 1983, e de vinte e quatro revistas mensais, entre 1984 e 1985, das publicações chamadas de Guarnicê²¹, bem como uma antologia de poemas, em 1984, e uma antologia de poemas eróticos, em 1985, além de meia dúzia de outros livros de poemas, contos, ensaios e cartuns. Em matéria escrita no seu blog (<http://joaquimhaickel.globolog.com.br>, 15/11/2006, acesso em 04/02/2008) e dedicada a homenagear os vinte anos do “Guarnicê”, evidencia-se o esforço de Joaquim Haickel em aclamar as contribuições “intelectuais” e as colaborações “financeiras” revelando, assim, os empreendimentos e vínculos valorizados.

Dos primeiros, destaca a formação privilegiada, sintetizada na pergunta:

Imaginem o que pode sair das cabeças de meia dúzia de jovens, que tendo estudado em bons colégios, recebido uma boa orientação educacional, cultural e social, se achavam preparados para dizer a cidade e ao mundo o que pensavam através de suas poesias, crônicas, críticas e desenhos, compilados e editados por eles semanalmente e levado ao público encartado no maior e mais importante jornal de nossa capital? (Idem).

Para os últimos, a gratidão é direcionada aos “poucos patrocinadores”, particularmente:

²¹ Em 2003 foi publicado o “Almanaque Guarnicê. 20 anos”, com poemas, fotos, caricaturas, crônicas, enfim, predominantemente assinadas pelos nove destaques da “geração Guarnicê” (Joaquim Haickel, Celso Borges, Roberto Kenard, Paulo Coelho, Érico, Ronaldo Braga, Cordeiro, Dulce Britto e Franco Jasiello).

O meu velho pai que nos cedeu o espaço e o dinheiro para montarmos a nossa gráfica, de Francisco Camelo, então dirigente do SIOGE [Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado], órgão de saudosa e importante memória e principalmente de Fernando Sarney, então presidente da CEMAR, empresa patrocinadora de tudo que aconteceu nas artes e na cultura (e até nos esportes) do Maranhão de 1983 até 1995 (Idem).

É importante frisar ainda o reconhecimento ao amigo e hoje sócio Fernando Sarney e ao Sistema Mirante, de propriedade da “família de políticos” aos quais os Haickel estão ligados por vínculos de aliança desde o início da década de sessenta:

Fernando era, e continua sendo, o guru da cultura maranhense - e do esporte também -, agora através do jornal O Estado, da TV Mirante e das rádios espalhadas por todo o nosso Estado. Por falar em Fernando e em Mirante é importante que se diga que foi com a Mirante FM que tudo começou. Foi lá que começamos tudo, fazendo o programa Em Tempo de Guarnicê, com essa mesma turma, onde apoiávamos e incentivávamos a música, a poesia e a cultura maranhense, foi de lá que surgiu a Revista Guarnicê. (Idem).

No mesmo processo de afirmação intelectual, tal “geração de poetas” polemizava com “ícones” da “intelectualidade maranhense”. O movimento inaugural foi concretizado na primeira edição do suplemento, que traz escrito na capa: “Qualquer semelhança com um movimento morto é mera coincidência”. Procuravam, assim, redefinir o significado do termo Guarnicê, fazendo alusão à publicação de 1975, denominada “Hora do Guarnicê”, da qual participaram importantes escritores maranhenses de “outras gerações”. A expressão cunhada pelos “brincantes” de bumba-meu-boi²² “significa dar sustentação à brincadeira, velar a essência do ritual” e “beber na fonte de amos, índias e caboclos de pena e ali erguer

²² Expressão da chamada “cultura popular” que possui destaque nas “festividades” de São João em junho.

a ponte entre o novo e o novilho” (Lima, 2003, p. 39). Ainda no ano de 1983, muito do conteúdo dos textos produzidos no Guarnicê era de crítica à Academia Maranhense de Letras e à “concessão recorrente” que seus membros faziam ao poder oficial (Lima, 2003, p. 39).

Contudo, uma tomada de posição política de Joaquim Haickel produziu tensões nas relações de sociabilidades intelectuais e políticas em que estava inserido. Com a escolha dos representantes para o colégio eleitoral que participariam da eleição indireta do Presidente da República (1984), com colaboração do pai, então presidente da Assembléia, Joaquim Haickel foi um dos deputados estaduais encarregados de optar entre Tancredo Neves (com José Sarney de vice) ou Paulo Maluf. Seu pai havia estabelecido alianças com Paulo Maluf mediante a convergência de elementos como: vinculação étnica, identificação partidária (então PDS), convivência no Congresso Nacional e retribuição ao auxílio dado por Maluf que teria “salvo a sua vida” (quando sofreu um enfarte, o político paulista enviou um jatinho e um cardiologista, Adib Jatene, para atendê-lo). Para Joaquim Haickel, o dilema se instaurou porque, no âmbito político, nas suas palavras: “os amigos mais próximos levantam a bandeira de Tancredo e formam o grupo político liderado no Maranhão por Sarney”, no âmbito cultural, seus companheiros de “Guarnicê” estavam “fechados com Tancredo”. A “pressão” chegou ao auge quando, no dia 25 de outubro de 1984, foi publicada nos principais jornais de São Luís a intitulada “Carta aberta ao poeta-deputado Joaquim Haickel”, assinada por importantes figuras do cenário político-cultural da ilha de São Luís (Lima, 2003, p. 86-87). Joaquim Haickel escreveu no período um “desabafo” intitulado “Um Homem Dividido”, no qual se apresenta “encurralado entre a fidelidade familiar e a voz das ruas” (Lima, 2003, p. 86-87).

Tal episódio teria lhe rendido uma série de dilemas e contestações. Acabou votando no candidato que era amigo do seu pai (Paulo Maluf) e contrapondo-se à rede de lealdades na qual estava inserido (“família Sarney” e uma parte majoritária da “intelectualidade maranhense”). Com exceção do amigo e agora sócio Fernando Sarney, teria perdido “um monte de amigos” e passado “cinco anos no ostracismo” (entrevista com Joaquim Haickel). Apesar disso, se elegeu Deputado Federal em 1986 com o apoio do pai.

Não concorreu à reeleição em 1990 e os esforços de pai e filho se voltaram para o retorno de Nagib Haickel à Assembléia Legislativa. Joaquim Haickel foi Subsecretário de Ações Políticas durante aproximadamente três anos (1991-1993) e Subsecretário de Educação durante nove meses. Porém, em 1993, com o falecimento do pai somado à vitória de Roseana Sarney (que guardaria ainda “rancor” devido ao episódio de 1984) para o governo do Estado em 1994, teria decidido sair temporariamente da cena política. Adiciona a isso a justificativa da necessidade de “consolidar” suas empresas, o que teria sido feito durante os quatro anos do primeiro mandato de Roseana Sarney. Nesse momento, fortaleceu sua sociedade com Fernando Sarney em uma cadeia de rádios. Sem deixar de mencionar o incremento dos seus empreendimentos editoriais.

Um hiato então acaba se estabelecendo no fluxo desse trajeto politicamente ascendente. Retorna aos pleitos somente em 1998 e conquista três mandatos consecutivos de deputado estadual. Avalia tais conquistas como “100% suas” comparativamente à importância da intervenção do pai nas anteriores: “(...) o [mandato] de 82 e o de 86 me foi dado, eu ganhei de presente, esses três últimos foram meus, 100%. Esforço pessoal, eleitoral, financeiro, tudo. Eu sou o meu único doador na minha campanha de 2006, não recebi um centavo de ninguém” (entrevista com Joaquim Haickel).

Ao longo do trajeto político, Joaquim Haickel transitou por seis siglas partidárias: PDS (Partido Democrático Social); PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); PDC (Partido Democrata Cristão); PRP (Partido Republicano Progressista); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); e PSB (Partido Socialista Brasileiro). Atualmente é filiado ao PMDB.

No Blog que mantém no site “Imirante”, a sua autoapresentação é compatível com a forma como constrói seu reconhecimento a partir de um caráter multifacetado ou como o definiu Rossini Corrêa (1991) no posfácio do livro “A Ponte”, como um “homem de sete instrumentos”. Na mesma apresentação, novamente, a ênfase recai na promoção do “Guarnicê” como divisor de águas e destaca a atuação como “Poeta, contista e cronista, que, quando sobra tempo, também é deputado’ (...) Mais de duas décadas depois do Guarnicê, o ainda parlamentar (...) permanece cronista, contista e poeta. Advogado (...) cinéfilo inveterado, ele alinhava um livro sobre cine-

ma e psicanálise, que, segundo ele, será sua obra definitiva”. (<http://joaquinhaickel.globolog.com.br>, acesso em 04/02/2008).

Joaquim Haickel também mantém uma página num site de relacionamentos da internet onde não somente as “facetas” até então mencionadas são exaltadas no álbum de fotografias como outras “habilidades” são igualmente consagradas, como o “chefe de cozinha” e o “jogador de basquete”. Há também fotos da família, principalmente da filha primogênita, de viagens ao exterior, se apresentando como escritor, dando autógrafos, ao lado de “personalidades” da política maranhense (como Aderson Lago, Mauro Bezerra, Ricardo Murad) e da literatura nacional (como Fernando Moraes e Mário Prata). Somam-se a essas as muitas fotos na “tribuna” ou no parlamento. Para essas últimas, as legendas realçam comportamentos e gestos valorizados na apresentação de si (“professoral”, “objetivo”, “convicto”, “irônico”, “inflamado”, “debochado”, “argumentativo”, “conciliador”, “rindo”, “gritando”, “palestrando”, “arquitetando”, “explicando”, “ouvindo”...).

Dentre as demais publicações de Joaquim Haickel identificadas, estão: *A Ponte*, livro de contos prefaciado por Artur da Távola; três livros de poemas: *O quinto cavaleiro*, *Manuscritos* e *Saltério de três cordas* (co-autoria) (prefaciado por Hernandes Herreira de Nunez e Nunez); e três volumes de ficção: *Confissões de uma caneta*, *Garrafa de ilusões* e *Clara Cor-de-Rosa*. Afora o próprio Blog no qual publica contos, poemas, crônicas, comentários variados, com temas (às vezes indissociadamente) políticos, românticos, religiosos, posicionamentos sobre assuntos conjunturais, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quatro itinerários analisados refletem algumas invariâncias e contrastes no recrutamento de “elites políticas” no Rio Grande do Sul e no Maranhão, já observadas em estudo anterior (Grill, 2008b). Vale dizer, no primeiro rol de aspectos persistentes, identifica-se o forte peso da herança familiar, a preponderância na formação em direito e, sobretudo, o relativamente alto nível de profissionalização política, atestada pela precocidade da entrada dos agentes na política e/ou pelo desdobramento de carreiras em cargos públicos e/ou eletivos.

Sobre a gama de elementos distintivos, pode-se igualmente destacar três evidências. A primeira diz respeito ao ingresso na carreira política por posições mais periféricas e eletivas no RS (vereança no caso de Tarso Genro e deputação estadual no caso de José Fogaça), em contraposição à estréia por posições eletivas mais centrais ou por cargos públicos de nomeação no MA (deputação federal no caso de Flávio Dino e oficial de gabinete do governador no caso de Joaquim Haickel).

A segunda refere-se à diversificação das instituições de ensino (públicas e privadas na capital e no interior) nas quais os “gaúchos” buscam seus títulos universitários (Universidade Federal de Santa Maria para Tarso Genro e PUC de Porto Alegre para José Fogaça), ao passo que há uma prevalência da formação na UFMA para os “maranhenses”²³.

A terceira constatação é sobre a maior centralidade da vinculação ou a uma “região” ou a uma atividade desempenhada como estratégia contunente de afirmação de lideranças para os casos do RS (observou-se o destaque assumido pelos “irmãos Genro” em Santa Maria e por José Fogaça pelo exercício do magistério e pela exposição na mídia), enquanto para os casos do MA percebeu-se uma significativa dinâmica de cooptação conduzida por lideranças de facções que dominam a política estadual (o apoio da facção liderada pelo então governador José Reinaldo Tavares para Flávio Dino e a ligação “dos Haickel” com “os Sarney”).

Indo mais além, é possível caracterizar alguns mecanismos comuns e estruturantes dos engajamentos, bem como sua tradução em termos de profissionalização política para os agentes investigados. No entanto, apoiando as considerações aqui expostas em verificações propiciadas pela investigação de universos mais amplos (em termos quantitativos e de dimensões de análise)²⁴.

²³ Segundo estudo anterior (Grill, 2008a), os parlamentares maranhenses conquistam seus diplomas em aproximadamente metade dos casos nas instituições públicas da capital e a outra metade busca em centros maiores. Há baixíssima presença de deputados formados em instituições privadas consideradas mais periféricas.

²⁴ Para um trabalho de maior fôlego, pode-se recorrer à pesquisa feita sobre o Rio Grande do Sul (Reis, 2007) cujos dados serão confrontados com aqueles provenientes do estudo em andamento sobre os destinos sociais, profissionais e políticos de militantes que atuaram nos movimentos de contestação ao regime militar no Maranhão (Reis, 2008b).

Inicialmente, é preciso sublinhar a relevância da origem social e da vinculação dos ascendentes familiares com a política. Nesse caso, atenta-se que os usos do patrimônio político familiar se mostram decisivos para a *politização*: 1) para a socialização com o universo da “política”; 2) para a constituição (muitas vezes racionalizada) de uma disposição para intervenção; 3) para a mobilização de um capital de relações sociais e sua ativação para o acúmulo de capital eleitoral; 4) para a administração de fidelidades intergeracionais e adaptação aos novos condicionantes da luta política; 5) e para a atenção voltada ao atendimento de clientelas diferenciadas (esforço nítido nos casos de Tarso Genro, Flávio Dino e Joaquim Haickel).

A isso se soma a importância da apropriação, ativação e incremento do patrimônio cultural dos ascendentes que permitem o estabelecimento de uma ponte com a história regional e suas referências míticas. Nota-se, para um contexto, como acionam, via laços de parentesco, identidades regionais ligadas às lutas políticas, militares e ao “mundo da estância” (para Tarso Genro na ambígua vinculação com o trabalhismo e para José Fogaça na definição e reivindicação do nativismo como “causa” de luta para os sul-rio-grandenses). E, para o outro contexto, do mesmo modo, como constroem uma relação simultaneamente de continuidade e de ruptura com a “tradição intelectual” do Maranhão, constantemente reinventada e fundamentada nas imagens do estado como “Atenas Brasileira” (tanto para Flávio Dino como para Joaquim Haickel).

Do que foi dito e descrito, é possível focalizar que a “militância” em diferentes espaços e meios sociais é acompanhada de um repertório em constante reformulação no que diz respeito às temáticas e “bandeiras de luta”. E ainda que essas inserções e reformulações ocorram em sintonia com as reconfigurações das modalidades legítimas de intervenção que se afirmam no Brasil e no mundo.

De forma mais precisa e simplificada, pode-se sistematizar algumas modificações concernentes às temáticas privilegiadas nas tomadas de posição dos agentes analisados. Cabe sublinhar que, mais do que simples “temas”, em muitos casos tratam-se mesmo de referências de síntese que pautam os repertórios de mobilização agilizados nos mais variados domínios de inscrição militante.

Em Tarso Genro evidencia-se a substituição do debate acerca da “revolução socialista” pelas reflexões sobre a redefinição do “valor democrático”. Esse deslocamento pautou e foi pautado pelos posicionamentos que assumia no transcorrer de seu trajeto e tendo em vistas as interferências conjunturais e as condições históricas mais gerais. Nesse caso, há a convergência com estratégias de mobilização política e aos arranjos institucionais (destaque para as discussões em torno das idéias de “participação popular”, o “orçamento participativo”, “fóruns de deliberação”....). Do mesmo modo, e indiscernivelmente, há a própria caracterização das profissões jurídicas e as intervenções sobre a agenda do governo a partir dos ministérios do desenvolvimento social, da educação e da justiça, fornecendo lógicas de atuação política passíveis de serem articuladas na composição das justificações oferecidas, interpelações solicitadas e ações assumidas.

Em Flávio Dino observa-se uma alteração de ênfase semelhante ao caso anterior. Sendo que o movimento mais evidente foi das “causas” referentes à “classe trabalhadora” do “jovem” advogado às prescrições sobre o “Estado” do juiz e representante classista que reivindica ser portador de uma “vocação para a coisa pública”. Todas elas fundidas nos textos do deputado federal “neófito” no parlamento, membro de um partido periférico, mas com qualificados lugares de expressão garantidos pelo acesso ao centro da política nacional, pelo posicionamento na luta entre facções estaduais e pela biografia pessoal. Desse modo, o repertório de “causas esquerdistas” encontra condições de voz por meio de lógicas tidas como “tradicionais”.

Embora privilegiando outras arenas de disputas que se constituem em torno de “causas culturais” (que não estão ausentes para os demais), José Fogaça e Joaquim Haickel utilizam objetos de disputas próprios aos “produtores de bens culturais” para constituir sinais diacríticos regionais como “causas políticas”. De diferentes formas, a partir de diversos lugares e com variados recursos, ambos procuram fixar sua associação com “gerações” de poetas ou músicos do Rio Grande do Sul e do Maranhão, respectivamente, o que lhes permite constituírem-se como porta-vozes e intérpretes do que é “genuíno” e “autêntico” nessas “regiões” ou “culturas”. Símbolos sobrevalorizados como produtos políticos,

na medida em que são pensados e mobilizados como instrumentos de afirmação da “cultura popular”, geralmente concebida como “manifestação” preterida e em oposição àquelas fornecidas ora pela “indústria cultural” ou de “massa” ora pelos intelectuais estabelecidos de “gerações” anteriores (com os quais firmam relações sempre ambivalentes).

Seguindo o mesmo raciocínio, outro aspecto a ser destacado é o papel central que os casos analisados desempenharam em empreendimentos com vistas à formulação de ofertas de interpretações sobre a “política” e a “cultura”. Lançando mão dos capitais herdados e adquiridos, de recursos familiares ou individuais, os agentes constituíram redes de militantes e/ou de ativistas culturais, cristalizadas (principalmente nos “momentos heróicos”) em lugares privilegiados de sociabilidades, de constituição de vínculos e de alianças, de construção de “causas” legítimas e de tomadas de posição públicas. São exemplos disso: o jornal Informação e o Centro de Filosofia e Política para Tarso Genro (junto com seu irmão, Adelmo Genro Filho, e seu primo, Daniel Herz); as revistas jurídicas para Flávio Dino; os festivais nativistas para José Fogaça; e as publicações literárias para Joaquim Haickel.

Todos os elementos acima mencionados contribuem para o uso retrospectivo da categoria “geração”, acionada como estratégia geral de consagração de si mediante a exaltação de um pertencimento geracional sempre construído com base num sentido de excepcionalidade atribuído aos eventos e aos personagens (“contemporâneos”). Mais particularmente, o uso da idéia de “geração”, nos casos investigados, emerge como pretexto (não necessariamente de modo manifesto, racionalizado ou cínico) para a demarcação de um espaço, e nele de uma posição, de mediador inter e intrageracional. A possibilidade da mediação entre diferentes “gerações” é revelada na recorrência com que procuram explicitar os elos de proximidade (não raro mesmo de parentesco) com aquelas “personalidades” ou lideranças estabelecidas. Paradoxalmente, tal “proximidade” acaba se impondo como a própria condição de superação do “antigo” e de afirmação do “novo”. Logo, como possibilidade de reconhecimento dos seus mediadores como porta-vozes autorizados da “novidade”. Sendo que essa “novidade” é fundamentada na utilização dos laços e dos saberes construídos a partir da inscrição em domínios políticos e intelectuais simultânea e indissociavelmente.

Desta forma, por fim, é importante ressaltar como os registros intelectuais e políticos acionados segundo lógicas sempre múltiplas e interpenetradas apresentam alguma correspondência com as posições ocupadas ao longo das carreiras políticas. Os móveis de articulação e interpelação ativados se modificam com os deslocamentos na hierarquia do espaço político, assim como os veículos utilizados para as tomadas de posição no espaço público são mais sofisticados do ponto de vista dos critérios de excelência políticos e intelectuais. Como se observa, a afirmação política e a afirmação intelectual se complementam e funcionam como mecanismos de uma mesma dimensão da vida social. A escalada política é garantia de inserção em espaços mais qualificados e mais valorizados (como revistas e jornais), inclusive do ponto de vista universitário (como mostram os casos de Tarso Genro e Flávio Dino), permitindo um constante acréscimo de trunfos provenientes dos amálgamas entre diferentes domínios. Assim, o reconhecimento adquirido no âmbito intelectual reforça a condição de porta-voz de segmentos “desfavorecidos” e situados em posições “desvalorizadas” do espaço social (como os “trabalhadores”, os “usuários da justiça”, as “vítimas do trabalho escravo”, os “produtores da cultura popular”, os “artistas da região”...).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, José Carlos dos. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde*. UFRGS, PPGAS, Tese de Doutorado, 1998.
- BAILEY, F.G. *Les Règles du Jeu Politique*. Paris: PUF, 1971.
- BARROS FILHO, José. *A Tradição Engajada: origens sociais, redes e recursos eleitorais no percurso de um agente*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996a.
- _____. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- _____. *A representação política. Elementos para uma teoria do campo político*. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984.

BRIQUET, Jean-Louis. Communiquer en actes. Prescriptions de rôle et exercice quotidien du métier politique. *Politix*, V. 7, n.º. 28, 1994, p. 16 – 26.

CHARLE, Christophe. *Naissance des ‘intellectuels’ (1880-1900)*. Paris: Minuit, 1990.

COLLOVALD, Annie. De la défense des pauvres nécessiteux à l’humanitaire expert. Reconversion et métamorphoses d’une cause politique. *Politix*, n.º 56, 2001, p. 135 – 161.

_____. La République du militant. Recrutement et filières de la carrière politique des députés socialistes, 1981. In: BIRNBAUM, P. (Dir.) *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.

CORADINI, Odaci L. A formação e a inserção profissional dos professores de ciências humanas e sociais no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Ana M^a. F. et. al. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

_____. *Elites Culturais e Concepções de Política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta*. Porto Alegre. Relatório de Pesquisa para o CNPq. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

_____. Escolarização, militância e mecanismos de ‘participação’ política. In: HEREDIA, Beatriz et al. (Orgs.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2002, p. 103-153.

_____. *Expansão e Internacionalização do Ensino Universitário e Mediação Cultural dos Professores de Ciências Humanas e Sociais* (versão resumida). Relatório de Pesquisa, 2003.

CORREA, Rossini. Joaquim Haickel: a ponte. In: HAICKEL, Joaquim. *A Ponte*. São Paulo: Global, 1991.

DULONG, Delphine. Quand l’économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la V République. *POLITIX*, n.º. 35, 1996, p. 109-130.

FILLIEULE, Olivier. *Le désengagement militant*. Paris: Éditions Belin, 2005.

FOGAÇA, José. O Filho do Farmacêutico. *Zero Hora*. Reportagem Especial (Depoimento), Porto Alegre, 24/10/2004, p. 4.

GAÏTI, Brigitte. La Science dans la mêlée: usages croisés des discours savants et militants. In: HAMMAN, P.; MÉON, J.-M. & VERRIER, B.

Discours savants, discours militants: mélange des genres. Paris: L'Harmattan, 2002.

GARRAUD, Philippe. Le Métier d' élu local: les contraintes d'un rôle. In: FONTAINE, J.; LE BART, C. *Le métier d' élu local*. Paris: Harmattan, 1993.

GAXIE, Daniel. Économie des Partis et Rétributions du Militantisme. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 27, n.º. 2, fev. 1977, p. 123-154.

_____. *La démocratie représentative*. Paris: Montchrestien, 1993.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*, 11 (1), 2005, p. 157-188.

_____. & OFFERLÉ, Michel. "Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique". In: BIRNBAUM, P. (Dir.). *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.

GENRO, Adelmo. *Um tal Mathias Capador*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.

GENRO, Tarso. O Candidato por ele mesmo. *Zero Hora*, Jornal da Eleição (Depoimento dado a Moisés Mendes), Porto Alegre, 11/09/2002, p. 4-5.

GRILL, Igor G. Bases Sociais e Intérpretes da Tradição Trabalhista no Rio Grande do Sul. *Dados*. V.48, n.º. 3, 2005, p. 525-556.

_____. *Heranças Políticas no Rio Grande do Sul*. São Luís: EDUFMA, 2008a.

_____. Heranças Políticas no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Ciências Humanas em Revista*. V. 5, n.º. 2, 2007, p. 9-37.

_____. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista de Sociologia e Política*, n.º 30, 2008b, p. 65-87.

<http://www.gramadosite.com.br>, acesso em 14/02/2008.

<http://www.joaquimhaickel.globolog.com.br>, acesso em 04/02/2008.

<http://www.portoalegre.rs.gov.br>, acesso em 12/01/2008.

JACKS, Nilda. "Mídia Nativa: indústria cultural e cultural regional. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.

LAGROYE, Jacques. Être du Métier. *Politix*, n.º. 28, 1994, p. 5-15.

_____. Le processus de politisation. In: LAGROYE, J. (Org.). *La Politisation*. Paris: Belin, 2002.

LANDÉ, C. H. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S. W. et al. (Eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.

LE BART, Christian. L’écriture comme modalité d’exercice du métier politique. Notes de recherche. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 48, fév. 1998, p. 76 – 96.

LIMA, Félix Alberto. *Almanaque Guarnicê: 20 anos*. São Luís: Clara Editores e Edições Guarnicê, 2003.

MATONTI, Frédérique & POUPEAU, Franck. O capital militante. Uma tentativa de definição”. *Plural*, n.º. 13, 2º semestre 2006, p. 127 –133.

OFFERLÉ, Michel. Entrées en politique (Présentation). *Politix* n.º 35, 1996, p. 3-5.

_____. *Les Partis Politiques*. Paris: PUF, 1997.

_____. Professions et Profession Politique. In: OFFERLÉ, Michel (Org.). *La Profession Politique*. Paris: Belin, 1999.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

QUEM É QUEM NAS LETRAS SUL RIO-GRANDENSES. CORREIO DO POVO. Caderno de Sábado. 10/01/1981, p. 5.

RAVENEL, Bernard. L’irrésistible crise du militantisme politique classique. *Mouvements*, n.º 3, mars-avril, 1999, p. 19 – 27.

REIS, Eliana T. dos. A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul”. In: CORADINI, O. L. (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008a.

_____. *Contestação, Engajamento e Militantismo: da ‘luta contra a ditadura’ à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

_____. *Juventude, Intelectualidade e Política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB gaúcho dos anos 70*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

_____. Recursos, Repertórios e Modalidades de Intervenção Política no Maranhão. *Projeto de Pesquisa*. Universidade Federal do Maranhão, 2008b.

_____. Repertórios de mobilização da 'juventude de esquerda' do MDB gaúcho nos anos 70. *Cadernos de Ciência Política: série teses e dissertações*, Porto Alegre, v. 07, 2002, p. 27-54.

SAINT MARTIN, Monique de. À propos d'une rencontre entre chercheurs: science sociales et politique au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n.º 71-72, 1988, p. 129-134.

SIGAL, Silvia. Introducción: Intelectuales, cultura y política. In.: SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder em Argentina. La década del sesenta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002, p. 1-17.

SIMÉANT, Johanna. Fiches, hybrides et contrebandes: sur la circulation et la puissance militantes des discours savants. In: HAMMAN, P.; MÉON, J.-M. & VERRIER, B. *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: L'Harmattan, 2002.

VERRIER, Benoît. Expert, idéologue, militant: la production d'une ressource socialiste (1964-1969). In: HAMMAN, P.; MÉON, J.-M. & VERRIER, B. *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: L'Harmattan, 2002.

_____. Les Transformations d'une marque politique. Du CERES au MDC. In: COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P. *Les Formes de l'activité politique*. Paris: PUF, 2006.



ELITES JORNALÍSTICAS, RECURSOS POLÍTICOS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

Fernanda Rios Petrarca*

RESUMO

Este artigo está inserido nas discussões sobre “grupos dirigentes” e analisa os padrões de recrutamento e ascensão profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. Os procedimentos metodológicos adotados resultaram em análise de documentos e realização de entrevistas biográficas com jornalistas que ocupam posições de direção em diferentes espaços de atuação jornalística. A análise permitiu mostrar que um dos padrões de ascensão profissional que se destaca consiste nas estratégias de reconversão de vínculos com a esfera política em formas de atuação profissional, resultando em redefinições dos mecanismos de legitimação dos papéis dos profissionais. A forma especial de relacionar a *expertise* jornalística com a atuação política resultou na diversificação e ampliação da intervenção profissional em assessorias políticas e na ocupação de cargos em instituições estatais.

Palavras-chave: elites; jornalismo; recursos políticos; atuação profissional.

* Professora do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Poder e da Política, LEPP. f.petrarca@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O estudo de grupos e elites dirigentes se constituiu nas Ciências Sociais como um importante tema de investigação e objeto legítimo de pesquisa que suscitou divergentes interrogações. Tais divergências, inicialmente, podem ser observadas pela variação no uso de um conjunto de termos, como “elites”, “classes dirigentes”, “grupos dirigentes”, ou ainda, “grupos dominantes”, empregados alternadamente para definir o objeto em questão e que resultam de confrontos teóricos e metodológicos e dos esforços de diferentes autores na construção desta linha de estudos. As diferentes tradições trouxeram formulações diversas e o seu tratamento depende das condições e da dinâmica das ciências sociais em cada país. Contudo, dadas as limitações do presente texto, não se pretende aqui fazer uma revisão da literatura sobre o tema, nem tampouco mostrar seus condicionantes sociais. Trata-se, apenas, de apontar rapidamente as principais vertentes que dominaram na análise do tema nas Ciências Sociais e a partir de que perspectiva este trabalho se situa.

Uma das teorias a ganhar proeminência foi aquela que ficou conhecida como “elitismo” e que se destacou pela crítica às idéias democráticas e ao socialismo. Autores clássicos, também denominados como “neomaquiavélicos”, como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels se apresentaram como os principais formuladores a dar ênfase à existência de uma minoria que por seus “dons” e “competências” detinham um poder de comando sobre grupos que nem mesmo o “sufrágio universal” poderia conter. Uma das preocupações centrais que prevalecia nos estudos sobre elites era a demonstração de que qualquer sistema político, até mesmo o democrático, era dirigido por minorias. A principal contribuição da democracia, nesta linha, foi a de permitir uma diversificação das elites e uma maior concorrência entre elas renovando, desse modo, as “classes dirigentes” (Grynszpan, 1996, 1999).

Entretanto, desde seu aparecimento até as décadas mais recentes, a teoria das elites passou por consideráveis mudanças, sendo alvo de interpretações diversas e sendo apropriada por autores com pressupostos, muitas vezes, opostos. A partir dos anos 1950, os estudos de elites passaram a sofrer uma forte influência das Ciências Sociais norte-americanas,

com os consagrados trabalhos de Mills, Dahl e Schumpeter. As clássicas oposições entre Mills e Dahl resultaram em contraposições teóricas representadas, por um lado, pelo problema das relações de classe e posição de dominação, enfrentado por Mills, por outro lado, pelos estudos de demonstração empírica do poder proposto por Dahl. Estas oposições demarcaram duas formas distintas de abordagem. A abordagem elitista, que trazia na linha de frente Mills, dentre outros autores, tinha por objetivo demonstrar a capacidade de dominação das elites e as posições privilegiadas ocupadas.

O problema estava na relação entre “classe”, como designando um fenômeno econômico e, “dominantes” como remetendo à esfera política. E, num outro pólo, a abordagem pluralista, representada por Dahl, que visava demonstrar empiricamente que os poderes das elites eram, fundamentalmente, flutuantes. A oposição entre “elitistas” e “pluralistas” resultaram em trabalhos diversificados sobre o poder da comunidade, sobre a relação das elites com as “massas”, sobre os grupos de pressão e dos *lobbies* (Riesman, Glazer e Denney, 1971). Estas tradições, no entanto, foram marcadas por posicionamentos não somente teóricos e metodológicos, mas notadamente normativos e políticos e representavam posturas distintas diante da democracia.

Na Europa, neste momento, emergiu um conjunto de estudos sobre elites, voltado principalmente, para a investigação histórica da composição social e da caracterização das elites políticas e administrativas (Charle, 2006). Contudo, o debate sobre a teoria das elites enfrentou, no contexto dos anos 1980, um declínio, momento em que a intensidade dos estudos começou a diminuir (Grynszpan, 1999). Após este período observa-se uma renovação dos estudos, sobretudo na França, com os trabalhos de Pierre Bourdieu. Neste momento, mais do que estudar elites ou grupos dirigentes, tratava-se de investigar a relação entre estruturas de dominação e espécies de capital em diferentes esferas sociais. Visando romper com o pensamento substancialista que marcou os estudos das elites, os trabalhos de Bourdieu estavam voltados para o exame das disputas que os agentes travam em diferentes espaços sociais para ocupar posições dominantes e a sua relação com as estruturas de capital e os princípios de dominação legítimos. Uma das implicações disso é a de que as posi-

ções dirigentes não podem ser reduzidas apenas ao capital econômico e respectivo princípio de legitimação (Coradini, 2008).

Os estudos de Pierre Bourdieu, sobretudo “La Noblesse de État” (1989), serviram como fonte de inspiração para emergência de novos trabalhos que traziam como recorte as instituições escolares e o corpo administrativo, abandonando a problemática política que caracterizava o período anterior no estudo das elites (Charle, 2006). Podem-se citar, nesta mesma linha, os estudos de Pinçon e Pinçon Charlot (2003), sobre a renovação das estratégias de reprodução social da aristocracia frente à imposição do sistema de classificação escolar. Além disso, a aplicação da problemática bourdieusiana pode ser observada em um conjunto de outros trabalhos produzidos principalmente na França, mas também em outros países, como o Brasil, sobre o campo literário (Sapiro, 2004), o campo intelectual (Miceli, 2001), o eclesástico (Miceli, 1988; Seidl, 2003), o campo jornalístico (Rieffel, 1984), os economistas (Lebaron, 2001; Loureiro, 1997) e, mais recentemente, sobre a circulação internacional de elites e os mecanismos de competição das elites nacionais e internacionais (Almeida, 2004, Dezalay, 2000, 2002). Além disso, estes trabalhos contribuíram para articular pesquisas históricas e tratamento sociológico, renovando, dessa forma, a temática das elites sociais, políticas e culturais. Isto se traduziu nos estudos sobre biografias, trajetórias e prosopografias¹.

Um dos principais desdobramentos deste esquema de análise inclui as investigações sobre os padrões de recrutamento e de seleção de grupos que ocupam posições elevadas em diferentes esferas sociais e não apenas na esfera política. Tal desdobramento visa dar conta não só do exame das origens sociais e dos recursos políticos e culturais que caracterizam determinado grupo, mas também das estratégias acionadas no decorrer dos itinerários sociais e profissionais para garantir uma posição de destaque em determinadas esferas. Nestes estudos, uma das linhas de trabalho que tem se consolidado é aquela voltada para as diferentes con-

¹ O método prosopográfico está relacionado ao estudo de biografias coletivas, com vistas a identificar características comuns de um grupo social em determinado momento histórico (Heinz, 2006).

dições e modalidades de inserção e ascensão profissional. Opondo-se às perspectivas que partem do princípio que os universos profissionais se constituem como espaços de disputas pela reserva e controle do mercado de trabalho (Freidson, 1998, 2001), um conjunto de propostas tem demonstrado que estes universos são ainda espaços de confronto para determinar os critérios de pertencimento entre agentes que possuem recursos sociais diferenciados. Portanto, nas lutas profissionais por classificação e por acesso a certas posições, sobretudo aquelas mais prestigiosas, os agentes comprometem os recursos que acumularam durante o seu trajeto social e profissional e, que resultam de sua origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade, como a esfera política (Boiegol e Dezalay, 1997, Boltansky, 1982, Bourdieu, 1984, Coradini, 1997).

Partindo destes pressupostos mais gerais, este artigo tem como objetivo apresentar os padrões e as modalidades de ascensão profissional no jornalismo e os recursos que caracterizam o acesso às posições dirigentes nesta atividade². Diante das limitações presentes no texto, serão enfatizadas as modalidades que se caracterizam pela intensa articulação entre a atuação profissional e os investimentos na esfera política, com vistas a demonstrar de que forma os vínculos com tal esfera podem se constituir como trunfos fundamentais para a ocupação de posições de chefia em diferentes espaços de intervenção profissional.

A metodologia adotada consistiu em entrevistas biográficas com um conjunto de 46 jornalistas que ocupam posições de direção em diversos espaços de atuação do jornalismo, com o objetivo de obter informações pertinentes às trajetórias sociais, políticas e profissionais. Dentre os cargos considerados, pode-se citar: diretor de redação, chefe de redação, gerente de jornalismo, editor-chefe e diretor de jornalismo de diferentes veículos de comunicação (rádio, televisão, jornal impresso e revistas); superintendente de comunicação, coordenador de assessoria de comunicação e imprensa (assessoria de imprensa governamental,

² Este estudo resultou numa tese de doutorado denominada: "O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no RS", defendida pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS (Petarca, 2007a).

assessoria de imprensa de movimentos sociais e outras assessorias de comunicação); coordenador de cursos de graduação e pós-graduação em comunicação e jornalismo; presidência e chefia de entidades de representação profissional (sindicatos, federações e associações profissionais)³.

Num primeiro momento, serão apresentados os recursos que caracterizam os investimentos no jornalismo e os principais padrões de ascensão deste grupo profissional. Num segundo momento, trata-se de apresentar, com base na exposição de alguns casos exemplares, as estratégias de reconversão de vínculos com a esfera política em formas de atuação profissional diversificadas e as redefinições dos mecanismos de legitimação dos papéis dos jornalistas. A forma especial de relacionar a *expertise* jornalística com a atuação política resulta na intervenção profissional em assessorias políticas e na ocupação de cargos em instituições governamentais. Destacam-se aqueles jornalistas que ocuparam postos profissionais na esfera política, como: assessor de comunicação e imprensa em órgãos estatais (Assembléia Legislativa, Supremo Tribunal Eleitoral, Palácio Piratini, Tribunal de Justiça); diretor de jornalismo e de redação de empresas estatais (Televisão Educativa -TVE- e rádio FM Cultura), bem como coordenadores de campanhas eleitorais e secretários de comunicação do Estado.

³ No organograma das empresas jornalísticas o cargo de diretor de jornalismo ou diretor de redação é, com frequência, o cargo máximo ocupado por um jornalista na estrutura das emissoras de televisão e dos jornais, designando o responsável por todos os programas e matérias jornalísticas emitidos pela emissora ou pelo jornal (telejornais, entrevistas, coberturas especiais, etc.). Contudo, cada telejornal ou editoria do jornal possui um editor-chefe, ou seja, um jornalista responsável pela sua realização. Os demais cargos, como aqueles denominados como gerentes de jornalismo, por sua vez, designam os responsáveis por matérias jornalísticas e demais programações em emissoras de rádio. Tais denominações, todavia, podem sofrer consideráveis alterações em sua designação de acordo com o tamanho da empresa e com o modelo adotado.

PADRÕES E MODALIDADES DE INSERÇÃO E ASCENSÃO PROFISSIONAL: A IMPORTÂNCIA DAS REDES DE RELAÇÕES

A atividade jornalística tem sido apresentada pela bibliografia pertinente (Neveu, 2001; Rieffel, 1984; Ruellan, 1992), como uma atividade que exige um “dom” especial, uma “arte particular”, para estabelecer contatos, criar afinidades e suscitar simpatias. O jornalista é, portanto, um “estrategista dotado de virtudes” que não hesita em usar o seu tempo para renovar laços e ampliar contatos sociais que lhe possibilitem constituir um amplo caderno de endereços e agenda telefônica. A entrada no ofício graças a um amigo, a um parente ou a um conhecido faz parte de uma necessidade objetiva dos jornalistas e indica que ele, de início, já possui um caderno de endereços. A consolidação e a gestão deste capital de relações sociais são fundamentais ao longo da vida profissional, permitindo o acesso à informação jornalística e a ascensão profissional. Nesse sentido, quanto maior o capital de relações de um jornalista, maior é a probabilidade de promoção profissional, uma vez que as chances de obter informações em primeira mão se elevam. A extensão de suas relações transforma-se em competências profissionais e em uma forma de reconhecimento interno, constituindo-se em uma força dentro das redações jornalísticas. Mas a habilidade para estabelecer vínculos e fazer contatos, exigida desde a entrada no exercício profissional, é fruto de várias determinações e resultado da inserção do jornalista em várias esferas sociais (família, partidos políticos, movimentos sociais, amigos, etc.).

Portanto, para analisar os principais padrões de inserção e ascensão profissional e suas respectivas modalidades, interessou, particularmente, nesta pesquisa, a relação entre recursos sociais e esferas de atuação, com objetivo de identificar de que forma as esferas em que os jornalistas estão inseridos possibilitam, enquanto espaços de sociabilidade, a acumulação de um conjunto de recursos que podem ser reconvertidos em recursos profissionais. A capacidade de mobilizar diferentes inserções e reconverter recursos provenientes de espaços sociais os mais diversos apresentou-se, neste estudo, como uma garantia de “sucesso” no jornalismo. A diversidade de bases sociais e de esferas de atividades aciona-

das para inserção e para ascensão profissional explicitou certas combinações possíveis entre recursos que conduzem à ocupação de posições dominantes na hierarquia jornalística e o acesso aos cargos mais cobiçados, sejam eles no interior das redações, ou fora delas, como nas assessorias de imprensa e os cargos ocupadas na esfera política.

Do conjunto das 46 entrevistas realizadas, foram definidos três grandes padrões de associação e reconversão de recursos diversos em posições profissionais. Cada padrão possui modalidades diversas de associação. Um primeiro padrão consiste naqueles jornalistas que tem como principal base de recursos os de origem social elevada, correspondendo a um total de 11 casos dos 46 analisados. Os principais postos ocupados são, sobretudo, os de editores, chefes e diretores de redação. Nesse caso, não só as relações proporcionadas pela família são relevantes e se tornam recursos básicos, mas também a posição social e culturalmente dominante. Tal posição constitui-se em um título, muitas vezes, ostentado como positivo para o exercício do jornalismo. Isso tem como consequência fortes afinidades com as atividades de comando e de chefia no interior das redações jornalísticas. Um segundo padrão consiste na combinação entre os recursos obtidos através do intenso investimento nas redações jornalísticas e aqueles proporcionados pelo espaço escolar, correspondendo a um total de 15 casos. Destacam-se, nesses casos, postos em assessoria de imprensa (governamentais e não governamentais) e redações jornalísticas. E, por fim, aqueles jornalistas que tem como principal base de recursos os obtidos através da militância política e partidária, correspondendo a 20 casos. As principais posições ocupadas por tais jornalistas estão mais diretamente relacionadas à universidade, entidades de classe e assessorias de imprensa. Neste padrão a acumulação de capital aparece associada e se complementa as atividades de representação categorial, como militância sindical, ou algum outro tipo de associativismo ligado a partidos políticos. O resultado desses recursos é uma proximidade muito grande com postos ocupados nas universidades, na burocracia pública e nas assessorias de imprensa políticas e para movimentos sociais.

No entanto, entre todos estes padrões, os vínculos estabelecidos no interior das redações se apresentam como essenciais para o crescimento

na hierarquia jornalística, possibilitando indicações e acesso a certos postos. Tal esfera de atividade apresenta-se como fundamental em momentos de redirecionamento da carreira ou investimentos em outras áreas de atuação, como, por exemplo, a mudança de empresa jornalística ou ingresso em assessorias de imprensa. Portanto, a reconversão de recursos sociais, sejam eles de posição de origem ou obtidos pela participação político-partidária, nunca ocorre de maneira direta, uma vez que entre eles perpassa o espaço das redações e o próprio universo acadêmico. Praticamente todos os jornalistas entrevistados lançam mão de mais de uma base de recursos e de esferas sociais, de acordo com o seu trajeto e sua inserção social e profissional. A inserção dos jornalistas nesse sistema multiposicional, constituiu uma das dificuldades que se apresentou ao trabalho para construir padrões que permitissem caracterizar e tornar inteligíveis determinadas carreiras. A alternativa encontrada consistiu em um conjunto de informações coletadas e disponíveis por meio de outras fontes de dados, as quais permitiram caracterizar a principal base de recursos profissionais.

Deste modo, uma das questões principais que esta pesquisa permitiu observar é que, no caso do jornalismo no Brasil, as possibilidades de utilização simultânea de vínculos de natureza diversa constituem um dos componentes básicos da “profissão de jornalista”, permitindo fazer desta atividade um espaço importante de mediação com outros espaços sociais. Contudo, os usos simultâneos de recursos sociais variados não conduzem apenas a uma consagração interna às redações, em função de um amplo caderno de endereços, como observado no caso francês demonstrado pela literatura, mas os efeitos principais disso são a ampliação e a diversificação da atuação jornalística em diferentes esferas de atividade (assessorias para partidos políticos, campanhas eleitorais, movimentos sociais, consultorias). Conseqüentemente, investir em um conjunto diversificado de contatos e vínculos não representa somente uma estratégia para obter informações em primeiro plano, significa, além disso, investir em relações que podem resultar em novas posições profissionais em espaços diversificados deixando em aberto as possibilidades de intervenção jornalística. Em situações “periféricas” como a brasileira, como as fronteiras entre os espaços são mais fluidas e menos estáveis, a

qualquer momento o capital de relações, o qual pode ser fruto das origens sociais elevadas, do investimento na militância política e do intenso contato com as fontes de informação, pode ser acionado para permitir a ampliação dos espaços de atuação profissional. Esta característica está associada, ainda, à própria organização da profissão de jornalista no Brasil que não conseguiu fixar os critérios de pertencimento profissional e de regulação da atividade, contribuindo, desse modo, para tornar mais flexíveis as fronteiras entre as esferas sociais⁴. Além disso, a necessidade de acumular diversos recursos sociais indica para concepções de jornalismo que remetem a outros princípios de legitimação que não o exercício profissional *strictu sensu*.

Dentre as esferas sociais que possibilitam a diversificação da atuação profissional, destaca-se a esfera política e as atividades de assessoria de comunicação e imprensa (para partidos políticos, movimentos sociais, órgãos e instituições governamentais), ocupação de cargos políticos, secretarias de comunicação, cargos de confiança em empresas de comunicação pública, como Televisão Educativa (TVE). Um conjunto diversificado de jornalistas, como se verá em seguida, encontra nos vínculos com a esfera política a possibilidade de ampliar suas formas de atuação profissional. Tal esfera representa, portanto, um espaço privilegiado para diversificar uma atuação que tem como base a “competência técnica” e que não está fundada em mandatos eleitorais.

COMPETÊNCIA JORNALÍSTICA, RECURSOS POLÍTICOS E FORMAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Cada vez mais, a atividade profissional tem se destacado no recrutamento e na seleção de novos quadros e elites políticas, contribuindo para novas modalidades de usos da profissão e das “competências técnicas” nas carreiras de militantes (movimentos sociais, organizações não governamentais, partidos políticos) e na legitimação da ocupação de car-

⁴ Sobre os confrontos para imposição dos critérios de pertencimento no jornalismo no Brasil, ver Petrarca 2007b.

gos públicos (secretarias, pastas governamentais). Contudo, a relação entre profissões e política depende, de um lado, da forma como o exercício profissional possibilita o acesso a certas posições e recursos sociais que podem ser reconvertidos em recursos políticos. Nesse sentido, o próprio exercício do jornalismo no interior dos jornais, como as editorias, as colunas e os comentários de política são fontes de capital político, pois além de permitirem visibilidade pública, esse tipo de atuação permite um contato amplo com o universo da política por meio da relação com as “fontes” de informação. Esta relação, a qual se materializa em rotinas diversificadas, tais como, almoços, encontros, troca de telefonemas como garantia de acesso aos “bastidores da política”, pode ser facilmente convertida em uma carreira na política. De outro lado, esta relação é condicionada por uma multiplicidade de recursos sociais adquiridos pelos agentes ao longo do seu itinerário social, profissional e político (Coradini, 2001; Dogan, 1999; Offerlé, 1999, Dulong, 1996).

Os casos abaixo descritos representam duas modalidades distintas de vínculo entre o jornalismo e a política para a ampliação das possibilidades de intervenção profissional. A primeira é representada por aqueles jornalistas que estabeleceram um vínculo com a esfera da política via a atuação no interior das redações jornalísticas. Tal atuação possibilitou um amplo contato que resultou em convites diversificados para desempenhar atividade profissional na condição de superintendente de comunicação de instituições políticas, secretário de comunicação e diretor de empresas de comunicação públicas (TVE). A segunda é representada por aqueles jornalistas que estabeleceram, ao longo do trajeto social, um vínculo com o universo da política via militância política e partidária. Tal investimento político partidário permitiu não só o acesso à esfera política como permitiu reconverter as “competências técnicas” em “competências políticas”.

O NETWORK DAS REDAÇÕES E A ATUAÇÃO NA ESFERA POLÍTICA

O termo *network* é, com frequência, utilizado pelos jornalistas para designar uma ampla rede de relações que permite o acesso não apenas à informação, por meio da relação com as fontes, mas às pessoas que ocupam posições de destaque em diferentes esferas sociais, como a política, e que podem ser mobilizadas para fins diversos que não somente aqueles direcionados à confecção da matéria jornalística. Tal termo remete a uma qualidade imprescindível para o exercício do jornalismo e a um reconhecimento profissional, uma vez que designa a posse de relações, contatos e vínculos. Ter um “bom *network*” é, portanto, sinônimo de excelência profissional e prestígio no interior do jornalismo. Contudo, a formação desta rede de relações tem como base, diferentes esferas sociais. Uma das esferas a ganhar destaque é a própria redação jornalística, que pela sua forma de organização e dinâmica de funcionamento permite o acesso a outros agentes e esferas sociais. Nela, circulam não só jornalistas, como também políticos, assessores, economistas, empresários, intelectuais. Desse modo, o *network* proporcionado pelas redações tem se revelado como recurso fundamental para permitir o acesso, de um conjunto de jornalistas, à esfera política.

Um dos casos exemplares é o de um dos coordenadores da assessoria de imprensa e comunicação da Assembléia Legislativa, cargo denominado superintendente de comunicação social. O ocupante do cargo, nascido em uma família com recursos econômicos escassos - mãe professora primária e pai músico aspirante, falecido logo no início da carreira - precisou trabalhar desde muito cedo para ajudar no sustento doméstico. Antes de ingressar no curso de jornalismo, trabalhou como *office boy*, carteiro, auxiliar de escritório e outras atividades quando essas se apresentavam. Sua inserção e ascensão no mercado de trabalho jornalístico ocorreram por meio de inúmeras indicações de colegas com os quais mantinha contato no interior das redações dos jornais. As diversas funções conquistadas, ao longo da sua vida profissional, resultaram de um intenso investimento nas redações jornalísticas para conquistar novas oportunidades de trabalho.

O jornalismo é um clubezinho, onde um conhece o outro, um odeia o outro, um fala mal do outro, outro fala bem, as coisas se dão pelas relações pessoais que se estabelecem. Então foi assim, a minha vida foi assim. Por uma relação pessoal fui convidado pela “Zero Hora” e quando eu estava na “Zero Hora” eu fui convidado pelo “Globo”, por um amigo meu que estava lá e que foi meu colega no “Correio do Povo”, na “Folha”, e que estava trabalhando no Rio de Janeiro. Convidou-me para assumir a chefia de redação da sucursal de Porto Alegre (trecho de entrevista realizada em outubro de 2005).

O relato acima permite perceber a importância dos contatos pessoais possibilitado pelo trabalho nas redações. As redações possibilitam o conhecimento de pessoas que trabalham em outras redações ou que conhecem pessoas que atuam em outros jornais e assim se formam as redes de relações que podem ser acionadas em diferentes contextos.

Depois de passar por vários jornais da capital do Rio Grande do Sul (Zero Hora, Correio do Povo, Folha da Tarde) como repórter, editor e subeditor de política, este jornalista já possuía um amplo contato com o universo da política (deputados, governadores, prefeitos, senadores, etc.) em função da intensa rotina em cobrir eleições, pautar acontecimentos políticos e noticiar a atuação de certas instituições políticas. A atuação nestes jornais lhe rendeu o convite de um deputado estadual, que conhecia como fonte, para trabalhar no gabinete de imprensa da Assembléia Legislativa, na qualidade de assessor de imprensa, no início dos anos 1980. Sua relação com este deputado foi marcada por uma série de reportagens que realizou como repórter de política, sobre a comissão de direitos humanos que este político havia criado na Assembléia. Seu relato, logo abaixo apresentado, explicita como este contato aconteceu.

(...) Conhecia como fonte. Ele era meu amigo daqui, me dava bem com ele. Foi o cara que fundou a comissão de direitos humanos na Assembléia. E eu dei muita força, eu era repórter da “Folha da Tarde”. Comissão de direitos humanos no finalzinho da ditadura era uma ousadia, foi um parto e eu dei toda a cobertura para ele. E isso cria uma relação. Todo o jornalista cria relações. (...) Todos têm relações pessoais, todos carregam

a marca de sua história pessoal. Não tem como ser diferente (trecho de entrevista realizada em outubro de 2005).

Neste cargo teve a oportunidade de trabalhar com vários deputados da casa, estreitando e ampliando seus laços, o que lhe proporcionou, novamente, um novo desafio profissional: o de atuar como superintendente de comunicação da Assembléia Legislativa. A promoção, ou como ele mesmo denomina o convite para atuar na superintendência, cargo máximo na assessoria de comunicação social da Assembléia, ocorreu em função dos seus laços profissionais com o PTB⁵, mais diretamente com o deputado Sérgio Zambiasi com quem trabalhou durante 15 anos no interior da Assembléia. Nesse momento da promoção, o presidente da casa era Sérgio Zambiasi e foi em função disso que o convite apareceu.

A atuação concomitantemente no setor de política de vários jornais da capital e na Assembléia Legislativa permitiu ampliar sua rede de relações e suas respectivas “fontes” e como ele mesmo afirma.

O que a vida inteira me abriu caminho, eu tenho orgulho de dizer, é o seguinte, eu tenho desde o governo Amaral de Souza na minha agenda o telefone de todos os governadores que passaram pelo estado. Eu levanto o telefone e falo com qualquer governador, falo com qualquer presidente do tribunal, falo com qualquer presidente da Assembléia, falo com qualquer deputado, e falar, ter acesso é condição para o bom exercício do jornalismo. Eu tenho fontes até hoje, embora eu não use as minhas fontes porque não tenho um veículo para divulgar, mas tenho uma instituição que eu tenho que, preservar, que zelar e, eu uso as minhas fontes, as minhas relações (...). As fontes me usavam e eu usava as fontes (...). Era bom para mim, mas era bom para eles também (trecho de entrevista realizada em outubro de 2005).

Essa extensa agenda de telefones permite, ao mesmo tempo, um reconhecimento interno e um acesso externo ao espaço das redações

⁵ Partido Trabalhista Brasileiro.

jornalísticas, ampliando assim as possibilidades de atuação profissional. A redação constitui um dos espaços fundamentais para acumular recursos que podem ser reconvertidos, ao longo da sua carreira, em novas posições e rumos profissionais. Essas reconversões revelam estratégias para transformar sua posição na estrutura de distribuição de cargos jornalísticos⁶.

Nesse caso, há também uma valorização intensa da aprendizagem jornalística na redação dos jornais. Mais do que a universidade, que segundo esse jornalista representa “aquela coisa lapidada, sistematizada”, é o exercício profissional vivido no interior das redações que constitui a escola do jornalista. Uma escola que possibilita não só a aprendizagem das habilidades necessárias para ser jornalista, mas um contato, um convívio com pessoas que estão no mercado de trabalho, além de uma rede de relações que, na sua visão, a universidade não permite formar.

(...) Eu não quero dizer que o diploma pouco importa, importa, mas importa muito mais a tua vivência prática. Tu não vai ter um bom assessor de imprensa saído da universidade socado num gabinete, numa instituição, se ele não tiver uma vivência, um conhecimento de mercado, não vai ser um bom assessor (...). É preciso dominar texto, é preciso informação, conhecimento daquilo que vai tratar (...), e na assessoria tu precisa de relações. É preciso ter relações com o meio, para quem tu diriges a tua mensagem (...). Isso é que determina o êxito e o sucesso de um bom assessor (trecho de entrevista realizada em outubro de 2005).

Tais extratos permitem demonstrar, por um lado, a base de recursos sociais que pode contar este jornalista para ascender aos postos profissionais. Por outro lado, explicita os mecanismos de legitimação do papel do jornalista e as condições necessárias para o exercício do “bom jorna-

⁶ Como mostram Matonti e Poupeau (2004), a reconversão de recursos revela um verdadeiro trabalho social que certos grupos realizam para conservar ou transformar sua posição na estrutura social.

lismo”. Desse modo, os investimentos nas redações jornalísticas também se tornam importantes recursos nas disputas pela construção de imagens do profissional “bem sucedido” e dos princípios de legitimação dos postos e cargos.

De maneira semelhante ao caso descrito acima, pode-se apresentar o percurso profissional de um dos coordenadores da assessoria de comunicação e imprensa do Tribunal de Justiça. Originário de uma família do interior rural, pai leiteiro e mãe professora primária municipal, este jornalista ingressou no mercado jornalístico ainda jovem, durante a conclusão dos seus estudos secundários na cidade de Santa Maria. Seu primeiro emprego foi como locutor de futebol e repórter esportivo de uma estação de rádio, conquistado por meio de um colega da escola que já trabalhava nessa rádio. Durante sua carreira profissional conquistou várias funções em diversos setores do jornalismo devido ao seu amplo capital social proporcionado pelo intenso investimento nas redações jornalísticas. Tal capital de relações oportunizou um convite para trabalhar no jornal “Folha da Tarde”, da empresa “Caldas Júnior”, em Porto Alegre, no setor de esporte. Após tal convite, também passou a trabalhar para “Rádio Guaíba” e a escrever matérias, nos finais de semana, para o “Correio do Povo”, ambos da empresa “Caldas Júnior” na qual chegou a chefe de reportagem e editor. Sua entrada no setor de política ocorreu no período de eleições, momento em que o jornal precisa reforçar seu quadro de repórteres para cobrir esse evento. Estes investimentos simultâneos em várias redações diversificaram e intensificaram seus contatos, ampliando as possibilidades de retribuição.

Dentre os diversos cargos que conquistou, destacam-se: a assessoria para um deputado federal da cidade de Santa Maria, que o conhecia como fonte quando havia trabalhado em uma das rádios dessa cidade; o convite do governo estadual para trabalhar no setor de imprensa e rádio do Palácio Piratini. Acumulando várias funções, este jornalista prestou ainda uma assessoria para o Tribunal Regional Eleitoral durante três meses a convite do desembargador que também o conhecia como fonte durante a cobertura das eleições na “Rádio Guaíba”. Além destes convites, recebeu ainda a proposta do governador Antônio Brito para ser mestre de cerimônias do Palácio Piratini. Nesse mesmo período foi solicitado pelo

secretário de comunicação para atuar no setor de jornalismo do Palácio. O governador havia sido seu chefe na “Caldas Júnior”, assim como o secretário de comunicação que havia sido seu colega na mesma empresa. Mais tarde, o mesmo desembargador que o solicitou para fazer uma assessoria convidou-o para ser assessor de comunicação e imprensa do Tribunal Regional Eleitoral. Nesse momento continuou apresentando programas na “Rádio Guaíba” fazia alguns editoriais para o “Correio do Povo” e, eventualmente, atuava como mestre de cerimônias do Palácio Piratini.

Diante da dificuldade de conciliar tantas atividades, largou o Palácio Piratini, permanecendo apenas no Tribunal Regional Eleitoral e, eventualmente, na “Rádio Guaíba”. Em 2001, assessorou a campanha do desembargador, o mesmo que o convidou para ir para o Tribunal Regional Eleitoral, no Tribunal de Justiça. Tal desembargador ganhou as eleições e, em função disso, desencadeou um processo de transferência desse jornalista para o Tribunal de Justiça, no qual trabalha atualmente. Sua intensa rede de contatos proporcionados pelo investimento nas redações, também lhe renderam a realização de outras atividades, como promoção de eventos para empresas e para o Ministério Público.

Portanto, o que caracteriza essa modalidade de carreira é a atuação em uma série de atividades jornalísticas possibilitadas por uma rede de contatos: o jornalista não fica restrito apenas a uma atividade, mas a várias ao mesmo tempo. O que importa, para conquistar novas posições, é com quem se faz contato. Assim, estar numa editoria de política ou cobrir eleições representa um contingente desse tipo de carreira, uma circunstância que permite o contato com certos grupos, políticos, empresários, que podem resultar em uma assessoria, e em outras atividades.

Um desdobramento deste padrão pode ser encontrado em outro caso em que o alto investimento no jornalismo rendeu a ocupação de cargos políticos e assessorias realizadas. Diferentemente dos casos anteriores, este jornalista não atuou no setor de política dos jornais, mas foi a sua atuação em espaços de direção de editorias e jornais que permitiu ampliar seus contatos e render investimentos além dos espaços das redações jornalísticas. A rotina de um diretor de redação e editor-chefe inclui não só a organização da própria redação, a distribuição das tarefas, como

também o contato constante com determinadas fontes em jantares, almoços e confraternizações, intensificando, assim, as trocas e os vínculos.

Do interior do estado do Rio Grande do Sul, a entrada desse jornalista no mercado de empregos da profissão ocorreu no jornal da sua cidade natal de propriedade de seu pai. Nesse jornal, ele começou a atividade colaborando com artigos esporadicamente até assumir a direção na década de 1980. Atualmente, o jornal está sendo administrado pelos seus irmãos que, além do jornal, possuem uma gráfica e uma editora responsável por uma das revistas de circulação nacional na área de agro-negócio, todas com sede em Cachoeira do Sul.

Apesar de herdar um jornal, esse jornalista fez sua carreira profissional em vários jornais da capital na qualidade de repórter, editor e diretor. Os cargos ocupados foram sendo conquistados através de convites de colegas de redação dos respectivos jornais nos quais trabalhou. Dentre os diversos cargos, pode-se citar: editor do jornal “Campo e Lavoura”; editor da parte local do “Jornal Nacional” na “TV Gaúcha”; sócio da “Cooperativa dos Jornalistas” (COOJORNAL) na década de 1970; editor do jornal “Folha da Manhã” da empresa “Caldas Júnior”, assessor de comunicação do Ministério da Agricultura; secretário de comunicação do governo do Estado; diretor da TVE/RS na década de 1990, e diretor e proprietário de uma empresa de comunicação.

A sua atuação no jornal “Campo e Lavoura” e no “Jornal Nacional”, ambos da empresa RBS, foram conquistados por meio do convite do diretor de jornalismo da empresa, o qual era seu conhecido do mercado jornalístico, ou seja, do espaço das redações dos jornais. Em seguida, o referido diretor também o convidou para participar da “Cooperativa dos Jornalistas”, empresa na qual chegou ao posto de diretor-presidente. Essa “Cooperativa”, criada na década de 1970 no Rio Grande do Sul, produzia um jornal que foi considerado como um dos principais jornais alternativos, gerenciado apenas por jornalistas, que se destacou durante o Golpe Militar. Na COOJORNAL⁷ permaneceu de 1976 até 1982, momen-

⁷ Cooperativa dos Jornalistas (Porto Alegre/RS).

to em que a cooperativa já começava a enfrentar alguns problemas com o governo militar, perseguições, processos e crises financeiras. Na tentativa de se ausentar desta situação e driblar as perseguições do regime militar, saiu da COOJORNAL para atuar no jornal de propriedade de seu pai como diretor de redação, com o objetivo de reestruturá-lo gráfica e editorialmente. Depois de dois anos atuando nesse jornal, dedicou-se a tarefa de assessor de comunicação no Ministério da Agricultura em Porto Alegre, cujo ministro era Pedro Simon do PMDB⁸. Tal posto foi conquistado por indicação de Antônio Britto, também membro do PMDB no momento, o qual já era seu conhecido do meio jornalístico, pois quando atuava no jornal “Folha da Manhã”, Britto era chefe da central de interior da “Caldas Júnior”. A posição de editor, ocupada por este jornalista no jornal “Folha da Manhã”, e a posição de chefe de redação, ocupada por Antônio Britto na “Caldas Júnior”, permitiram uma aproximação maior entre os dois, uma vez que as notícias da central do interior deveriam ser divulgadas em todos os jornais da empresa. Essas atuações profissionais nos jornais possibilitavam um contato diário entre os dois jornalistas, o que gerou uma afinidade e um vínculo. Como assessor de comunicação do Ministério da Agricultura permaneceu por um período de um ano, até o ministro, Pedro Simon, concorrer ao governo do estado. Quando Simon ganhou as eleições para governador convidou-o para assumir a Secretaria de Comunicação. Tal convite foi aceito.

Nesse período, recebeu, também, uma proposta de trabalho na “TV Guaíba”, a qual foi aceita. Da televisão saiu para ir trabalhar no “Correio do Povo”, também por convite de colegas do meio jornalístico. Mais tarde, foi solicitado para participar de um projeto da “Revista Amanhã” pelo diretor, o qual havia sido seu colega na “Caldas Júnior” e na COOJORNAL. Nessa revista, atuou como editor de todas as publicações, além dela ser sócio. Nos anos seguintes, quando Britto foi eleito governador do estado, novamente recebeu o convite para permanecer no governo, agora como diretor da TVE, veículo no qual ficou até o final do governo (1998) como presidente executivo. Ao sair do governo, junto com outros colegas de

⁸ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

governo, criou a empresa de comunicação que atualmente dirige. Essa empresa tinha como objetivo prestar consultoria e assessoria na área de comunicação e valeu-se da clientela que os seus sócios conquistaram em função dos contatos estabelecidos durante os anos que atuaram no governo.

(...) Fruto dos relacionamentos fortes que a gente tinha. Eu com essa trajetória toda, tendo passado antes pelo governo e tudo mais (...). E realmente nós não erramos a mão, realmente nos ajudou muito, essa rede de relacionamentos que a gente tinha e tem. (...) Cada um de nós tinha um cliente já debaixo do braço (trecho de entrevista realizada em setembro de 2005).

Esse cliente que ele afirma ter carregado “debaixo do braço” foi conquistado pela sua atuação no governo. Tratava-se da “Associação Brasileira de Emissoras de TV Educativa”, da qual participou ativamente tornando-se diretor executivo. Esse foi um dos clientes que ajudou a compor a receita da empresa recém-criada. Sem ter militância político-partidária, esse jornalista representa um dos casos em que os cargos de chefia e os de assessorias políticas são obtidos pela associação entre recursos de origens, visto que vêm de uma família de proprietários de jornais do interior, e aqueles obtidos pelo investimento nas redações e no espaço jornalístico. A própria atividade de jornalista, nesse caso, resulta num capital de relações passível de ser reconvertido em capital político.

Portanto, estes casos descritos permitem demonstrar, empiricamente, o peso das redes de relações proporcionadas pelas redações jornalísticas, não só no que diz respeito às fontes de informação, mas aos colegas de trabalho que podem render novas possibilidades de atuação profissional. Dessa forma, a redação constitui-se como um espaço de sociabilidade fundamental para os jornalistas que só adquirem importância mediante um investimento constante nos contatos, nas relações e nos vínculos que ela pode proporcionar. Em outras palavras, ela só produz efeito, em termos dos rendimentos materiais e simbólicos, por meio do trabalho diário de instauração e manutenção da rede de relações. As estratégias de investimento são fundamentais para que essa rede de relações se multiplique e renda os efeitos necessários para os quais foi criada (BOURDIEU, 1998).

INVESTIMENTOS PROFISSIONAIS E MILITÂNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Um dos casos exemplares do segundo padrão de trajeto profissional de jornalista e sua vinculação com a esfera política é o caso de um dos secretários da FENAJ⁹, também membro do FNDC¹⁰, da diretoria do FNPJ¹¹, da diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul e representante no Conselho de Comunicação Social. A relação entre exercício profissional do jornalismo e da política, neste caso, é intensa, o que lhe permitiu chegar a secretário de comunicação e candidato a deputado federal. Sua participação política tem início em grupos e movimentos estudantis, com intensa atividade em um grupo chamado LIBELU¹². No centro acadêmico do curso de arquitetura, primeira faculdade iniciada, disputou, com sucesso, a presidência do mesmo representando o “Movimento Camponês, Operário, Estudantil” da LIBELU, concorrendo com outras duas chapas, uma delas era do Partido Comunista e a outra da UDS¹³. Nessa época, a LIBELU disputava o controle de diversos diretórios acadêmicos no país. Sua entrada nesse grupo ocorreu via um colega do movimento estudantil da universidade onde cursava arquitetura. Na LIBELU, afirma ter lido livros clássicos do comunismo e do trotskismo: “Líamos e discutíamos Marx, Lênin e Trotski e todos os comunistas”, relembra o jornalista. Nesses grupos, estabeleceu relações com colegas que seriam futuros companheiros de militância partidária e de carreira política. A academia foi o primeiro

⁹ Federação Nacional dos Jornalistas.

¹⁰ Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

¹¹ Fórum Nacional de Professores de Jornalismo.

¹² Abreviação de Liberdade e Luta, a LIBELU representava uma corrente trotskista do movimento estudantil. Formada, principalmente, por estudantes universitários e secundaristas tornou-se uma das principais organizações de articulação do movimento estudantil nos anos 1970. A LIBELU nasceu da OSI (Organização Socialista Internacional) e teve como berço a Universidade de São Paulo (USP). Para disputar o diretório acadêmico central da USP alguns integrantes da OSI formaram a chapa Liberdade e Luta. Assim a LIBELU tornou-se uma tendência que atraía milhares de estudantes.

¹³ Sigla de União Democrática Socialista, criada em 1945, em São Paulo, por socialistas opositores ao PCB.

espaço a aparecer ligado as suas preocupações políticas, conectando assim o engajamento político à vida estudantil. Mais tarde, é a sua vida profissional que aparecerá ligada à militância política.

Ao mesmo tempo em que investia na militância e fazia o curso de arquitetura, começou a atuar em jornais diários da capital fazendo charge e na COOJORNAL como ilustrador. Depois de já estar inserido nas redações de jornais, decidiu fazer o curso de jornalismo, através do qual atuou no diretório acadêmico na qualidade de presidente e intensificou contatos com professores e colegas que estavam atuando nas redações de jornais. Tais contatos renderam-lhe algumas ofertas de emprego. Uma delas ocorreu por intermédio de um colega que o indicou para uma vaga de diagramador no “Correio do Povo”. Nesse momento já fazia algumas charges para esse jornal o que lhe possibilitou acumular duas funções no “Correio do Povo”. Logo depois da falência do jornal e da mudança de proprietários, passou a ser contratado como chargista, abandonando a função de diagramador. A outra oferta de emprego ocorreu por intermédio de um professor da faculdade, também colega de redação do jornal “Correio do Povo”, que o convidou para dar aulas na PUC¹⁴, função que desempenha até hoje. Nesse momento, acumulava a função de chargista e de professor universitário, além de intensa atividade política e sindical. Sua atividade sindical, já iniciada desde o momento em que entra para as redações de jornais, intensifica-se a partir do momento em que é escolhido delegado sindical da redação do “Correio do Povo”.

A entrada no sindicato e a militância partidária ocorrem simultaneamente, mas os investimentos em cada um destes espaços, bem como a ocupação de cargos e a ampliação da atuação, acontecem em momentos diferentes da carreira. Quando passa a ocupar cargos dentro do sindicato já tinha um longo percurso dentro do PT¹⁵. Sua inserção na militância partidária ocorreu em 1978, quando rompeu com a LIBELU para participar da criação do PT em Porto Alegre. A divergência interna na LIBELU sobre a possibilidade de integrar um novo partido o fez romper com o

¹⁴ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹⁵ Partido dos Trabalhadores.

grupo e aderir a um “verdadeiro partido operário”, como ele mesmo definiu em entrevista. Sua trajetória política começa na militância estudantil e intensifica-se com os investimentos no partido e no sindicato dos jornalistas e, aos poucos, o movimento estudantil é substituído pelo movimento sindical.

Por conseguinte, sua atuação na militância sindical decorre da atuação profissional nas redações e dos investimentos no Partido dos Trabalhadores. Sua primeira presidência no sindicato ocorreu em 1989 quando o PT venceu as eleições municipais e toda a diretoria do sindicato dos jornalistas foi convocada para organizar a assessoria de comunicação da prefeitura. Nesse momento, de vice-presidente passa a assumir a função de presidente. Foi diretor do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul” por três gestões. Desse modo, é possível perceber um processo de acumulação e ampliação das esferas de atuação.

Além disso, a vida acadêmica desse jornalista, na graduação ou na pós-graduação, tem um sentido de militância permanente. Alguns anos após a conclusão do curso de graduação, em 1984, ingressou no mestrado em sociologia da UFRGS¹⁶, curso que não concluiu em função da intensa atividade partidária, sindical e profissional nos jornais da capital. A entrada no mestrado foi motivada por um conjunto de amigos, muitos deles do PT, que lá estavam e porque na sua visão era um lugar que se fazia uma leitura sistemática de teoria, possibilitando organizar e sistematizar um debate que fazia ideologicamente na militância. Segundo ele, por meio do curso pode “estudar Marx de uma maneira mais organizada e crítica”. Depois deste mestrado, esse jornalista iniciou o mestrado em Comunicação na UFRGS e, atualmente, está concluindo o mestrado em Comunicação na PUC. Sua experiência de militante estimulou não só sua vida acadêmica como toda sua vida profissional. Nesse sentido, o seu engajamento político tende a estruturar os seus investimentos profissionais.

A entrada no curso de graduação em jornalismo, segundo ele, representava uma extensão de sua militância. Em função de já estar atuando

¹⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

em jornais e fazendo militância, afirma ter optado pelo curso de jornalismo para “transformar o país e reformar o mundo”, razão pela qual também atua na política e continua no jornalismo. Ele afirma ainda ter encontrado as motivações necessárias para entrada no jornalismo na militância estudantil, a qual permitiu desenvolver, de forma organizada, uma “crítica social” já manifestada na infância e na juventude. A apresentação dos motivos que o levaram a escolher o jornalismo torna-se um meio apropriado para integrar seus interesses políticos dentro da sua futura vida profissional. A escolha aparece elaborada em ligação com sua sensibilidade política, o que contribui para reforçar ainda mais o seu engajamento.

Pode-se ainda destacar que, na sua visão, o papel do jornalismo e do jornalista é intensificar a “esfera pública”, proporcionar as populações excluídas e de baixa renda as mesmas informações que são destinadas a outros grupos sociais e não propor jornais especializados, jornais que seriam, em suas palavras, “de classe, segmentados”. Desse modo, o jornalista estaria cumprindo o seu papel de contar a história cotidiana a todos os segmentos sociais, selecionando o que é de “interesse público” nessa história, aquilo que interessa à população como um todo. Isso demonstra uma definição militante das próprias competências jornalísticas e a reconversão de saberes incorporados pela experiência política em um “saber-fazer” jornalístico.

Porém, os significados atribuídos ao passado e ao próprio exercício do jornalismo dependem da interseção com as esferas às quais estava vinculado. A inserção na militância estudantil, partidária e sindical cria as condições para esta percepção e para a conquista de cargos, ampliando, assim, as esferas de atuação profissional. O militante, nesse caso, estudantil, partidário e sindical, contribui não só para formação de uma rede de relações, que pode ser mobilizada em diversas situações, mas também para uma visão de mundo militante (GAXIE & OFFERLÉ, 1985, CORADINI, 2001). Assim, ele orienta subjetivamente as “esferas” de sua “vida” pelos seus engajamentos.

Esse caso representa uma modalidade de associação de recursos em que a atuação partidária e sindical ocorre simultaneamente aos investimentos no jornalismo, possibilitando uma interferência nesses dois es-

paços. Os exemplos dessas interferências podem ser encontrados nas diversas greves da categoria do qual participou, nos cargos políticos que ocupou na qualidade de jornalista e na participação na COOJORNAL¹⁷, compondo a última chapa (petista) vencedora das eleições na década de 1980 a qual levaria ao racha definitivo da cooperativa. O fim da COOJORNAL foi provocado por uma forte tensão entre aqueles que representavam o grupo fundador, e que pensavam a cooperativa como um empreendimento jornalístico, e aqueles que pensavam o jornal como um empreendimento político, representado pela chapa formada por militantes do PT.

No que diz respeito aos cargos políticos que ocupou, esse jornalista foi Secretário de Comunicação do governo do estado do Rio Grande do Sul pelo PT. Além desse cargo, candidatou-se a deputado federal pelo PT, reconvertendo assim os recursos políticos e profissionais em recursos eleitorais, mas, como não se elegeu, o partido convidou-o para administrar a pasta de comunicação do estado.

Atualmente, além de professor, esse jornalista atua na secretaria da FENAJ, na diretoria do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”, na coordenação do FNDC, compõem a diretoria do FNPJ e representa os jornalistas no Conselho de Comunicação Social. As sucessivas ocupações de posições de lideranças e de cargos em organizações sindicais, associativas e políticas ocorrem simultaneamente ao investimento na carreira acadêmica. Esses postos adquirem um duplo sentido, na medida em que esse jornalista apresenta-os constantemente como uma atuação profissional e política. Essas atuações, apesar de representarem a ocupação de cargos políticos que dependem de vínculo partidário, são percebidas como atuações jornalísticas que permitem colocar o conhecimento que ele tem do jornalismo a serviço da comunicação e da política. As atividades políticas são definidas como um prolongamento da atuação profissional e essa última por sua vez é percebida como completamente política, visto que o próprio exercício do jornalismo é concebido como uma atividade militante que implica intervenção e atuação diante

¹⁷ Cooperativa dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, criada na década de 1970.

da realidade. Os cargos e as atividades que desempenha atualmente, como representante de entidades da categoria e de movimentos sociais como FNDC, dentre todos os outros, representam a possibilidade de desempenhar esse duplo papel, promovendo políticas de comunicação e colocando o conhecimento jornalístico a serviço da população.

Em síntese, esse trajeto caracteriza-se por um conjunto de investimentos simultâneos ao jornalismo, no Partido dos Trabalhadores e no “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”. Os contatos proporcionados por tais investimentos renderam-lhe uma candidatura e o cargo de secretário estadual de comunicação, além de lhe possibilitarem a liderança sindical. Portanto, a inserção militante, partidária e sindical permite acumular um conjunto de recursos que podem ser usados para diversificar os espaços de atuação jornalísticos.

A ligação entre a esfera profissional e aquela do engajamento aparece claramente tanto no que diz respeito aos recursos que são convertidos para ampliar os espaços de atuação profissional, como nos aspectos subjetivos que permitem estabelecer uma conexão entre esses espaços¹⁸. Ao longo da entrevista realizada para este estudo, ele não cessou em colocar que seu trabalho e seu engajamento político fazem parte de um todo e que não estão separados, apesar de seu constante esforço para controlar as interferências que podem ocorrer entre o jornalismo e a política. Assim, a imbricação desses espaços dá à sua ação um sentido e uma coerência entre sua atuação profissional e sua atuação política. A preocupação dessa coerência é central para ligar subjetivamente essas esferas que, à primeira vista, não tem laços comuns.

Uma versão mais voltada para o investimento nas assessorias de imprensa é representada por um assessor de imprensa do Ministério da Saúde, atualmente, também componente da diretoria do “Núcleo de Assessores de Imprensa” do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”. Natural do interior do estado do Rio Grande do Sul, de uma família com recursos econômicos precários, mãe professora primária e pai operário, ambos membros do Partido Comunista, formou-se em jornalis-

¹⁸ Para uma visão mais ampla sobre a relação entre esferas de vida, ver Passy (2005).

mo pela PUC em 1985. Durante sua juventude ingressou no Partido Comunista e ali conheceu outros jornalistas que também estavam no partido. Nesse partido, ficou até 1995 quando, depois de disputas internas, decidiu militar no Partido dos Trabalhadores. No período da universidade, foi do centro acadêmico do curso de jornalismo, do diretório acadêmico central e da “União Nacional dos Estudantes”, momento em que investiu ativamente na militância estudantil e partidária.

Depois de formado, conquistou vaga de jornalista em alguns jornais de Porto Alegre e Florianópolis, sobretudo na editoria de política, investindo concomitantemente em sua militância política. Após alguns anos atuando na editoria de política, seu capital de relações sociais com esse universo era vasto, intensificado ainda mais pela atuação em partidos políticos e militância associativa. Tal capital lhe proporcionou um convite para atuar na assessoria de imprensa da prefeitura de Porto Alegre, atividade que exerceu durante dois anos e meio. Uma parcela deste período foi exercida concomitantemente a atividade no jornal. Esse emprego foi conquistado por intermédio do prefeito, do PT, que já conhecia o seu trabalho como jornalista de política, mas principalmente já o conhecia da militância partidária. No jornalismo de redação esse jornalista encontra a possibilidade de reverter seus vínculos em “fontes” e também de ampliar as formas de atuação profissional, não ficando restrito ao universo das redações.

Além da atuação na prefeitura de Porto Alegre, também trabalhou como assessor na Câmara de Vereadores, durante a administração do PT. Seu ingresso nessa atividade ocorreu em função da relação com o universo da política proporcionada pela reportagem política e, também, pela sua atuação sindical e partidária. Na Câmara de Vereadores seus contatos ampliaram-se, pois através dela conheceu um vereador que se elegeu a deputado estadual e convidou-o para assessorá-lo na Assembléia Legislativa. Mais tarde, quando o PT assumiu o governo do estado do Rio Grande do Sul, em 2000, fez um concurso para assessor na Secretaria de Saúde e foi aprovado. Em seguida foi cedido para o Ministério da Saúde, momento em que a presidência da república estava com o PT.

Nesse caso, a atividade como repórter de política permitiu e favoreceu o acesso ao universo da política e o contato com políticos por meio da relação com as “fontes”, ao mesmo tempo, em que esse contato, mui-

tas vezes, era reforçado e intensificado pela sua atuação no “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul” e nos partidos nos quais estava vinculado: primeiro o Partido Comunista e, mais tarde, o Partido dos Trabalhadores. Tais inserções reforçavam seus vínculos com a política, não só em função do jornal, mas também em função da atividade militante.

Tal trajeto caracteriza-se pelo investimento concomitante nas redações, nos partidos políticos e no sindicalismo. Isso possibilita inserções diversas no jornalismo e o acesso aos postos de assessoria de imprensa pública. Dessa forma, é possível perceber as modalidades de existência e as condições de uso da militância (estudantil, sindical, partidária) para ampliação dos espaços de atuação no jornalismo, assim como os esforços no sentido de converter as relações e os contatos em novas posições. A assessoria de imprensa constitui uma forma particular de reconversão de recursos políticos, muito deles conquistados em função dos contatos com o universo da política proporcionados pela editoria de política, e no universo militante (sindicato, partidos políticos) em novas formas de atuação profissional. Além disso, as assessorias técnicas representam, atualmente, uma das possibilidades de ampliação da atuação profissional, contribuindo para “expansão horizontal”¹⁹ da profissão, ou seja, uma combinação entre exercício profissional e outras formas de atuação (Coradini, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo permitiu mostrar a diversidade de bases sociais e de esferas de atividades acionadas pelos jornalistas para inserção e para ascensão profissional e explicitou certas combinações possíveis entre recursos que conduzem à ocupação de posições dominantes na hierarquia jornalística e o acesso aos cargos mais cobiçados, sejam eles no interior das redações ou fora delas. Além disso, foi possível mostrar que as con-

¹⁹ Essa expressão é utilizada aqui no sentido atribuído por Coradini (2006) em um dos seus trabalhos sobre o uso de recursos profissionais para fins eleitorais. Ao empregar essa expressão, o autor refere-se aos advogados que combinam o seu exercício profissional com outros títulos profissionais, como uma forma de “expansão horizontal” da profissão. Uma das maneiras de ampliar a atuação é por meio das assessorias em diferentes esferas, com destaque para organismos públicos.

cepções de jornalismo, de excelência profissional e o sentido atribuído à atividade são inerentes a esses processos de reconversão.

Por um lado, destacaram-se aqueles jornalistas cuja principal base de recursos está respaldada nas redações jornalísticas e nas relações com as fontes de informação das notícias. A extensa agenda de endereços e contatos com o “mundo da política” resulta de um intenso trabalho de investimento nas redações, seja através do contato com as “fontes políticas”, seja por meio dos vínculos com colegas de profissão. O resultado deste verdadeiro trabalho social é a ampliação das formas de atuação profissional para além das redações. Por conseguinte, as percepções do exercício profissional aparecem associadas à capacidade do jornalista “circular” em vários espaços e investir intensamente nas relações que podem resultar da atividade exercida nas redações.

Por outro lado, pode-se observar um conjunto de jornalistas que apresentaram como recursos fundamentais para a ascensão profissional aqueles obtidos pela intensa militância política, partidária e de representação categorial (sindicatos, federações, associações). Trata-se, nesse sentido, de jornalistas com considerável capital coletivo²⁰ e político. Os recursos acumulados pela combinação de várias militâncias caracterizam-se como uma garantia de sucesso na profissão, uma vez que, para ingressar em tal universo, o aspirante a jornalista deve deter, desde o início, um sólido caderno de endereços e relações que lhe possibilitem abrir certas portas na profissão. Tais recursos funcionam como trunfos capazes de permitir um capital de relações sociais que pode ser mobilizado em situações diversas para ampliar os espaços de atuação profissional, sobretudo na esfera política.

Portanto, as relações dos jornalistas habilitam-no não apenas para o acesso a informações preciosas, a “furos de reportagens”, mas configuram-se como uma forma de gratificação fora dos espaços das redações jornalísticas contribuindo para expansão e diversificação da atuação profissional.

²⁰ Entendido aqui, no sentido atribuído por Gaxie e Offerlé (1985), como um conjunto de postos ocupados em instâncias sindicais por agentes situados em associações ou empresas coletivas de representação. Tais postos podem contribuir para acumular crédito suscetível de ser colocado no mercado político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. M. (et al). **Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras**. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2004.
- BOIGEOL, A. e DEZALAY, I. De l'agent d'affaires au barreau: conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. **Genèses**, n. 27, p. 49-68, juin, 1997.
- BOLTANSKI, L. **Les Cadres**. La Formation d'un Groupe Social. Paris, Les Éditions de Minuit, 1982.
- BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Paris, Editions de Minuit, 1984.
- _____. **La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Minuit, 1989.
- CHARLE, C. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balance crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, F. (org.) **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 18-39.
- CORADINI, O. L. Grandes Famílias e "Elite Profissional" na Medicina no Brasil. In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, III (3) 425-466, nov. 1996 - fev. 1997.
- _____. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001.
- _____. Escolarização, Militantismo e Mecanismos de "Participação" Política. HEREDIA, B., TEIXEIRA, C., BARREIRA, I. (orgs.). **Como se Fazem Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002, p. 81-104.
- _____. Relações Profissionais e Disputas Eleitorais. In: BARREIRA, C & PALMEIRA, M. **Política no Brasil**. Visões de Antropólogos. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2006, p. 267-297.
- _____. As Elites como Objeto de Estudos. **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, p. 7-18.
- DEZALAY, I. & GARTH, B. **La Mondialisation des Guerres de Palais**. Éditions du Seuil, 2002.
- _____. A Dolarização do Conhecimento Técnico-Profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 43, 2000.

- DOGAN, M. Les Professions Propices à la Carrière Politique ; osmose, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. (dir.). **La Profession Politique: XIXe. Siècles**. Paris: Belin, 1999, p. 171-200.
- DULONG, D. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la Ve République". **Politix**, n° 35, p. 109-135, 1996.
- FREIDSON, Eliot. **Renascimento do Profissionalismo**. São Paulo, Edusp, 1998.
- _____. La Teoria de Las Profesiones. Estado Del Arte. **Perfiles Educativos**. Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 23, n. 093, p. 28-43, 2001.
- GAXIE, D. & OFFERLÉ, M. Les Militants Syndicaux et Associatifs au Pouvoir? Capital Social Collectif et Carrière Politique. In: BIRNBAUM, P. (dir.). **Les Élités Socialistes au Pouvoir – 1980-1985**. Paris, Press Universitaires de France, 1985, p.105-138.
- GRYNSPAN, M. A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada. **BIB**, RJ, n. 41, 1 semestre, p. 35-83, 1996.
- _____. **Ciência, Política e Trajetórias Sociais**. Uma sociologia histórica da teoria das elites. RJ, FGV, 1999.
- HEINZ, F. **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- LEBARON, F. O Campo dos Economistas Franceses no Fim dos Anos 90: Lutas de Fronteiras, Autonomia e Estrutura. **MANA**, n 7 (1), p. 9-29, 2001.
- LOUREIRO, M. R. **Os Economistas no Governo**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MATONTI, F. et POUPEAU, F. Le Capital Militant. Essai de définition. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Le Capital Militant (1), n. 155, p. 5-11, décembre 2004.
- MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NEVEU, E. **Sociologie du Journalisme**. Paris, La Decouverte, 2001.
- OFFERLÉ, M. **Professions et Profession Politique**. In: OFFERLÉ, M. (dir.). **La Profession Politique: XIXe. Siècles**. Paris: Belin, 1999, p. 7-36.
- PASSY, F. Interactions Sociales et Imbrications des Sphères de Vie. In: FILLIEULE, Olivier (org.) **Le Desengagement Militant**. Paris. Edition Belin, 2005, p. 111-130.

PETRARCA, F. R. **O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul.** 2007a, 308f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre.

_____. Conflitos Profissionais e Usos do Título Acadêmico para o Exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul. **Teoria & Sociedade** (UFMG), v. 1, p. 94-119, 2007b.

PINÇON, M. & PINÇON-CHARLOT, M. A Infância dos Chefes- A Socialização dos Herdeiros Ricos na França. In: ALMEIDA, A. e NOGUEIRA, M. A. (organizadoras) **A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 11-28.

RIEFFEL, R. **L'élite des Journalistes.** Paris, Presses Universitaires de France, 1984.

RIESMAN, D. GLAZER, N., DENNEY, R. **A Multidão Solitária: um estudo da mudança do caráter americano.** São Paulo, Perspectiva, 1971.

RUELLAN, D. Le Professionalism du Flou. **Reseaux**, n. 51, p. 1-12, 1992.

SAPIRO, G. Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês. **Tempo Social**, São Paulo (USP), junho, p. 93-15, 2004.

SEIDL, E. **A Elite Eclesiástica no RS.** 460 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Programa de Pós Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2003.



ELITES DIRIGENTES, ENGAJAMENTO POLÍTICO E RETRIBUIÇÕES DO MILITANTISMO AMBIENTALISTA

Wilson José Ferreira de Oliveira*

RESUMO

Esse artigo examina as relações entre elites dirigentes e modos de reconversão do engajamento político. Trata-se de analisar as condições e as lógicas sociais que fundamentam os usos da militância na defesa de causas ambientais para a inserção e a ocupação de posições dirigentes em esferas de atividade diversificadas. Para dar conta disso, são confrontadas as abordagens centradas na constituição ou posição social dos atores políticos e as que focalizam as lógicas processuais e as ações que estruturam suas concepções e práticas individuais. A metodologia utilizada consistiu na realização de entrevistas biográficas com três gerações distintas de ativistas do Rio Grande do Sul, focalizando suas condições sociais de origem, os significados associados ao uso da formação escolar na militância, as principais modalidades de carreiras militantes e os tipos de recursos e de vínculos sociais que fundamentam o exercício da militância. A pesquisa demonstrou que o ambientalismo constitui um espaço de reconversão de diferentes tipos de recursos sociais (familiares, escolares, políticos e profissionais), oferecendo retribuições e postos dirigentes aos militantes em esferas de atividade diversificadas com base na participação simultânea em múltiplas redes sociais.

Palavras-Chave: elites dirigentes; engajamento individual; militantismo; retribuições; ambientalismo.

* Professor do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, Laboratório de Estudos do Poder e da Política, LEPP. wjfo2001@ig.com.br

INTRODUÇÃO

A existência de organizações e de mobilizações ambientalistas no Brasil tem início no final do século XIX, quando a defesa de parques nacionais e de espécies animais e vegetais passou a ser objeto de formulações governamentais e da ação desenvolvida por associações ambientalistas (Oliveira, 2005). Todavia, é somente a partir da década de 1970 e, principalmente, de meados dos anos de 1980, que se observa uma maior propagação e difusão da defesa de causas ambientais para diferentes setores da sociedade, assim como a emergência e proliferação de diversos grupos e organizações sociais participando das mobilizações ambientalistas (Loureiro; Pacheco, 1995; Alonso; Costa; Maciel, 2007). Ainda que se observem diferenças significativas na quantidade de associações ambientalistas criadas na década de 1980 e na composição social de seus respectivos dirigentes, em comparação com a década anterior, pode-se tomar os anos de 1970 como o marco da emergência de um padrão diferenciado de militância na defesa de causas ambientais (Oliveira, 2008b). Trata-se, desde então, de um militantismo fortemente articulado com grupos, organizações e lideranças que atuam em diversas mobilizações e lutas políticas e sociais, resultando num aumento expressivo tanto do número de organizações quanto na maior diversificação dos tipos de reivindicações e bandeiras de lutas que passaram a integrar a atuação das organizações e lideranças ambientalistas (Id. Ibid.; Schmitt, 1995).

Em geral, a literatura nacional tem dado pouca atenção a essas mudanças e praticamente não tem explorado as consequências que isso tem acarretado para as formas de engajamento e de participação na defesa de causas ambientais. Dentre as causas desse desinteresse, pode-se levantar o forte militantismo que tem caracterizado as condições e os processos históricos e institucionais de formação e de exercício das ciências sociais no Brasil (Pécaut, 1990). De certa forma, isso pode ser exemplificado pela própria dinâmica de configuração da sociologia ambiental no Brasil, na medida em que o impacto das mobilizações pela “redemocratização” resultou numa forte imbricação entre as abordagens científicas e o debate político sobre o ambientalismo, ao invés da consolidação de um campo de estudos e pesquisas com problemáticas teóricas e conceituais própri-

as das ciências sociais (Oliveira, 2008c). Dessa forma, o interesse inicial em relação ao ambientalismo brasileiro foi dominado por abordagens que associavam o conteúdo ideológico das mobilizações e reivindicações à emergência da chamada “crise ecológica” internacional e à “crítica ao modelo de civilização”. Em decorrência desse tipo de interesse, a produção nacional tem se caracterizado por certa negligência quanto à investigação das condições históricas e sociais de emergência e de transformação das formas de engajamento e de participação na defesa de causas ambientais. Quando muito, tais perspectivas associam o nascimento e o desenvolvimento das mobilizações ambientalistas no Brasil a macro-processos de “difusão internacional”, de “universalização” e de “globalização” de causas ambientais, pressupondo que o discurso ambientalista se desenvolve acima dos constrangimentos políticos e institucionais particulares que influenciam a adesão e a participação dos respectivos atores sociais na defesa de tais causas.

Este artigo compreende essa problemática de investigação mais geral, referente às condições de emergência e às dinâmicas próprias do militantismo na defesa de causas ambientais. Ele faz parte de uma investigação anterior sobre a emergência e as redefinições do ativismo ambiental entre 1970-2005 (Oliveira, 2005). Em tal pesquisa comprovamos que a maior propagação e difusão do ambientalismo ocorridas a partir da década de 1970 estão relacionadas com a inserção simultânea dos ativistas em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais” e com a intensificação da utilização instrumental do engajamento na defesa de causas ambientais para a politização de esferas sociais diversificadas. Com base nisso, levanta-se a hipótese de que os anos de 1970-1980 constituem um marco importante do processo de configuração do ambientalismo como uma esfera de reconversão de recursos sociais diversificados (familiares, culturais, políticos, profissionais, etc.) para a atuação em diferentes esferas de atividade. Trata-se, portanto, de demonstrar que o engajamento e a militância na defesa de causas ambientais constituem atualmente espaços de ampliação das esferas de atuação dos ativistas, ao dar acesso a recursos e vínculos que poderão ser largamente utilizados para o ingresso e a ocupação de posições dirigentes em esferas de atividade diversificadas.

Essa formulação da questão de pesquisa defrontou-se, primeiramente, com discussões e confrontos relativos ao estudo do engajamento e das formas de participação política. A aceitação tácita de um modelo “normativo e idealizado” de democracia que orientou durante muito tempo as investigações sobre a temática do engajamento político, constituiu um dos principais obstáculos à reflexão sobre as desigualdades de condições sociais vinculadas à produção do gosto pela participação política (Bourdieu, 1979; Memmi, 1985). Todavia, a ruptura com tais postulados tem possibilitado nos últimos anos o levantamento de indagações a respeito do engajamento diferenciado em organizações e mobilizações coletivas (Passy, 1998), de modo que uma das principais linhas de investigação da temática do militantismo diz respeito à análise das condições sociais, políticas e culturais que conduzem um número relativamente restrito de militantes à ocupação de postos de direção nas próprias estruturas organizacionais dos movimentos sociais. No caso do ecologismo, esse tem sido um aspecto importante na medida em que muitos trabalhos têm procurado caracterizar a “atipicidade” do ativismo ambientalista com base em investigações das origens e trajetórias sociais e dos itinerários militantes, políticos e profissionais dos que ocupam posições dirigentes nas próprias organizações e mobilizações ambientalistas (Sainteny, 1999; 2000). Dessa forma, as investigações sobre como se formam e são recrutadas as “minorias” ou “elites” que “comandam” os “movimentos sociais” têm, cada vez mais, ocupado um lugar de destaque na literatura sobre militantismo.

Em consonância com tais orientações, outro conjunto de problemas que tal formulação da questão de pesquisa suscitou diz respeito à análise concreta dos usos sociais que são feitos do próprio militantismo para o ingresso e a ocupação de posições dirigentes em outras esferas sociais. Para isso, teve um papel importante a reintrodução da questão referente aos diferenciais de poder e às desigualdades das condições sociais de origem e dos respectivos capitais (sociais, econômicos, políticos e culturais) possuídos pelos diferentes agentes sociais que funcionam como mecanismos de recrutamento para a entrada em organizações e mobilizações coletivas (Bourdieu, 1979; Memmi, 1985; Eder, 2002). Tais reformulações no âmbito do militantismo foram também acompanhadas

por certas renovações quanto ao estudo dos próprios grupos dirigentes. No que diz respeito ao estudo das elites um dos principais avanços observados recentemente foi o abandono de polarizações que remetiam o estudo dos grupos dirigentes a questões de “ordem normativa e política”, bem como um maior estímulo ao confronto entre as abordagens centradas na constituição ou posição social dos atores políticos e as que focalizam as lógicas processuais e as ações que estruturam suas concepções e práticas individuais (Coradini, 2008; Perissinotto; Codato, 2008).

Esse conjunto de mudanças nas formas de análise tanto do engajamento político quanto dos grupos dirigentes constitui um dos pontos de partida para o levantamento de novas questões referentes às relações entre militantismo e grupos ou classes dominantes no âmbito da própria sociedade. Isso porque as disposições e competências requeridas para a participação política foram inseridas numa preocupação mais geral sobre as estruturas de dominação características de determinada formação social. Dessa forma, em meio a uma grande variedade de posições teóricas e metodológicas, um dos problemas que está em pauta nas investigações sobre tal temática diz respeito às relações entre posição, disposições e competências sociais vinculadas ao militantismo. Assim sendo, o estudo das condições e das lógicas sociais que fundamentam o ingresso e a permanência no militantismo se tornou uma das vias de acesso a problemáticas mais gerais referentes às estruturas de divisão de poder e às dinâmicas de reprodução social de grupos e estratos no interior de determinada sociedade.

Sendo assim, somos remetidos a questão que está no centro das preocupações desse artigo e que diz respeito à relação entre grupos dirigentes, militantismo e reconversão social. Um dos pontos de partida pertinente ao exame disso consiste, justamente, em analisar empiricamente como o próprio militantismo pode ser reconvertido em recurso legítimo para a manutenção ou o acesso a posições e cargos dirigentes em esferas de atividade variadas. Ou seja, sob quais condições e de que forma pode o engajamento político ser reconvertido em instrumento de manutenção ou acesso às posições dirigentes e em quais esferas isso é mais recorrente? Para dar conta de tal indagação parte-se da idéia de que um dos aspectos pertinentes à compreensão das condições e das lógicas sociais de

constituição e de atuação dos grupos dirigentes consiste na investigação das modalidades de reconversão de recursos sociais diversificados (familiares, culturais, políticos e profissionais) através da inserção social e do militantismo em diversas esferas de atividade. Pretende-se demonstrar com esse artigo que as dinâmicas de adesão e os desdobramentos do engajamento na defesa de causas ambientais constituem situações exemplares para a análise de tal questão. Para evidenciar isso, serão examinadas as condições e as lógicas sociais que fundamentam os usos da militância na defesa de causas ambientais para a inserção e a ocupação de posições dirigentes em esferas de atividade diversificadas. No âmbito do militantismo ambientalista, a análise de tal questão tem sido desenvolvida de forma predominante pelas investigações sobre as retribuições obtidas através do engajamento na defesa de causas ambientais (Sainteny, 1999, 2000). Em consonância com isso, trata-se de examinar os principais tipos de retribuições que podem ser obtidas com base na participação e no militantismo na defesa de causas ambientais e suas relações com as dinâmicas próprias de configuração do ambientalismo no Brasil (Oliveira, 2008a). Ou de maneira mais simples, trata-se de demonstrar que uma das peculiaridades da participação na defesa de causas ambientais, consiste na diversidade de retribuições que tal militantismo pode oferecer.

O material utilizado como fonte de informação consiste, primeiramente, de artigos de jornais de âmbito regional, informações disponíveis em sites de associações, redes de ONGs, secretarias, conselhos e comitês estaduais de proteção ambiental e publicações sobre a história do ambientalismo no Rio Grande do Sul e no Brasil. Tal material possibilitou fazer um inventário da constituição do “setor” de proteção ambiental, assim como do surgimento, das especificidades e das principais mudanças nos repertórios de ação coletiva que têm caracterizado as mobilizações ambientalistas entre 1970-2007. Em segundo lugar, trata-se de informações decorrentes de 60 entrevistas realizadas com ambientalistas que atuam em partidos políticos, na administração pública e na burocracia estatal, no exercício de assessoria e consultoria na “área de meio ambiente”, em universidades e centros de pesquisa, no interior da “profissão” em assuntos vinculados ao exercício de determinadas categorias profissionais (jornalismo, direito, biologia, etc.) e no desempenho de funções

remuneradas como “funcionários” e “técnicos” de ONGs. Os procedimentos metodológicos utilizados concentraram-se na investigação das trajetórias familiares, escolares, ocupacionais e militantes que os conduziram ao ambientalismo, no exame dos significados e das modalidades de uso da formação escolar associados à sua atuação e na análise da diversidade de esferas e de redes sociais que contribuem para a aquisição e a reconversão dos recursos que fundamentam suas concepções e práticas militantes. O material obtido através de tais procedimentos conduziu à identificação de diferentes padrões de carreiras que conduzem à atuação profissional na “área do meio ambiente” no período considerado. Tal material foi complementado pela realização de observações etnográficas da intervenção dos entrevistados em uma série de eventos vinculados à defesa do meio ambiente (reuniões de associações, seminários e congressos, conselhos e comitês de proteção ambiental, manifestações e protestos ambientais, etc.).

CONCEPÇÕES CULTURAIS, MILITANTISMO E RETRIBUIÇÕES DO AMBIENTALISMO

Segundo Sainteny (2000), uma das formas de apreender a estrutura e a evolução de determinado agrupamento ou movimento consiste no exame dos tipos de retribuições que ele oferece aos seus participantes. Nesse sentido, ele salienta que conforme o “tipo de retribuição que dispõe um movimento, ele tenderá a mobilizar tal tipo de militante, até mesmo de elite, em busca desse tipo de retribuição, muito mais que outro tipo em busca de retribuições diferentes” (p. 328). Em consonância com isso, destaca também, que durante muito tempo a principal característica do ecologismo na França foi o predomínio de retribuições simbólicas e profissionais, de modo que apenas com sua ascensão ao poder do Estado é que se constitui uma oferta maior de cargos aos militantes e dirigentes ambientalistas.

Tal aspecto está relacionado à própria “atipicidade” dos dirigentes ecologistas, em comparação com a elite dos partidos tradicionais e de esquerda, no que diz respeito às suas características sociais, profissionais e culturais e também às retribuições oferecidas por esse tipo de

militantismo. Isso, porque se trata de dirigentes que provêm de categorias menos favorecidas e pertencentes às profissões do pólo intelectual, que detêm uma experiência política e partidária menos importante, à qual não resultou de um simples prolongamento da socialização política no meio familiar nem tampouco da atuação como profissionais da política e cujos tipos de formação universitária não são aquelas julgadas legítimas na competição política e sim formação/profissões científicas. Em consonância com os tipos de camadas sociais que encontram no ecologismo uma forma de ascensão ou manutenção de suas posições sociais, pode-se identificar um conjunto específico de retribuições que o mesmo pode oferecer. Ou seja, em lugar de retribuições materiais como postos ou poder de Estado, são as retribuições do tipo simbólico e social que se destacam e que às vezes são espontaneamente citadas e até mesmo apresentadas pelos dirigentes como “motivo” do seu engajamento (p. 331). Nesse sentido, os três principais tipos de retribuições por ele encontradas são: a obtenção de uma bagagem cultural relacionadas à aquisição de certa “especialidade” no tratamento da temática ambiental, a edificação de um capital de relações sociais e a integração social e profissional com base nos vínculos estabelecidos a partir do militantismo.

De acordo com isso, o predomínio de retribuições profissionais têm sido um dos principais aspectos levantados pela literatura internacional a respeito do ecologismo. Nesse sentido, salienta-se que a forte incidência de categorias escolarizadas na defesa ambiental resultou numa maior valorização e utilização da formação escolar e universitária como recurso militante e até mesmo numa divisão entre aqueles que se apoiam na formação universitária e na experiência profissional de um lado e, do outro, os que se utilizam predominantemente de recursos e competências políticas (Sainteny, 1999, 2000; Ollitrault, 1996; 2001). Dessa forma, alguns trabalhos têm salientado a importância da formação técnica e científica no recrutamento e na seleção dos dirigentes ambientalistas, resultando na constituição de uma categoria social que tem como um dos traços principais o fato de ser fortemente dotada em capitais culturais, escolares, profissionais e sociais: alta representação de diplomados, forte presença de categorias intelectuais, de universitários ou de pesquisadores e relações de afinidade e de inter-reconhecimento

com atores do universo científico, político, sindical e midiático (Ollitrault, 1996). A respeito disso, Ollitrault (2001), salienta que uma das principais transformações ocorridas nesse tipo de militantismo a partir de meados da década de 1980 foi a substituição de um modelo de “militante ativista” pelo “militantismo de expertise”. De maneira similar, Gallet (2002), demonstra que a utilização de “recursos de expertise” tornou-se um dos instrumentos principais do ativismo ambiental e guiou a reestruturação do GREENPEACE francês em sua estratégia de mobilização coletiva. Tais características escolares dos dirigentes são consideradas como um dos fatores principais que possibilita compreender a grande “circularidade” entre os discursos eruditos e militantes no universo do ambientalismo que se manifesta, entre outras coisas, através de uma ambigüidade extremamente forte entre as categorias científicas e militantes. Ela está fundada na capacidade que os “ecologistas” têm de utilização instrumental de recursos escolares e acadêmicos em proveito de sua luta militante, apropriando-se de análises científicas para justificar suas condutas e legitimar suas posições militantes, produzindo eles mesmos os seus discursos identitários, os quadros teóricos, os esquemas de interpretação e de avaliação do “movimento ecologista”, bem como definindo os problemas ecológicos a considerar e as soluções a adotar (Hannigan, 1995; Ollitrault, 1996).

Todavia, na situação analisada a forte incidência de dirigentes com formação universitária não parece ter conduzido a um militantismo caracterizado pela imposição de competências escolares e de *expertise*. Isso porque, para os próprios militantes, muito mais do que a titulação em si, o valor e a utilidade da formação escolar e universitária para o exercício profissional sempre implica a capacidade ou a competência de “articular” os recursos adquiridos durante o processo de escolarização à “realidade” e à “prática”. Nesse sentido, a aquisição de uma formação universitária, de competências técnicas e de suas vinculações com o exercício profissional, é apresentada pelos próprios militantes como indissociável da capacidade de integrar tais tipos de conhecimentos a “ideologias e práticas políticas”, de modo que sem esse “compromisso” ou “articulação” com a “realidade”, a escola e a formação que ela oferece não tem nenhum valor.

Isso se manifesta de forma particularmente intensa quando se examinam os relatos de tais dirigentes sobre as “raízes” do seu ativismo e as “motivações” que os conduziram à participação em mobilizações e organizações ambientalistas¹. A respeito disso, cabe salientar que as respostas dos entrevistados sobre como começou o seu engajamento na defesa do meio ambiente freqüentemente tomam um sentido muito mais geral do que o pretendido inicialmente pelo entrevistador. Ao invés de apresentarem os acontecimentos e as circunstâncias que conduziram à sua adesão a determinadas mobilizações ou organizações ambientalistas, seus relatos têm como característica principal a evocação de momentos e situações de sua “vida” que desde muito cedo os colocaram diante de experiências, valores e problemáticas ideológicas que estão na “origem” do seu “interesse” e que dão certa coerência e consistência à sua participação nas lutas ambientais. Trata-se de práticas de contato e de convívio intenso com a natureza, ou mais precisamente, com paisagens, plantas e animais, como também de experiências familiares, religiosas, políticas, escolares e profissionais que, segundo eles próprios, proporcionaram o nascimento ou o despertar de valores e de atitudes que se tornaram a “causa” principal do seu ingresso e permanência no ambientalismo. Desta forma, o engajamento se apresenta para eles como algo que lhes concerne “diretamente”, pois se trata de algo bem anterior a qualquer tipo de envolvimento com as organizações, grupos, militantes e causas ambientais e que, portanto, está muito além da esfera da “escolha” e da “decisão pessoal”, de modo que nem eles próprios conseguem situar o momento preciso de suas “vidas” em que emergiu tal “interesse”.

Do mesmo modo, é a necessidade do “comprometimento” com a “realidade” e com a “prática” que constitui também a tônica principal dos seus relatos da vida escolar e universitária. É com base nessa exigência de um conhecimento comprometido com a “realidade” e a “prática” que avaliam a utilidade da formação escolar e universitária e que apresentam a “escola” como algo que pouco contribuiu para sua formação profissio-

¹ Para maiores detalhes, ver Oliveira (2005, cap. III).

nal. Nesse sentido, a maioria deles apresenta a escola de forma “negativa” e os motivos para isso são muito variados, tais como: sua falta de “utilidade prática”, a escola “pouco lhes deu”, eles tiveram que “descobrir quase tudo sozinho”, etc. Em contraponto às limitações encontradas na “escola formal”, eles manifestam a todo o momento a grande importância que adquiriu em seus itinerários escolares e profissionais um conjunto diversificado de “vivências”, de formas de “sociabilidade”, de engajamentos e militâncias. De maneira geral, eles expressam que foi “fora da escola” e da “universidade” que se estabeleceram o valor e a utilidade de sua formação profissional. Isso porque, para eles, a formação escolar e técnica é algo que só tem utilidade se estiver associada a uma “prática”, à “experiência vivenciada” pelo compromisso e participação perante a “realidade”. Sem o contato e a inserção na “realidade” e na “prática” os conhecimentos adquiridos através da formação escolar e universitária se reduzem a procedimentos técnicos e ao exercício de ocupações para “ganhar dinheiro”.

Esses tipos de relatos não se reduzem à “situação de entrevista”², podendo também ser observados em diferentes “situações sociais”³ nas quais a própria “história de vida” é utilizada como recurso para respaldar sua atuação militante: os contatos iniciais e as conversas informais que fazem parte do processo de negociação e de realização das entrevistas, como também suas intervenções em reuniões de associações ambientalistas, conselhos e comitês, encontros e seminários, festas e confraternizações, etc. Durante estas situações eles salientam que seu engajamento na defesa ambiental resulta de um “compromisso” que já vem desde muito tempo, constituindo uma espécie de “paixão” para a qual se sentiram atraídos “desde sempre”, durante a infância, na convivência famili-

² Sobre as entrevistas como “situações sociais” relacionadas a diferenças e constrangimento de posição social e à mobilização dos respectivos signos exteriores e incorporados durante sua negociação e realização e suas influências sobre o processo de análise das mesmas, ver Pinçon & Pinçon-Charlot (1991), Chamboredon, et. al., (1994).

³ Para uma definição de “situação social” e “ordem de interação” como um determinado tipo de “ordem social” regida por leis e regras próprias de funcionamento e comportando diferentes “unidades estruturais”, ver especificamente Goffman (1991, textos 1, 4 e 6 e 1967, 1999).

ar, etc., muito antes mesmo de ingressarem na escola, universidade, profissão, como também em organizações ambientalistas.

Isso está associado, em parte, à grande diversidade de formação universitária presente nesse universo. Desse modo, ainda que se observe certa concentração em áreas como jornalismo, direito, biologia e agronomia, não se deve considerá-las como um indicador do peso crescente de certos tipos de formação ou conhecimento técnico, posto que também nesses casos seja a importância do “conhecimento prático” ou “conhecimento da realidade social” que é fortemente valorizada e que constitui um dos aspectos principais da utilidade e do valor por eles atribuídos à aquisição de tais formações. Nesse sentido, pode-se dizer que o ambientalismo tem se constituído como um espaço de reconversão de uma diversidade muito grande de competências e de especialidades técnicas e profissionais, desde que tais formações sejam devidamente associadas ao compromisso perante a “realidade” e a “prática”.

Por isso, mesmo que se observe um grau elevado de formação superior entre os dirigentes ambientalistas, não se deve tomar tal aspecto como uma evidência de que se trata de um militantismo caracterizado pela intensificação do uso da formação técnica e das competências de *expertise* como principais recursos militantes. Tal caracterização constitui um dos traços predominantes nas investigações e análises produzidas pelos principais grupos de pesquisa nacionais sobre a problemática ambiental (Alonso; Costa, 2002a, 2002b). Esse é o caso daqueles trabalhos que enfatizam a intensificação do processo de profissionalização das organizações ambientalistas (Loureiro; Pacheco, 1995), bem como dos que destacam a concentração dos processos de formulação e implementação de políticas ambientais nas mãos de poucos especialistas que detêm os conhecimentos técnicos, jurídicos e científicos (Zhour; Laschefsky; Pereira, 2005; Leite Lopes, 2004). Dentre os principais problemas que se pode identificar em tais abordagens destaca-se, primeiramente, que elas consideram a formação universitária isoladamente do conjunto de recursos e de vínculos sociais que contribuem para o ingresso e a permanência de tais dirigentes no militantismo ambientalista. Em segundo lugar e associado a isso, elas também desconsideram os múltiplos significados vinculados à utilização da formação universitária como recurso militante em

suas relações com os tipos de recursos e de vínculos acumulados pelos dirigentes no decorrer de suas trajetórias familiares e de seus itinerários escolares, militantes, políticos e profissionais.

Quanto a isso, cabe salientar que, na situação em pauta, as definições que respaldam a atuação dos dirigentes nos remetem para concepções da formação e do exercício profissional que não são próprias ou exclusivas do ambientalismo, pois estão estreitamente ligadas à própria configuração da formação e do exercício profissional no Brasil. Nesse sentido, observa-se que diferentemente da forte oposição e resistência inicial dos grupos dominantes (aristocracia e burguesia) à imposição da formação escolar nos países europeus (Saint-Martin, 2002; Pinçon; Pinçon-Charlot, 2002), no caso brasileiro a formação universitária e profissional desde o início funcionou como um dos meios de reprodução do capital de relações sociais e interpessoais das próprias famílias dominantes (Dezalay & Garth, 2002). Associado a isso, observa-se também que o acesso e os usos do título escolar sempre estiveram articulados à ocupação de posições e postos dos membros das elites dominantes em esferas de atividade diversificada com base na inserção em redes de parentesco, de amizade e de clientela (Coradini, 1998; Conniff, 2006; Love & Barickman, 2006).

Tais aspectos estão na base da constituição de concepções “realistas” e “militantistas” da própria formação escolar e de suas articulações com o engajamento político. Trata-se de concepções que fundamentam definições de “militância” e de “profissão” como esferas de atuação interligadas e inseparáveis, de modo que o significado e o valor da formação universitária e do exercício profissional são considerados como indissociáveis do engajamento e da participação política (Pécaut, 1990; Coradini, 2001). Nesse sentido, são tais concepções que fundamenta a idéia presente em diferentes universos profissionais de que o engajamento constitui uma forma de extrapolar os “limites de sua profissão”, possibilitando associar sua formação escolar e o exercício profissional à “cultura geral” e ao “humanismo” (Coradini, 1998; Petrarca, 2007) e, assim, “elevar-se acima do simples exercício de sua profissão” (Dezalay & Garth, 2002). Trata-se, portanto, de uma situação em que o sentido e o valor da “profissão” implicam sempre um “compromisso” com uma “realidade” que é “totalmente política”, de modo que a formação e o exercício profis-

sional não existem separados da capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com “a realidade” e com a “prática” (Pécaut, 1990), ou no caso, com a “natureza” e com a “vida”. É por isso que o engajamento, mais do que significar “elevar-se acima da profissão”, constitui sempre uma forma de realização profissional, de não distanciamento da “realidade”.

Dessa forma, é com base em tais concepções que tais militantes olham com suspeição e desconfiança quem demonstra certa distância em relação à “natureza”, seja durante a infância, seja no decorrer do seu processo de formação escolar e profissional. Isso porque o engajamento no ambientalismo constitui uma forma de “ruptura” com o “simples” exercício profissional e de reativação de disposições que possibilitem “extrapolar os limites da profissão”. Todavia, mesmo termos como “ruptura”, “elevação”, “extrapolação”, etc., parecem insuficientes para a compreensão do que está em jogo nesse tipo de militantismo, pois eles ainda pressupõem um mínimo de separação ou de distinção entre profissão e militância, quando na situação considerada trata-se mais propriamente de “fusão” e de “indistinção”, uma vez que para os dirigentes, quando minimamente dissociada da “prática” a profissão, já implicaria numa certa “limitação” e em sua “redução”. Nesse sentido, parece-nos mais pertinente compreender o engajamento e a militância na defesa do meio ambiente como uma forma de extensão ou prolongamento de sua formação escolar e do exercício de suas atividades profissionais. É por isso que, mesmo quando os dirigentes apresentam sua participação sob o registro da “militância”, esta significa uma determinada “área de atuação profissional”.

Essas concepções comuns de sociedade e de política constituem um dos fundamentos principais da configuração do ambientalismo como uma “área de atuação profissional” na situação investigada. Elas nos conduzem a uma compreensão diferenciada dos processos de “politização” vinculados à emergência e à difusão do discurso ambiental no Brasil. Isso porque, conforme Lagroye (2003, p. 360-61), pode-se considerar a politização como uma “re-qualificação das atividades sociais às mais diversas” e que “resulta de um acordo prático entre agentes sociais inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou a colocar em causa a diferen-

ciação dos espaços de atividade”. Nesse sentido, acrescenta que as “empresas de politização” consistem em “contestar na prática, a pertinência e a legitimidade das separações instituídas e constantemente consolidadas” (Id, *Ibid.*, p. 362-363). Cita como exemplos de politização, entre muitos outros, o caso dos ecologistas que rompem com uma postura “purista” de recusa da participação e do ingresso na política partidária e eleitoral, bem como o de diferentes profissionais (professores, juízes, animadores sociais e artistas) que, durante os anos setenta e oitenta, contestaram uma visão da política restrita à política partidária e profissional, passando a articular o exercício de suas atividades profissionais a questões políticas mais amplas como a “democratização”, a “luta pela justiça e pela igualdade de direitos” e a “educação dos cidadãos”. É também nesse sentido que se pode interpretar uma das especificidades das mobilizações ambientalistas que emergiram em finais dos anos sessenta. Segundo Spanou (1991), elas implicaram certa “extensão da política”, na medida em que trouxeram à tona reivindicações que rompiam com o conteúdo das mobilizações coletivas centradas na oposição “capital e trabalho” e no pertencimento à classe operária, passando a definir como problemas coletivos e políticos, um conjunto de questões que eram tidas como “pontuais, individuais e privadas”.

No caso analisado, a politização toma um significado relativamente distinto, na medida em que ela se apresenta como um dos traços constitutivos da própria definição e prática profissional (Pécaut, 1990; Coradini, 1998). Por isso, a entrada na defesa do meio ambiente não remete a um tipo de politização que implique a ruptura com o exercício profissional dos dirigentes ambientalistas, pois aquilo que eles entendem por profissão já está desde o início impregnado por uma “conotação política”, na medida em que se trata da realização de um “compromisso” com uma “realidade” que é sempre “política”. Sendo assim, uma vez que o significado e a utilidade da escolarização se definem pela sua instrumentalidade para a “politização” das mais diferentes esferas de atividade, o engajamento na defesa de causas ambientais constitui uma das formas de realização e ascensão profissional em setores muito diversificados tais como: partidos políticos, universidades e centros de pesquisa, agências governamentais, empresas de consultoria, organizações profissionais, associações, etc.

Essa configuração do ambientalismo como um militantismo de reconversão profissional para a ocupação de posições de direção em esferas sociais diversificadas possibilita compreender de outra forma os tipos de retribuições obtidas através da participação no ambientalismo. Isso porque ela traz à tona tipos muito específicos de retribuições que o engajamento nesse tipo de causa pode oferecer aos respectivos dirigentes. Ou seja, as possibilidades de retribuição oferecidas por tal engajamento são as mais diversificadas possíveis e não se limitam à ocupação de postos em organizações especificamente voltadas para a defesa desse tipo de causa, nem tampouco a vínculos e recursos sociais decorrentes apenas da participação no ambientalismo. Pelo contrário, um dos resultados principais disso é que a participação nas mobilizações e organizações ambientalistas resulta sempre na possibilidade de alcançar postos e cargos em setores diversificados com base na inserção simultânea dos dirigentes em diversas esferas sociais. Sendo assim, muito mais do que retribuições vinculadas a um “campo” ou “setor” de atividade específica, o ingresso e a participação na defesa do meio ambiente constitui um dos instrumentos de ampliação das esferas de atuação dos ativistas, possibilitando a ocupação de cargos e posições dirigentes nas mais diversas esferas de atividade.

Ainda que de formas bem diferenciadas, o conjunto dos entrevistados compartilha essa mesma concepção da relação entre formação escolar e engajamento político, do seu significado e de sua utilidade para o exercício profissional, independente do período em que ingressaram no ambientalismo, bem como do tipo de formação e das esferas de atuação profissional. No entanto, é somente em suas articulações com um conjunto variado de recursos e de vínculos sociais que o significado da formação escolar e universitária adquire sentido para os próprios militantes. Assim sendo, em meio à continuidade dessa concepção militantista da profissão e de sua vinculação com outros tipos de práticas profissionais e militantes, existem diferentes padrões de reconversão e de utilização de recursos escolares no universo considerado. Tais diferenças não podem ser apreendidas como um resultado direto de tais concepções nem tampouco decorre apenas dos respectivos contextos políticos em que ocorre o engajamento. Elas evidenciam certas transformações quanto

às condições e às lógicas sociais que conduzem os dirigentes à participação nesse tipo de causa e mesmo que não resultem da ruptura em relação a essa perspectiva militantista da profissão, sinalizam claramente para sua maior diversificação. Para dar conta disso, trata-se de complementar a análise das concepções comuns que respaldam os significados atribuídos à participação na defesa do meio ambiente, com uma investigação das condições e dos processos sociais que conduzem ao engajamento diferenciado nesse tipo de causa. Desse modo, pode-se perceber que os múltiplos significados atribuídos à formação universitária e profissional estão fundados nos respectivos tipos de recursos e vínculos sociais que conduzem os dirigentes ao ambientalismo e resultam em diferentes padrões de reconversão social através de tal militantismo.

RECURSOS SOCIAIS, PERTENCIMENTOS MÚLTIPLOS E CARREIRAS MILITANTES

Um dos procedimentos pertinentes à apreensão dos tipos de recursos e de vínculos que conduzem à atuação profissional no ambientalismo é o exame dos principais padrões de carreiras que conduzem à ocupação de cargos e postos destacados como “ambientalista” em diferentes esferas sociais. Tal análise possibilita apreender como se articulam disposições e situações vinculadas às diferentes sequências do processo de constituição das disposições que conduzem os dirigentes ambientalistas à participação efetiva em organizações de defesa ambiental. Como salienta Agrikoliansky (2002, p. 144), a pertinência da noção de “carreira” na análise do militantismo,

é primeiramente de considerar as ações humanas como *processos*, isto é, como atividades que se desenvolvem no tempo e possuem uma dinâmica própria, ao invés de considerá-las simplesmente como o reflexo de normas sociais, de papéis e de condicionamentos estruturais inflexíveis.

A utilização da noção de carreira na análise do militantismo procura dar conta, por um lado, das disposições favoráveis à participação políti-

ca e de suas relações com as desigualdades de condições de origem e os respectivos capitais (sociais, econômicos, políticos e culturais) possuídos pelos diferentes agentes sociais (Bourdieu, 1979) e, por outro, dos pertencimentos múltiplos dos atores sociais e dos diversos contextos e situações relacionadas aos processos de socialização que resultam na constituição e modificação das disposições que conduzem à participação em mobilizações coletivas (Fillieule, 2001).

Trata-se, portanto, de integrar a perspectiva diacrônica na investigação dos processos de socialização que conduzem à atuação profissional na defesa de causas ambientais à apreensão dos padrões de entrelaçamento de diferentes “ordens de experiência” (familiares, escolares, militantes e profissionais) vinculadas a esse tipo de atuação. Dessa forma, tal análise contribui para a compreensão das retribuições alcançadas através do militância ambientalista como resultado de “investimentos sociais múltiplos” e da participação anterior ou simultânea dos atores em um conjunto diversificado de “atividades sociais” (Collovald 2002; Coradini, 2002; Siméant & Dauvin, 2002). Isso permite apreender as disposições associadas à atuação individual como consequência da intersecção entre os processos de socialização vinculados às suas condições de origem e trajetórias familiares e os que decorrem das experiências e dos diversos contextos interacionais interligados à biografia individual ou, mais precisamente, à multiplicidade de esferas e de redes sociais associadas ao seu engajamento e à sua participação anterior ou simultânea em um conjunto diversificado de atividades sociais.

Dessa maneira, a caracterização dos principais padrões de carreiras que conduzem à ocupação de posições dirigentes em defesa do meio ambiente a partir dos anos de 1970, possibilita evidenciar a diversificação das modalidades de utilização instrumental da formação escolar para a politização de diferentes esferas de atividade e suas relações com disposições e recursos acumulados através de vínculos estabelecidos em diversos espaços sociais no decorrer dos percursos biográficos dos atores. Assim sendo, tomando como ponto de partida os anos de 1970, podem-se distinguir dois padrões principais de reconversão profissional através da militância no ambientalismo para a ocupação de posições de destaque em outras esferas sociais: de um lado, aqueles padrões de

carreiras que contam basicamente com recursos e vínculos decorrentes da família de origem; do outro, aqueles nos quais as dinâmicas de reconversão profissional estão fundadas nos vínculos estabelecidos a partir do intenso militância em organizações estudantis, partidárias e movimentos sociais diversificados. Sem pretender dar conta da grande variedade de padrões de reconversão da formação escolar em competências profissionais, tais exemplos permitem ilustrar certas características principais das modificações ocorridas quanto aos tipos de retribuições obtidas através de tal militância.

BAGAGEM CULTURAL, REDES FAMILIARES E NOTABILIDADE PROFISSIONAL

Comparativamente ao período anterior, a década de 1970 inaugura um novo momento na história do ambientalismo brasileiro. Até então os principais defensores do meio ambiente eram lideranças vinculadas aos setores técnico-científicos e à burocracia estatal da época (Urban, 2001; Pádua, 1990). A partir desse período as bandeiras de lutas, as mobilizações e organizações ambientalistas passaram a ser lideradas por indivíduos pertencentes às elites econômicas, políticas, culturais, militares e religiosas e que atuam como “ambientalistas” em diferentes setores da sociedade. É justamente nesse período que a questão ambiental começa a emergir como uma “questão política” no Brasil, pois é a partir daí que ela passa a ser integrada na “agenda dos problemas nacionais” e os problemas ambientais começam a “ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar de consciência ambiental no país” (Loureiro; Pacheco, 1995, p. 138). Nesse sentido, pode-se falar da década de 1970 como um marco do processo de constituição da defesa ambiental como um espaço de articulação de recursos diversificados para a politização e a intervenção em diferentes esferas de atividade.

Tal modificação está estreitamente ligada a transformações nas características sociais das “novas” lideranças do ambientalismo. Com inúmeras diferenças entre os casos analisados, o padrão de atuação profissional no ambientalismo que tem início nos anos de 1970 pode ser caracte-

rizado pela predominância dos recursos e vínculos associados à bagagem cultural e política herdada ou construída a partir da família de origem (Oliveira, 2005). De maneira geral, trata-se de indivíduos com origens sociais elevadas: a grande maioria são filhos de grandes comerciantes, de estancieiros, de juízes, de profissionais liberais como advogados e engenheiros e de oficiais militares com formação universitária. Como bem definiu um destes dirigentes, todos eles tiveram “toda a formação da boa sociedade”, “boas escolas”, formação superior. Suas famílias “viviam no mesmo meio”, sendo que muitos deles já se conheciam antes de aderirem à causa ambiental em função dessa convivência comum, por frequentarem os mesmos clubes e pelos laços de vizinhança ou de amizade há muito estabelecido entre eles. O fato de se tratar de dirigentes recrutadas em famílias de posição elevada e vinculadas às elites dirigentes do “regime autoritário” era uma das condições que possibilitava a redução dos custos que a participação em mobilizações políticas poderia acarretar para os indivíduos durante o “regime militar”.

A posição social de origem dos ambientalistas “fundadores” foi um dos fatores que possibilitaram o seu engajamento na medida em que colocava tais indivíduos diante de um conjunto de situações e de experiências que contribuíram para a formação de certas disposições ligadas à participação na defesa de causas ambientais naquele momento. Os vínculos de parentesco e de amizade com o universo das elites políticas, religiosas, militares e empresariais é um dos principais ingredientes da socialização familiar de tais lideranças e constitui um dos fatores que estão na origem das disposições políticas que os conduziram à defesa de causas ambientais. Além disso, a origem estrangeira do grupo familiar, as viagens e os contatos frequentes com organizações e pessoas em outros países estão na origem de seu cosmopolitismo e de suas propensões para aderir a problemáticas políticas e ideológicas que estão acima das divisões e fronteiras nacionais (Loureiro; Pacheco, 1995, p. 149). Junte-se a isso o fato de os tipos de engajamentos que antecedem seu ingresso no ambientalismo consistirem na frequência a clubes e eventos culturais, a grupos naturistas e a organizações assistencialistas. Nesse sentido, observa-se que a grande maioria iniciou sua participação em associações ambientalistas com faixas etárias elevadas, numa fase mais tardia da for-

mação universitária e profissional e num período próximo ao momento da aposentadoria. Mesmo assim, pode-se falar de um militantismo de reconversão profissional, na medida em que tal engajamento está diretamente associado à retomada e à reorientação da carreira e do exercício profissional.

Tais aspectos estão na origem de um padrão de participação no ambientalismo baseado fundamentalmente na bagagem cultural e política herdada do grupo familiar de origem e resulta numa concepção de participação política fundada nas relações estabelecidas a partir da esfera familiar. Trata-se de modalidades de inserção e de concepções de política “particularística” e “aristocrática” (Coradini, 1998), fundadas no “dom” e na “opinião pessoal” decorrente de sua elevada condição social (Bourdieu, 1979). E não de formas de participação que pressupõem a aquisição de recursos militantes mediante a filiação ou militantismo anterior em organizações políticas, partidárias e “movimentos sociais”. Isso conduz a concepções e práticas que remetem sua atuação na “área de meio ambiente” à esfera da “ética”, da “filosofia” e dos “valores morais”. Em consonância com isso, o engajamento e a militância na defesa de causas ambientais constituem um “fim suplementar” que lhes permitem “maximizar outros bens raros” que eles possuem (Gaxie; Offerlé, 1985, p. 111) para a ampliação de suas esferas de atuação. Dessa forma, a participação em mobilizações e organizações ambientalistas constitui uma forma de aquisição de posições de notabilidade com base na bagagem cultural e familiar, mesmo para aqueles que não exerciam atividades profissionais ou que tiveram que recusá-las em decorrência da vida familiar. Pode-se, portanto, distinguir algumas modalidades principais de adesão ao ambientalismo entre tais dirigentes: de um lado, aqueles cujo engajamento constitui uma forma de retomada de uma “carreira profissional” interrompida; de outro, os que buscam na defesa ambiental uma maneira de reorientação de seu exercício profissional.

Em primeiro lugar, trata-se de modalidades de participação constituído pelas esposas de empresários, médicos e juizes que haviam abandonado suas atividades e carreiras profissionais em função do casamento e da criação dos filhos. Dotadas de uma elevada bagagem cultural e escolar, no sentido que Saint Martin (1999) chama de capital de “boa educação”,

elas adquiriram o aprendizado do voluntariado na família e na escola e, muito antes de atuarem no ambientalismo, apresentam um itinerário de dedicação a atividades voluntárias, religiosas e caridosas. É como desdobramento da formação adquirida no meio familiar e escolar e desenvolvida através do trabalho voluntário que ocorre o ingresso na defesa do meio ambiente. Nesses casos, a atuação no trabalho voluntário e, posteriormente, no ambientalismo possibilita a “recuperação” ou a “retomada” de uma carreira escolar e profissional interrompida ou mesmo abandonada. Em decorrência da grande disponibilidade de tempo gerada pela ausência da necessidade de trabalhar, puderam se dedicar integralmente à organização, tornando-se verdadeiras “funcionárias” das mesmas num momento em que segundo elas próprias a “ecologia” não era algo “muitíssimo sério” como é atualmente, pois consistia, basicamente, numa “ocupação para pessoas que tinham tempo a dedicar”. Com base em tais condições e nos recursos proporcionados pela família de origem elas adquiriram uma notoriedade tanto no âmbito nacional quanto internacional, conseguindo estabelecer parcerias e vínculos financeiros com empresas, organizações estatais, bem como com fundações e organismos internacionais⁴.

Em segundo lugar, destacam-se as modalidades de participação representada pelos que foram denominados de “profissionais liberais”. Diferentemente do caso anterior, trata-se de indivíduos que tinham uma razoável situação profissional e ocupacional como executivos de grandes empresas multinacionais (BASF, CITIBANK) ou como funcionários do setor público (da justiça federal, da universidade, do Ministério da Agricultura). Seus engajamentos também ocorrem numa faixa etária elevada, mas esta se combina com uma fase mais tardia do exercício profissional relativamente próxima ao momento de aposentadoria. Todavia, além da bagagem cultural propiciada pela sua origem social elevada, tais dirigentes podiam contar também com a “notoriedade” e os vínculos estabelecidos através do exercício profissional. A adesão ao ambientalismo funci-

4 Para um maior detalhamento do conjunto de casos que correspondem a tal modalidade, ver Oliveira (2005, cap. IV; 2007).

ona como uma forma de reorientação de suas atividades e do próprio exercício profissional. Em alguns casos, tal redefinição profissional constitui uma forma de retomada de certas aspirações descartadas no decorrer de seus itinerários escolares e profissionais. Todavia, uma das características predominantes nesse conjunto é a articulação da bagagem cultural adquirida através da família de origem com certa “notabilidade” e prestígio vinculados à formação e ao exercício profissional como instrumento de intervenção em diferentes esferas de atuação⁵.

Um dos exemplos mais representativos dessa modalidade de atuação profissional é o caso do primeiro presidente da AGAPAN (Dreyer, 2004). Um dos principais aspectos que chama a atenção no referido caso e que o torna extremamente significativo quanto às modalidades de reconversão profissional que tem início na década de 1970 é justamente a diversidade de esferas que através de sua atuação passa a ser vinculada à defesa ambiental. Essa combinação de atuação diversificada corresponde também ao seu reconhecimento simultâneo com um conjunto bastante heterogêneo de qualidades tais como “cientista”, “professor”, “agrônomo”, “ecologista”, etc. Ele era filho de um arquiteto bem sucedido que se tornou mais tarde pintor e professor do Instituto de Belas Artes da UFRGS e de uma “fervorosa liderança da comunidade católica” que pertencia a uma das famílias de maior influência política e econômica no Rio Grande do Sul. Formou-se em agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, logo em seguida, conseguiu uma bolsa de estudos na Louisiana State University, EUA, onde realizou um curso de pós-graduação em estudos do solo e agroquímica. Após trabalhar durante sete anos na Companhia Riograndense de Adubos e, depois, na Sulpampa que era do mesmo ramo, foi contratado para trabalhar com fertilizantes como um alto executivo da multinacional BASF que era também a empresa para a qual trabalhava seu sogro. Em função deste novo emprego ficou fora do país como executivo da empresa durante 13 anos: 2 na Alemanha, 7 na Venezuela e 4 no Marrocos. Seu ingresso no ambientalismo ocorreu quan-

5 Para um maior detalhamento dos outros casos que correspondem a tal modalidade de carreira de ambientalista, ver Oliveira (2005, cap. IV; 2008).

do ele estava com 45 anos e tem como marco seu pedido de demissão da BASF, segundo ele próprio, para “mudar o rumo de sua vida”. Quando isso ocorreu, ele já tinha aderido ao naturismo, estabelecido contato com algumas associações e com lideranças vinculadas ao “ecologismo”, na Europa e nos EUA, chegando a entrar em contato com algumas “entidades de luta”, como ele mesmo definiu que eram a Audubon Society ou o Sierra Clube, às quais o inspirou na criação da AGAPAN. Sua “experiência internacional” foi decisiva para a ocupação do cargo de presidente da referida associação. A partir daí, entrega-se totalmente ao “trabalho de proteção ambiental” a ponto de se tornar um “ativista em tempo integral” e, com base na visibilidade, na projeção e nos vínculos alcançados no âmbito nacional e internacional, consegue articular de maneira exemplar e duradoura o ativismo ambiental com a atuação profissional em associações ambientalistas, organizações profissionais, empresas, administrações e organismos públicos, nas áreas de manejo e reciclagem de resíduos, paisagismo, urbanismo e saneamento natural, etc. (Dreyer, 2004).

Como se pode perceber pela descrição desses dados, os recursos que respaldam o ingresso e a permanência na defesa ambiental a partir dos anos de 1970 se encontram estreitamente associados à bagagem cultural e aos vínculos sociais e políticos adquiridos a partir da família de origem. De maneira geral, observou-se que são os indivíduos pertencentes às famílias que mantêm laços estreitos com as elites governantes, aqueles que assumem as posições de liderança das principais associações e mobilizações existentes naquele momento. No entanto, a partir da chamada “abertura política”, a imensa proliferação de organizações e de “movimentos sociais” se torna um dos ingredientes principais da diversificação da composição social das organizações ambientalistas e das estruturas organizacionais e ideológicas do ambientalismo brasileiro. Isso tem consequências consideráveis tanto para o modo de recrutamento das principais lideranças, que passa a se concentrar nessas redes de organizações e “movimentos sociais” vinculados à luta pela “democratização” (Alonso; Costa; Maciel, 2007), quanto para as possibilidades de articulação da militância ambiental com outras esferas de atuação, com base na diversidade de vínculos acumulados. Dessa forma, a maior imbricação do ambientalismo com os grupos e organizações vinculados às lutas so-

ciais, populares e partidárias, ocorridas nesse momento, constitui um dos ingredientes principais da ampliação das retribuições que podem ser obtidas através do militantismo ambientalista.

MOVIMENTOS SOCIAIS, MILITÂNCIA MÚLTIPLA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA “ÁREA AMBIENTAL”

Nos anos de 1980 ocorre uma grande diversificação das formas de participação na defesa de causas ambientais. Tal aspecto está relacionado a mudanças ocorridas tanto nas dinâmicas próprias do militantismo e da participação política quanto no espaço de formação e de exercício profissional. Dentre os fatores que propiciaram isso, destacam-se, em primeiro lugar, certas mudanças nos contextos político e ideológico dos anos de 1980. É o caso da abertura dos espaços de participação política decorrente do “processo de redemocratização” que resultou na intensificação do “fenômeno da militância múltipla”, de modo que as redes de lideranças de diferentes organizações e movimentos sociais se tornaram extremamente interligadas (Mische, 1997). Em segundo lugar, encontram-se mudanças no espaço da formação escolar e profissional. Trata-se, mais especificamente, da expansão e diversificação do ensino superior, que propiciou a ampliação dos usos instrumentais da escolarização e da formação profissional com vistas à politização e à articulação de diferentes esferas de atuação, através da inserção e da militância anterior e/ou simultânea em diversos tipos de organizações e movimentos sociais (Coradini, 2002). Por fim, destacam-se certas transformações das próprias bases sociais e das dinâmicas de ingresso no militantismo ambientalista. Desse modo, observa-se que nos anos de 1980 há uma mutação de um militantismo composto por lideranças com origens sociais elevadas e cujas intervenções estavam fundadas na bagagem cultural e política herdada ou construída a partir da família de origem, para padrões de atuação que resultam do ingresso de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas e que têm como principal base de recursos, os vínculos estabelecidos no decorrer de seus itinerários familiar, escolar e profissional com partidos políticos, organizações e movimentos sociais diversificados. Nesse sentido, vale salientar que a maioria dos que entra-

ram no ambientalismo nessa época participaram das mobilizações estudantis pela abertura democrática e estavam vinculados, de maneira formal ou informal, a centros e diretórios acadêmicos, a sindicatos e a organizações profissionais, ao mesmo tempo em que se dizem “fundadores” ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores.

Tais mudanças ampliaram consideravelmente as possibilidades de articulação da formação escolar e universitária com diversas esferas de atuação, por meio do engajamento na defesa de causas ambientais. Isso porque, paralelamente à diversificação das organizações, dos atores e das reivindicações vinculadas à defesa de causas ambientais, observa-se também uma ampliação das associações, lideranças e “facções” do movimento ambientalista cujas bandeiras de luta e intervenções estão articuladas ao militante em grupos estudantis, sindicatos e associações profissionais, em partidos políticos, em organizações religiosas ou em outras organizações e movimentos populares, assim como em empresas de consultoria, em administrações públicas e na burocracia estatal. Em decorrência disso, um dos principais desafios encontrados no estudo do ambientalismo nos anos 80-90 não diz respeito tanto à distinção entre a maior ou menor ausência de suas participações anteriores em outros tipos de organizações e sim à multiplicidade de vinculações e de posições que eles acumulam simultaneamente em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais”. Dito de outro modo, uma vez que a adesão ao ambientalismo não resulta da ruptura ou afastamento de tais vinculações, constituindo-se antes como uma forma de prolongamento das mesmas, o principal desafio na análise desse tipo de militante consiste justamente em apreender estas inscrições simultâneas dos dirigentes em redes diversificadas de organizações e “movimentos sociais” como algo integrado à sua atuação profissional na proteção ambiental. Além disso, na medida em que se trata de atores que se caracterizam pela múltipla inserção e pelo acúmulo de posições simultaneamente em diversas redes de organizações sociais, circunstancialmente novos postos podem ser ocupados nas mais diferentes esferas com base em outras redes de relações às quais tais dirigentes se encontram vinculados.

Com isso, houve um crescimento considerável do potencial de retribuição da participação na defesa do meio ambiente a partir desse período.

do. Isso porque esse tipo de engajamento passou a ser associado à ocupação de postos nas administrações públicas e na burocracia estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais, em empresas de consultoria, entre outras (Oliveira, 2005; 2007). Sendo assim, na medida em que os postos profissionais ocupados com base na participação de organizações ambientalistas estão fundados em recursos e vínculos estabelecidos pela inserção anterior ou simultânea das lideranças em organizações e movimentos sociais variados e no maior entrelaçamento entre as redes de liderança que atuam nessas diversas esferas de atividade, as retribuições obtidas pelo militantismo ambientalista se tornaram extremamente diversificadas.

Exemplos particularmente relevantes disso são as modalidades de carreiras de dirigentes ambientalistas que resultam da articulação do engajamento associativo em organizações ambientalistas com o intenso militantismo em organizações estudantis e partidárias. Tais trajetos respaldam concepções da participação na defesa do meio ambiente que estão fundadas em princípios baseados na política partidária, no sentido de que esta constitui uma esfera de articulação de militâncias diversificadas e a defesa ambiental um tipo específico de esfera militante que deve estar necessariamente associada a outros tipos de organizações e “movimentos sociais” e, especialmente, à organização partidária.

Em alguns casos tais vínculos são utilizados para a ocupação de cargos e posições na administração pública e na burocracia estatal. Um trajeto ilustrativo disso é o caso do dirigente da associação HOCTEMPORE de Pelotas. Trata-se de um advogado formado pela UFPel que é filho único e natural de Herval, onde o pai trabalha com comércio de carro e a mãe é professora do ensino fundamental. Seus pais eram adeptos do PDT, mas foi através do grêmio estudantil e, depois, da militância no Partido dos Trabalhadores (PT), simultaneamente à participação na direção do DCE, que ele foi conduzido ao “movimento ambiental”. Segundo ele, foi com base na “aproximação ideológica” com ambientalistas do Centro de Estudos Ambientais (CEA), também filiados ao PT, que ele decidiu integrar tal associação. Com isso passou a atuar ao mesmo tempo na associação e no referido partido, integrando a “setorial de meio ambiente” do PT a nível estadual. Esse trajeto de intensa combinação de

militância partidária e ambiental possibilitou a ocupação simultânea de vários cargos tanto no “movimento ambiental”, como representante das ONGs em conselhos municipais, estaduais e nacionais de proteção ambiental, quanto nas administrações públicas do PT. Essa forte imbricação da militância partidária e associativa resultou em sucessivos conflitos e o desligamento do CEA. Todavia, com base nos vínculos estabelecidos de longa data no PT assumiu um cargo no Ministério do Meio Ambiente, criou uma nova associação e se tornou um dos principais articuladores de uma rede de ONGs voltadas à defesa do “bioma pampa”, à qual já conta com a adesão de aproximadamente 80 associações ambientalistas do estado.

Em outras versões desse tipo de trajeto tais vínculos são utilizados para a atuação como assessores e consultores na área de meio ambiente. Em geral, tais dirigentes direcionam sua atuação para o trabalho de assessoria e de consultoria na área de meio ambiente, após um longo trajeto de participação no movimento estudantil, de inserção simultânea em partidos políticos e de ocupação de cargos em agências estatais a partir de vínculos partidários. Em alguns casos, tal direcionamento ocorre mediante o desenvolvimento de projetos nas organizações ambientalistas com apoio ou parcerias de órgãos públicos e fundações de financiamento. Esse é o caso do presidente do fundador da associação CURICACA. Filho de descendentes de imigrantes alemães com portugueses, com baixa escolarização e ausência de participação de organizações políticas. Também nesse caso, trata-se de um trajeto escolar e universitário estreitamente ligado à militância estudantil e depois partidária. Formado em Agronomia pela UFRGS, os vínculos pessoais estabelecidos com professores e colegas filiados ao PT durante a graduação e o mestrado lhe possibilitou uma longa atuação em secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre vinculados à defesa ambiental, atuação essa complementada com qualificação profissional através de cursos de aperfeiçoamento no Japão e Alemanha, alguns destes como desdobramento da própria função exercida na administração municipal. Segundo ele próprio, devido à ausência de uma “identidade mais fisiológica partidária” e ao sentimento de que não tinha “credibilidade” o bastante para atuar no governo e na “dinâmica pública”, investiu no “trabalho de

consultoria” na “área de meio ambiente”, com base nos vínculos estabelecidos durante a formação universitária e a militância partidária. Como desdobramento disso, elaborou um “projeto de desenvolvimento sustentável” em torno do Parque dos Aparados da Serra em final de 1996 e início de 1997 para ser implementado em Cambará do Sul, formando um grupo que resultou na criação da associação CURICACA.

Por fim, e sem a mínima pretensão de esgotar as modalidades de retribuições que podem ser obtidas com base nessa militância múltipla, cabe destacar os casos em que tais vínculos são utilizados para a ocupação de cargos e posições no magistério superior. Esse é o caso de uma ex-coordenadora do CEA que passou a ter uma maior participação política por influência dos irmãos e irmãs ao criarem um núcleo do PT. Com isso começou a participar do grêmio estudantil no colégio onde fazia magistério e depois do movimento estudantil: primeiramente, na diretoria do centro acadêmico do curso de educação física através de duas amigas que já participavam do mesmo e depois na diretoria do DCE, chegando também a fazer parte da articulação da educação física na executiva nacional. A intensificação da militância simultaneamente na associação e no PT influenciou o redirecionamento de sua carreira profissional, pois a levou a pedir demissão da escola onde lecionava educação física devido às muitas atividades vinculadas à organização e ao fato de ter que faltar muito à escola para viajar para a representação de conselhos, encontros de entidades, fóruns de ONGs, etc., posto que, para ela, “era muito mais prudente” faltar à escola do que às atividades assumidas como coordenadora do CEA. Associada a tal atuação cursou o mestrado de educação ambiental na FURG, onde uma amiga de “entidade” e de tendência no PT tinha ingressado um ano antes. Foi com base nos vínculos estabelecidos com essa amiga, à qual é diretoria de uma faculdade particular em Pelotas, que ingressou no magistério superior em tal instituição, desempenhando as funções de docente e de coordenadora de curso de graduação em educação física.

CONCLUSÕES

Diferentemente das abordagens que tomam o próprio ingresso na militância como ponto de partida, negligenciando o “passado” dos atores e sua vinculação com a trajetória social dos respectivos grupos de onde provêm, procuramos evidenciar como o passado constitui um dos ingredientes importantes para a compreensão do sentido atribuído à militância, bem como das possibilidades de sua utilização ou reconversão para o acesso às diferentes esferas sociais. Dessa forma, pôde-se perceber que a continuidade de concepções militanistas da formação escolar e profissional está associada a uma grande diversificação dos padrões de reconversão da militância ambientalista em recursos e competências profissionais. Trata-se da mudança de uma situação em que a atuação na “área ambiental” estava fundada, basicamente, nos vínculos e relações estabelecidos a partir do grupo familiar, para outra que se caracteriza pela sua combinação com a inserção simultânea em organizações estudantis, partidárias e “movimentos sociais” diversificados. Tais aspectos constituem os principais ingredientes da configuração da defesa ambiental como um militanismo de reconversão da formação universitária e profissional para a atuação em diferentes esferas de atividade.

Com base nisso, é possível uma melhor compreensão das especificidades de tal situação em relação a certas caracterizações do ambientalismo que se encontram na literatura pertinente. Em linhas gerais, pode-se dizer que no caso do Rio Grande do Sul e do Brasil, o militanismo ambientalista não constitui um “setor específico” de contestação política (Passy, 1998). Ele difere, por um lado, daquelas situações nas quais a estrutura organizacional, as estratégias e os repertórios de ação dos ambientalistas estão caracterizados pela existência de agências governamentais e organizações especificamente voltadas para a proteção ambiental (Diani; Donati, 1999; Rucht; Roose, 1999; Brand, 1999). Isso porque os dirigentes que participam da defesa ambiental estão vinculados simultaneamente aos mais diferentes tipos de organizações políticas e de “movimentos sociais”, de modo que grande parte das demandas e reivindicações levantadas pelas lideranças ambientalistas são questões sociais, econômicas, urbanas, etc. que foram conceituadas como “ambientais” (Fuks,

2001; Leite Lopes, 2004). Por outro lado, ele difere também dos casos em que o meio ambiente constitui uma questão marginalizada que se encontra subordinada a questões econômicas e políticas e nas quais inexistem grupos e organizações ambientalistas e mesmo instâncias formais de proteção ambiental (Haynes, 1999). Trata-se de uma situação que se aproxima daquelas situações que se caracterizam pela constituição de agências governamentais e de associações voltadas para a proteção ambiental, mas dependentes do Estado e de outras organizações políticas e “movimentos sociais” em termos de suas formulações ideológicas e de seus recursos humanos, organizacionais e financeiros (Jiménez, 1999; Devaux, 2005).

Tais considerações nos colocam diante de perspectivas diferenciadas daquelas que caracterizam a institucionalização do militantismo ambientalista como um processo linear que resultaria de sua participação regular em instâncias formais de proteção ambiental e da imposição da formação escolar e universitária como requisito principal para o ingresso e o exercício da atividade militante. Não estamos diante de uma situação em que a multiplicação das organizações e das formas de ação militante resulta de uma diferenciação entre “campo militante” e “campo político”, de modo que a participação em tais associações não se encontra incorporada ao militantismo partidário (Matonti & Poupeau, 2004). Pelo contrário, o que parece característico da situação analisada, é que, a partir de final dos anos de 1980, tem havido uma forte imbricação entre a atuação dos dirigentes de organizações ambientalistas com o militantismo partidário e com a ocupação de postos no Estado com base em tais vinculações políticas.

Dessa forma, observa-se que, no caso em pauta, as retribuições ou os postos alcançados através da militância na defesa de causas ambientais podem ser obtidos pela reconversão da formação e do exercício profissional em diferentes esferas de atividade com base nos vínculos estabelecidos pelos ativistas durante seus itinerários escolares e profissionais com “movimentos sociais”, sindicatos, partidos políticos, universidades, etc. O que difere das situações em que é somente com a ascensão do ambientalismo ao poder do Estado que se constitui uma oferta maior de cargos aos militantes ambientalistas. Em decorrência disso, o capital coletivo das organizações que atuam na defesa do meio ambiente é bastante frágil,

não pela escassez dos postos oferecidos aos que militam nesse tipo de causa, e sim porque, primeiramente, há amplas possibilidades de articulação da formação profissional com a militância política em diversas esferas de atividade, segundo as respectivas redes de inserção dos militantes. E, em segundo, porque as posições acumuladas em múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais” estão associadas a confrontos nos diferentes grupos e facções que fazem parte das mesmas.

Tais considerações parecem pertinentes também às discussões sobre as particularidades dos critérios de constituição de grupos dirigentes em situações como a brasileira. De certa forma, pode-se dizer que, na situação investigada, a utilização do militantismo ambientalista como recurso à manutenção e ascensão a postos dirigentes está diretamente ligada às múltiplas inserções sociais daqueles que participam do ambientalismo. Assim sendo, torna-se difícil a utilização do critério posição no “campo militante” como medida de êxito nas dinâmicas de reconversão social através do militantismo. Pelo contrário, são em função do número de posições simultaneamente ocupadas em esferas de atividade distintas que se definem as possibilidades de retribuições, uma vez que a obtenção de uma grande diversidade de retribuições está associada justamente à ocupação de posições simultâneas em diferentes esferas de atividade. Desse modo, tais análises se aproximam dos trabalhos que demonstram a importância da múltipla posição como critério de acesso aos postos dirigentes no caso das elites políticas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRIKOLIANSKY, E. *La Ligue Française des Droits de L'Homme et du Citoyen Depuis 1945*. Paris, L'Harmattan, 2002.

ALONSO, A. , COSTA, V. *Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico*. **Boletim Informativo Bibliográfico**, 2002a, n.º. 53 : 35-78.

_____. *Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil*. In : ALIMONDA, H. **Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires, CLACSO, 2002b, p. 115-135.

ALONSO, A., COSTA, V., MACIEL, D. O Processo de Formação da Rede de Ativismo Ambientalista no Brasil. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, 29 de maio-6 de junho de 2007.

BOURDIEU, P. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit, 1979.

BRAND, K-W. *Dialectics of Institutionalisation: the transformation of the Environmental Movement in Germany*. In: ROOTES, C. (Ed.) **Environmental Movements: local, national and global**. London, Frank Cass, 1999, p. 35-58.

CHAMBOREDON, H. et al. *S'imposer aux imposants; A propos de quelques obstacles rencontrés par des sociologues débutants dans la pratique et l'usage de l'entretien*. In: **Genèses**, 16, juin, 1994, p. 114-132.

COLLOVALD, A. Et. Alli. (Dir.). *L'Humanitaire ou le Management des Dévouements. Enquête sur un militantisme de "solidarité internationale" em faveur dur tiers-monde*. Rennes, PUR, 2002.

CONNIFF, M. L. *A Elite Nacional*. In: HEINZ, F. M. **Por Outra História das Elites**. São Paulo, FGV, 2006, p. 99-121.

CORADINI, O. L. *Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais*. FELIX, L. O. & ELMIR, C. (org.) **Mitos e Heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 209-235

_____. *As Elites como Objeto de Estudos*. In: CORADINI, O. L. (Org.) **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul. Algumas Contribuições Recentes**. Porto Alegre, EDUFRGS, 2008, p. 7-18.

_____. *Escolarização, Militantismo e Mecanismos de "Participação" Política*. HEREDIA, B., TEIXEIRA, C., BARREIRA, I. (orgs.). **Como se Fazem Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002, p. 103-153.

DEVAUX, S. *Modalités d'Engagement et de Militantisme Après l'Experience d'un Système de Type Soviétique*. In: DEVAUX, S. **Les Nouveaux Militantismes dans l'Europe Élargie**. Paris, L'Harmattan, 2005, p. 81-109.

DEZALAY, Y. & GARTH, B. *La Mondialisation des Guerres de Palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys"*. Paris, Seuil, 2002.

DIANI, M. & DONATI, P. *Organisational Change in Western European Environmental Groups: a framework for analysis*. In: ROTES, C. (Ed.)

Environmental Movements: local, national and global. London, Frank Cass, 1999, p. 13-34.

DREYER, L. **Sinfonia Inacabada. A vida de José Lutzenberger.** Porto Alegre, Vidicom Audiovisuais Edições, 2004.

EDER, K. **A Nova Política de Classe.** Bauru-SP, EDUSC, 2002.

FILLIEULE, O. Propositions Pour Une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. **Revue Francaise de Science Politique**, Paris, Vol 51, n° 1-2, 2001, p. 199-215.

FUKS, M. Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro. Ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro, EDUF RJ, 2001.

GALLET, G. L'Expertise, Outil de l'Activisme Environnemental Chez Greenpeace France. In.: HAMMAN, P.; MÉON, J-M.; VERRIER, B. **Discours Savants, Discours Militants: mélange des genres.** Paris, L'Harmattan, 2002, p. 109-128.

GAXIE, D. & OFFERLÉ, M. Les Militants Syndicaux et Associatifs au Pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. (dir.) **Les Élités Socialistes au Pouvoir; Les dirigeants socialistes face à l'État - 1981-1985.** Paris, Presses Universitaires de France, 1985, p. 105-138.

GOFFMAN, E. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. Interaction Ritual. Essays on Face to Face Behavior. New York, Patheon Books, 1967.

_____. Los Momentos y sus Hombres. Textos Seleccionados y Presentados por Yves Winkin. Barcelona, Paidós, 1991.

HANNIGAN, J. A. Sociologia Ambiental. A Formação de uma Perspectiva Social. Lisboa, Instituto Piaget, 1995.

HAYNES, J. Power, Politics and Environmental Movements in the Third World. In: ROOTES, C. (Ed.) **Environmental Movements: local, national and global.** London, Frank Cass, 1999, p. 222-242.

JIMÉNEZ, M. Consolidation Through Institutionalisation? Dilemmas of the Spanish Environmental Movement in the 1990'. In: ROOTES, C. (Ed.) **Environmental Movements: local, national and global.** London, Frank Cass, 1999, p. 149-171.

LAGROYE, J. Les Processus de Politisation. In: LAGROYE, J. (dir.) **La Politisation.** Belin, 2003, p. 359-372.

LEITE LOPES, J. S. A Ambientalização dos Conflitos Sociais. Participação e Controle Público da Poluição Industrial. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. Formação e Consolidação do Campo Ambiental no Brasil: Consensos e disputas (1972-1992). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, out/dez, vol 29, nº 4, 1995, p. 137-153.

LOVE, J. L. & BARICKMAN, B. J. Elites Regionais. In: HEINZ, F. M. **Por Outra História das Elites**. São Paulo, FGV, 2006, p. 77-97.

MATONTI, F.; POUPEAU, F. Le Capital Militant. Essai de Définition. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, nº 155, 2004, p. 5-11.

MEMMI, D. L'Engagement Politique. In: GRAWITZ, M. ; LECA, J. **Traité de Science Politique**, vol 3 L'Action Politique. Paris, PUF, 1985, p. 310-366.

MISCHE, A. De Estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº. 5 e 6, 1997, p. 134-150.

OLIVEIRA, W. J. F. "Paixão pela Natureza", Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e Início dos Anos 2000. 2005, 464f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre.

_____. Elites Culturais, Militantismo e Participação na Defesa de Causas Ambientais. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul. Algumas Contribuições Recentes**. Porto Alegre, EDUFRGS, 2008a, p. 103-128.

_____. Formas Precárias de Emprego, Atuação em ONGs e Inserção Profissional. Pelotas, Sociedade em Debate, v. 13, 2007, p. 141-160.

_____. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. Rio de Janeiro, **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 51, nº 3, 2008b, p. 751-777.

_____. Maio de 68, Mobilizações Ambientalistas e Sociologia Ambiental. Londrina, **Revista Mediações**, 2008c.

OLLITRAULT, S. Les Écologistes Français, des Experts em Action. **Revue Francaise de Science Politique**, Vol 51, nº 1-2, février-avril, 2001, p. 105-130.

- _____. Science et Militantisme: les transformations d'un échange circulaire. Le cas de l'écologie française. **Politix**, n° 36, 1996, p. 141-162.
- PÁDUA, J. A. O Nascimento da Política Verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. **Ciências Sociais Hoje**, 1990, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, p. 190-216.
- PASSY, F. **L'Action Altruiste**. Paris-Genève, Droz, 1998.
- PÉCAUT, D. Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990.
- PERISSINOTO, R. M., CODATO, A. Apresentação – Por um Retorno à Sociologia das Elites. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008, p. 7-15.
- PETRARCA, F. R. Conflitos Profissionais e Usos do Título Acadêmico para o Exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul. **Teoria & Sociedade (UFMG)**, v. 1, p. 94-119, 2007.
- PINÇON, M & PINÇON-CHARLOT, M. Pratiques d'enquêtes dans l'aristocratie et la grande bourgeoisie. **Genèses**, 3, mars, 1991, p. 120-133.
- PINÇON, M., PINÇON-CHARLOT, M. A Infância dos Chefes – Socialização dos Herdeiros Ricos na França. In: ALMEIDA, A. M. F. e NOGUEIRA, M. A. (orgs.) **A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 11-28.
- RUCHT, D. & ROOSE, J. The German Environmental Movement at a Crossroads? In: ROOTES, C. (Ed.) **Environmental Movements: local, national and global**. London, Frank Cass, 1999, p. 59-80.
- SAINTENY, G. **L'Introuvable Écologisme Français?** Paris, PUF, 2000.
- SAINTENY, G. Logiques d'Engagement et Logiques de Rétribution au Sein de l'Écologisme Français. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Vol CVI, 1999, p. 175-200.
- SAINT MARTIN, M. de. Uma "Boa" Educação. **Educação & Sociedade**, ano XX, n° 66, abril, 1999, p. 104-122.
- SCHMITT, C. J. Mata de Araucárias: a região norte do Rio Grande do Sul. In: CARVALHO, I., SCOTTO, G. (coords.) **Conflitos Sócio-Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graphos, 1995, p. 25-101.
- SIMÉANT, J., DAUVIN, P. & C.A.H.I.E.R. **Le Travail Humanitaire. Les acteurs des ONG, du siège au terrain**. Paris, Presses de Sciences Po, 2002.

SPANOU, C. Fonctionnaires et Militants. L'administration et les nouveaux mouvements sociaux. Paris, l'harmattan, 1991.

URBAN, T. Missão (quase) Impossível. Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo, Peirópolis, 2001.

ZHOURI, A., LASCHEFSKY, K., PEREIRA, D. B. A Instutentável Leveza da Política Ambiental - Desenvolvimento e Conflitos Sócio-ambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.





INTERNACIONALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 90 E 2000

Fabiano Engelmann*

RESUMO

O presente texto constitui uma exploração do perfil dos estudos no exterior dos professores de Mestrado e Doutorado em Administração no Brasil a partir das informações fornecidas nos currículos registrados na plataforma lattes do CNPq em 2006. Esses dados são analisados no contexto da discussão sobre os efeitos da internacionalização de *expertises* de gestão empresarial e do Estado e dos usos das Ciências Sociais aplicadas. Nesse sentido, podem-se construir hipóteses sobre a relação da circulação internacional de professores de Administração e os movimentos de importação e exportação de modelos institucionais, bem como, sobre sua repercussão no espaço nacional da formação acadêmica dos administradores.

Palavras chave: estudos no exterior, mediação institucional, administradores

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. fabengel@gmail.com

INTRODUÇÃO

A expansão dos cursos de pós-graduação em Administração no Brasil se insere num fenômeno maior de ampliação da formação acadêmica de Mestrado e Doutorado dos profissionais situados no campo disciplinar das “Ciências Sociais Aplicadas”. Nesse processo é importante analisar tanto a configuração desse espaço de formação acadêmica, o perfil e inserção intelectual e profissional dos indivíduos que se posicionam na “esfera acadêmica”, quanto a respectiva relação desses agentes com o espaço das “práticas” do campo da gestão pública e empresarial. Ao propor essas duas dimensões de pesquisa, pode se construir hipóteses mais consistentes para a análise da inter-relação entre a expansão da formação acadêmica na área das Ciências Sociais aplicadas e os respectivos campos profissionais.

Um dos aspectos importantes desse processo é a circulação internacional dos indivíduos posicionados na esfera acadêmica. A análise das bases dessa circulação contribui para a apreensão de uma das portas de entrada de modelos de gestão empresarial, modelos de gestão pública, bem como dos fundamentos intelectuais para a legitimação de práticas de administração que são importadas para o espaço nacional. Em alguma medida, as reconversões dos agentes dedicados precipuamente para o “mundo operacional” em direção à carreira acadêmica e à produção intelectual através dos investimentos em titulação de doutorado e estudos no exterior, pode ser analisado em estreita correspondência com a demanda pela refundamentação e a internacionalização dos conhecimentos relacionados ao Estado e à gestão de empresas privadas. Da mesma forma, esse fenômeno também repercute na esfera política com a (re)elaboração do discurso que subsidia as tomadas de posição pública de lideranças empresariais.

CAMINHOS PARA UMA SOCIOLOGIA DO CAMPO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ADMINISTRAÇÃO

A partir da análise desenvolvida por Bourdieu (1989), concernente à crescente demanda por especialização técnica dos *patrons* da indústria no campo empresarial francês, assim como a legitimação da “competên-

cia econômica” necessária aos dirigentes empresariais e quadros da indústria, conforme Lebaron (1997 e 2000) e Boltanski & Chiapello (1999), pode-se esboçar os parâmetros para uma análise sociológica do campo da formação acadêmica dos administradores.

Para o caso em pauta, são poucos estudos que propõe investigar a relação entre a formação acadêmica e mediação de modelos institucionais. O estudo de Chessel & Pavis (2001) sobre a história do ensino de gestão na França demonstra, no quadro da sociologia das instituições de ensino¹, a institucionalização do ensino de Administração estreitamente vinculado à assimilação de modelos de gestão americanos. Tais modelos são legitimados no espaço do ensino universitário através do incentivo aos docentes franceses para a realização de estudos nos Estados Unidos. Como resultado desses incentivos concedidos pelo Estado e por fundações privadas, ocorre a inserção do ensino de gestão francês num espaço internacional de circulação, idéias e modelos relacionados à Administração.

A internacionalização do ensino de gestão é homóloga à internacionalização das grandes empresas, ficando nítido no caso analisado por Chessel & Pavis (2001), a relação entre a institucionalização da formação acadêmica e as demandas do campo das práticas empresariais, apesar das tensões entre o campo acadêmico e o campo empresarial. Conforme acentua Pavis (2003), no estudo da expansão e institucionalização do espaço de formação da Administração é fundamental considerar este ramo do conhecimento como uma “disciplina heterônoma”, o que implica, portanto, ter presente os efeitos de correspondência com o universo “prático”:

Tornar inteligível o “funcionamento” da gestão como espaço disciplinar, – como qualquer disciplina de formação e pesquisa implica em particular, em se interessar por sua organização (sistema de ensino, instituições, padrões de recrutamento.), seus estudantes, seus profissionais (professores, pesquisadores, diretores de instituições.), seus produtos

¹ Para um panorama mais amplo da institucionalização do ensino de administração na Europa, ver Gheorgiu & Saint Martin (1997). Para uma discussão acerca do espaço profissional da gestão na França, ver Boussard (2008)

(publicações, cursos...), seus modos de diferenciação e hierarquização e suas condições de desenvolvimento. Se é considerada como hipótese a heteronomia da disciplina, na medida onde ela depende não somente do campo universitário –ou mais largamente do ensino superior – mais igualmente do campo econômico, tem-se uma hipótese que se baseia sobre a autonomia relativa dos mundos sociais interdependentes, opondo-nos aos trabalhos que pressupõem uma indiferenciação radical de atividades sociais. (Pavis, 2003: p. 28/29).

Pavis (2003) também aponta a importância de se tomar como objeto de estudo as tensões entre os modelos legitimados no campo dos profissionais “práticos” e os que se constituem no âmbito acadêmico, fora do campo da prática executiva, mas que ao mesmo tempo, respondem a demandas de competitividade das empresas públicas e privadas no espaço econômico internacional.

Os estudos existentes para o caso brasileiro põem em pauta a relação da circulação internacional dos economistas, sua relação com a expansão da rede de ensino de pós-graduação e o espaço das definições de modelos de gestão macroeconômica. Os que tratam especificamente do caso em pauta, abordam predominantemente a institucionalização dos primeiros cursos de graduação em Administração, tal como se encontra em Vasconcelos (1998)².

A legitimação do modelo americano de gestão do Estado e da macroeconomia na América latina na década de 80 e 90 pode ser relacionado também a uma disputa entre elites pelo controle de recursos estatais e do saber legítimo sobre a gestão pública, em especial entre juristas que mobilizam uma tradição “humanística” e economistas, relacionados a um saber-fazer econômico calcado na modelização matemática³. Em grande

² Maior detalhamento sobre a legitimação dos economistas e sua relação com a circulação internacional de modelos de gestão econômica pode ser encontrado em Loureiro (1997 e 2004-2005).

³ A análise de Dezalay (2001) retrata a disputa entre a tradição jurídica de gestão do Estado e a cosmovisão econômica, a partir do efeito de internacionalização dos saberes do Estado e exportação das disputas internas ao espaço de poder americano.

medida a legitimação internacional do modelo americano passa pela obtenção, por *think-thanks*⁴, de posições no âmbito de universidades, de fundações de financiamento de pesquisa e em agências financeiras nacionais de fomento como Banco Mundial e FMI, sedimentando internacionalmente modelos de gestão e instituições relacionados à história específica do desenvolvimento das multinacionais americanas, tal como analisa Dezalay (2004).

Nesses termos, considerando a dimensão de circulação internacional do conhecimento⁵, o espaço da formação dos quadros dirigentes de empresas privadas, a legitimação do saber-fazer relacionado à *expertises* práticas de gestão e a repercussão na redefinição do espaço político dos empresários precisam ser melhor analisados no caso brasileiro. Grun (2004) aponta que a expansão dos cursos de MBA (voltados para a formação operacional de gestores) e sua legitimação no espaço de formação de quadros empresariais, tem uma “cronologia homóloga da evolução das chamadas ferramentas organizacionais modernas” (Grun, 2004:293). Tais formas organizacionais repercutem, não somente em técnicas de gestão, mas em “visões de mundo” relacionadas às empresas privadas (Grun, 1991).

Nesse sentido, pretende-se aprofundar neste estudo, além dos casos relacionados aos MBA, que se legitimam como espaço de reconversão de diversos segmentos profissionais, como engenheiros, economistas, contabilistas em busca do saber-fazer empresarial; os casos das formações de Mestrado e Doutorado em Administração. Ao se tratar a pós-graduação *stricto sensu* como espaço distinto em relação aos MBAs, pode-se ter mais clareza quanto à posição ocupada pelos agentes posicionados neste espaço, no campo de formação dos administradores e sua contribuição na legitimação de um “novo espírito do capitalismo” que fundamenta as práticas dos *managers*, tal como analisam (Boltanski & Chiapello, 1999).

⁴ Para um panorama sobre a atuação dos *think thanks*, espécie de consultores que circulam no mundo das fundações privadas e como conselheiros de governantes, ver Boucher & Royo (2006).

⁵ Ver também sobre a relação entre as “escolas de gestão” e a circulação internacional, Wagner (1998).

BASES DA EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

O ensino de Administração no Brasil tem uma trajetória relativamente recente. Conforme Vasconcellos (1998), a primeira escola de Administração, criada na década de 50, a Fundação Getúlio Vargas/FGV, tinha por objetivo a formação de altos funcionários para a administração pública. A partir dos anos 60, o ensino de Administração se expande nas faculdades de Economia, já com um corpo docente próprio. A origem do ensino de Administração, conforme Vasconcellos (1998), está estreitamente vinculada às transformações econômicas e políticas do Brasil ocorridas nas décadas de 30 e 40⁶, em particular, o desenvolvimento econômico através da implantação de unidades de indústrias estrangeiras e o aparecimento da grande indústria nacional, como a petroquímica e a siderurgia. Este conjunto de transformações está na base da demanda por especialização do conhecimento de gestão empresarial, num primeiro momento confiado aos engenheiros.

A partir dos anos 80, entretanto, há a ampliação do campo de atuação dos administradores para outros domínios de atividade, além do “mundo da empresa”, como a “gestão” das atividades artísticas, culturais, esportivas, educacionais, entre outras, o que, conforme Vasconcellos (1998), favorece a expansão do ensino de graduação nessa área.

A partir das indicações fornecidas pelo trabalho de Vasconcellos (1998), pode-se apontar que a expansão dos cursos de pós-graduação na década de 90 acompanha um acelerado processo de diversificação da atuação dos administradores, assim como, a reconversão de diversos profissionais para o campo da gestão, fenômeno já analisado, com maior profundidade para o caso dos MBAs, por Grun (2004). Esse processo acompanha um ritmo de heteronomização do campo disciplinar da Administração e das competências exigidas para a formação dos executivos⁷.

⁶ Sobre a relação entre desenvolvimento industrial e o surgimento de Administração no Brasil, ver também o trabalho de Martins (1989).

⁷ Para maior detalhamento a respeito das competências “exigidas” para o recrutamento de executivos ver o trabalho realizado partir de anúncios de emprego para executivos, por Régnier (2006).

A LEGITIMAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA: A BATALHA “TEÓRICOS” X “PRÁTICOS”

A análise da emergência de um espaço específico de formação de pós-graduação em Administração implica o questionamento da sua legitimação frente ao universo dos práticos, composto por executivos, gerentes e, em larga escala, funcionários médios de empresas privadas. Bertero (2006), ao analisar o espaço do ensino de Administração menciona as oposições que se estabelecem entre a formação executiva e o ensino universitário de Administração. Em regra, o conhecimento acadêmico está estreitamente relacionado ao espaço prático, existindo um hiato entre a pesquisa em Administração e “os interesses das partes interessadas, executivos e gerentes”. Pfeffer e Fong (2002) apontam que é questionável a validade da pesquisa acadêmica em Administração, assim como, a contribuição dos cursos de Administração, “embora acadêmicos sejam influenciados por praticantes (*practitioners*)”, afirmam os autores, “pouca influência passa dos acadêmicos à indústria”.

Por se tratar de um “saber aplicado”, a administração tem como pólo dominante o espaço das práticas e o universo gerenciais, o que implica a oposição “teoria” e “prática” e o peso maior atribuído à “prática” repercutindo na viabilidade de mercado dos cursos de formação em Administração, cujo público consumidor privilegiado é constituído por executivos ou por aspirantes dispostos a pagar por conhecimentos com imediata aplicação. Nesse sentido, no âmbito da produção científica, entra em pauta diretamente a questão da “relevância” do conhecimento produzido. A pesquisa acadêmica “pura” tem pouca legitimidade frente ao campo dos administradores, assim como a “pesquisa aplicada” tem menos legitimidade frente ao universo acadêmico formado pelo conjunto dos pesquisadores posicionados no espaço universitário que buscam legitimação enquanto produtores de teorias e modelos de gestão.

Um dos casos representativos da disputa entre o conhecimento profano e o acadêmico pode ser encontrado na crítica acadêmica aos textos dos “gurus” da prática gerencial. A crítica “acadêmica” ao conhecimento em Administração se contrapõe à difusão do conhecimento dos “gurus” que tem recepção no ensino universitário de graduação e se constitui em oposição legítima ao saber produzido no âmbito das pós-graduações.

A reação contra a literatura dos “gurus”, por parte de docentes posicionados no campo da formação acadêmica em Administração explicita uma batalha pela legitimidade do conhecimento acadêmico no campo das práticas. Nota-se que sempre se está diante da tensão “teoria” x “prática”, que se estabelece como baliza na disputa entre as espécies de formação, mais ou menos voltadas para a “prática” ou para as diversas posições hierárquicas no espaço prático, como quadros médios das empresas – mais próximos dos “gurus” ou executivos- com formação em MBAs nos Estados Unidos, por exemplo.

E aqui parece que a batalha assume uma característica diferente do que no caso de outras especialidades, como o direito. No caso dos juristas, o peso exercido pela retórica, pelas construções herméticas, intrinsecamente relacionadas ao espaço ocupado pelos juristas na divisão do trabalho das instituições estatais, o de conservarem a “ordem” através de construções e da “interpretação da lei” demanda um saber erudito que torna legítima uma relativa especialização de um corpo de produtores intelectuais, vistos como produtores de “doutrina jurídica”. No caso dos “administradores” que se opõem aos juristas por sua “agilidade”, “proatividade” e demais características que opõem o mundo e a velocidade do mercado à “lentidão” do Estado, a legitimação de um corpo de especialistas em produtos intelectuais relativamente desvinculado do campo das práticas, adquire maior complexidade .

Essas peculiaridades também contribuem para acentuar a presença nos programas de pós-graduação de professores de outras áreas, tais como: sociologia, psicologia, filosofia e economia. Castro (1981) chama a atenção, que esta presença acentua o distanciamento dos programas de pós-graduação em Administração em relação ao espaço das “práticas”. Na medida em que os professores que seriam “propriamente administradores” teriam mais atrativos para se dedicar a atividades voltadas para o campo prático do que para atividades subordinadas aos marcos regulatórios da definição legítima da pesquisa acadêmica. Conforme Castro (1981),:

O mestrado em Administração constitui-se de um grupo de pessoas da própria área e é também apoiado por docentes de economia, sociologia, psicologia, ciência política, todos estritamente necessários para que a

formatação pós-graduada não seja um exercício raso de tecnicismo. Com o tempo, porém, há forças centrífugas militando para a perda de substância do grupo propriamente de administradores. Sólidos empregos, suculentas consultorias, progressivamente, esvaziam este grupo. Já **os outros, cujas fronteiras naturais não ultrapassam em geral a área acadêmica**, tendem não só a se tornar cada vez mais numerosos, mas quase sempre disponíveis para o tempo integral e, portanto, para a orientação de trabalhos de tese. (...) Como consequência os cursos são cada vez mais de economia, sociologia, etc. Se isto é verdade na distribuição dos professores, mais ainda será no objeto de interesse das teses. (Castro, 1981:60) (grifo meu)

Essa constatação, mesmo que incidindo sobre o espaço da formação de pós-graduação em Administração da década de 70, fornece indícios para um padrão que é válido para o conjunto das “ciências sociais aplicadas”, qual seja, o peso das disciplinas “puras”, “reflexivas” ou “teóricas” que funcionam como recurso nas disputas no interior do campo da formação acadêmica, em especial como recurso dos dominados na divisão do trabalho intelectual.

Também se pode chamar a atenção, no caso brasileiro da oposição “teoria” x “prática”, para a existência de diversas modalidades de cursos de curta duração para formação de executivos e nas modalidades de adaptação da formação universitária ao “mercado”. A vinculação ao espaço dos práticos ou às demandas do “mercado”, acompanha o fenômeno da formação americana, sendo representada, no Brasil, pelas especializações, os cursos de graduação sequencial e os mestrados profissionalizantes que se assemelham aos MBAs norte-americanos.

Tal oposição também contribui para a compreensão das modalidades de produção intelectual no campo da Administração. No caso americano, Bertero (2006), menciona a oposição entre os periódicos científicos, que tem leitores no mundo acadêmico e se submetem às regras de conformação e mensuração do campo universitário e revistas como a *Harvard Business Review* voltadas para o campo “prático”. Tal clivagem tem reflexos no espaço da circulação, produtos intelectuais do Brasil. Como caso representativo, pode se mencionar o lançamento por parte da FGV da publicação *GV Executivo*, voltada para um público de “práticos,” diferentemente da *Revista de Administração de Empresas* (RAE)-da mesma

Instituição, que se consolida como órgão acadêmico de difusão, principalmente de professores de Administração posicionados em cursos de pós-graduação e circulando entre estudantes de pós graduação, com a divulgação de trabalhos apresentados em encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração - ANPAD.

Conforme indica a linha editorial registrada no sítio da *GV Executivo*⁸, o objetivo da revista se caracteriza como “generalista” e voltada para artigos inovadores na “prática administrativa”. A grande diferença em relação à RAE, que se pretende afirmar como órgão de debate científico na área da Administração, é o seu “público alvo”. A *GV Executivo* estabelece como público principal: a “comunidade empresarial –executivos e empresários - profissionais que estão aperfeiçoando seus conhecimentos na área estudantes de pós-graduação e de cursos de especialização e futuros administradores” (sítio *GV-Executivo*, 10/10/2007). Ao passo que a RAE, em seu sítio institucional⁹, estabelece como público-alvo: “professores, pesquisadores e estudantes e um estrato relevante da comunidade empresarial”.

No editorial do primeiro volume da revista *GV-Executivo*, também é explicitado a intenção de se distanciar das “revistas comuns” de gestão que se confunde com a grande imprensa e a literatura dos “gurus”. Neste editorial é destacado: “queremos *fugir do* lugar-comum das revistas de gestão que pintam um mundo cor-de-rosa, povoado por gerentes celebridades, curandeiros e panacéias gerenciais.” (Editorial n. 1, vol. 1, fonte site *GV-Executivo*, consultado em 10/10/07).

Percebe-se que, mesmo sendo uma revista que pretende voltar-se para o público não acadêmico, constituído predominantemente pelos executivos e gerentes, há necessidade de delimitar um espaço que se distingue das revistas editadas pela grande mídia. O poder dos docentes de Administração, promotores da formação e da excelência acadêmica, tem como principal trunfo a constituição e preservação de sua autoridade reforçada pela presença em comitês de avaliação amparados na força regulatória do Estado. Ou seja, um dos pressupostos da legitimidade de sua “autoridade acadêmica” é justamente o oposto da autoridade social conferida aos “gurus” ou executivos de sucesso que alicerçam sua notoriedade no sucesso de “mercado”, composto de profanos ou aspirantes a entrada no campo dos executivos.

Tal como demonstra Pavis, para o caso francês, o *ethos* acadêmico dos docentes em Administração, calcado na posse de títulos de doutorado e autoridade do ensino universitário, é posto permanentemente em jogo na oposição entre “teóricos” e “práticos” no caso de um campo disciplinar extremamente heterônomo. Portanto, o capital científico certificado pelo Estado não é por si só, argumento de autoridade e sim a capacidade de fazer valer o conhecimento produzido na esfera das práticas, inerente a qualquer conhecimento tecnológico ou “aplicado”.

4. O PERFIL DOS ESTUDOS DOS PROFESSORES DE ADMINISTRAÇÃO NO EXTERIOR

A partir de consulta ao sítio da Capes em dezembro de 2006 foram encontrados 53 programas de Mestrado em Administração e oito cursos de Doutorado. Desses 53 programas, obteve-se informações para 51 programas. Dos programas de Mestrado analisados, 60% foram fundados após 1990, e os de Doutorado, 63% iniciaram após este ano. A partir de um primeiro levantamento das listas de docentes desses programas, foram encontrados os currículos de 814 professores com formação doutoral e inseridos em linhas de pesquisa relacionadas ao conhecimento na área de gestão e administração. Dessa população, foram examinados 710 currículos *lattes*, que representam 87% dos docentes atuando no ensino de pós-graduação em Administração no Brasil em dezembro de 2006.

A partir desses currículos chegou-se, finalmente, a 258 casos com algum tipo de passagem pelo exterior em cursos classificados como Aperfeiçoamento, Mestrado, Doutorado *sandwich*, Doutorado pleno e Pós-doutorado. Dessa população, agregou-se informações, a partir dos currículos, para as seguintes categorias: ano de conclusão dos estudos no exterior, país escolhido, modalidade de financiamento, instituição no exterior, tema de estudo no exterior, modalidade de curso realizado no exterior, instituição universitária de atuação no Brasil, unidade da federação de atuação e atuação extra-acadêmica no Brasil. Além da agregação de informações que possibilitaram a construção de quadros comparativos, foram registradas outras informações de forma qualitativa visando subsidiar a análise dos dados quantitativos.

QUADRO 1. Perfil dos estudos de pós-graduação da população pesquisada

País	Frequência	Percentual
Estudos no Brasil	452	63,6%
Estudos no exterior	258	36,4%
Total	710	100%

Fonte: Plataforma lattes consultada em dezembro de 2006

No primeiro quadro que foi obtido, observa-se que o conjunto que apresenta alguma modalidade de estudo de pós-graduação no exterior constitui 36,4 % do total. Há, portanto, um padrão de endogeneização na formação de pós-graduação, o mesmo que se observa para o caso das pós-graduações em Direito (30%)¹⁰. Como “estudos no exterior” foram contabilizados não somente os cursos de Doutorado, mas também estas mais curtas, como de Especialização, Aperfeiçoamento e Pós-Doutorado, visando detectar as peculiaridades dos estudos no estrangeiro. Considerando-se apenas os cursos de Doutorado a frequência torna-se ainda menor.

Pode ser considerado como hipótese explicativa para a endogeneização dos estudos, o padrão de ensino de graduação em Administração, historicamente hegemônico por “práticos” sem formação doutoral. Esta ausência de formação avançada, em função da recente expansão dos programas de pós-graduação, tem por consequência, a também incipiente legitimação da carreira acadêmica como ocupação principal de um profissional de administração. É interessante se estabelecer um contraste entre essa endogeneização e a grande internacionalização do mundo dos negócios, em especial do espaço dos executivos, onde a passagem por cursos no exterior (em especial MBAs) se torna um trunfo importante para a obtenção de postos de direção. (Régnier, 2006) e Grün (2004).

Nesse sentido, é importante ter presente que a expansão das pós-graduações em ciências sociais aplicadas acompanha um ritmo de maior profissionalização do ensino. A consequência disso é a reconversão de agentes, que têm na carreira acadêmica sua ocupação principal e investem na obtenção de títulos universitários e em estudos mais longos no exterior, aproveitando os incentivos institucionais para a especialização

no campo universitário, tais como as bolsas concedidas por CNPq e CAPES, entre outras agências de fomento.

Agrupando-se as modalidades de financiamento, é possível detectar a importância da existência de programas de bolsas de estudo para a realização de estudos no exterior.

Quadro 2 Modalidades de financiamento dos estudos no exterior

FINANCIAMENTO	FREQUENCIA	PERCENTUAL
COM BOLSA	170	65,8%
SEM BOLSA	88	34,2%

Fonte: Plataforma lattes consultada entre julho e outubro 2006.

Majoritariamente os estudos no exterior são realizados com bolsas de estudo. As modalidades de bolsa tendem a se concentrar nas agências de fomento brasileiras, principalmente entre aqueles que estudam entre 1996 e 2006.

Quadro 3 Modalidades de bolsas concedidas

FINANCIAMENTO	FREQUENCIA	PERCENTUAL
CAPES	90	52,9 %
CNPQ	60	35,2%
FAPESP	5	3%
FULBRIGHT (Estados Unidos)	5	3%
Bolsas de universidades privadas brasileiras	3	1,76%
FUNDAÇÃO FORD (Estados Unidos)	2	1,17%
USAID (Estados Unidos)	2	1,17%
Bolsa Andrade Gutierrez -AGSA	1	0,58%
Bolsa Conselho Britânico (Inglaterra)	1	0,58%
Bolsa da Un. de Compostela (Espanha)	1	0,58%
CNRS (França)	1	0,58%
DAAD (Alemanha)	1	0,58
EMBRAPA	1	0,58%
International commit of Canadian (Canada)	1	0,58%
Red. Ibero americana de ciência e tecnologia	1	0,58%

Fonte: Plataforma lattes consultada em dezembro de 2006.

As agências de fomento brasileiras, CNPQ e CAPES, são responsáveis por 87% das bolsas. Nesse sentido, a expansão dos estudos dos administradores se beneficia amplamente dos programas de financiamentos promovidos pelo Estado. Observa-se que, entre as bolsas estrangeiras, o país que apresenta maior frequência é os Estados Unidos. Importa assinalar o contraste com o caso dos juristas¹¹, em que o país que financia predominantemente os estudos no exterior é a Alemanha. Outro dado importante é que a participação de bolsas concedidas por universidades privadas é ínfima, sendo totalmente desproporcional em relação à participação da rede privada na expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil.

Para o agrupamento dos temas de estudo no exterior foram consideradas a área de concentração dos cursos, os títulos dos trabalhos, as “palavras-chave” mencionadas e as especialidades declaradas, relacionados à estada no exterior. A agregação desta informação apresentou dificuldade, tendo em vista problemas de preenchimento da base de dados da plataforma *lattes*. Por isto, optou-se por apresentar no quadro seguinte, a descrição com o mínimo de agregação, visando também a apreensão de novas especialidades. Alguns temas de trabalho foram agrupados, como no caso dos cursos de Economia, devido a pouca representatividade das especialidades para a discussão em pauta.

Entre os dados produzidos, pode-se destacar a grande diversificação de temas de estudo. Observou-se, entretanto, uma concentração maior nos temas mais tradicionais, como “administração de empresa” e “administração pública” e temas relacionados às *expertises* de gerenciamento de empresas. Pode-se contrastar em relação a estes, outros que apresentaram grande frequência, como os trabalhos relacionados a “técnicas de pesquisa” e “análise de mercados” agrupados na categoria de “mercadologia” ou os estudos de “marketing”. Também apresentam grande frequência temas relacionados ao “comportamento organizacional” e à “administração de recursos humanos” que, em alguns casos, aparece associada aos “estudos organizacionais.” A presença da classificação “administração de setores específicos” é representativa da expansão das *expertises* de gestão para além do mundo da empresa. Devido ao número significativo de casos, destacou-se a “administração educacional e universitária”, como categoria separada em relação à modalidade “administração de setores específicos”.

Quadro 4 Temas estudados no exterior

Tema	Frequência	Percentual
Administração de empresas	35	13,56 %
Administração pública	29	11,2 %
Mercadologia	22	8,52 %
Teoria e Comportamento organizacional e Organizações	21	8,13 %
Sistemas de informação	16	6,2 %
Administração de recursos humanos	15	5,8 %
Administração da produção	15	5,8 %
Administração de setores específicos	15	5,8 %
Administração financeira	13	5,0 %
Finanças / Ciências contábeis	10	3,8 %
Gestão da inovação	9	3,48%
Marketing	9	3,48%
Negócios internacionais	5	1,93%
Economia	5	1,93%
Administração estratégica	4	1,55 %
Administração universitária e educacional	4	1,55 %
Empreendedorismo	4	1,55 %
Psicologia do trabalho e relações do trabalho	4	1,55 %
Logística	3	1,16 %
Modelagem matemática	3	1,16 %
Gestão da qualidade	2	0,77 %
Gestão de organizações cooperativas	2	0,77 %
História empresarial	2	0,77 %
MBA	2	0,77 %
Comunicação empresarial	1	0,38%
Direito empresarial	1	0,38%
Engenharia do produto	1	0,38%
Estratégia	1	0,38%
Filosofia econômica e social	1	0,38%
Gestão ambiental	1	0,38%
Responsabilidade social corporativa	1	0,38%
Sociologia do trabalho	1	0,38%
Administração de crises	1	0,38%
Gestão do risco e tomada de decisão	1	0,38%

Fonte: Plataforma lattes consultada em dezembro 2006.

Na comparação cronológica dos temas estudados, nota-se uma diversificação dos temas de estudo para os que concluíram estudos no exterior entre 1996 e 2006. Da mesma forma, neste intervalo, nota-se uma diminuição dos temas relacionados à administração pública e o cresci-

mento de outros vinculados a finanças e “gestão da inovação”. Acredita-se que essa diversificação possa ser atribuída à heteronomização disciplinar correspondente à ampliação do campo das práticas profissionais. Nota-se que, no primeiro intervalo cronológico, há grande presença da economia, cujo ensino universitário de pós-graduação se institucionaliza anteriormente ao ensino de Administração. Em contraste à diversificação que ocorre entre 1996 e 2006, pode-se apontar o grande número de cursos no exterior relacionados à macro-economia entre 1950 e 1970.

Quanto às modalidades de estudo no exterior, um aspecto que merece ser destacado é a pouca frequência de cursos de MBA nos casos analisados.

Quadro 5 Modalidades de curso no exterior

Modalidade de curso	Frequência	Percentual
Doutorado	156	62,0 %
Pós-doutorado	45	18,2 %
Mestrado	17	6,9 %
Especialização	13	5,4 %
Sandwich	11	4,26 %
aperfeiçoamento	4	1,5 %
MBA	4	1,5 %

Fonte: Plataforma lattes consultada entre julho e outubro 2006

O predomínio de estadas mais longas no exterior, tais como os cursos de Doutorado, reforça a hipótese de que se está diante de uma população com estratégias profissionais predominantemente voltadas para a carreira acadêmica. Entretanto, mesmo com iniciativas voltadas majoritariamente para o ensino universitário, a multiposicionalidade dos profissionais é indicativa do efeito de correspondência entre o conhecimento produzido nesse espaço e o universo dos “práticos”.

OS PAÍSES MAIS PROCURADOS E A IMPORTAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO

A análise dos países escolhidos para estudos no exterior é uma dimensão importante para a apreensão das modalidades de importação de modelos institucionais e de gestão pública e privada. Tal dimensão se destaca no confronto com os países predominantes para o caso dos professores de direito que estudam no exterior. Para o caso do direito, predominam França, Itália, Estados Unidos e Alemanha (Engelmann, 2007). Já para o caso dos professores de Administração, Estados Unidos, Inglaterra, França e, em menor amplitude, Espanha, se destacam. Visualiza-se na comparação entre os dois casos, dois pólos distintos de produção de modelos institucionais. Para o caso dos juristas, uma “elite de Estado”, predomina o pólo da formação de tradição européia, cujo princípio de regulação social é predominantemente voltado para a esfera estatal. No caso dos administradores, o destaque é o modelo anglo-americano, cujo princípio de regulação social é, em princípio, calcado no mercado.

A presença dos Estados Unidos como pólo de estudos dos juristas deveu-se, em grande medida, aos atrativos e programas de bolsas daquele país, sendo o impacto do modelo institucional americano, no que tange ao direito no caso brasileiro, bastante diminuto (Dezalay & Garth, 2001). Já o caso da presença de um país de tradição “estadista”, entre os administradores, como a França, pode ser explicado pelo desenvolvimento das “escolas de negócio”, como já assinalado. Na análise dos países escolhidos, nota-se que as estadas mais curtas ocorrem nos Estados Unidos e Inglaterra (principalmente cursos de Especialização e Aperfeiçoamento), em detrimento de doutorados plenos que tem lugar na França.

Para cruzamento da realização de estudos no exterior com a região do país utilizou-se como indicador apenas o país de realização de cursos de Doutorado e Doutorado *sandwich*. A única região que apresentou diferença em relação à predominância dos Estados Unidos e Inglaterra foi a região Sul. Tal tendência já havia sido constatada para o caso dos professores de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por Coradini (2004), aparecendo a França como pólo principal de formação. Também no caso do Rio Grande do Sul é onde há maior frequência de estudos na Alemanha.

Quadro 6 - País de realização dos estudos

PAÍS	FREQUENCIA	PERCENTUAL
Estados Unidos	91	35,2 %
Inglaterra	57	22,09 %
França	49	18,9 %
Espanha	22	8,52 %
Canadá	12	4,65 %
Alemanha	6	2,32 %
Itália	4	1,55 %
Portugal	3	1,16 %
Escócia	3	1,16 %
Holanda	2	0,77 %
Austrália	2	0,77 %
Suíça	1	0,38 %
Bélgica	1	0,38 %
Argentina	1	0,38 %
Polônia	1	0,38 %
Nova Zelândia	1	0,38 %
Peru	1	0,38 %

Fonte: Plataforma lattes consultada entre julho e outubro 2006

Quadro 7 País mais frequente de realização de estudos de x região do Brasil

REGIÃO	PAÍSES	País predominante
Norte/Nordeste	França(7), Inglaterra(8), Escócia(1), Espanha(1), Canadá (2), EUA(2)	INGLATERRA, FRANÇA,
Centro-Oeste	Inglaterra(2), EUA (3)	EUA. INGLATERRA
Sul	EUA (18), França (14), Inglaterra (30), Polônia (1), Canadá (3), Bélgica (1), Espanha (6), Escócia(1), Argentina(1), Alemanha(1)	INGLATERRA, EUA, FRANÇA
	EUA(17, Espanha (6), França (17, Alemanha (5), Canadá (2), Portugal, Inglaterra(8), Austrália, Escócia(1), Itália(1)	EUA/FRANÇA, INGLATERRA,

Quanto às universidades no estrangeiro se observa grande diversificação, com presença de vários centros, principalmente americanos, fenômeno verificado em todos os intervalos analisados. A Universidade de Pierre Mendes de Grenoble, interior da França, aparece como um pólo importante, principalmente entre professores de Administração do Rio Grande do Sul. Duas instituições inglesas se destacam nos dois últimos intervalos, *A Lancaster University*, cidade do interior da Inglaterra, e a tradicional *London School of Economics and Political Science*. A diversificação de centros dificulta a identificação de efeitos de homologia com instituições brasileiras, apesar de se perceber a predominância de determinados países enquanto pólos mais atrativos na formação acadêmica dos administradores.

A inserção profissional dos docentes nos três intervalos analisados apresenta grande multiposicionalidade. Há a combinação da atuação na esfera acadêmica predominantemente com atividades de consultoria e, em segundo lugar, também com a direção de empresas públicas e privadas. Embora, isoladamente predomine a carreira acadêmica com dedicação exclusiva, a inserção profissional é um dado relevante para a apreensão da diferenciação de um espaço de formação de pós-graduação e o respectivo padrão de relação com o espaço das práticas. A profissionalização na atividade acadêmica, por parte dos agentes posicionados neste espaço, implica também a legitimação de outros instrumentos de difusão do conhecimento produzido, tal como, a institucionalização de revistas acadêmicas a relação com institutos, fundações e políticas de regulação estatal do ensino universitário.

No que concerne à distribuição de doutores em Administração com estudos no exterior nas regiões do país, pode-se observar, no primeiro intervalo, o predomínio da região Sudeste e posterior crescimento da presença da região Sul. Observa-se fraca presença do Centro Oeste e inexistência de doutores com formação no exterior atuando em instituições do Norte do país.

Quadro 8 Síntese dos dados dos professores que realizaram curso de Doutorado e Doutorado sandwich no exterior, agrupados por cronologia

Intervalo	1950-1980	1981-1995	1996-2006
N. de casos	24	75	64
Países predominantes	-54,1 % EUA-16,6% Inglaterra-12,5 % França-16,8 %	-26,6 % França-25,3 % Inglaterra-24 % EUA-5,3 % Espanha18,8 % Outros	-31,25 Inglaterra-17,1 % França-15,62 % Espanha-10,9 % EUA-6,25 % Alemanha-18,9 % Outros
Universidades predominantes	OOtros*	-10,66 %Un. Pierre Me-6,6% University of Southern California (EUA)-5,3 % Lancaster (INGL) - 4% University of Manchester (ING)-2,6 %	-4,68 % Lancaster University -4,68 % Ecole des Hautes Etudes Commerciales (FR) -3,1% Un. Politécnica de Catalunya (ESP)-3,1 % Marquette University (EUA)-3,1% Escuela Superior de Administración y Dirección de Empresas (ESP) -3,1 % Ecole des Hautes Etudes Commerciales (Canadá) -3,1 % Un. of Cambridge (EUA) -3,1 % Aston Un. (ING)-3,1 % London School Of Economics And Political Science (ING)-3,1 % Un. Of Sussex(ING)-3,1 % McGill University(Canada) -3,1 %The University of Reading (Ingl) -3,1 % University of Edinburgh (Escócia) -3,1 %Universidad de Córdoba (ESP) -43,44 % Outras*
Atuação profissional predominante	-12,5 % Stanford Un. (EUA)-3,12 % Texas Un. (EUA) -84,38 % Outras*	London School Of Economics And Political Science (ING) - 2,6 % Un. de Paris IX (Paris-Dauphine (FR.) - 2 casos, -2,6 % University of Warwick (ING) 2-2,6 % University of London (ING) - 63,1% Outras*	-59,05 % Exclusivamente magistério-29,9% Ocupação de cargos/consultoria em empresas privadas e públicas -5,6% Consultor do governo e do governo -7,45% Consultor do governo e entidades representativas
Região	- 5 0 % Exclusivamente magistério-8,33 % Ocupação de cargos/consultoria em empresas privadas e públicas -25,1% Ocupação de cargos no governo/consultor do governo-16,6% Consultor de fundações/entidades representativas -67,3% Sudeste-21,6%, Sul -11,1 %Nordeste	-54,2 % Exclusivamente magistério-25,8 % Ocupação de cargos/consultoria em empresas privadas-17% Ocupação cargos/consultoria no governo-8,6% Consultor de entidades representativas -42% Sudeste-38 % Sul-13,33 % Nordeste-6,87 % Centro Oeste	-52,31 % Sudeste-37,8 % Sul-9,81 % Nordeste

1058

Fabiano Engelmann

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados expostos e a avaliação qualitativa dos currículos sugerem questões que merecem maior investigação. Destaca-se o desenho de um espaço específico de formação acadêmica dos administradores, ou seja, a expansão da rede de pós-graduação em grande medida através das universidades privadas traz duas grandes dimensões que merecem aprofundamento. Em primeiro lugar, o espaço de reconversão de titulados de graduação em Administração e outras especialidades afins que se direcionam para a carreira acadêmica investindo em titulação de Mestrado e Doutorado e em alguns casos com formação no exterior. É importante entender quais as origens e perfis sociais desses agentes e qual sua relação com o universo dos práticos e das práticas do campo da gestão e sua diferença em relação aos perfis dos indivíduos que investem, predominantemente, em cursos mais curtos, MBAs e outros diretamente reconversíveis no espaço da gestão de empresas públicas ou privadas ou em outros segmentos de atuação que se expandem a partir da década de 80.

Uma segunda dimensão estreitamente relacionada à primeira concerne ao mercado para os produtos intelectuais produzidos nesse espaço da formação acadêmica. Ou seja, esses produtos representam uma inserção maior do campo dos administradores num espaço de circulação internacional de bens simbólicos. Um campo onde circulam tecnologias e modelos institucionais através do ensino universitário, correspondendo a um efeito de formalização de saberes e práticas em forma de produtos “teóricos” que através do ensino universitário respondem e constituem demandas no campo profissional da formação de gestores ou administradores. Nesse sentido, para aprofundamento da pesquisa é importante considerar além dos trajetos e inserção profissional e intelectual dos professores de administração, o espaço mais amplo de difusão e recepção dos produtos oriundos do ambiente das pós-graduações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCADIPANI, R. & BRESLER, R. A MacDonalldização do ensino. *Carta Capital*, n. 122. p. 20-24. 120 de maio de 2000.

BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD Jr., T. *A produção científica em Administração no Brasil: estado da arte*. São Paulo: Atlas, 2005.

BERTERO, Carlos Osmar. *Ensino e pesquisa em Administração*. São Paulo: Thomson, 2006.

BOLTANSKI, Luc. & CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BOUCHER, Stephen & ROYO, Martine. *Les think tanks: cerveaux de la guerre des idées*. Paris: Éd. du Félin, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'Etat: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Éditions Minuit, 1989.

BOUSSARD, V. *Sociologie de la gestion: les faiseurs de performance*. Paris: Ed Belin, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Capitalismo dos técnicos e democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20 n.59 São Paulo out. 2005

CASTRO, Cláudio de Moura. O ensino da administração e seus dilemas: notas para um debate. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, 21(3), jul/set. 1981.

CHESSEL, Marie-Emmanuelle & PAVIS, Fabienne. *Le technocrate, le patron et le professeur: une histoire de l'enseignement supérieur de gestion*. Paris: Ed. Belin, 2001.

CORADINI, Odaci Luiz. A formação e a inserção profissional dos professores de ciências humanas e sociais no Rio Grande do Sul. In. ALMEIDA, A. M. F.(org.) *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. *The Internationalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform latin American states*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.

DEZALAY, Yves. Les courtiers de l'international: héritiers, cosmopolites, mercenaires, de l'imperialisme et missionaries de l'universel. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 151-152-97, mars, 2004.

ENGELMANN, Fabiano. La rédefinition de l' enseignement juridique et de l' espace juridique brésilien. In. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris: École des Hautés Études en Sciences Sociales, v. 57/58-59/60, 2004-2005.

ENGELMANN, Fabiano. *Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2006.

ENGELMANN, Fabiano. Estudos no exterior e mediação de modelos institucionais: elementos para a análise preliminar do caso dos juristas. *Revista de Sociologia e Política*. v. 16 n. S Curitiba: UFPR, 2008.

GHEORGIU, Mihail D. & SAINT MARTIN, Monique de. (org.) *Les écoles de gestion et la formation des elites*. Actes du colloque du Réseau de recherches sur le développement des Business Schools en Europe. janvier, 1997.

GRUN, Roberto. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características da nova ordem econômica e da resistência a ela. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, n. 41. oct. 1999.

GRUN, Roberto. O MBA como um brevê de internacionalização e de modernidade profissional para engenheiros. In. ALMEIDA, Ana. M. F. (org.) *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

LEBARON, Frédéric. La culture économique comme enjeu dans le champ des grandes écoles. In. SAINT MARTIN, Monique de. GHEORHIU, Mihai Dinu (org.). *Les écoles de gestion et la formation des elites*. (Actes du colloque du Réseau de recherches sur le développement des Business Schools em Europe) MSH/EHESS: Paris, janvier 1997.

LEBARON, Frédéric *La croyance économique: les économistes entre science et politique*. Ed. Du Seuil: Paris, 2000.

LOUREIRO, Maria Rita. Circulation internationale des économistes brésiliens. In. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris: École des Hautés Études en Sciences Sociales, v. 57/58-59/60, 2004-2005.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MARTINS, Carlos B. A emergência e expansão dos cursos de administração no Brasil (1952-1983). *Educação e sociedade*, n. 34, Cortez. São Paulo, 1989.

PAVIS, Fabienne. *Sociologie d'une discipline hétéronome. Le monde des formations en gestion entre universités et entreprises en France. Années 1960-1990*. Thèse de Doctorat: Université de Paris I-Sorbonne, 2003.

PFEFFER, J.; FONG, C. T. The end of business schools? Less success than meets the eye. *Academy of Management and Education*, v. 1, n. 1, p. 78-95, 2002.

RÉGNIER, Karla von D. *O que conta como mérito na pré-seleção de gerentes e executivos no Brasil – as transformações nas demandas por educação, experiência, conhecimentos e competências*. Paper apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS-GT Educação e Sociedade, 2006 (mimeo).

TRINDADE, Hélió, e LUCE, Maria B. (orgs.). *Mudança e desenvolvimento da universidade pública na América latina*. Caracas: CRESALC/UNESCO, 1996.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. L'internationalisation des écoles de gestion au Brésil. *Actes de la recherche en sciences sociales* 121-122. mars, 1998.

WAGNER, Anne-Catherine. *Les nouvelles élites de la mondialisation*. Paris: PUF, 1998.



Abstracts





LES ELITES DE LA RÉPUBLIQUE REVISITED

This paper brings back some reflections on the work *Les Elites de la République* twenty years after its publication. Major issues involved in that work are discussed before the author tries to see to what extent the most recent works have confirmed or not his theses. Finally, it questions on the reasons of the relatively constant interest in the study of elites both in historiography, political sciences and sociology in France, as well as the strength of public debates concerning the elites in France.

Keywords: Les Elites de la République, elites, France, historiography

FROM REPRODUCTION TO RECOMPOSITION: ADMINISTRATIVE, ECONOMICAL AND POLITICAL ELITES IN FRANCE

This paper presents an overview of both analytical schemes and of some outcomes of studies on administrative, economic and political elites in France. It provides an overview of the varied and renewed discussions in the field of the social sciences about ruling groups, highlighting studies that emphasize the changes in course as well as the repositioning, redevelopment and the increasing internationalization of the elites. On the other hand, it also indicates the tensions between different principles and strategies of legitimation of the dominant fractions, with the gradual imposition of resources focused on the so-called technical competence and an increasing competition among the elites.

Keywords: elites, France, social recomposition

POLITICIZATION OF INTERESTS THROUGH PARLIAMENTARY FRONTS

This article proposes that the main goal of parliamentary groups is the formation of “spaces” of “mobilized opinion” in the definition and imposition of interests in the political space, especially through expertise activities. Secondly, it suggests that parliamentary fronts can also create “spaces” or “articulate” groups of deputies and senators not only between themselves but also with representatives of executive bodies on behalf of some specific “issues”. Finally, these parliamentary fronts may serve as a means to create “spaces” or “linkage” between deputies and senators with the processes of definition of interests and of group interests.

Palavras-chave: parliamentary fronts, politicization, mechanisms of participation

PARLIAMENTARY RECRUITMENT AND SOCIAL STRATIFICATION IN URUGUAY: POLITICAL ELITES AND UNDERREPRESENTATION

This work focuses on the influence of social stratification factors in the mechanisms of social recruitment of Uruguay’s political elite in the latest years. It analyzes the trajectories of parliamentarians from dominated sectors, according to race, gender, age and social origins. It seeks to inquire about the conditions of building political careers. The article is based on qualitative research. In-depth interviews were used as a way to explore the subjectivity of the leaders as well as their motivations to undertake a Political career.

Keywords: parliamentary elite, political careers, dominated groups

LETTERED AND VOTED FOR: THE TWISTED LOGIC OF POLITICAL ENGAGEMENT IN BRAZIL

This paper deals with the processes of affirmation of specialists in the political arena and the redefining of the forms of intervention in the space of power in two Brazilian states (Rio Grande do Sul and Maranhão), attempting strategies of appropriation, formulation, disputes and affirmation of political concepts and culture in each of the contexts. Thus, exemplary trajectories of the agents who develop political careers in the recent decades founded on the recognition acquired as intellectuals; using scholarly certification; in the production of various texts (essays, literature, poetry, journalistic articles, etc); in competition with businessmen in the electoral and cultural market; and in association with 'political families' are launched. Out of this we explore the similar regional standards ruled by multidimensional imprecated logic that characterize the peripheral dynamics. Also highlighted are the specifics, especially those coming from the insertions and repertoires of mobilization preponderant to each configuration which translates as a work of fixation of roles as spokesmen of 'causes', as mediators between dimensions of social life and interpreters of local history. The research uses analysis of in depth interviews and biographical data of a group of agents who specialize in the occupation of elected positions and centralize chains of leaders and followers in the political ambit.

Keywords: commitment, militancy, political elite, political professionalization, trajectories

JOURNALISTIC ELITES, POLITICAL RESOURCES AND PROFESSIONAL PERFORMANCE IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

This article is part of the discussions on “leadership groups” and analyzes the patterns of recruitment and growth in professional career of journalists in Rio Grande do Sul. The methodological procedures adopted resulted in analysis of documents and biographical interviews with journalists who occupy positions of direction in different areas of journalistic activity. The analysis showed that one of the patterns of growth in professional career consists of the strategies for the conversion of links with the political sphere in forms of professional action, resulting in redefinitions of the mechanisms of legitimation of the roles of professionals. The special way of relating the journalistic expertise with the political action resulted in the diversification and expansion of the intervention professional in policy advice and the occupation of posts in state institutions.

Key-words: elite; journalism; political resources; professional action.

RULING ELITES, POLITICAL COMMITMENT AND REWARDS OF ENVIRONMENTAL MILITANCY

This article examines the relationship between leadership groups and modes of reconverting political activism. The idea is to examine the conditions and the logic of social uses of participation in defense of environmental causes for the integration and the occupation of leadership in spheres of activity diversified. For this are confronted the approaches focused in the constitution or social position of the political actors and those that focus on the procedural logic and the actions that structure their individual conceptions and practices. The methodology consisted of biographical interviews with three different generations of activists of Rio Grande do Sul, focusing on their social conditions of origin, the meanings associated with the use of academic training in activism, the principal modalities of activist careers, and the types of resources and social ties that support the exercise of activism. The research showed that environmentalism is an area for the reconverting of different types of

social resources (family, school, political and professional), offering profits and leadership to activist in spheres of activity diversified on the basis of simultaneous participation in multiple social networks.

Keywords: ruling groups, individual commitment, activism, rewards, environmentalism

THE INTERNATIONALIZATION AND LEGITIMATON OF BRAZIL'S BUSINESS SCHOOLS IN THE 90' AND 2000'

The present text constitutes a exploration of the profile of foreign studies of Brazilian master's and doctoral professors of administration, based on the information supplied in the resumes registered in CNPq's lattes platform in 2006. These data are analyzed in the context of the quarrel on the effect of internationalization of management expertises of enterprises and State and uses of applied social sciences. In this direction, it can be constructed hypotheses on the relation of the international circulation of Brazilian administration' s professors and the movements of importation and exportation of institutional models and its repercussion in the national academical field of the administrations.

Keywords: studies abroad, institutional mediation, managers